

Gustavo Silva Saldanha

**VIAGEM AOS BECOS E TRAVESSAS
DA TRADIÇÃO PRAGMÁTICA
DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
uma leitura em diálogo com Wittgenstein**

LINHA DE PESQUISA: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Moura

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Escola de Ciência da Informação - ECI

2008

Gustavo Silva Saldanha

**VIAGEM AOS BECOS E TRAVESSAS
DA TRADIÇÃO PRAGMÁTICA
DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
uma leitura em diálogo com Wittgenstein**

Dissertação apresentada ao *Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação* da Escola de Ciência da
Informação Universidade Federal de Minas Gerais,
como parte dos requisitos necessários à obtenção
do grau de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Escola de Ciência da Informação - ECI
2008

S162v SALDANHA, Gustavo Silva

Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. / Gustavo Silva Saldanha; Orientação Maria Aparecida Moura - Belo Horizonte, 2008.

302 f.

Orientador: Maria Aparecida Moura.

Dissertação (Mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

1. Ciência da Informação. 2. Epistemologia. 3. Tradição Pragmática. I. Moura, Maria Aparecida. II. Universidade Federal de Minas Gerais; Escola de Ciência da Informação. Título.

CDD: 020.7

Dedicatória

ao vovô Bosco,
amigo, pai, santo e trovador,
página indispensável na história da solidariedade,
verbetes fundamental na enciclopédia do encantamento,
capítulo elementar na biografia do humor no ocidente

Agradecimentos

A gratidão à generosidade e à atenção daqueles que contribuíram direta e indiretamente para realização desta viagem ficam aqui expressadas. O conjunto de nomes relacionados procura representar uma pequena amostra do incontável número de amigos que fazem parte deste resultado.

Agradeço à Deus por ter nos presenteado todo o mistério, este que nos permitiu a faculdade da imaginação;

Aos meus amigos mais ancestrais, Estela e Renato, que formam minha definição primitiva da palavra tudo;

Aos meus amigos quase tão ancestrais quanto os anteriores, à vovó Tela, exemplo do que há de belo e puro no mundo, Tia Lila, por todas as janelas abertas com gestos tão leves e eternos; Tia Izamara, por todos os dias e todas as noites que couberem nas muitas vidas de uma só vida; Tio Toninho, por tantos e quantos passos apoiados; Adriana, pelas palavras, pelos ensinamentos, pelos diálogos, por acreditar e viver cada passo meu; Mônica e Ricardo, por sempre olharem por mim como irmão;

Ao Papelão, um certo grupo de teatro de rua e afins, e seus correligionários, Juca, um mestre, Vinícius, uma luz, Júlio, meu primo, estes, os três moços que me fizeram acreditar na linguagem; Ana Laura, a amiga que eu ainda acredito ser matéria só dos sonhos; Lillian, que me ensinou e me ensina tantas coisas do céu e da terra; Tiago Marques, seu violão e principalmente seu sorriso que povoa o mundo; Daniel, cuja amizade paga uma existência; Paulo Henrique, que outro dia em Ouro Preto se tornou uma sensibilidade inseparável dos meus versos; Iza, e a alma que faz sorrir os dias tristes; Eugênia, linda e permanente inspiração, e Tibits, Flávio, Selma, todos irmãos para lá do sangue; e Ricardinho, grande parceiro no verso e na melodia;

ao Cesinha e à Moninha e ao Gustavo Alvim, que dispensam o verbo;

Aos grandes amigos da Biblioteconomia, em especial, Alessandra, pelo carinho com que guarda o sentimento do mundo; Ronaldo, pelo que a linguagem é capaz de criar; Paulo, por tudo o que a linguagem for capaz e incapaz de gesticular; e também agradeço à luz e à paz da Fernanda; da Fabrícia; da Ana Lúcia; da Diná; do Sandro; da Daniela; do Claudinho; da Viviane; da Carla; da Aline Machado; da Aline Braga; da Leila; da Shirley; do João Paulo; da Ana Amélia; da Ericka e de todos aqueles que lado a lado percorreram e percorrem os corredores da ECI trocando palavras, gestos e sorrisos;

Aos amigos espalhados pelo mundo e pela memória dos nossos sonhos, em especial ao Jonatha, grande companheiro das aventuras da infância;

Aos professores da Escola de Ciência da Informação, em especial, agradeço profundamente à profa. dout. Maria Aparecida Moura, amiga paciente, mestre exemplar e eterna luz que abraçou, acreditou e apoiou a finalização deste projeto;

Aos grandes professores que encontrei ao longo de minha formação, em especial à profa. dout. Regina Maria Marteleto, pela sabedoria e amizade; à profa. Jane, pela poesia nossa de cada dia que não há de faltar; Rosemary Tofani Motta, pelos ensinamentos diários no Laboratório de Preservação de Acervos da Escola de Ciência da Informação.

aos leitores e guias da qualificação e da banca examinadora Carlos Alberto Ávila, Alcenir Soares dos Reis, Maria Guiomar Frota, Beatriz Valadares Cendón, Ana Maria Cabral, sempre atenciosos e parceiros;

Aos bibliotecários que fazem parte da minha formação humanista, em especial Marta Duboc, herdeira da mais crítica e erudita raiz de uma profissão secular, que tanto abriu caminhos para minha viagem;

Aos amigos da biblioteca escolar do Pitágoras Parque das Brisas, em Goiás;

Aos amigos da biblioteca Ataliba Lago;

Aos amigos da biblioteca Etelvina Lima;

Aos amigos da Biblioteca Nacional;

Aos amigos da Biblioteca Euclides da Cunha;

aos amigos da biblioteca da Fundação João Pinheiro, nos nomes de Ana Flávia, Elisa, Graça, Joana, Judite, De Lourdes, Helena, Luciana, Sandra e Mauro;

Aos amigos antelucanos Olga, Nina e Everaldo, por tudo aquilo que a linguagem ainda não contaminou de significados.

Quando nos apaixonamos pela pesquisa – pelo pesquisar, e não pelo objeto, como nos ensinou Alcenir Soares, Gaston Bachelard e José Saramago – e nos enveredamos como navegantes no desconhecido, nosso único receio divide-se, em geral, em dois destinos, atingindo a encruzilhada de Langsdorff: o primeiro, o receio de morrer sem ter concretizado o intento; o segundo, enlouquecer sem conseguir assistir os desdobramentos da empresa. Mas há uma terceira rota possível nesta angústia: não conseguir divulgar seus feitos, fazer-se dialogar, ou seja: fazer-se linguagem. Por isso manifestamos, como Guimarães Rosa: Ave palavra!

A forma que você usa a palavra Deus não
mostra sobre o que ela significa
– mas, antes, o que você significa.

Wittgenstein

RESUMO

Diante da urgência de trabalhos de cunho epistemológico e filosófico em Ciência da Informação, a presente pesquisa realiza uma leitura teórica do conjunto de manifestações disperso no tempo que identifica a construção de uma tradição de pensamento na área, tradição aqui chamada de pragmática. A leitura proposta tem como diálogo a filosofia pragmatista de Wittgenstein, uma vez que o enfoque do filósofo se apresenta como um elemento que tanto influencia o pragmatismo informacional em suas abordagens recentes, como contribui para a clarificação dos horizontes deste conjunto de manifestações em um olhar retrospectivo. O desenvolvimento de um estudo histórico-epistemológico, voltado para a compreensão da tradição pragmática da epistemologia informacional, apresenta-se como objetivo principal da pesquisa. Partindo desta perspectiva, a investigação busca, ao longo do percurso, identificar os fragmentos pragmáticos que vão se somando na construção de uma epistemologia da área, posicionando-os junto dos contextos sociais, político-institucionais e científicos interligados; contextualizar a tradição pragmática informacional dentro da Ciência e da Ciência da Informação; descrever as principais narrativas de uma tradição pragmática nos estudos informacionais; discutir o pragmatismo informacional tendo por linha de diálogo o pragmatismo de Wittgenstein; refletir os desdobramentos das narrativas da tradição pragmática no território das práticas informacionais. Para execução deste itinerário, a epistemologia da área dos estudos de organização do conhecimento, confundida por vezes com a construção do termo Ciência da Informação, é revisada e indícios históricos e cumulativos de uma historiografia de longa duração pode ser visualizada, sem necessariamente obedecer a negação de uma conjuntura de rupturas. Por isso, a investigação presente se baseia na epistemologia histórica de Gaston Bachelard, como orientação metodológica para a exploração epistemológica que se propõe, procurando, a partir dos conceitos de tradição e ruptura trazer elementos para a contribuição das manifestações voltadas para as abordagens de cunho lingüístico, sociológico e antropológico da Ciência da Informação. Os conceitos estruturais da linha pragmatista do pensamento wittgensteiniano – a saber, jogos de linguagem, gramática, semelhanças de família e forma de vida – contribuem para a identificação da constituição da tradição pragmática informacional, que percorre uma linha histórica dentro dos estudos de organização do conhecimento, atravessando a Biblioteconomia de cunho humanista e atingindo as manifestações teóricas recentes dentro da epistemologia da Ciência da Informação.

PALAVRAS-CHAVE

Tradição pragmática – Epistemologia – Ciência da Informação – Pragmatismo wittgensteiniano

ABSTRACT

Owing to the urgency of epistemological and philosophic types of works in Information Science, the present research made a theoretical reading of the group of manifestations which identify the construction of a thought's tradition in the area of Information Science, here named pragmatic tradition. The offered reading has as a dialog the pragmatist philosophy of Wittgenstein, once that the focus of the philosopher presents itself as an element that influences the informative pragmatism in its recent approaches as much as its contributes to the explaining of the horizons of this group of manifestations in a retrospective look. The development of a historical and epistemological study, directed to the comprehension of the informative epistemology's pragmatic tradition, presents itself as the main goal of the research. Starting from this perspective, the investigation sought, during the journey, to identify pragmatic fragments which go adding in the construction of the area's epistemology, placing them next to linked social, politic institutional and scientific contexts; contextualize the pragmatic informative tradition in to the Science and the Information Science; to describe the main narratives of a pragmatic tradition in the informative studies; to debate the informative pragmatism dialoguing with Wittgenstein's pragmatism; to think about the unfoldments of the narratives of the pragmatic traditions on the informative practices. To the execution of this goal, the epistemology of the knowledge's area of organization's studies, sometimes mistaken to the construction of the expression Information Science, is revised and historical and cumulative signs of a wide historiography can be visualized, without necessarily obey the denial of a rupture situation. Because of it, the present investigation bases itself on the historical epistemology of Gaston Bachelard, as methodological orientation for the proposed epistemological exploration, and sought, starting from the concepts of rupture and tradition, to bring elements for the contribution of manifestations directed to linguistic, sociologic and anthropologic types of approaches on the Information Science. The structural concepts of Wittgenstein's pragmatist line of thinking – namely games of language, grammar, family's resemblance and life form – contributed to the identification of the informative pragmatic tradition's constitution, which searches trough a historical line in the studies of knowledge organization, passes by the Librarianship of humanistic type and reach the theoretical manifestations of Information Science's epistemology.

KEY WORDS

Pragmatical traditions – Epistemology – Information Science – Wittgensteinian Pragmatism

RESUMEN

Frente a la urgencia de trabajos de carácter epistemológico y filosófico en Ciencia de la Información, la presente pesquisa realiza una lectura teórica del conjunto de manifestaciones disperso en el tiempo que identifica la construcción de una tradición de pensamiento en el área, tradición aquí llamada pragmática. La lectura propuesta presenta como diálogo la filosofía pragmatista de Wittgenstein, ya que el enfoque del filósofo se presenta como un elemento que tanto influencia el pragmatismo informacional en sus abordajes recientes, como contribuye para la clarificación de los horizontes de este conjunto de manifestaciones desde una mirada retrospectiva. El desarrollo de un estudio histórico-epistemológico, orientado a la comprensión de la tradición pragmática de la epistemología informacional, se presenta como objetivo principal de la pesquisa. A partir de esa perspectiva, la investigación busca, al largo del trayecto, identificar los fragmentos pragmáticos que se suman en la construcción de una epistemología del área, posicionándolos junto a los contextos sociales, político-institucionales y científicos interconectados; contextualizar la tradición pragmática informacional dentro de la Ciencia y de la Ciencia de la Información; describir las principales narrativas de una tradición pragmática en los estudios informacionales; discutir el pragmatismo informacional relacionado al pragmatismo de Wittgenstein; reflexionar sobre los desdoblamientos de las narrativas de la tradición pragmática en el territorio de las prácticas informacionales. Para efectuar este itinerario, la epistemología del área de los estudios de organización del conocimiento, confundida muchas veces con la construcción del término Ciencia de la Información, es revisada e indicios históricos y cumulativos de una historiografía de larga duración puede ser visualizada, sin necesariamente obedecer a la negación de un conjunto de rupturas. Así, la presente investigación se basa en la epistemología histórica de Gaston Bachelard, como orientación metodológica para la exploración epistemológica que se propone, buscando, a partir de los conceptos de tradición y ruptura, ofrecer elementos para la contribución de las manifestaciones orientadas para abordajes de carácter lingüístico, sociológico y antropológico de la Ciencia de la Información. Los conceptos estructurales del abordaje pragmatista del pensamiento wittgensteiniano – a saber, juegos de lenguaje, gramática, semejanzas de familia y forma de vida – contribuyen para la identificación de la construcción de la tradición pragmática informacional, que cubre un trayecto histórico dentro de los estudios de organización del conocimiento, atravesando la Biblioteconomía de carácter humanista y atungiendo las manifestaciones teóricas recientes dentro de la epistemología de la Ciencia de la Información.

PALABRAS-CLAVE

Tradición pragmática – Epistemología – Ciencia de la Información – Pragmatismo wittgensteiniano

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Principais personagens e manifestações teóricas relacionados à tradição pragmática.....	76
QUADRO 2. Estrutura geral dos capítulos da investigação.....	76
QUADRO 3. Macro-tradições filosóficas dos estudos informacionais.....	163
QUADRO 4. Tradição pragmática da Ciência da Informação.....	244

SUMÁRIO

1. Apresentação: esboços narrativos da travessia.....	17
2. Introdução aos meandros e horizontes de pesquisa: horizonte problematizado e objetivos da investigação.....	32
2.1. Em busca da gramática de uma tradição: a arqueologia das familiaridades.....	33
2.2. Um companheiro de viagem.....	37
2.2.1. Itinerário do silêncio e do alarido: a caminho de Wittgenstein.....	47
2.3. Horizontes da pesquisa.....	53
3. Itinerário de viagem: metodologia de investigação.....	55
3.1. À propósito da expedição.....	56
3.2. Teia metodológica estrutural.....	59
3.2.1. Estrutura metodológica de uma investigação teórica: entre a epistemologia histórica e uma epistemologia da imaginação.....	60
3.2.1.1. Bachelard e a epistemologia histórica crítico-poética.....	60
3.2.1.2. Por uma epistemologia da imaginação.....	63
3.3. O solo metodológico.....	67
3.3.1. Pequeno vocabulário de mão da viagem.....	67

3.3.2. Breve inventário dos recortes.....	74
4. Sobre atravessar becos e travessas com Wittgenstein: fábula justificativa para uma travessia epistemológica.....	77
4.1. Onde dormem os trabalhos teóricos dentro da CI: uma passagem na imaginação da crítica da aplicabilidade pelo praticalismo.....	79
4.2. Ciência da Informação contra a interdisciplinaridade: entre a natureza declarada e a justificativa interdisciplinar projetada.....	91
5. Uma ciência entre tradições: um olhar sobre os círculos epistemológicos dentro da Ciência da Informação.....	117
5.1. Paradigmas segundo Thomas Kuhn: em direção a Ciência da Informação.....	119
5.2. Paradigmas nas Ciências Sociais e na Ciência da Informação.....	123
5.2.1. A inserção de Kuhn nas Ciências Sociais: uma crítica da arbitrariedade, do dogmatismo e da incomensurabilidade.....	123
5.2.2. Kuhn na Ciência da Informação: analisando as incongruências do uso.....	129
5.3. As tradições dentro da epistemologia dos estudos de organização do conhecimento: um outro roteiro de viagem.....	137
5.3.1. A caminho de um olhar mais flexível: se não somos paradigmáticos, existimos?.....	137
5.3.2. Tradição: uma noção e seu contexto.....	141
6. Pragmatismo e Ciência da Informação: indícios de uma tradição.....	145

6.1. Pragmatismo: teias conceituais.....	148
6.2. Descrevendo o itinerário das tradições na epistemologia informacional: a caminho do território pragmático.....	155
6.2.1. As cartografias de Rafael Capurro.....	164
6.2.2. Outras cartografias epistemológicas nos estudos informacionais.....	171
6.3. O pragmatismo na epistemologia da Ciência da Informação.....	173
6.3.1. Algumas categorias fundamentais.....	174
6.3.2. Uma filosofia pragmática por trás dos estudos de organização do conhecimento: a forma de vida dos contextos.....	176
6.3.3. Wittgenstein: os jogos de linguagem dentre as redes informacionais.....	180
7. Entre becos e travessas: os jogos de linguagem de uma tradição pragmática.....	185
PARTE 1: Dos indícios epistemológicos do pragmatismo na CI até a crítica de Frohmann.....	191
7.1. A organização do conhecimento em suas raízes humanistas: indícios das manifestações pragmáticas entre a Biblioteconomia humanista e a Bibliografia textual.....	192
7.2. 1952: o alarido de um ano esquecido.....	198
7.3. O praxiológico como base epistemológica para a Ciência da Informação: a epistemologia social de Jesse Shera.....	201

7.4. Uma hermenêutica para organizar os saberes: o “reencontro” com a Retórica na poética de Rafael Capurro.....	204
7.5. Os possíveis limites da tradição representacionista verificados na abordagem cognitiva: a crítica de Frohmann.....	207
PARTE 2: Da análise do domínio e da antropologia da informação aos fundamentos pragmáticos para a epistemologia informacional.....	211
7.6. Análise do domínio: relato de campo.....	211
7.6.1. Análise do domínio: por dentro do manifesto pragmático de Hjørland & Albrechtsen.....	214
7.7. Uma antropologia da informação: os estudos culturais de Regina Marteleto.....	217
7.8. A organização do conhecimento sob o jogo dos contextos: o esclarecimento do pragmatismo informacional entre Rendón Rojas e González de Gómez.....	221
8. Paisagens desveladas: a gramática de uma tradição.....	225
8.1. A linguagem como unidade fundamental de análise.....	227
8.2. Uma Ciência da Informação entre a Filologia e a Retórica: o pragmatismo informacional e sua biografia humanista.....	232
8.3. A linha pragmática na epistemologia da CI: semelhanças de família entre as narrativas e seus jogos de linguagem.....	234
8.4. Desdobramentos teóricos da tradição pragmática na epistemologia informacional.....	237

8.5. Reconhecendo uma forma de vida: as linhas gerais da tradição pragmática.....	243
9. Considerações finais: um olhar sobre a Ciência da Informação sem informação.....	247
10. Referências bibliográficas.....	268

1.

APRESENTAÇÃO:
esboços narrativos da travessia

As cidades se reconhecem pelo andar, como as pessoas

Robert Musil

Os limites do universo de uma escola científica são os limites de sua linguagem: assim poderíamos estender a relação entre o homem e seu conhecimento apresentada por Ludwig Wittgenstein – os limites do meu mundo são os limites da minha linguagem (WITTGENSTEIN, 2002, p. 114) - à epistemologia da Ciência da Informação – CI –, ou seja, às comunidades científicas e seus saberes em construção. Partindo da compreensão da construção do vocabulário e da gramática de uso das palavras dentro da epistemologia informacional podemos identificar as possibilidades de reconhecimento dos horizontes da área que envolve os estudos orientados para a organização dos saberes. É necessária uma campanha permanente de expedições ao interior das disciplinas, até seus núcleos históricos e sedimentados – ou em vias de solidificação –, além da investigação de suas fronteiras – estas, tão exploradas ao longo do desenvolvimento dos estudos informacionais.

Tornou-se discurso comum na CI declarar fragmentos narrativos como “a natureza da CI é interdisciplinar” ou “a CI nasceu interdisciplinar”, ou o “objeto da CI é a informação”. No entanto, há, como em toda disciplina ou em toda formação discursiva, um núcleo filosófico comungado, um panorama compartilhado; há um vocabulário inicial que parte das disciplinas-base, de práticas que se sedimentaram em discursos, e de autores que não necessariamente existiam no contexto de institucionalização da área. Discutir os limites de um campo de pesquisa é, antes, desvelar suas narrativas, os discursos que compõem os mitos de sua origem. Do mesmo modo, este debate se presta também à análise dos desdobramentos linguísticos, ou seja, investigar uma Ciência da Informação é explorar a constituição da própria expressão Ciência da Informação. Em nossa metáfora, trata-se de investigar os becos e travessas da paisagem social epistemológica da CI, ou seja, explorar as narrativas que recuperam a memória dos personagens e instituições que construíram a história e a historiografia dos estudos de organização do conhecimento.

Os viajantes do movimento das grandes navegações, nos séculos XIV, XV e XVI enfrentaram um imaginário de monstros oceânicos, assim como os bandeirantes no bojo da interiorização do território brasileiro desafiaram o imaginário de índios canibais e feras desconhecidas, assim como os utópicos informacionais, como Paul Otlet, enfrentaram a avalanche de produção de textos e redefinição de contextos em seu tempo. Nos três exemplos ilustrativos, o processo de conquista – termo intimamente positivista –, como o processo de construção do conhecimento destes atores, se deu através de uma marcha para o interior – o interior do oceano, para desvelar os monstros, o interior do Brasil, para desvelar seus mistérios, o interior do conhecimento, para desvelar seu controle.

Nas três abordagens, para alcançar a justificativa de suas empresas, os viajantes estiveram em permanente deslocamento para dentro de um universo aparentemente obscuro – no caso dos navegantes e dos bandeirantes, mais misterioso que obscuro; no caso de Paul Otlet, também poderíamos dizer o mesmo, guardadas as proporções da analogia, pois a grande produção documental deflagrada na passagem do oitocentos para o novecentos fez com que a sociedade se visse ameaçada pela possibilidade de uma pandemia de documentos, que terminaria, em algum momento, por se transformar em um entrave para as novas civilizações urbanas que se constituíam rapidamente.

Buscamos a aproximação destas três abordagens para refletir sobre o seguinte aspecto: em todos os casos, o imaginário dos contextos de vivência dos personagens – navegantes, bandeirantes e documentalistas, como Paul Otlet –, seus sonhos, sentimentos, receios, seus objetivos, projetos, perspectivas, juntos, impulsionaram e patrocinaram campanhas de conquista e de construção do conhecimento. Ainda que possuíssem técnicas e tecnologias disponíveis para seus empreendimentos, estes atores, suas técnicas e suas tecnologias, estavam sob a sombra de um complexo de narrativas e silêncios que não só influenciavam como orientavam o uso e a inscrição de significados. E os três grupos de personagens, fazendo uso destas ferramentas conhecidas em seu meio – como as naus, os barcos e teorias e métodos de organização do conhecimento, respectivamente –, sob a gramática de imaginários constituídos – somatória de textos sociais que dão origem a tradições –, iniciaram uma campanha de interiorização, a caminhada em direção até um núcleo possível de demarcação, ainda que dificilmente atingível. Assim se apresenta nosso convite nesta pesquisa: uma viagem para dentro.

As justificativas da empresa – como as justificativas para uma existência epistemológica – vêm antes da demarcação. A justificativa – de forma mais leve e clara demonstrada na obra *Conto da Ilha Desconhecida*, de José Saramago (1998) – constitui um processo permanente de revisão e crítica dos becos e travessas, dos interiores da produção científica, e o resultado desta travessia – ou seja, até onde navegantes, bandeirantes e pesquisadores conseguem vislumbrar horizontes – nos concede as noções de demarcação, isto é, até onde vão oceanos, continentes e disciplinas. A justificativa epistemológica é um desbravamento, o reconhecimento reflexivo da área em seu permanente ciclo de revisitações. A demarcação diz respeito apenas aos limites que este desbravamento permitiu contemplar – e, principalmente, imaginar. Retomando Wittgenstein (1979), uma ciência não pode ir além dos limites que sua linguagem – conjunto de discursos coerentes – lhe permite conhecer.

A grande produção de documentos possibilitada pelos desenvolvimentos tecnológicos do século XIX e XX, fundamentalmente evidenciada a partir da Segunda Guerra Mundial e historicamente vinculada à urbanização propiciada pela Revolução Industrial, fez a quantidade de suportes de registros do conhecimento vigentes no mundo ganhar dimensões imensuráveis, assim como multiplicou as possibilidades de produção e reprodução individual dos mesmos suportes¹. Os problemas resultantes deste crescimento estão, de um modo geral, diretamente ligados à impossibilidade de controle de produção, recuperação, reconhecimento, tratamento e disponibilização contextualizada de todo o conteúdo imerso nos suportes multiplicáveis. Como afirma Carvalho (2001), “parece não restar dúvida de que o século XX selou a impossibilidade de identificar certezas, teleologias, determinismos”. Para além destas evidências, o dilema mais profundo está na tecitura das possibilidades de interpretação dos mesmos conteúdos, pois o controle não pode dispensar a compreensão.

Nesta grande produção, a informação ganha, simultaneamente, o status de fenômeno social, objeto científico e fetiche global, e uma ciência para a informação parece assumir – ou propor-se assumir – um papel estratégico na busca de soluções para sua recuperação, visando o acesso irrestrito, dimensionado pela prática da cidadania. Como argumenta D’Aléssio Ferrara (1994/95),

a globalização do mundo exige saber selecionar e operar com informações, porém este processo é longo, doloroso e de aprendizagem constante: ao mundializar-se, a cultura não se torna homogênea, ao contrário, diversifica-se permitindo encontrar, no geral, dimensões particulares que correspondem aquelas escolhas e são responsáveis pelos traços/índices de tradição local das tendências globais.

Desta forma, caberia a uma Ciência da Informação enfrentar uma crise ligada à incerteza do excesso, à super-natalidade documental e à miscigenação de conteúdos, que fundamentam a informação como fenômeno social², – contexto este que D’Aléssio Ferrara (1994/95) denominará

1 Esta grande produção, ou, no vocabulário de Brookes (1981), vasto crescimento do conhecimento objetivo do mundo 3 popperiano, ou “explosão informacional”, apreenderemos, a partir do olhar histórico de Peter Burke (2003), como o grande crescimento documental resultante da urbanização do conhecimento e os desdobramentos desta ampliação. Além do termo “explosão da informação”, outros termos indicarão a mesma evidência de um ineditismo, daquilo nunca antes visto, um fenômeno que, para muitos, é responsável pela emergência de uma nova área de pesquisa, outra “gênese”, a CI. Por exemplo, Wersig (1993, p. 230) fala em *literature flood*, ou dilúvio literário. Pinheiro (2002, p. 72), por sua vez, trata como “explosão bibliográfica” e “caos documentário”.

2 A informação enquanto fenômeno social no século XX pode se aproximar da análise do espetáculo de Guy Debord, como observado em Frohmann (1992). O que se chama hoje de “sociedade da informação” e, por extensão, e “sociedade do conhecimento” são, na prática, em muitas das vezes, a imagem da sociedade do espetáculo debordiana. A

“sincretismo cultural responsável pela troca de informações e experiências múltiplas”. Este sincretismo, e seu enraizamento dentro das comunidades e sua penetração nos grupos científicos, terminarão por provocar – ou, no mínimo, contribuir com profundos sintomas – importantes transformações no modo de ver, descrever, conceituar e prognosticar os estudos voltados para organização dos saberes, que então assume a informação como objeto científico.

Vê-se também, como nos alertará D'Aléssio Ferrara (1994/95), que uma chamada globalização vigente exige do ator o conhecimento de movimentação de ferramentas de informação, num processo de homogeneização das culturas, o que registra que a informação é, também, um fetiche, ou seja, é conferida à noção de informação um valor de culto que ultrapassa a relação social(fenômeno)/científica(objeto): a informação deve ser adorada e “praticada” diariamente, caso contrário a condição de sobrevivência do sujeito está sob risco permanente (LOPES, 1998). As palavras de Queirós (1999, p. 47) identificam este fetiche: “apenas o indivíduo que puder gerar um valor-informação para o capital – cada vez mais informacional – é que terá voz e voto na sociedade da informação”. Logo, a organização do conhecimento assume também a tecnologia e a habilidade tecnológica como elemento identitário de sua justificativa epistêmico-social.

Este olhar nos levaria a pensar que apenas a “habilidade informacional adquirida” – controle das técnicas e tecnologias informacionais – permite a interação sujeito-realidade dentro do mundo chamado globalizado; que apenas esta habilidade poderia levar o sujeito a desfrutar de sua cultura. Diante dos riscos alertados por Milton Santos (2007) deste novo encantamento do mundo, é necessário compreender que o fenômeno da informação não responde pelo mundo, mas apenas por parte dele, assim também como o conceito de informação não responde pela CI, mas, do mesmo modo, somente por parte de sua epistemologia.

O olhar sobre o fetiche informação desconsidera, com frequência, que as manifestações culturais que localizam o indivíduo dentro de uma comunidade são também construtoras de conhecimento e que, muito aquém das tecnologias informacionais, há um intercâmbio de textos coletivos que integram homem e realidade em seus ambientes de movimentação. Esta divisão, que pode ser ilustrada, respectivamente, pelo informar e pelo narrar (BENJAMIN, 1985) – ou, respectivamente,

informação e o conhecimento são fontes, hoje, de fascínios, do espetáculo da representação e de um mercado de imagens. São termos usados pelo mercado para o consumo: informação e conhecimento se tornam fonte de lucro, a educação é um produto comercial. Neste contexto, multiplicam-se centros de formação técnica, faculdades, cursos de especialização. Em outras palavras, aproximando-se mais da crítica de Debord, trata-se da grande adoração de uma filosofia da representação, como ao longo do trabalho procuraremos demonstrar.

pela descrição através dos mapas e descrição de itinerários, (CERTEAU, 1994) -, demarca duas grandes tradições – ou cenários filosóficos, ou panoramas - dentro da paisagem social dos estudos informacionais ou estudos da organização do conhecimento: uma ligada à filosofia do pragmatismo, outra ligada à filosofia da representação. Esta última, sustentada pelo peso do termo informação na contemporaneidade, parece, em determinados discursos, ter ocultado a primeira, intimamente ligada ao olhar humanista que antecede os desdobramentos do positivismo sobre as ciências do homem.

É pontual lembrar que, se hoje a informação é incontável pelo número de meios para armazená-la, produzi-la e disseminá-la, antes da computação e da Internet também o era, mas pelas condições inversas. Nesta idade passada, a informação estava em um estado de inabarcabilidade por não possuir meios de armazenamento, produção e disseminação, por viver na volátil imprecisão da narrativa oral. Isto nos leva a dizer que não há nada de novo no *front*. Em ambas as tradições, a missão é a mesma: organizar o conhecimento, ou os saberes. As formulações teóricas e o método para chegar até esta organização, visando compreensão, acesso e preservação, é que ganharão diferentes deslocamentos discursivos no século XX.

Notamos que, ao eleger a informação como objeto científico, a CI – uma outra disciplina, ou ciência, ou arte dos estudos de organização do conhecimento – se tornou difusora de uma angústia do imaginário de seu contexto, que profetizava a informação como elemento-chave para a sociedade contemporânea ao seu desenvolvimento, por isso esta sociedade seria chamada “da informação”. Desta forma, ao compreender, um fenômeno social como um objeto científico em emancipação, uma vez verificada a “explosão da informação” como um fato social – à moda durkheimiana (DURKHEIM, 1995) –, também contribuiu para a emancipação da informação como fetiche – como na crítica latouriana (LATOUR, 2002) –, ou seja, da adoração da informação na sociedade atual. Assim, a palavra – ou a representação - enfeitiça o organizador do conhecimento pelo seu potencial representacionista. Ao cativá-lo com este potencial, ela o leva a crer que a representação pode responder, por si só, pela organização do livro do mundo.

A reprodução e discussão de expressões e conceitos como “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento” e “globalização” em seus periódicos científicos identifica a relação intensa entre CI e o imaginário de seu tempo, ocorrência que tanto pode ser vista como de extrema relevância – a ciência orientada para soluções cotidianas, compartilhando com a sociedade angústias e propostas – quanto como questão-problema – uma ciência orientada apenas para a evidência (o fenômeno) que

se apresenta como entrave na atualidade, mas que tende a fragilizar-se assim que for solucionada a barreira provocativa do tempo corrente (PATERNOSTRO, 2003). Para ir além destas primeiras evidências – informação como fenômeno social, objeto científico e fetiche – que acreditamos ser necessária uma viagem ao interior da CI, que acreditamos que apenas a epistemologia informacional em permanente processo de justificação, antes que de demarcação, precisa ser visitada.

Como nos revela Auroux (1998, p. 294), as pesquisas em documentação automática aparecerão a partir dos anos 1950 devido à necessidade de se gerir a grande massa de documentos escritos “que se acumulavam no fio do tempo em todos os domínios da atividade científica e técnica nas sociedades avançadas e de assegurar, em um mundo dominado pela concorrência, uma vigia tecnológica [...]”. É neste instante, em meio às consequências da investigação bélica – a Segunda Guerra Mundial como laboratório de pesquisas –, que em geral se contextualiza o surgimento de uma grande área dentro dos estudos de organização dos saberes, a CI: um contexto de substituição de operadores humanos por máquinas na atividade de controle de informação; um contexto marcado pela multiplicação de nomes, noções, conceitos, dentre os quais, o termo “ciência da informação”. No entanto, se sustentamos uma investigação epistemológica apenas sob a sombra do simulacro Ciência da Informação, negligenciamos a construção de uma história teórica da organização do conhecimento – e, principalmente, comprometemos nossa análise crítica da realidade contemporânea da própria CI.

Naturalmente, o que se chamava – ou se pretendia chamar – de Ciência da Informação nos anos 1960 e 1970, em geral, mesmo tendo por base a preocupação com o controle bibliográfico-informacional realizado pela Biblioteconomia, pela Bibliografia ou pela Documentação, por exemplo, era uma ciência da tecnologia, exata por orientação, voltada para formação de cientistas capazes de construir máquinas que realizassem o que seres humanos já não eram capazes de executar – ou, pelo menos, não conseguiriam executar com a velocidade e a precisão necessária (AUROUX, 1998). Esta ciência apreendia o fenômeno social da informação como objeto científico – tendo o conceito de fenômeno social bastante próximo da teoria de Comte e Durkheim, de cunho positivista, preocupada com o controle/conquista de uma ordem natural, ou seja, o documento e, por extensão, a informação, como entidades coisificadas. Neste contexto de concorrências e emergências, com uma sociedade burguesa plenamente estabelecida e uma sociedade científica socialmente legitimada, o estudo da narrativa é deslocado – a narrativa é retirada da cena social como fonte de transmissão das tradições e retirada da cena científica como fonte de conhecimento.

Aqui “importa mais a plausibilidade e a verificabilidade do que a interpretação” (SARTORI, A.; ROESLER, J., 2004), importa mais a informação, e não os saberes, ou a compreensão.

Esta condição teórico-prática de uma possível nova ciência em vias de nascimento está entre os aspectos que mais nos provocam aqui: como, em seus becos e travessas, a CI se justifica?; qual permanência – ou manifestação de longa duração – nos permite identificar a coerência desta justificação? Para tal, é preciso viajar por sua paisagem social epistemológica. Um dos recursos teórico-políticos adotados na justificação é identificar a área como retroalimentada por uma “natureza interdisciplinar”. Esta adoção responde por outra angústia de seu tempo: a crítica à especialização das ciências a partir do século XIX. No entanto, no mesmo período de formalização da CI, em diferentes manifestações discursivas de outras disciplinas a “reivindicação interdisciplinar surge como uma panacéia epistemológica, chamada a curar todos os males que afetam a consciência científica do nosso tempo” (GUSFORF, 1995, p. 7). Os usos do conceito de interdisciplinaridade tornaram-se abusos em muitas narrativas, contradizendo práticas como também teorias posteriores à discussão aberta a partir dos manifestos que eclodiram em 1968.

Neste período que muitos discursos conceituam como pós-modernidade somos permanentemente convidados a nomear. É o grande espetáculo da representação, como colocado por Guy Debord (1997), marcado por uma descontrolada produção de conceitos (JIMENEZ, 1994). Há uma permanente corrida por identidades, por imagens que nos representem cada vez com maior acuidade e precisão (ROLNIK, 1997). É neste estágio, dentro da dinâmica de especialização na filosofia representacionista ocorrida nos estudos de organização do conhecimento, que a CI aparece como nomenclatura institucionalizada para representar uma prática chamada de “nova” em diferentes narrativas – a informação entra definitivamente para a epistemologia dos estudos voltados para organização dos saberes como objeto científico; a expressão “ciência da informação” é criada; na década de 1960, o American Documentation Institute altera seu nome para American for Information Science (ASIS); e em 1968, Borko define epistemologicamente o conceito do termo “ciência da informação” como significante que responde por uma disciplina científica.

Antes de pensar – e imaginar – a origem da CI pelo encontro de disciplinas nos meados do século XX e de definir CI como ciência interdisciplinar – ou seja, definir a área pelas fronteiras e não pelos núcleos –, ou como uma somatória de eventos paradigmáticos, acreditamos que o estudo exaustivo da epistemologia informacional pode nos abrir possibilidades mais críticas e criativas para compreender os mitos de origem que envolvem este nascimento. Acreditamos que, em parte, as dificuldades de demarcar a CI – reveladas pelo número de trabalhos que procuram identificar o

espectro de disciplinas que sustentam o desenvolvimento dos estudos informacionais, como Administração, Ciências Cognitivas e Lingüística – estão, em certa medida, vinculadas à fragilidade de justificação da área. Esta fragilidade está, em boa parte, em uma certa sonolência dos seus trabalhos teóricos, na provável negligência de revisões críticas e provocativas sobre os chamados trabalhos com aplicação imediata na sociedade. A CI, desta maneira, preocupa-se mais em demarcar-se politicamente que em justificar-se epistemologicamente.

Este olhar para dentro sugerido em nossa viagem recorta-se na direção de um dos mais recentes debates na epistemologia e nas práticas informacionais da CI. Trata-se do conjunto de abordagens sociológicas e antropológicas, permeadas por um panorama pragmatista, no processo de compreensão do homem e suas relações. Aqui chamamos este complexo de narrativas, mais conjuntamente identificado na década de 1990, de tradição pragmática – desta forma, investigamos, antes, uma permanência (BRAUDELL, 1992), período não abarcável matematicamente, mas apenas passível de uma reunião de traços de similaridades – ou semelhanças de família, como no olhar de Wittgenstein (1979).

Em outras palavras, investigamos uma longa duração nos estudos de organização do conhecimento. Não se trata de um estudo isolado na paisagem social contemporânea da epistemologia da CI. Um conjunto de pesquisas vem buscando este olhar para dentro nos últimos anos. Podemos identificar um levante de investigações epistemológicas a partir dos anos 1990 na área. São exemplos, os trabalhos de Cardoso (1994), e as discussões em torno da noção de informação social; Carvalho (1999), que discute a CI como ciência social e a posiciona como ciência pós-moderna; Azevedo Netto (1999), que também pontua a CI como ciência social e identifica a informação como seu objeto; Loureiro (1999), que aponta a CI como área nem social nem humana, mas uma ciência diferente, voltada para o fenômeno informacional; Silva (1999b), que também investiga o fenômeno da informação e os estudos informacionais como representantes das ciências sociais; Silva (1999a), que observa a CI como ciência do paradigma emergente, recuperando a epistemologia de Boaventura Santos; Freire (2004, 1995), que estuda questões como a responsabilidade social da CI, investigando a área em paralelo ao conceito de consciência possível, González de Gómez (2001), que se pergunta qual a cientificidade da CI, imaginando a área como um complexo de formações sociais de um meta-conhecimento; Francelin (2003a, 2003b, 2005), que estuda os desdobramentos do olhar da CI enquanto área pós-moderna, sua epistemologia e a filosofia da informação; Day (2005), que demonstra, a partir da perspectiva do estudo do pós-estruturalismo, elementos que aqui caracterizamos como pragmatistas, como a constituição social e histórica dos estudos informacionais. Além disto, este último observa a relevância dos estudos da linguagem nos estudos

de organização do conhecimento, demonstrando a necessidade de uma via alternativa para além da filosofia da representação, aproximando-se da produção semiótica dos discursos, criticando a unilateralidade do conceito de informação como objeto – o processo de constituição do fetiche informacional no século XX - e enfatizando a historicidade do sujeito.

Acreditamos que as questões provocativas localizadas, como fenômeno, objeto, fetiche dentro da CI – como o próprio termo “ciência da informação”, que aparece, em geral, próximo dos termos “interdisciplinaridade” e “pós-modernidade” – ganham contornos mais claros e janelas alternativas para investigações no contexto destas formulações. A tradição pragmática da epistemologia informacional parece abrir com mais intensidade as discussões sobre a fundação da CI e sobre os modos de conceber valor a esta fundação e suas circunstâncias, desvelando – ou despertando –, por isso, um conjunto considerável de narrativas epistemológicas discutindo o estatuto científico da área e suas perspectivas sociológicas e antropológicas, como verificado nos trabalhos de Pinheiro (1997), Júnia G. e Silva (1999), Rubens R. G. da Silva (1999), Queirós (1999), Carvalho (1999), Araújo (2003), Renault & Martins (2007), Campos & Venâncio (2006), entre outros.

Os desdobramentos do pensamento sociológico e antropológico, desta maneira, influenciarão esta retomada de discussões pragmáticas dentro dos estudos informacionais e nos permitem caminhar com mais nitidez pelos discursos formadores da epistemologia da CI. Trata-se de um foco sensível de estudos culturais que percebem a informação como um outro modo de conhecer, mas não o único. Desta maneira, importa a estes estudos pensar a informação não como representação, mas como gerador do plural; a informação enquanto prática, ação (MARTELETO, 1994b), subvertendo, assim, seu uso inicial dentro dos estudos de organização dos saberes. Como afirma Peter Burke (2003, p. 41), em sua *História Social do Conhecimento*, “de Durkheim em diante os antropólogos desenvolveram uma tradição de levar a sério as categorias ou classificações das outras pessoas, investigando seus contextos sociais”. Neste deslocamento das ciências sociais, a idéia de uma realidade pré-lógica é reorientada, e passa-se a pensar a ciência como uma viagem às esquinas onde a realidade se faz experimentada e vivenciada, uma viagem às ambiências.

Não é, deste modo, uma ocorrência isolada dentro das ciências esta reorientação argumentativa que passa a conferir, de maneira geral, mais “cientificidade” às categorias como cotidiano, contexto, imaginário, hábitos, costumes. Assim, podemos identificar, na História, Michel de Certeau e Chartier; na Sociologia, Berger & Luckmann e Norbert Elias; na Psicologia, Gardner e Piaget; na Comunicação, Mafesoli; na filosofia, a corrente de pragmatistas e neo-pragmatistas, que vão de Peirce à Rorty, passando por Wittgenstein. Segundo Rorty (2000, p. 56-57), este movimento

antiestencialista e antimetafísico aparece sob vários rótulos, conforme os discursos, como existencialismo, desconstrução, holismo, pós-estruturalismo, wittgensteinianismo, hermenêutica. Em resumo, é um movimento que defende a realidade como uma construção social e a consciência como um fato lingüístico.

Na viagem para o interior – uma empresa de esclarecimento – atentamos para a segunda fase da trajetória filosófica de Ludwig Wittgenstein, mais profundamente delimitada pela obra *Investigações Filosóficas*. O pragmatismo wittgensteiniano em diálogo com este trabalho reencontra

a destituição do modelo de racionalidade dos fundamentos últimos e das essências para, em seu lugar, adotar um modelo de racionalidade que surge das relações, das interações. Para estabelecer critérios de racionalidade é preciso compreender como as semelhanças de família se distribuem nos jogos de linguagem, na gramática. Portanto, tais critérios se constituem não a partir de essências ou pontos estáticos e específicos, mas na dinâmica das complexas relações que articulamos a partir das semelhanças de família entre as muitas características dos jogos de linguagem. (CONDÉ, 2001, p. 55-56)

A tradição pragmática, que aqui também chamaremos pragmatismo informacional, quer significar, em nosso contexto de pesquisa, o conjunto de manifestações teóricas que trocam semelhanças de família em torno da visão de mundo pragmatista sobre a organização dos saberes, e vêm tecendo, neste corpo de estudos, uma determinada tradição, ou, como chama Wittgenstein (1979), uma forma de vida. Convidamos, assim, o autor para realizarmos a leitura do pragmatismo informacional, tomando Wittgenstein tanto como influência, como apontaram, por exemplo, Capurro (2003) e Brier (1996), como elemento de esclarecimento para a compreensão desta linha de pensamento na CI.

Ao propor, em uma de suas últimas imagens, uma análise social dos gestos coletivos de uso da informação – nas palavras de Hjørland & Albrechtsen (1995), às comunidades discursivas, nas palavras de Marteleto (1994, 1995), às relações e práticas dos sujeitos –, aquilo que aqui consideramos uma tradição pragmática da CI nos parece, antes, na mais distante de suas curvas, uma filosofia informacional da linguagem ordinária, como aquela que pode ser reconhecida na segunda fase do pensamento de Wittgenstein. É fundamentalmente neste aspecto que propomos o filósofo como companheiro de viagem na caminhada pelos becos e travessas da tradição pragmática, becos e travessas que é como aqui chamaremos a) as narrativas epistemológicas dos estudos informacionais, textos – artigos e tantos outros - que se manifestam como discursos meta-científicos da área; b) os próprios espaços sociais de pesquisa em CI que este narrador atravessou,

que vão de salas de aula a corredores de universidades, seus diálogos, encontros e reencontros.

Viajamos, pois, junto de Wittgenstein, entre as narrativas de uma certa tradição pragmática e buscamos iluminar suas razões e sensibilidades. Voltamo-nos, desta maneira, para a exploração de semelhanças, estilos, traços, tramas, pontos de interseção, relatos aproximados. Não procuramos dizer “há 'Uma' tradição pragmática” ou “esta é A tradição pragmática”, ou “esta formação discursiva Só pode ser chamada de pragmática”, ou, ainda, “esta é a Melhor tradição da epistemologia informacional”; nem intencionamos afirmar “a abordagem de Hjørland & Albrechtsen – como qualquer outra – se apresenta como a mais completa para os estudos informacionais”. Há, reconhecemos, profundos vazios nas manifestações pragmáticas da CI, assim como nas manifestações representacionistas. No entanto, procuramos, antes, imaginar diálogos, observar como o conjunto de discursos vai constituindo um mito – um conjunto coeso e coerente de signos – que nos confere um outro plano de orientação e justificação, que tece uma tradição – esta, viva, aberta e plural.

Deste modo, nossa orientação epistemológica repousa sobre a narrativa, forma artesanal do discurso “substituída” pela informação na ciência moderna (BENJAMIN, 1985). Assim, chamaremos de narrativa os a) fragmentos discursivos, b) discursos e c) coletivos de discursos dentro da epistemologia da CI. Nesta perspectiva, contrapomos alguns pontos de vista usualmente adotados na historiografia epistemológica do campo, a saber: a) a noção de que a área caminha a partir de paradigmas, como apresentado por Capurro (2003); b) a noção de que a CI é uma constituição oriunda fundamentalmente das transformações que cercam os anos 1940 e 1950, no contexto da Segunda Guerra Mundial, como apresentado por um grande grupo de historiadores da área; c) a noção de que a informação é “o” objeto da CI; d) a noção de que a CI tanto nasceu como é interdisciplinar.

Não há espaço propício neste formato de investigação científica para a discussão mais profunda das temáticas mencionadas, principalmente por não se apresentarem como nosso horizonte principal de pesquisa. Mas chamamos a atenção para tais aspectos em diferentes visitas aqui realizadas devido à própria margem de compreensão a que o pragmatismo informacional nos abre na análise da filosofia da ciência aplicada à CI. Compreender esta área como um campo de estudos que se encontra em um panorama voltado para a representação, transmissão e preservação do conhecimento compartilhado pelos indivíduos nos posiciona em um território muito mais amplo e claro de compreensão da CI, para além das recorrentemente citadas transformações que cercam a Segunda Guerra, que levam escolas, institutos ou centros de pesquisa em Bibliografia,

Biblioteconomia e Documentação a alterarem seus nomes para Ciência da Informação ou noções afins.

Para tal empresa carecemos, necessariamente, de uma plataforma para teorização que sustente todos os passos desta viagem. Pensamos que o que nos move e nos guia na presente pesquisa é o que chamaremos de uma epistemologia da imaginação – um desdobramento da “epistemologia histórica do não” de Gaston Bachelard, uma filosofia da ciência preocupada não apenas com a razão, mas com o sonho, com a diversidade intrínseca e extrínseca ao objeto analisado, ou seja, com a procura do equilíbrio entre a sensibilidade e o entendimento (BACHELARD, 1974, p. 224). Com esta epistemologia da imaginação, identificamos que, mesmo tendo por companheiro imediato de viagem o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*, caminhamos também, por inúmeros becos e travessas, com outros guias e acompanhantes.

É esta epistemologia que nos permitirá na viagem a) justificar não apenas o porquê desta empresa, como também outras problematizações, como a própria existência da CI a partir das narrativas e a constituição de uma tradição pragmática (capítulo 4); b) discutir a presença de Thomas Kuhn na classificação epistemológica da CI (capítulo 5); c) definir o pragmatismo e sua vertente informacional (capítulo 6); d) reconhecer como narrativas de uma tradição pragmática um conjunto de discursos – ou seja, seus jogos de linguagem, detalhando seus principais elementos (capítulo 7); e) identificar as semelhanças de família do pragmatismo informacional e iluminar as consequências sensíveis de sua manifestação e as possíveis reorientações metodológicas que esta outra gramática imprime no cotidiano das práticas informacionais (capítulo 8); f) traçar os apontamentos conclusivos sobre as consequências epistemológicas da tradição pragmática em construção nos estudos informacionais (capítulo 9).

Ao preocupar-se com uma certa linguagem ordinária, ao “retornar” ao senso comum compreendendo todo conhecimento antes como um outro conhecimento comum (WITTGENSTEIN, 1979; SANTOS, 1989), desmistificando a certeza científica e fazendo com que os estudos informacionais transpusessem os muros acadêmicos – lembremos, a CI e grande parte de suas antigas denominações e/ou traços disciplinares teriam nascido como um estudo da ciência, da comunicação científica, da informação científica – a experiência discursiva de uma tradição pragmática abrirá indubitavelmente margens para a crítica e o convite a um revisionismo epistemológico de base, dos becos e travessas das teorias informacionais, reencontrando/iluminando indícios humanistas da organização do conhecimento.

É necessário, no entanto, abordar a palavra *reencontro* com um olhar crítico. Em certos meandros, talvez ela possa aqui ser pronunciada, como observamos ao fim de nossa viagem. Reencontro, pois, diante da grande “fetichização” do termo informação, principalmente no âmbito dos estudos de organização do conhecimento, a filosofia da representação parece ser a única que rege esta área na virada do século XIX para o XX, o que ilustra um afastamento do olhar humanista. Tanto que a Documentação aparece como disciplina fundamentalmente positivista, voltada para uma meta-representação objetiva e dinâmica dos artefatos culturais, meta-representação que passará a ser identificada posteriormente pelo termo informação. Em níveis gerais, isto justifica, do ponto de vista filosófico, a indicação de parte considerável de pesquisadores identificando a Documentação (PINHEIRO, 1997; ORTEGA, 2007) ou a Informática Documentária (ORTEGA, 2004) como uma das fontes da CI. Suas bases filosóficas e metodológicas são praticamente as mesmas; apenas as técnicas e tecnologias começam a sofrer grandes mutações.

No entanto, não podemos pontuar este aspecto como um paradigma, como o único caminho. O trabalho de Silveira (2007), por exemplo, nos demonstra, através de currículos das áreas que tinham por missão organizar o conhecimento, visando seu acesso e preservação - como a Biblioteconomia - que esta linha cunho retórico e filológico permanecia nesta e naquela escola, ainda que cada vez mais desfragmentada. Desta forma, é possível falar em reencontro, mas, antes - e esta é nossa busca aqui - é necessário falar em uma permanência, em uma longa duração. Ao procurarem a construção da informação e do conhecimento nas comunidades discursivas, na dinâmica cultural e na sociologia do conhecimento, Hjørland, Marteleto e Shera reencontram a experiência comungada por uma Biblioteconomia humanista e por uma Bibliografia textual. Aquém destas teorizações, há uma linha sensível que permanece nos currículos das áreas que tratam de organizar o conhecimento - ainda que de forma frágil -, e atravessa um ângulo da história da área que apenas o olhar da longa duração pode tocar. O aparente “reencontro” com um pragmatismo fundacional - período chamado, por Capurro (1991), de “virada pragmática” - ao pontuar a contextualidade de cada fenômeno, exigirá uma hermenêutica profunda dentro dos estudos de organização do conhecimento.

Convidamos Wittgenstein - cuja obra nos apresenta uma rigorosa hermenêutica da linguagem -, Bachelard - cujo pensamento nos propõe uma vasta hermenêutica da ciência - e os leitores que agora tomam com o olhar nossa narrativa para esta viagem já iniciada por outros epistemólogos da CI, aqui apenas continuada e, do mesmo modo, não totalizada. Ao longo das visitas procuramos reconhecer vozes e direções, recuperando indícios que nos levam até uma circularidade, uma linha que re-ilumina o humanismo adormecido pela ciência moderna positiva e sua especialização dos saberes, que recupera a noção da organização do conhecimento como íntima da Retórica e da

Filologia.

Viajar é expressar uma experiência que visa, fundamentalmente, a alteridade, o contato com o outro. Através deste contato, recuperamos gestos da memória que guarda os significados das ações e dos artefatos. Em outras palavras, as narrativas de viagem nos permitem desenvolver uma retórica da alteridade (SANTOS, 2004). Chegamos, assim, até um horizonte conhecido por uma das tradições mais antigas dos estudos da informação, ainda que sob outros nomes: a Biblioteconomia humanista, ou erudita. Ao “reencontrar-se” com a Retórica (CAPURRO, 1991), retomando também seus traços filológicos, a CI, sob o que classificamos como tradição pragmática, apenas traz luz até uma história ofuscada por outra tradição, de cunho representacionista, e nos permite tecer, de forma mais coerente, uma colcha da memória das experiências da organização do conhecimento muitas vezes esfacelada por outras historiografias mais atentas às revoluções, menos interessada nas permanências.

2.

**INTRODUÇÃO AOS MEANDROS E
HORIZONTES DE PESQUISA:
horizonte problematizado e
objetivos da investigação**

No dia 9, foram buscar uma sela de carga na Mandioca. Fizeram-se observações com o barômetro. Tempo bom.

G. I. Langsdorff

Procuramos, neste passo, dar continuação ao esclarecimento da pesquisa a ser realizada, como iniciado em nossa Apresentação, e identificar e definir o problema e os objetivos de nossa viagem. Aprofundamos aqui nossa preocupação em convocar a necessidade de trabalhos teóricos dentro da CI, bem como esclarecemos os conceitos de Wittgenstein que nos acompanharão, e pontuamos os motivos que nos levaram a escolher o autor como companheiro.

Uma vez assumindo a filosofia do não de Gaston Bachelard e sua epistemologia histórica crítico-poética, como metodologia de investigação epistemológica, como será demonstrado na visita seguinte, definimos cada passagem de nossa viagem partindo de uma indagação. Nossa pergunta aqui pode ser assim formulada: como podemos esclarecer um problema epistemológico de pesquisa em CI e que objetivos nos permitem atingir a questão proposta? A sensibilidade que procuramos provocar é, antes, uma discussão sobre as possibilidades do intento, sobre a realidade filosófica wittgensteiniana como parceria de uma filosofia da ciência para os estudos informacionais no discurso contemporâneo.

2.1. Em busca da gramática de uma tradição: a arqueologia das familiaridades

A epistemologia da CI vivenciou importantes deslocamentos ao longo de seu desenvolvimento. Se apreendemos a história dos estudos informacionais como um conjunto de fragmentos discursivos que vão tecendo uma tradição, podemos identificar a tradição representacionista como uma das principais – talvez a mais disseminada e praticada – manifestações históricas na epistemologia informacional. Em palavras mais objetivas, esta corrente trata-se, na verdade, de uma tradição preocupada com as meta-representações do conhecimento a partir de um pensamento objetivo. A Bibliometria e a Recuperação da Informação são exemplos de grandes experiências desta linha epistemológica.

Historiar e classificar momentos, correntes ou abordagens na epistemologia informacional sempre foi e é algo conflitante. O número de autores e argumentações que nesta viagem visitamos não é, de longe, o conjunto pré-totalizado de uma filosofia da ciência para os estudos da informação. Propomos aqui, para nossa caminhada de leituras e categorizações, uma classificação mais próxima ao criticismo de Bachelard – nossa linha metodológica – e ao pragmatismo de Wittgenstein – nossa companhia teórica ao longo dos passos de nossa caminhada. Propomos ainda uma historiografia menos atenta às revoluções, e mais sensível aos deslocamentos sutis. Em outras palavras, ao adotarmos a noção de tradição, ao invés do conceito de paradigma – este, amplamente adotado para

a interpretação da história dos estudos informacionais com base na formulação conceitual de Thomas Kuhn –, procuramos perceber a “ruptura” mais como uma lenta movimentação a partir de tecidos sociais historicamente construídos, menos como uma revolução que nasce de um novo conjunto de promessas para uma nova e inédita realização contra as velhas e defasadas concepções.

Ao longo da história das idéias dos estudos informacionais podemos identificar diferentes cartografias que procuram apontar os destinos de nossa trajetória epistemológica. É comum estas cartografias partirem das movimentações do bojo da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, do pós-guerra. Assim são cartografias como aquela apresentada por Capurro (2003a). Desta maneira, revisões como esta contribuem para o desenvolvimento de uma formação discursiva voltada para versão kuhniana da historiografia da ciência dentro da área da informação, um pensamento que observa a CI como um permanente “renovar” de paradigmas. Principalmente, tais revisões, sem necessariamente afirmarem tal condição, ampliam a noção kuhniana de que a CI nasceu de um novo paradigma, estabeleceu-se anulando antigas concepções epistemológicas dos estudos da informação.

Nesta linha historiográfica, parece não existir nada antes da CI no plano destes estudos, senão paradigmas anulados, teorias obsoletas diante das novas exigências paradigmáticas do mundo pós-moderno. É uma linha que se confunde, ao identificar o pioneirismo da CI, com o aparecimento do próprio termo “ciência da informação” dentro do escopo dos estudos de organização do conhecimento e, por vezes, nos faz imaginar, pelo fascínio da linguagem, que a institucionalização deste termo e sua legitimação pelos pares que começaram a conjugá-lo em seus discursos científicos é a fonte estrutural de uma “nova” ciência para um “novo” pensamento científico. Assim, em Capurro (2003a), encontramos uma, dentre muitas, das cartografias trifocais da CI, que discute a epistemologia da área dividida entre um paradigma físico, objetivo e coisificador; um paradigma cognitivo, objetivo e modelizador; e um paradigma social, pragmático e com forte fundamentação hermenêutica.

Ao propormos uma viagem aos becos e travessas – uma interpretação das permanências e seus deslocamentos e não das revoluções – deste último foco de construção epistemológica, identificamos, para além da divisão trifocal da epistemologia informacional de Capurro (2003a) e outros autores, uma outra arena discursiva para tratar da cartografia meta-científica da CI. Desta forma, é, para a historiografia que aqui pretendemos desenvolver, a Documentação – ou tradição documentalista – um outro grande foco de investigação na área, aquém ao que Capurro (2003a)

chama de paradigma físico –, como também são grandes focos a Bibliografia, a Biblioteconomia Especializada e a própria Biblioteconomia humanista. São estes outros focos que, em nossa historiografia, nos permitem compreender uma possível circularidade em torno do universo discursivo dos estudos da informação ontem, hoje e nas perspectivas que se abrem nas manifestações contemporâneas.

Além disso, este tratamento histórico aqui adotado conduz nossa interpretação a um olhar mais crítico – como a filosofia do não de Bachelard nos convoca para as leituras epistemológicas – acerca das promessas, afirmações e negações dentro do escopo de argumentação teórica da CI nos últimos anos. Do mesmo modo, estes enfoques nos permitem uma justificativa social, política e epistemológica mais coerente para o uso de um macro-conceito “ciência da informação”, assim como atualmente procuram adotar a conceituação. Desta maneira, quando falamos genericamente em Ciência da Informação em nossa viagem estamos tratando dos estudos de organização do conhecimento ou dos saberes. No entanto, os usos desta noção que são feitos pela historiografia da área conduzem a certos enfeitiçamentos, o que nos fará isolar, ao longo do trabalho, o termo “ciência da informação” segundo determinadas acepções, de modo a evitar confusões.

Mesmo se tomada como manifestação recente, uma tradição epistemológico-pragmática na CI não é fruto isolado; é, como toda tradição, fruto de movimentações na sociologia das ciências e no pensamento epistemológico – uma caminhada para uma direção antropológica, passando por Marx, Mannheim até chegar a Berger & Luckman (1985), dentre tantos outros, entre os quais o próprio Wittgenstein. Na CI, uma certa caminhada epistemológica que antecede o positivismo e segue em direção à sociologia compreensiva, à dialética, à própria sociologia do conhecimento como uma fenomenologia do cotidiano apresentada por Berger & Luckmann (1985), se aprofundando a partir de meados no século XX.

Como discutem Machado & Teixeira (2007), este é um período intelectual em que os critérios de verdade são colocados contra o muro, junto da super-valorização da racionalidade científica e tecnológica; “o cientismo positivista” e a “autoridade da razão científica” são conduzidas até a realidade histórica e cultural que os cerca. Entre os anos 1960 e 1970, com os estudos antropológicos da ciência, há uma “desestabilização” da “crença na superioridade de uma racionalidade científica”, verificando-se um abalo nos “critérios de cientificidade”.

A sociologia da ciência torna-se, então, uma sociologia de uma crença particular. A verdade e a objetividade tornam-se categorias mobilizadas pelos atores que é preciso explicar, porque, em si, elas não explicam nada. Com o relativismo, o social ganha o contexto de justificação dos epistemólogos e abala a imagem promovida pela história interna da ciência. (MACHADO; TEIXEIRA, 2007)

De Wittgenstein a Latour, passando por inúmeros autores, como Bourdieu, Knorr-Cetina, Fleck e Kuhn (HOCHMAN, 1994), o relativismo e o pensamento antropológico que caracterizam toda a filosofia do pragmatismo influenciam o modo de investigar e de fazer a ciência³. A ciência não é reduzida ao senso comum – antes, a pretensão de verdade da ciência é sensibilizada pelo olhar compreensivo; ou seja, a verdade é, antes, um coletivo de interpretações. A própria historiografia das epistemologias das ciências do homem, como demonstra Ivan Domingues (2004), aponta para as movimentações antropológicas ao longo do pós-guerra no século XX.

Nesta sociologia do conhecimento a descoberta científica – tida como um “fato humano” puro, a-social – passa a ser encarada como uma “questão de negociações”. Estas negociações levam a historiografia da ciência a conceber a “origem como um mito”, retirando de cena a análise de “origem da idéia nova” - ou, em outras palavras, “a novidade não nasce do nada”.

Os estudos sócio-antropológicos foram os primeiros a tratarem da impossibilidade de estabelecermos grandes divisões entre os processos científicos, tecnológicos e socioeconômicos no mundo ocidental, disseminando para designá-los a expressão tecnociências. (MACHADO; TEIXEIRA, 2007)

Chegamos à década de 1990 envolvidos por um conjunto de manifestações por uma agenda pragmática não só dentro da epistemologia da CI, mas do conhecimento científico em geral. Os desdobramentos destas manifestações são inumeráveis – e ainda refletirão muito na área. Neste bojo, uma visão de mundo se destacará: a filosofia do pragmatismo. É esta filosofia, uma vez tecida dentro da epistemologia informacional, que aqui propomos investigar.

Nosso horizonte maior é desenvolver um relato histórico: descrever os deslocamentos que conduzem até uma tradição pragmática e sensibilizar leituras desta tradição. Em duas palavras: descrever e interpretar. Buscamos, neste trabalho, simplesmente observar e participar da teia de significados compartilhada pela tradição pragmática: para ler uma cultura é preciso mergulhar entre suas esquinas. Desta maneira, seguiremos sua liturgia: partimos de um enfoque teórico, sem

3 O trabalho de Gilberto Hochman (1994), analisando os estudos de Kuhn, Knorr-Cetina, Bourdieu e Latour, traz sensíveis elementos para a compreensão desta movimentação na historiografia da ciência e na epistemologia.

preocupação com modelizações; procuramos vivenciar as vozes – manifestações argumentativas – que construíram implícita ou explicitamente este pensamento na área, “conversar” com estas vozes, ouvi-las e traçar perguntas semelhantes às diferentes visões de mundo, e ler seus olhares junto de um fundamento filosófico, na busca por antecipar o imprescindível pensamento prático da área com uma crítica construção teórica. É neste contexto que nos aproximamos de Wittgenstein e o convidamos a vertente pragmática de sua filosofia para dialogar conosco nesta viagem.

2.2. Um companheiro de viagem

Ludwig Wittgenstein, filósofo posicionado pela história da filosofia como expoente da Filosofia da Linguagem, marcou esta última com sua visão pragmática dos diálogos e dos limites e possibilidades da compreensão. Wittgenstein procurou mostrar, em sua segunda fase teórica – representada centralmente pela publicação da obra *Investigações Filosóficas*, e periféricamente pelos trabalhos compilados nas edições *Livro Castanho* e *Livro Azul*, entre outros –, que a significação das palavras se dá pelo uso das mesmas no discurso. Nesta obra, o filósofo demonstra que se trata de um encantamento equivocado a ocorrência de termos fora de um sentido. Na verdade é um erro – um erro de linguagem – esta existência. O uso do termo é aquilo que lhe confere significado. (WITTGENSTEIN, 1979)

Wittgenstein nasceu em uma Viena marcada pela ascensão da cultura da modernidade – os burgueses adquiriam os castelos e dedicavam-se ao mecenato (JANIK; TOULMIN, 1991, p. 38) – e pela decadência do Império Austro-Húngaro, um imenso corpo político que podia receber as mais diferentes denominações, como Kakanian e Casa de Habsburgo, mas nenhuma conseguia responder pela multiplicidade de seus povos e pela fragilidade de suas fronteiras. Desta forma, na Viena de 1900, debater o tema “representação” era algo circunstancial (JANIK; TOULMIN, 1991, p. 1;5;21). Inúmeros “povos” constituíam o império, como alemães, eslovenos, iugoslavos, tchecos, romenos, italianos, poloneses, húngaros, croatas, saxões, rutenos, sérvios, transilvanos (1991, p. 31). É neste complexo de culturas que nascerá no jovem filósofo Ludwig o interesse pela linguagem – no princípio, os limites desta; posteriormente, sua dinâmica.

“A formação intelectual de Wittgenstein foi marcada pela reflexão filosófica”, uma reflexão que se aproximava diretamente da filosofia da ciência (MONK, 1995, p. 38). Em seus deslocamentos,

entrará em contato com Frege e Russel⁴ – atores da filosofia da linguagem com quem mais tarde romperia. Estes encontros biográficos intensificarão seus questionamentos sobre lógica e linguagem. Nos primórdios de suas reflexões, o jovem Wittgenstein acreditava existir uma ordem *a priori* no mundo. Para isto, concebe este como uma reunião de fatos – a reunião de coisas que mantém uma relação lógica entre si. Assim, no princípio de suas argumentações, o mundo possuía uma estrutura fixa (MONK, 1995, p. 126-127). Estas reflexões são as marcas teóricas de sua primeira fase discursiva, definida pela publicação do *Tratado Lógico-Filosófico*, escrito entre 1917 e 1918, e publicado em 1921, com o filósofo combatendo na Primeira Guerra Mundial⁵. A preocupação com os termos e seus significados é, nesta obra, discutida por Wittgenstein a partir de fundamentos lógicos, na busca por uma essência para os usos da linguagem. Em um horizonte, para Janik & Toulmin (1991), o filósofo procurava dar à linguagem científica um fundamento seguro.⁶

Como afirma Oliveira (2002, p. XXIII), no Tratado, “a lógica forma (...) o quadro de estruturação do nosso conhecimento do mundo pré-existente”. Deste modo, “a investigação lógica significa a investigação de toda regularidade; fora da Lógica tudo é aleatório, acidental” (p. XXVIII). O próprio prefácio de Bertrand Russel (2002, p. 2-3) para a obra corrobora esta procura lógica: Wittgenstein “ocupa-se das condições necessárias a um simbolismo preciso, i.e., um simbolismo na qual uma frase significa qualquer coisa de definido”. Em outras palavras, “toda a função da linguagem é ter sentido” e ela “só satisfaz esta função na medida que se aproxima da linguagem

4 Gottlob Frege era considerado o maior lógico no período em que Wittgenstein realizou sua formação acadêmica; uma das principais argumentações fregeanas era “considerar que as palavras possuem significado no contexto da proposição, e não isoladamente”. Frege pode ser considerado um dos pioneiros não só na Lógica moderna, como na Filosofia da Linguagem como no século XX conheceremos (PINTO, 1998, p. 88-89). Bertrand Russel foi pioneiro na análise de conceitos (EDMONDS; EIDINOW, 2003, p. 248); segundo Hebeche (2004), Russel tem por base a filosofia da matemática, fundamentando o “atomismo lógico”, corrente de pensamento baseada na lógica-analítica. Para Pinto (1998, p. 99), Russel tem como principal mérito propor, a partir do espírito de Frege, uma “forma lógica profunda a partir da qual a forma superficial das sentenças é explicada”.

5 Como o Império Austro-Húngaro, o ambiente da guerra contribuirá significativamente para a crítica da linguagem de Wittgenstein. As palavras de Duffy (2005, p. 372-373), descrevendo o cenário bélico onde o filósofo se encontrava com seu caderno de notas, nos trazem mais sensibilidades para compreender a questão: “Formavam um exército ordinário e desmoralizado. Pior, era um exército dividido, composto de aproximadamente uma dúzia de nacionalidades diferentes e na maioria antagônicas. Metade de seus soldados não conhecia mais do que algumas poucas palavras essenciais de alemão: para falar com o croata, ele tinha de se dirigir ao tcheco, que se dirigia ao eslavo, que se dirigia ao húngaro, que falava com o croata – que entendia tudo errado”.

6 É importante pontuar, no entanto, que a interpretação “lógica” do Tratado sempre incomodou Wittgenstein. O filósofo procurou descrever sua obra como uma argumentação ética, e não lógica. No entanto, as principais correntes de análise de seu pensamento inicial, em geral, preocuparam-se em apreender a obra a partir desta última perspectiva. “Longe de ser um positivista, entretanto, Wittgenstein tinha pretendido que o Tratado fosse interpretado no sentido exatamente oposto. Onde os positivistas de Viena tinham equiparado o importante com o verificável e rechaçado todas as posições inverificáveis como desprovidas de importância porque indizíveis, a seção final do Tratado insistira – embora para ouvidos surdos – em que só o indizível tem autêntico valor” (JANIK; TOULMIN, 1991, p. 258). Deste modo, a crítica da linguagem do Tratado procura “estabelecer as condições lógico-trascedentais de possibilidade da linguagem”. (PINTO, 1998, p. 144)

ideal postulada” (RUSSEL, 2002, p. 2-3).⁷

O *Tratado Lógico-Filosófico* – que chegou a ser interpretado como um poema lógico (EDMONDS; EIDINOW, 2003, p. 239), ou “filosofia do dizível e do indizível” (HALLER, 1990, p. 38), ou “proeza ética” (JANIK; TOULMIN, p. 195) – é organizado a partir de amplas categorias de macro-proposições que desencadeiam a hierarquia de proposições e sub-proposições. Para Wittgenstein (2002, p. 29), nesta obra, “o mundo é totalidade dos fatos” e estes são “a existência de estados de coisas”. Como na Lógica “nada é acidental”, “se uma coisa pode ocorrer num estado de coisas, então a possibilidade do estado de coisas tem que estar já pré-julgada na coisa” (p. 30). Está nas coisas “a possibilidade de todas as situações” (p. 32), ou seja, o filósofo confere às coisas e à ordem lógica das coisas com os fatos aquilo que pode ser compreendido. Assim, “a substância é o que permanece independente daquilo que é o caso” (p. 33). O pensamento – o nosso caminho para a compreensão – é “a imagem lógica dos fatos” (p. 39), o que nos permitiria afirmar que “um pensamento correto *a priori*, seria um pensamento cuja possibilidade condicionaria a sua verdade” (p. 39). O sentido está nos fatos (p. 41), e o nome denota o objeto – há uma relação lógica pré-existente entre ambos.

As diferenças sensíveis na direção de outros olhares perceptíveis nos escritos posteriores do filósofo – que fazem com que os intérpretes de sua obra o dividam correntemente em primeiro e segundo Wittgenstein – guardam alguns elementos abertos pela discussão do *Tratado Lógico-Filosófico*. Assim, para o Wittgenstein do *Tratado* como para todo o pensamento do filósofo, a filosofia é uma “crítica da linguagem” (WITTGENSTEIN, 2002, p. 53) – como afirma Haller (1990, p. 78), a filosofia wittgensteiniana começou e permaneceu uma crítica da linguagem –, seu objeto é a “clarificação” dos pensamentos. Filosofia, pois, no pensamento wittgensteiniano em geral “não é uma doutrina, mas uma atividade” (WITTGENSTEIN, 2002, p. 63), uma atividade de esclarecimento.

Findada a guerra, com dificuldades para publicar seu *Tratado*, o filósofo parte para uma pequena cidade austríaca, Trattenbach, onde passa a dar aulas para crianças (MONK, 1995, p. 183-184).

⁷ Para estabelecer as relações lógicas de constituição da existência da proposição – a proposição que se pode dizer –, Wittgenstein estabelece uma teoria da função dos valores de verdade. As funções de verdade estabelecem a conexão entre as proposições elementares e aquelas não-elementares. Assim, o filósofo cria as tabelas de verdade, “onde as condições de verdade destas relações de proposições encontram dois casos limites”: tautologia, quando é verdadeira para todas as possibilidades de verdade das proposições elementares; contradição, quando é falsa para todas as possibilidades de verdade das proposições (CONDÉ, 1998, p. 58). Esta linguagem ideal, lembremos, continuará incomodando o filósofo. Em *Culture and Valor*, ele refletirá: “Um poeta não pode realmente dizer de si ‘Eu canto como os pássaros cantam’ – mas talvez Shakespeare poderia ter dito isto de si.” (WITTGENSTEIN, 1980)

Durante a década de 1920, enquanto o *Tratado Lógico-Filosófico* começava a repercutir - os estudos no Círculo de Viena⁸ passam a conferir grande ênfase à obra, a partir de 1929; neste mesmo ano, o citado livro de Wittgenstein é aceito como tese por Moore e Russel (MONK, 1995, p. 250) – a preocupação com a linguagem faz o filósofo construir e publicar um dicionário junto de seus alunos, baseado na experiência de suas aulas (MONK, 1995, p. 211), ou seja, baseado em uma “gramática primitiva”, e não oficial. É sua aproximação ao pragmatismo em nítido andamento. O dicionário para crianças do ensino fundamental usava dialetos do interior da Áustria e respeitava a diversidade da cultura local. Aqui, há o reconhecimento filosófico de que a linguagem pode ser usada pelas comunidades sob múltiplas formas, e todas podem configurar-se como perfeitamente válidas, desde que coerentes com o cotidiano de seu uso.

Em 1932, o traço antropológico do método filosófico de Wittgenstein começou a aparecer (MONK, 1995, p. 240; MORENO, 2000). É a partir deste período que o filósofo discute o que se tornaria um de seus principais conceitos: os jogos de linguagem. A princípio, este conceito apareceria como um método: Wittgenstein imaginava, dentro das salas de aula, inúmeras situações de uso das palavras, inúmeros contextos, e tecia as possibilidades de uso dos termos. A “técnica” filosófica será posteriormente interpretada como uma terapia, uma terapia que procurava “libertar” a linguagem das “confusões filosóficas”, decorrentes da abordagem que considerava “a linguagem à parte do seu lugar na corrente da vida” (MONK, 1995, p. 299). Este método ganhará a caracterização de conceito em seus textos seguintes e definirá o perfil filosófico de seu pensamento: a obra wittgensteiniana posterior ao *Tratado* é marcada pela análise exaustiva da palavra e seus contextos possíveis, pela ampla exploração dos mais diversos jogos de linguagem, ou atmosferas sociais de uso das palavras. (MORENO, 2000).

Ainda na década de 1920, Wittgenstein dita a um datilógrafo os pensamentos posteriormente publicados como *Observações Filosóficas*, obra que marca os diferentes olhares que o filósofo passava a conferir à filosofia (MONK, 1995, p. 268). Aqui, Wittgenstein (2005, p. 57) dirá: “a

⁸ Sobre o Círculo de Viena. Moritz Schlick foi o fundador deste grupo de pesquisa do positivismo lógico, que negava a existência de Deus, do espírito e via o homem como mero agrupamento de células. Os filósofos que compunham o grupo, de uma forma geral, desconsideravam a metafísica, o moralismo e a filosofia, acreditando que esta rejeição era também uma mensagem do *Tratado Lógico-Filosófico* (EDMOND; EIDINOW, 2003, p. 159;171). É a partir de 1922 que os filósofos austríacos do Círculo de Viena, também conhecidos como empiristas lógicos, se reúnem, com foco de interesse marcado pela investigação da pesquisa científica. A superação da metafísica, para estes filósofos, estava na análise lógica da linguagem, que permitiria o estabelecimento de critérios de significação (HALLER, 1990, p. 27-28). As três concepções wittgensteinianas principais assumidas pelos positivistas lógicos de Viena era: a interpretação da lógica e das proposições lógicas; a teoria das proposições empíricas e a definição de filosofia, ou seja, a filosofia como crítica da linguagem (HALLER, 1990, p. 30-32). Haller (1990, p. 47) chama atenção para o fato de que os membros do Círculo “não aceitavam o rótulo positivistas nem de neopositivistas”, preferindo nomes como “empirismo racional” e “racionalismo empírico”.

gramática proporciona à linguagem os graus necessários de liberdade”. É o princípio de um pensamento orientado para a dinâmica dos jogos de linguagem, para as palavras como ação, e não como representação; voltado para a fenomenologia dos jogos de linguagem, sua descrição em busca das regras sociais que constituem a gramática. (WITTGENSTEIN, 2005, p. 37)

Na primeira metade da década de 1930, Wittgenstein oferece aulas para um grupo seletivo de alunos (JARMAN, 1993). A compilação de suas aulas será registrada nas publicações *Livro Azul* e *Livro Marrom*. As duas obras ampliam a discussão pragmática iniciada na década anterior pelo filósofo, argumentação que irá até os escritos finais do filósofo, como a reunião de textos do título *Da Certeza*, redigidos no último ano de vida de Wittgenstein. No *Livro Azul* é incorporada a esta reflexão a noção de “semelhanças de família”, um possível substituto do conceito de “essência”, apresentado no *Tratado Lógico-Filosófico*. Se a essência no “primeiro” Wittgenstein passava por uma “ânsia de generalização”, com as semelhanças de família o filósofo conferia um olhar relativista sobre a filosofia e a sua linguagem. No *Livro Marrom*, Wittgenstein intensifica seu método filosófico, aprofundando o conceito de “jogos de linguagem”. (MONK, 1995, p. 304-310).

O *Livro Azul*, ditado aos alunos entre o ano escolar 1933-34, em Cambridge, parte de um questionamento central: o que é o sentido de uma palavra? (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 25). Suas respostas para esta pergunta orientam-se já por uma ordem pragmática, e não formalista, como na obra *Tratado Lógico-Filosófico*. Aquilo que “anima o signo”, nos revela Wittgenstein (1992a, p. 30), “é a sua utilização”. Desta maneira, “dar uma razão para algo que se fez ou disse significa mostrar um caminho que conduz a esta ação”; em alguns casos “significa descrever o caminho que se utilizou”; em outros, “significa descrever o caminho que aí conduz e que está em conformidade com certas regras aceitas.” (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 43)

Aparece neste contexto teórico o esclarecimento inicial do conceito de jogos de linguagem. Narra Wittgenstein (1992a, p. 47):

chamarei muitas vezes a vossa atenção para aquilo que chamarei jogos de linguagem. Estas são maneiras mais simples de usar signos do que os da nossa linguagem altamente complicada de todos os dias. Os jogos de linguagem são as formas de linguagem com que a criança começa a fazer uso das palavras. O estudo dos jogos de linguagem é o estudo das formas primitivas da linguagem ou de linguagens primitivas. (...) Quando examinamos essas formas simples de linguagem, a névoa mental que parece

encobrir o uso habitual da linguagem desaparece.

O que dificulta o estudo dos jogos de linguagem é a histórica busca por generalidade que os filósofos e cientistas têm praticado, a busca por essências comuns ao mundo, pela ordem *a priori* da realidade social (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 47). Para tal, o filósofo apresenta as definições que repercutiriam em toda a sua obra: “o sentido que tem para nós numa expressão é caracterizado pelo uso que dela fazemos. O sentido não é um acompanhamento mental da expressão” (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 113); “O uso da palavra, na prática, é o seu sentido” (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 118).

O *Livro Marrom* – traduzido para o português também como *Livro Castanho* e registrado pelos alunos de Wittgenstein no ano letivo de 1934-35 – aprofundará a noção e o método proporcionado pelos jogos de linguagem. Para o filósofo (WITTGENSTEIN, 1992b, p. 14), os jogos de linguagem não são “partes incompletas de uma linguagem”, mas “linguagens completas em si mesmas”, “sistemas completos da comunicação humana”. O que governa estes jogos de linguagem são as “regras”, imaginando o termo “regra” em seu uso vulgar, ou seja, social (WITTGENSTEIN, 1992b, p. 25). Wittgenstein (1992b) também procura aqui explorar com mais argumentos a noção de “linguagem primitiva” (p. 42), ou “palavras primitivas” (p. 101), ou seja, a partir de um olhar antropológico, apreende toda linguagem em sua construção coletiva, chegando até o conceito de “semelhanças de família”.

O filósofo, ainda no *Livro Marron*, procura abordar a compreensão dos diferentes jogos de linguagem perguntando-se por um “sentimento de familiaridade” entre estes jogos (WITTGENSTEIN, 1992b, p. 67). Este sentimento é o esclarecimento dos fundamentos antropológicos da argumentação wittgensteiniana que se segue a publicação do *Tratado Lógico-Filosófico*, ou seja, quando imaginamos “o uso da linguagem”, estamos nos referindo a “uma cultura” (WITTGENSTEIN, 1992b, p. 76). Sob este prisma, a compreensão não é um processo mental isolado da faculdade “razão”. Antes, a compreensão é “a experiência de compreender” (WITTGENSTEIN, 1992b, p. 101). Esta “experiência” é uma convergência entre “reconhecimento” e “familiaridade”, ou seja, a compreensão é um deslocamento contextual dentro de uma sociabilidade, ou “atmosfera” social. (WITTGENSTEIN, 1992b, p. 115)

No final dos anos 1930, Wittgenstein prepara o texto que viria a constituir a obra que marca o que

muitos autores reconhecem como o núcleo da segunda fase de seu pensamento, as *Investigações Filosóficas*. No entanto, com a Segunda Guerra Mundial, não consegue fechar a obra que vinha desenvolvendo (MONK, 1995, 369). Esta obra, que o filósofo não verá publicada, chegará até os leitores como uma condição provisória deixada por Wittgenstein em 1949. (MONK, 1995, p. 483)

Wittgenstein se aproxima, nas *Investigações Filosóficas*, da linguagem cotidiana – a linguagem primitiva –, apreendendo-a não como uma classe de informações, mas como um “modo de falar”, ou seja, o “contexto de linguagem e ação” (WALLNER, 1997, p. 60). Nas *Investigações Filosóficas*, o filósofo define a concepção de linguagem como ação (WALLNER, 1997, p. 73). “O uso situa-se no caminho da ação; ele recebe seu sentido da ação” (WALLNER, 1997, p. 74). Em outras palavras,

sem o quadro de referência das práticas e comportamentos humanos comuns, não há absolutamente possibilidade de interpretar qualquer linguagem. [...] isso compõe o fundamento antropológico da crítica da linguagem: que no princípio não estava a palavra, mas o feito. (HALLER, 1990, p. 81)

O antidogmatismo de Wittgenstein é agora explicitamente evidenciado. “Não há um método da filosofia, mas sim métodos” (1979, p. 58). Ou seja, “uma causa principal das doenças filosóficas” é a “dieta unilateral”, isto é, “alimentamos nosso pensamento apenas com uma espécie de exemplos” (1979, p. 156-157). Do mesmo modo, a posição anti-representacionista do filósofo também é afirmada. “Em lugar de representabilidade pode-se aqui dizer também: apresentabilidade num meio determinado de apresentação” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 124). A vida não está nas palavras, mas no diálogo dos homens e seus jogos de linguagem. “Todo signo sozinho parece morto. O que lhe dá vida? - No uso, ele vive” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 131). Além disso, o anti-essencialismo wittgensteiniano é nas *Investigações Filosóficas* determinado. A lógica não mais pode responder pela precisão do mundo. “O significado agora é praxiológico e não lógico”. (HALLER, 1990, p. 130)

Segundo Edmonds & Eidinow (2003, p. 249), Russel chegaria a acusar Wittgenstein de reduzir a filosofia ao senso comum. No entanto, a grande preocupação do filósofo austríaco era chamar a nossa atenção para a “multiplicidade dos desempenhos lingüísticos” (HALLER, 1990, p. 79). Além disso, Wittgenstein procurava desmistificar a primazia da ciência como única fonte de conhecimento. Como afirma Wittgenstein (1992a, p. 58) no *Livro Azul*, “não utilizamos geralmente

a linguagem de acordo com regras rigorosas”, uma vez que “ela não nos foi ensinada por meio de regras rigorosas”. Em outra passagem (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 63): “é um erro afirmar que em filosofia consideramos uma linguagem ideal em contraste com a nossa linguagem comum. Isto poderia levar-nos a crer que podíamos fazer coisa melhor que a linguagem comum”.

Para construir seus argumentos no plano do pragmatismo, Wittgenstein aprofunda em suas proposições a noção de jogos de linguagem, junto de outras, como semelhanças de família, forma de vida e gramática. Pela primeira, compreendemos que o significado dos conceitos não depende da lógica direta dos objetos aos quais designam, mas, sim, relacionam-se com os jogos – ou situações, contextos - que, por hora, praticam (WITTGENSTEIN, 1979). Compreender é jogar – ou participar, atuar –, este é um dos raciocínios fundamentais contidos nas *Investigações Filosóficas*. “Um significado de uma palavra é um gênero de utilização desta”. “É por isso que existe uma correspondência entre os conceitos regra e significado” (WITTGENSTEIN, 1990, p. 31). Em outras palavras, “somente o contexto habitual permite que o significado surja claramente” (WITTGENSTEIN, 1990, p. 73)

Aquilo que pode ser testado de várias maneiras mostra que tem vários significados. As *Investigações Filosóficas* demonstram que existe uma variedade de procedimentos de teste para expressões lingüísticas. É apenas no uso que um significado se mostra, assim como um resultado somente é fornecido por um experimento real. (HALLER, 1990, p. 78).

O conteúdo de um texto, nesta perspectiva, não é resultado inalterável de uma única interpretação, ou ainda, resultado da interpretação da mente isolada em sua consciência, mas fruto direto e situacional dos usos aos quais este texto tem sido submetido, isto é, das redes sociais que participam de sua leitura, ou dos diferentes olhares, dispersos no espaço e no tempo, que jogam com seus conceitos. Usar a linguagem é “dar a palavra”, ou seja, dar-lhe vida – a linguagem não é apenas uma forma de representação no real, mas de agir sobre e sob ele. (MARCONDES, 2007)

Na base deste pensamento da segunda fase de Wittgenstein está a idéia de que a racionalidade realiza-se em uma forma de vida, ou seja, em um determinado contexto de troca de informações, joga-se – ou fala-se, gesticula-se – uma determinada linguagem que permite a construção de constatações. A linguagem é aqui vista como uma teia, uma estrutura flexível, que se estende através de semelhanças de família (indícios ou aproximações de elementos) que permitem a expansão da própria teia. Não há, pois, uma estrutura ideal; há estruturas contextuais, formas de

vida.

Assim, situações ou jogos diferentes podem gerar diferentes significados para uma palavra. Isto acontece quando esta é identificada em formas de vida que não apresentam semelhanças de família aparentes com outra forma de vida, onde a mesma palavra estava ambientada. Este ambientar ou habituar é o processo que define as regras. Há regras em toda forma de vida, mas elas não são únicas, nem invariáveis. Tais regras são definidas pela prática social, ou seja, pelo uso que cada jogo de linguagem faz de seus elementos de troca. A gramática é o conjunto das regras determinadas pelos jogos de linguagem de uma dada forma de vida. O que define um jogo de linguagem não é o caráter estático de suas características, mas, sim, a dinâmica de possibilidades destas características dentro de um certo jogo e sua relação com outros jogos (CONDÉ, 2001; MORENO, 2000).

Segundo Wittgenstein (1979), jogos de linguagem referem-se ao conjunto que compreende a linguagem e as atividades com as quais ela está interligada⁹. Nota-se a preocupação do filósofo vienense em apontar a linguagem como produto de seu meio, das interações que a produzem e com ela jogam. No olhar de Giannotti (1995), os jogos de linguagem

se movem no elemento da vontade porque assumem uma perspectiva institucionalizante, e institucionalizadora, segundo a qual certos objetos e fatos do mundo cotidiano são tomados como meios de apresentação de critérios por meio dos quais se pode dizer que se age correta ou incorretamente, em resumo, que se segue uma regra. (GIANNOTTI, 1995, p. 227).

Os processos comunicativos chamados de jogos apresentam semelhanças que definem suas relações. Estas serão chamadas de semelhanças de família, ou seja, noções comuns que formam uma rede complexa que possibilita a comunicação entre os indivíduos deste grupo (WITTGENSTEIN, 1979, p. 43). Esta teia que reúne semelhanças constitui, pois, uma gramática, ou seja, um conjunto de regras sociais dinâmicas para o uso de determinada linguagem – a

⁹ O pensamento de Haller nos ajuda a esclarecer a noção da metáfora do jogo em Wittgenstein: “Como é bem conhecido, pelo menos 4 significados do termo “jogo de linguagem” devem ser distinguidos: 1 °, linguagens primitivas e modelos de linguagem; 2 °, atos de fala como nomear, perguntar, descrever e dar ordens; 3 °, atividades como representar, cantar uma canção e tagarelar; e, 4 °, o todo da linguagem: “a linguagem e as ações nas quais ela é urdida”. Se, por um lado, a perspectiva histórica costumeiramente é pouco associada com o método de Wittgenstein, por outro lado, o conceito de jogo de linguagem está essencialmente ligado à idéia de mudança: “novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como podemos dizer, vêm à luz, e outros se tornam obsoletos e são esquecidos”. (HALLER, 1990, p. 123)

gramática, nos revela Hebeche (2003), é como uma terapia: visa desfazer as ilusões que pretendem corrigir as regras de linguagem por meio de regras de cálculo precisas e externas a ela.

A gramática diz respeito a uma forma de vida, ou seja, uma rede de comunicação (WITTGEINSTEIN, 1979). A forma de vida apresenta-se como um sistema aberto, pois sua gramática pode trocar semelhanças com gramáticas de outras formas de vida (CONDÉ, 2001). Desta maneira, só se pode estudar uma determinada linguagem a partir dos usos que certa comunidade faz dela, isto é, investigando sua forma de vida. Há, para Wittgenstein, densas névoas que cercam as representações – para tal é preciso mostrar à mosca a saída da campânula, ou seja, compreender a linguagem é compreender-se (TUGENDHAT, 1992a). Para o emprego de um nome, diz o filósofo, algo já deve estar preparado na linguagem – e o critério desta condição está na aplicação. Por isso só se compreende o significado de uma palavra quando se conhece a regra de seu uso. (TUGENDHAT, 1992b)

Ainda são raros e dispersos os estudos que aproximam as proposições da filosofia de Wittgenstein das teorias e práticas da CI. Como aponta Capurro (2003a), o pensamento tardio do filósofo vienense e sua fundamentação pragmática tiveram algumas incursões no processo epistemológico da CI, porém, como afirma o autor, tais incursões foram “lamentavelmente pouco profundas”. Os estudos da informação no Brasil ampliam este estreito teórico, sendo ainda mais escassos os trabalhos que buscam intercâmbios de esclarecimento entre os pensamentos do filósofo e aqueles vinculados aos estudos sobre informação.

A presente proposta de pesquisa – ou carta de viagem – chama, pois, a atenção da teoria pragmática de Wittgenstein para realização de uma leitura do pragmatismo nos estudos de organização do conhecimento. Este enfoque, baseado na segunda fase teórica do filósofo vienense, aponta para uma ampla noção pragmática que tem por objetivo compreender não apenas os usos das palavras na linguagem, ou debater a preocupação com a definição de verdades, mas reconhecer e contextualizar as trocas discursivas sediadas por diferentes esferas de comunicação, no solo das relações sociais e manifestações culturais, contribuindo para o esclarecimento dos dilemas da racionalidade, da cientificidade e da comensurabilidade no conhecimento em geral – e não apenas no conhecimento científico –, bem como fornecendo alternativas para a construção de uma ética que enxerga a alteridade em sua arena cotidiana. Neste tocante, diante dos imensuráveis problemas decorrentes da explosão informacional, esta proposta de trabalho enxerga a necessidade de ampliação dos estudos

epistemológicos da informação, reconhecendo, a partir de diferentes proposições, a informação como uma construção social, de natureza dinâmica e contextual.

Tendo em vista a problemática da epistemologia da informação, do acesso ao conhecimento e sua emergência, as proposições do pragmatismo e a escassa literatura sobre Wittgenstein e suas apreensões pragmáticas nos estudos da CI, verifica-se a demanda da proposta de leitura nesta área em acelerada e conflituosa formação. O que o pensamento de Wittgenstein abre para uma leitura da tradição pragmática a) permite a visão de uma filosofia da informação nascitura, baseada em uma observação sistemática da linguagem ordinária; b) contribui para clarificar a idéia da relação entre ciência, sociedade, cultura e aplicabilidade dentro da CI; c) redireciona as perguntas sobre a cientificidade da CI; da interrogação: “é ciência?”, que se desdobra em “ciência humana ou social?”; para a interrogação: “quando e como somos úteis e responsáveis enquanto conhecedores?”; d) nos leva a discutir a longa linha de pensamento nos estudos da informação estruturada unilateralmente em uma filosofia representacionista da linguagem; e) permite re-problematizar as movimentações da conceituação de informação: deixa de afirmar “a informação é” (informação enquanto essência), para sugerir “aqui houve informação”, ou seja, quando e como é informação (informação enquanto objeto, fenômeno ou fetiche de um contexto)

2.2.1. Itinerário do silêncio e do alarido: a caminho de Wittgenstein

O caminho que leva até a presente pesquisa é cercado por indícios vindos de diversos passos, muitos em falso, que deixaram apenas fronteiras aparentemente intransponíveis, outros que abriram janelas para janelas de outras janelas, e por estas últimas calharia a aproximação à filosofia da segunda fase do pensamento de Wittgenstein. A necessidade de discutir criticamente o conceito de ciência, de CI, e de caminhar pela tradição pragmática com uma narrativa leve, exata e visivelmente profunda nos leva até as discussões pragmáticas do filósofo austríaco.

A preocupação inicial de compreender a CI em sua justificação epistemológica levará até a discussão de sua trajetória histórica. A partir daí, caminhando junto ao olhar crítico-epistemológico de Bachelard, a revisão dos processos de constituição e desenvolvimento da CI foi aqui realizada até aportar no contexto do debate científico contemporâneo. Assumindo a máxima bachelardiana que o “conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão” (BACHELARD, 1983, p. 15), a sistematização de classificações e contrapontos realizados por autores que pensaram a história

teórico-metodológica da CI vem, aos poucos, sendo constituída neste trabalho.

Reconhecendo a caminhada epistemológica da CI, que vai de um foco inicial mais ligado às ciências da natureza, exatas, até uma declarada aproximação recente com as ciências sociais, uma preocupação com estes últimos passos se evidenciará. Na busca pela compreensão das discussões teóricas contemporâneas da pesquisa na área e de seus desafios a partir das abordagens hoje propostas e praticadas, a análise dos trabalhos que procuraram delinear a fase atual do pensamento do cientista da informação foi tomada como ponto de partida para uma pergunta inicial: como pensamos a CI no cotidiano da pesquisa e que direção esta apreensão toma na construção do conhecimento científico em torno dos estudos voltados para organização dos saberes?

A partir desta indagação, uma série de outras dúvidas se abrem. Dentre estas, temos a seguinte questão-problema: as revisões contemporâneas da noção de informação como objeto, fenômeno e fetiche da CI não abrem, na verdade, as veias de uma justificação frágil de ciência apresentada pela historiografia da área que confunde o nascimento da expressão “ciência da informação” como o nascimento de uma disciplina – ou de uma interdisciplina? Será mesmo a história da CI a história da informação? As transformações terminológicas da área de organização do conhecimento – mudanças do nome de institutos, escolas e centros de pesquisas, como também de revistas acadêmicas, para abrigar o termo informação em suas vitrines – não escondem uma história mais concreta da área e uma justificativa científico-social mais sólida?

As práticas e suas reflexões, ainda que não documentadas, das disciplinas e intervenções no mundo da organização do conhecimento que antecederam o desenvolvimento da tecnologia computacional, este que se confunde com o nascimento da expressão “ciência da informação”, não contradizem afirmativas que se reproduzem como: “nosso objeto é a informação”; “por estarmos na sociedade da informação e nosso objeto ser a informação, integramo-nos diretamente na árvore do conhecimento como uma nova disciplina...”

Na apreensão desta linha de aproximação, encontraremos – como na definição epistemológica de Bachelard (1983), voltada para o homem cotidiano, que afirma a necessidade de “descrever a rivalidade e a cooperação do esforço teórico e da pesquisa experimental” (BACHELARD, 1983, p. 20) –, uma preocupação comum em tomar a epistemologia como uma teoria da ação, julgada pelo diálogo no solo das construções teóricas e em seus contextos deliberativos. Esta visão do mundo

sobre a epistemologia comunga tanto do pensamento de Wittgenstein sobre o conhecimento, como também das manifestações discursivas que aqui reunimos sob o nome de tradição pragmática. Por exemplo, em Rendón Rojas (1996), a dialética pragmática é o que mais interessa à CI, do mesmo modo que, em González de Gómez (1996a), ao dividir a relação entre informação e conhecimento em três esferas, objetivista, cognitivista e comunicacional, afirma que esta última é aquela sobre a qual o conhecimento mais deverá avançar.

Neste diálogo entre os três autores acerca do pragmatismo e a própria epistemologia bachelardiana, é que pontuamos a relevância e a leveza dos princípios do pragmatismo wittgensteiniano. Quando Bachelard (1983, p. 133) aborda o conhecimento científico como “um livro ativo, um livro ao mesmo tempo audacioso e prudente, um livro de ensaio, livro do qual já se desejaria dar nova edição, edição melhorada, refundida, reorganizada”, sua metáfora abraça-se à metáfora wittgensteiniana de linguagem, entre as quais o filósofo vienense fundamenta sua abordagem pragmática. Para Wittgenstein (1979, p. 15), a linguagem, matéria do conhecimento, “pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes”. Essa cidade inabarcável em sua totalidade, uma vez que é formada por uma rede de construções específicas, marcadas por características físico-subjetivas de tempo e espaço, está em permanente e incontrolável expansão, como o livro do conhecimento científico de Bachelard (1983). Seus becos e travessas revelam o livro do mundo.

Ambos, Bachelard (1983) e Wittgenstein (1979), entendem o conhecimento como um caminhar interminável por contextos e contextualizações – o conhecimento como ação -, conferindo ao indivíduo e seu grupo social importância direta na construção de sentidos para o mundo que os cerca. Desta maneira, da interação entre os atores do cotidiano, nascerá o conhecimento de cada comunidade específica, pois cada grupo de indivíduos compreende o mundo de forma diferente e reinventa este mundo a seu modo.

Ao preocupar-se com a linguagem como grande risco e permanente desafio para a construção do conhecimento, Wittgenstein (1979), afirma: “a posição cotidiana da contradição ou sua posição no mundo cotidiano: este é o problema filosófico” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 57). Desta forma, seu pragmatismo é uma teoria que interpreta a ação como esfera em constante descontinuidade no plano do cotidiano, tendo na contradição do confronto deliberativo entre os indivíduos, ou seja, na

percepção subjetiva destes acerca do social, o eminente tópico de investigação.

Inúmeros motivos que explicitam a preocupação que levou até a releitura epistemológica da área e o discurso pela escolha do pensamento pragmático de Wittgenstein como companheiro para uma viagem aos becos e travessas da CI já foram implicitamente apresentados. Diante da necessidade de esclarecimento rigoroso acerca das causas e intuitos desta aproximação, são aqui descritas, de um modo geral, as instâncias que refletem as motivações, necessidades e urgências deste encontro na arena epistemológica, detalhando seus motivos e suas consequências instantâneas.

a. A sonolência dos estudos teóricos acerca da filosofia da ciência em CI: está presente no discurso de uma gama de autores da área - dos quais podemos lembrar resumidamente Pinheiro & Loureiro (1995), Hjørland (1998; 2000; 2002), Le Coadic (1996), Cornelius (2002) – a escassez de estudos acerca do horizonte científico da CI, o que mantém a área em um estado de fragilidade teórico-conceitual (PINHEIRO & LOUREIRO, 1995), evidenciando a emergência das investigações epistemológicas e filosóficas;

b. A tarefa epistemológica de vigilância permanente, que aqui preferimos chamar de recontextualização permanente, como convoca o próprio pragmatismo: uma vez observada a multiplicidade de discursos que desembarcam na CI, visando contribuir para sua missão na preservação e no acesso ao conhecimento, na representação e na transmissão, e as diversas disciplinas científicas que analisam o conceito de informação, vê-se necessário um conjunto de apontamentos críticos sobre as movimentações meta-científicas recentes e remotas da área, de modo a ampliar os modelos compreensivos de observação epistemológica e reflexão sobre as perspectivas da própria epistemologia informacional;

c. A necessidade objetiva de descrição dos becos e travessas da tradição pragmática da CI: partindo da afirmação de Bachelard (1983, p. 116), que diz que “toda objetividade, devidamente verificada, desmente o primeiro contato com o objeto”, acredita-se aqui ser necessária a revisão sistemática do debate sobre o pragmatismo na área de organização do conhecimento, suas incursões e produtos teóricos até o presente momento, reunindo autores que pensaram pragmaticamente a organização dos saberes;

d. A influência inicial de Wittgenstein sobre a área, verificada, por exemplo, em Frohmann (1992), Capurro (1991) e Brier (1996), no processo de delineamento limiar de um pragmatismo

informacional para o estudo informacional, mas interrompida no âmbito epistemológico da CI: segundo Capurro (2003a), a corrente epistemológica apresentada por Wittgenstein influenciará os estudos da informação na constituição de seus fundamentos sociais, mas, como alertou o próprio Capurro (2003), esta abordagem foi pouco e superficialmente debatida, carecendo de um resgate teórico;

e. A reflexão epistemológica de Wittgenstein e Bachelard e sua correlação com a epistemologia de autores da tradição pragmática da CI, como Hjørland & Albrechtsen (1995), Marteleto (2002), Mostafa (1995), Blair (2003), Day (2005) e Capurro (1991, 2003): Hjørland (1995) e Wittgenstein (1979), por exemplo, reivindicam uma epistemologia do cotidiano, crítica e atuante, tendo a ação contextual como limite mutante de observação, o que se entrelaça com o pensamento de Bachelard (1983, p. 121). Como afirmam Janik & Toulmin (1991, p. 230), para Wittgenstein a tarefa da filosofia não era o trabalho de construção de um corpo de doutrina, mas justamente a vigilância permanente para evitar tal construção. Este rigoroso olhar sobre a dinâmica do cotidiano acerca da observação de culturas diversificadas que povoam uma mesma macro-cultura aparece em Bachelard (1983, p. 177), que, em sua exposição sobre uma simples mesa iluminada por uma lâmpada, entende que ali, por si só, um mundo particular se apresenta: “a lâmpada noturna, sobre a mesa familiar, é também o centro de um mundo”;

f. A filosofia da linguagem e sua profunda relevância para a CI, como analisado por Blair (2003): uma vez que a preocupação de Wittgenstein sempre esteve direcionada para os problemas da linguagem e da representação-comunicação da mesma, a obra do filósofo ganha dimensões mais profundas para análise em diversos campos de investigação dentro da CI, como as inserções wittgensteinianas empreendidas por Novellino (1998) no estudo acerca da transferência da informação, no trabalho de González de Gómez (1993) acerca das questões epistemológicas da representação do conhecimento, na pesquisa sobre subjetividade e transdisciplinaridade de Cintra (1996), na pesquisa de Alonso (2001), onde relaciona dado, informação, conhecimento, signo e linguagem;

g. A noção de uso como um dos fundamentos da filosofia de Wittgenstein e sua interação com a conexão entre teoria e prática na CI: em Wittgenstein (1979), a filosofia deve pensar o prático, deve resolver a questão – o que não deve ser pensado sobre uma perspectiva imediatista, por isso, antes, deve-se abordar a filosofia do cotidiano, das linguagens primitivas, a prática também como reflexão. Sua construção filosófica vai de encontro aos pressupostos dos estudos de organização do conhecimento como área de compreensão de usos e feitura do conhecer. Como

afirma Hjørland (1998), a teoria em CI está diretamente ligada aos aspectos práticos, relacionada intimamente à busca por explicar o comportamento de uso da informação, por resolver questões subjetivas de ordem objetiva, como solucionar entraves semânticos que limitam os potenciais de recuperação de informação de um sistema de informação;

h. As leituras filosóficas como aquelas de Rorty (1997, 2000) e Condé (2001) acerca do pragmatismo de Wittgenstein e a missão/responsabilidade social da CI, refletida em investigações como aquelas de Freire (1995, 2004): em sua tese de doutorado, Condé (2001) procurou formular propostas para a crise da racionalidade moderna a partir das inúmeras contribuições deixadas pelas *Investigações Filosóficas*. Como afirma o pesquisador,

a sociedade pós industrial, a era do vazio, a civilização da imagem, a era do indivíduo, etc. são algumas das denominações que a época em que vivemos vem recebendo. Todos estes rótulos, por mais diferentes que possam ser, procuram responder à mesma latente necessidade da sociedade contemporânea de criar para si interpretações, modelos explicativos, teorias, etc., mais do que qualquer outra época, a cultura contemporânea carrega a necessidade de si autocompreender. Ela comporta a vicissitude de expor sua auto-origem, seus problemas, suas soluções, seus paradoxos, seus limites e sua ilimitada capacidade de criar hermenêuticas. (CONDÉ, 2001, p. 9)

Diante desta convulsão de interpretações presente no que a CI, em geral, caracteriza como “sociedade da informação”, temos em Wittgenstein (1979) a construção de uma filosofia que se posiciona, de um lado, a favor do abandono de preocupações fundacionistas, representacionistas e essencialistas, de outro, em direção a um modelo de racionalidade sem um fundamento último, um modelo voltado para o enfrentamento das dificuldades filosóficas com a edificação de critérios pragmáticos (CONDÉ, 2001).

i. A categoria “sentido” em Wittgenstein e na CI: tanto para a filosofia de Wittgenstein quanto para a epistemologia e para os territórios de aplicação da CI o sentido é uma das instâncias que mais demandam investigações e discussões exaustivas. Para formular seu conceito de informação, por exemplo, Azevedo Netto (2002) trata como fundamental a noção de significado. Partindo das noções peircianas de sinal, signo e informação, o autor formula a definição dessa entidade como algo que diz respeito a uma “produção de significados socialmente aceitos”, sendo apreendida, nessa abordagem, como signo. Em Silva (2001), encontramos, em um plano geral, a maneira com a qual CI e seus objetos se relacionam com a questão do sentido. Segundo a autora,

ao mencionar o processo de atribuição e comunicação do sentido, temos contemplado o ato de conferir significados à informação como requisito à

sua própria validade e existência, uma vez que os dados ou registros, divorciados deste processo ou prática, não correspondem ao que consideramos informação (SILVA, 2001)

Em Wittgenstein (1979), uma das formulações interrogativas, dentre aquelas que demarcam toda a problematização de seu percurso filosófico, está: o que isto quer dizer? Será a partir desta indagação que o filósofo iniciará sua caminhada até chegar a uma abordagem pragmática.

j. A intrínseca relação entre tradição pragmática, CI, hermenêutica e o pragmatismo wittgensteiniano: Capurro (1991, 2003a) aborda a hermenêutica como paradigma para a CI, vinculado a uma abordagem social, que vem, para o olhar do autor, “superar” um enfoque cognitivo, observando o usuário não como um ente isolado, mas inserido em um campo social ou científico. Neste contexto, o pesquisador chama atenção para se pensar o conceito de relevância na área a partir de três processos hermenêuticos: uma hermenêutica dos usuários, outra da coleção e uma terceira do sistema intermediário (CAPURRO, 2003a). Como lembra Tiburi (2000), etimologicamente, hermenêutica remete ao deus grego Hermes, mensageiro da palavra divina e mediador que possibilitava a compreensão. Logo, o pensamento hermenêutico se fundamenta na interpretação, isto é, na experiência de um afastar-se aproximando (TIBURI, 2000). Esta interpretação é realizada através de perguntas e cada pergunta é delineada conforme a posição do sujeito no mundo – posição que lhe oferece uma linguagem para a prática da comunicação. Em consonância com os princípios recentes propostos por Capurro (1991, 2003a) para os estudos da informação, identificamos no pragmatismo wittgensteiniano uma hermenêutica da linguagem cotidiana, uma teoria – por vezes entendida como uma psicologia da linguagem, uma terapia que permitiria evitar os erros aos quais esta diariamente nos conduz (CONDÉ, 1998, p. 35) – acerca das possibilidades de interpretação que o uso das palavras pode remeter.

2.3. Horizontes de pesquisa

Este diálogo entre métodos e teorias em torno do pragmatismo, que apresenta uma clara ligação com o modo wittgensteiniano específico de abordar o conhecimento abre o horizonte para o seguinte problema, que é aqui investigado:

entendendo-se a atividade científica como uma outra construção social e dinâmica, que adquire significado a partir dos jogos de linguagem que os sujeitos praticam dentro de uma comunidade

discursiva, como podemos interpretar e compreender uma tradição pragmática dentro da epistemologia dos estudos de organização do conhecimento, onde se insere Ciência da Informação?

Dentro desta visão, o objetivo geral desta investigação é:

Desenvolver um estudo histórico-epistemológico de compreensão da tradição pragmática da epistemologia informacional, tendo como diálogo o pragmatismo de Wittgenstein.

Para atingir este fim, os seguintes objetivos específicos serão desvelados:

- a. Construir uma leitura alternativa sobre a historiografia da área, de modo a desvelar os cenários filosóficos que justificam a constituição político-epistemológica da área;
- b. Identificar os fragmentos pragmáticos que vão se somando na construção de uma epistemologia da CI a partir das noções pragmáticas de Wittgenstein;
- c. Descrever as narrativas de uma tradição pragmática da CI;
- d. Refletir sobre os desdobramentos das narrativas da tradição pragmática no território das práticas informacionais.

3.

ITINERÁRIO DE VIAGEM: metodologia de investigação

A derradeira incompreensibilidade e indeterminabilidade de alguém. Se vocês já usaram mapas e bússolas, devem saber que há um erro que precisa ser corrigido a fim de encontrar um norte verdadeiro. É muito parecido com um romance, que rapidamente estabelece um acordo tácito com o leitor. Uma parte importante deste acordo tácito é sobre o quanto o livro se desvia da realidade: ele talvez se desvie bastante, até mesmo magicamente, mas a idéia, sempre, é encontrar o norte verdadeiro, ou pelo menos um possível norte verdadeiro, ou múltiplos nortes.

Bruce Duffy

Procuramos, nesta visita, apresentar a metodologia da pesquisa que se propõe a partir dos horizontes e companhias anteriormente apresentados junto aos objetivos da investigação. Buscamos brevemente clarificar algumas noções e conceitos adotados ao longo da travessia, bem como descrever as etapas que serão empreendidas, respondendo à questão: como podemos realizar uma viagem aos becos e travessas da CI?

Como estudo epistemológico, sugerimos aqui uma pesquisa retórica, com elementos de ordem social e hermenêutica. Sendo esta uma investigação que procura se aproximar de uma filosofia da ciência, procuramos uma epistemologia-guia tanto crítica quanto poética, que nos dê a liberdade coerente de traçar leituras sistematizadas em cada visita aos textos selecionados, como também trans-leituras criativo-provocativas.

Neste intuito, chegamos até a historiografia epistemológica do filósofo Gaston Bachelard, que percorre uma fase inicial diretamente ligada às epistemologias das ciências exatas, para se aproximar de uma sociologia do conhecimento. Bachelard (1974) preocupa-se com a redução que os cientistas, em geral, fazem da filosofia da ciência, considerando-a muitas vezes apenas “o resumo dos resultados gerais do pensamento científico”, isto é, pensada apenas na pós-investigação, e nunca antes da intervenção. A epistemologia histórica de Bachelard (1968, 1974) vai na direção oposta a este pensamento. Sua procura é por uma análise permanente do cotidiano da pesquisa, ou o “drama” do espírito investigador em seu dia-a-dia.

Propõe-se, como mencionado, para além de Bachelard, uma investigação imaginativa. Esta é uma abordagem que procura, a partir da aproximação de semelhanças de família entre pensamentos de um período na epistemologia da CI, coletar e polir, datar e contextualizar, ouvir e participar dos jogos de linguagem de determinadas narrativas sobre a tradição pragmática na epistemologia informacional. O reconhecimento de uma epistemologia da imaginação é o argumento para sustentar uma narrativa mais sensível aos pormenores da linguagem, dos quais nos alerta Bachelard (1974), Wittgenstein (1992a) e Ítalo Calvino (1990).

3.1. A propósito da expedição

Nesta expedição à tradição pragmática não abarcamos todo o conhecimento sobre o campo

investigado, não sintetizamos o todo. Os caminhos que nos levaram a certas narrativas, nos desviaram de outros – as escolhas tanto iluminam como eliminam alternativas. Neste momento em que escrevemos, como lembra Wittgenstein (1979), outros bairros estão se constituindo, outros becos, largos e travessas nascendo; no momento em que produzíamos o texto, havia becos, largos e travessas sendo redimensionados, reestruturados, renomeados. Tudo isso pode acusar a ausência, muitas vezes sensível e profunda, de determinadas cartas ao pragmatismo na epistemologia informacional. Esta ausência se apresenta, no entanto, como a provocação de uma epistemologia da imaginação, um convite radical à releitura do projeto de revisão crítica aqui iniciado. O que nossa epistemologia pode almejar é contribuir com seu breve e leve incremento de sensibilidade, o incremento de que nos fala o pragmatismo de Richard Rorty (1997, 2000) – ou, dito de outra maneira, a sensibilidade humanista, marca dos estudos pragmatistas do conhecimento.

Se pedir a alguém para lhe ensinar como chegar ao endereço que você tem a mão, nunca ouvirá as mesmas palavras e frases e trejeitos e gestos e tons de voz e expressões faciais para explicar um mesmo caminho; se contar a uma pessoa como se faz para chegar a um lugar, do mesmo modo, dificilmente você estará referenciado o mesmo endereço; travessias são histórias de vida, narrativas: únicas. Em seu estudo acerca dos relatos de lugar, o historiador Michel de Certeau (1994) nos conta que o aparecimento do mapa – o desenvolvimento da ciência da cartografia, nos séculos XV e XVII – inicia a substituição dos relatos de itinerário, ou narrativas de percursos reproduzidas de viajante a viajante, de ouvinte a ouvinte, explorando, assim, a contextualidade dos ambientes atravessados e a sensibilidade da própria subjetividade do narrador. O mapa, descrição geométrica do relato de viagem, economiza e busca um universalismo na apresentação do relato. Esta é, em certa medida, a substituição observada por Benjamin (1985), da narrativa pela informação.

O mapa informa; a narrativa descreve; o mapa pode ser universal, a narrativa será sempre contingencial, sobreviverá sobre uma referência ou conjunto de referências – contexto de presentificação, contexto social, contexto ideológico, político, emocional, etc. Se buscamos, no entanto, em nossa viagem, investigar uma longa duração dentro dos estudos informacionais, caminhar por becos e travessas, somos muito mais íntimos deste relato de itinerário. Por isso, identificamos aqui uma narrativa – o relato do viajante – entre narrativas – a coleta de sensibilidades discursivas que se apresentam nas manifestações dos estudos de organização do conhecimento.

Uma possível carta aberta de honestidade – que vem antes de uma carta de justificação, e configura-se muito aquém de uma possível carta de verdade, como nos diz Rorty (1997, 2000) – sobre nossa

posição diante do trabalho conteria as seguintes confissões:

a) o que aqui é formulado – as opiniões e hipóteses de ordem pessoal – não possuem uma essência inédita: nossas observações são fruto do cruzamento de pensamentos, propostas e provocações anteriores, aqui reunidas para dialogar, aqui sintetizadas para comunicar;

b) não abarcamos todos os autores que falaram sobre o pragmatismo informacional, como mencionado. Reconhecemos que ao final da narrativa aqui discutida, assim como o foi com aquelas sobre as quais realizamos nossas leituras, inúmeras ausências serão “sentidas” e “reclamadas”. Nossa pretensão em compreender como se dá a constituição de uma tradição pragmática segue um percurso que certamente não poderia cobrir todos os fragmentos que constituem um complexo de teorias e metodologias científicas de uma área, ainda mais quando atuamos com a epistemologia ainda dispersa como a da CI, ou, de modo mais amplo, dos estudos de organização do conhecimento;

c) partimos de uma linha de compreensão essencialmente portuguesa, como lembrado anteriormente (capítulo 2), pois, como diria Wittgenstein (1979), está em minha língua – suas palavras, seus gestos – os modelos de meu entendimento. Isto posiciona as presentes argumentações como íntimas, dentro da epistemologia informacional, de um pensamento ibicetano; o que nos faz, igualmente, bem mais íntimos de um wittgensteinianismo vindo de Margutti, Condé, Hebeche, Giannotti, entre outros, na leitura do segundo Wittgenstein, que da própria interpretação direta, solitária e unilateral da obra do filósofo;

d) esta pesquisa é diretamente provocada pelas revisões epistemológicas de Capurro (1991, 2003) e pelas incursões de Novellino (1996, 1998) na filosofia da linguagem, no âmbito da CI. Assim, partimos – cais inaugural – das sensibilidades lançadas por estes dois autores. Tendo as divisões epistemológicas de Capurro como primeiro norte, procuramos investigar o que o autor chamou, em 1991, de paradigma hermenêutico, e, em 2003, de paradigma social. Daí as primeiras notas de bordo são circunstanciais para toda a viagem: a) podemos chamar de paradigmas a oportuna divisão em períodos da epistemologia da CI?; b) como podemos recortar de forma mais profunda as evidências deste “período pragmático”, indo além das observações de Capurro (1991, 2003), mas sem nos perdermos na viagem e não encontrarmos o caminho de volta, produzindo um texto incoerente? Algumas das incursões de Novellino (1996, 1998) colaborarão para o princípio destas respostas;

e) ao convidar o leitor a uma viagem ao pragmatismo informacional incorremos, certamente, em alguns becos e travessas, por relevar uma suposta “superioridade” desta rede de discursos dentro da CI sobre outras - e, em certa medida, nossas escolhas podem conduzir até um enfeitiçamento contra o qual aqui militamos. Este não é o objetivo – e nem um fim – deste trabalho. Não somos indiferentes aos problemas ligados a um olhar pragmatista do conhecer. Mas aqui procuramos apontar substancialmente suas contribuições, uma vez identificada a proporção tomada pelo discurso representacionista, que, em determinados momentos, pareceu anular este olhar. Esta possível relação de encantamento com um ângulo epistemológico – que procuramos minimizar, sem anular nossa argumentação crítica – se dá apenas pelo fato direto de que na presente viagem é esta a tradição – sua longa duração – que nos propomos investigar, descrever e problematizar em suas evidências e conseqüências. Sabemos que investigações sobre outras sub-tradições, como a Biblioteconomia tecnicista, a Documentação, o enfoque físico e o enfoque cognitivo da CI tendem a desvelar também outras grandes contribuições do pensamento informacional, ainda carente de revisões profundas, sensíveis, críticas e provocativas. Estas manifestações aparecerão em nossa viagem, porém, em diferentes momentos, o que se faz necessário em todo relato histórico, pois se identificamos uma longa duração na epistemologia dos estudos de organização do conhecimento, percebemos, em seu desenvolvimento, um outro conjunto permanente de elementos que não comungam das mesmas semelhanças de família.

3.2. Teia metodológica estrutural

Esta é uma pesquisa social-epistemológica – em outras palavras, uma pesquisa retórica. Sua estrutura é baseada em uma metodologia histórico-hermenêutica. Trabalhamos com a busca permanente do consenso, o equilíbrio dos estudos retóricos. Assim, são permanentemente encontradas, ao longo do trabalho, as relações entre *logos*, *pathos* e *ethos* (BAUER; GASKEL, 2003), ou seja, uma lógica para os argumentos – epistemologia histórica de Bachelard -, um estilo de apelos e reconhecimento de narrativas – epistemologia da imaginação – e as referências implícitas e explícitas de vozes às quais nos referimos e de nossa própria voz – narrativas e fragmentos de narrativas do pragmatismo informacional em diálogo com as noções de Wittgenstein.

Como estrutura metodológica para o diálogo com as perspectivas de uma epistemologia da CI, a epistemologia histórica de Gaston Bachelard será adotada, entendendo-se ser esta linha de argumentação sobre o fazer científico de grande importância para o desenvolvimento teórico desta ciência, devido a sua preocupação com o estudo do cotidiano, ou seja, da cientificidade resgatada

das relações sociais, entre as quais o conhecimento se desenvolve.

3.2.1. Estrutura metodológica de uma investigação teórica: entre a epistemologia histórica e uma epistemologia da imaginação

3.2.1.1. Bachelard e a epistemologia histórica crítico-poética

É a partir do filósofo da ciência Gaston Bachelard que damos vida à estrutura teórica desta incursão retórica. Para Bachelard (1974, p. 162) é necessário, na filosofia da ciência, um trabalho permanente de reflexão em torno da coerência e da unidade do pensamento que se voltam para a síntese do saber. Sua preocupação epistêmica gira em torno da distância entre a metafísica propriamente dita e os trabalhos práticos particulares de cada atuação científica. Para Bachelard, a epistemologia caminha na relação entre estes extremos do saber, nunca diretamente vinculada à metafísica, nem à aplicabilidade. Conforme reflete o filósofo, ao ater-se de um destes pólos, a cientificidade torna-se frágil.

Enfraquece-se contra os dois obstáculos epistemológicos contrários que limitam todo o pensamento: o geral e o imediato. Ora valoriza o *a priori*, ora o *a posteriori*, abstraindo das transmutações de valores epistemológicos que o pensamento científico contemporâneo permanentemente opera entre o *a priori* e o *a posteriori*, entre os valores experimentais e os valores racionais. (BACHELARD, 1974, p. 162)

Assim, para o epistemólogo, precisamos de uma filosofia do “entre”, capaz de operar entre a objetividade e a subjetividade que permeiam a atividade científica. Em outras palavras, “o empirismo precisa de ser compreendido; o racionalismo precisa de ser aplicado” (BACHELARD, 1974, p. 162). Bachelard (1974, p. 163) convoca para uma epistemologia dos dois pólos, uma epistemologia que sobrevive através de um desenvolvimento dialético, multilateral. “Pensar cientificamente é colocar-se no campo epistemológico intermediário entre teoria e prática, entre matemática e experiência. Conhecer cientificamente uma lei natural é conhecê-la simultaneamente como fenômeno e como número” (BACHELARD, 1974, p. 163). Trazendo para o discurso específico das ciências do homem, trata-se de pensar a lei natural também como fetiche, também como produto de imaginários que podem conduzir às mais diversas interpretações (RORTY, 1997).

No olhar de Bachelard (1983, p. 20), a epistemologia indica a fenomenologia do homem cotidiano no seu permanente processo de estudo. Desta forma, a função da jornada epistemológica é descrever a rivalidade e a cooperação do esforço teórico e da pesquisa – em outro olhar, sua função é buscar narrativas que reconhecem o homem em sua condição coletiva de pesquisador. Em sua formulação do novo espírito científico, Bachelard (1968, p. 54) acredita que a predisposição científica “não pode se contentar com pensar a experiência presente em seus traços marcantes”, é preciso que ela “pense todas as possibilidades experimentais”.

Ao encontro de Bachelard – já debatido dentro da formulação teórica da CI, como no trabalho de Francelin (2005a) e Pinheiro (1997) –, este estudo se aproxima, uma vez que pretende pensar a epistemologia como ação, como processo dinâmico de intercâmbio entre pesquisadores que são, antes de tudo, indivíduos inseridos em ambientes sociais concorrentes. Trata-se de abordar a epistemologia como aquilo que o autor chama de “drama” cotidiano do estudo cotidiano (BACHELARD, 1983, p. 20), ou, o estudo dos becos e travessas onde o pesquisar se faz vivo e ativo.

Do mesmo modo, esta pesquisa visa, por um lado, apreender o estudo da ciência como uma filosofia sem um cerne único de investigação, mas aberta aos pontos de vista que se chocam e se distribuem no debate teórico; por outro, propõe combater o espírito não-científico, do processo epistemológico imediatista, fazendo uso freqüente da idéia bachelardiana de que a “essência da reflexão é compreender que não se havia compreendido” (BACHELARD, 1983, P. 112). Julgando este modelo de indagar permanentemente pela compreensão revisitada, revisando os passos epistemológicos da ciência, suas permanências e rupturas – e principalmente as primeiras –, este trabalho procurará reencontrar o debate sobre a leitura pragmática da informação e refletir seus pressupostos, trazendo as contribuições do filósofo Wittgenstein para arena de sedimentação deste enfoque em CI.

Desta forma, nossa plataforma de construção do projeto, que inclui Apresentação, Introdução – capítulo 2 -, discussão metodológica – capítulo 3 -, justificativa – capítulo 4 – e classificação historiográfica – capítulo 5 -, ou seja, nossa preparação para a viagem é maior que o viajar – capítulos 6 a 9. Esta posição é respondida, a princípio, pela questão dos caminhos que uma investigação de mestrado nos limitam. No entanto, a causa maior de tal opção é justamente a crítica aqui realizada da necessidade de plataformas teóricas mais profundas e críticas para os trabalhos da área.

A abordagem epistemológica contextual e dinâmica aqui defendida vem dialogar também com Francelin (2003b) e Santos (1989), na preocupação em torno do plano do reconhecimento da informação no cotidiano. Independente da conceituação destes autores acerca da pós-modernidade, que aqui não nos caberá analisar, encontramos em Francelin (2003b) e Santos (1989) a preocupação com uma leitura do mundo científico próxima aquela pensada por Bachelard (1983) e por Wittgenstein (1979). Trata-se de compreender a construção do conhecimento como um processo de recontextualização de sentidos, de verificação rigorosa dos intercâmbios culturais no solo das relações sociais. Em outras palavras, trata-se de reencontrar um humanismo aparentemente afastado dos estudos de organização do conhecimento, mas que pode ser desvelado, em nossa hipótese, a partir do estudo da longa duração de uma certa tradição pragmática.

Em Santos (1989, p. 77), temos

que todo conhecimento é contextual. O conhecimento científico é duplamente contextualizado, pela comunidade científica e pela sociedade. O contexto desta última é, por sua vez, internamente diversificado (...). A dupla contextualização do conhecimento científico significa que ele é simultaneamente uma prática científica e uma prática social e que suas dimensões não podem ser separadas senão para fins heurísticos.

O conceito de “abertura” no pensamento do espírito científico que aparece em Bachelard evoca uma discussão subjetiva que aponta para a necessidade de estudo não apenas do pensar científico, mas também do sonho e da poética da construção científica, pois, como apontado em Santos (1989), a prática social, imersa em imaginários coletivos, é intrinsecamente enraizada na prática científica. “O conhecimento coerente”, nos lembra Bachelard (1974, p. 242), “é um produto, não da razão arquitetônica, mas sim da razão polêmica”. Bachelard, dessa forma, trata de tornar a epistemologia mais sensível, e menos rígida, ainda que rigorosa, para compreender a complexidade da ciência e de seus pormenores não-totalizantes. Assim como no pragmatismo, o filósofo preocupa-se fundamentalmente com sensibilidades, e menos com verdades – como é comum na história da epistemologia.

Ao preocupar-se com a compreensão, Bachelard (BACHELARD, 1974) toma a dialética como arma contra essa rigidez – através do permanente diálogo entre as teorias e métodos podemos, com mais aguda coerência, tecer apontamentos e revisões sobre a construção da ciência. Neste contexto, o filósofo identifica a importância de substituição do ponto de vista do pluralismo vertical – buscar apenas o que há no interior da substância fixa, como no caso da Química – para um pluralismo horizontal, ou seja, das “vizinhanças” que constroem as “condições de detecção na definição da

substância” (BACHELARD, 1974, p. 190). É este pluralismo das vizinhanças que nos permite pensar as semelhanças de família de Wittgenstein (1979), que nos permite perceber a tecitura de tradições em uma história de longa duração dos estudos informacionais – o que nos parece de suma importância em uma área do conhecimento como a CI tão atenta aos eventos paradigmáticos que aparentemente transformam a ciência, suas nomenclaturas e modos de pesquisar.

Ainda: é este pluralismo das vizinhanças outra maneira de pensar nossa metáfora dos becos e travessas, ou seja, para conhecer a epistemologia de uma área é preciso visitar os discursos circunvizinhos, adentrar suas argumentações e explorar seus diálogos. Trata-se, dito de outra forma, de definir uma “substância pela 'coerência' dos princípios racionais que servem para coordenar os seus caracteres, e não fundamentalmente pela 'coesão' interna afirmada pelo realismo” (BACHELARD, 1974, p. 204). A exploração desta coerência é, em resumo, a primeira procura de uma tradição pragmática. (RORTY, 1997)

No “novo espírito científico” de Gaston Bachelard (1974, p. 213), encontramos a classificação do sonho epistemológico: o sonho que interroga. Baseado em uma filosofia do não, a argumentação epistêmica se depara com as “paisagens sociais” e indaga: por que não? A coerência da resposta estará na capacidade de diálogo com outros pontos de vista – ou solidariedade de interpretação, ou percepção de semelhanças de família entre os jogos de linguagem –, que contribuirão para um olhar mais amplo diante da complexidade da paisagem que se apresenta, viva e intensa. O racionalismo defendido por Bachelard (1974, p. 221) – um racionalismo de ordem flexível e móvel, ou seja, uma racionalidade com base humanista – é que nos levará a conceber para esta viagem uma epistemologia da imaginação. Esta, que a seguir descrevemos, não reflete apenas a extensão bachelardiana que procuramos nesta viagem. Reflete também como e porque chegamos até aqui, e como sonhamos concluir esta jornada.

3.2.1.2. Por uma epistemologia da imaginação

Explicitamos, através da noção de uma epistemologia da imaginação, a condução da vida que se leva na viagem que se propõe: a apresentação do perfil do viajante e de sua bagagem. Em suma, buscamos descrever os materiais utilizados e a técnica adotada para compor a obra, explicitando ao leitor a biografia dos passos do narrador. Traduzindo para a pedagogia millsiana do cientista social aprendiz, isto significaria: eis aqui o eu metodologista, nossa proposta de rota para expedição (MILLS, 1975, p. 135). Acreditamos – e explicitamos desde já – que a tradição pragmática dos estudos informacionais – ao preocupar-se com as intersubjetividades e com um “conhecimento

comum”, com uma hermenêutica dos jogos de linguagem – convida-nos para uma substantiva imaginação epistemológica, para uma desburocratização dos princípios metodológicos, para uma criatividade no pensamento.

Chamamos de uma epistemologia da imaginação nosso modo de conceber a filosofia da ciência – um pensamento que nasce de nossa vivência em bibliotecas, salas de aula e gabinetes de pesquisa, bem como em todos os outros ambientes favoráveis ao conhecimento, como lanchonetes, salas de cinema, mesas de café, corredores, bem como da própria filosofia do não bachelardiana. Uma epistemologia da imaginação não impõe regras. Ela observa as regras que os pesquisadores vêm praticando e descreve as outras regras incontáveis que cercam seu modo de fazer. Não vislumbra, desta maneira, a busca pela verdade. Investiga as condições de constituição de padrões sociais de configuração de coerências, ou seja, narrativas e seus imaginários. Apreendemos, assim, os viajantes dos séculos XV ao XIX, como outros, representantes dos grandes espíritos científicos. Ali, a metodologia científica era: a) imaginar; b) caminhar por imaginários; c) interpretar; d) narrar.

Para uma epistemologia da imaginação não podemos dominar e conter as relações sociais, fotografá-las; mas podemos acompanhar, através de narrativas, a história da sedimentação de seus hábitos. Trata-se da construção de uma fenomenologia convocada tanto por Bachelard quanto por Wittgenstein. Podemos, sim, compartilhar imaginários; participar para ouvir; e ouvindo, imaginar (e não decifrar ou reter), a partir de indícios de costumes e crenças, os modos (usos) do termo ciência que se faz – o social imagina, o social é o que está imerso em imaginários. A epistemologia da imaginação poderia sugerir/descrever os seguintes hábitos para uma pesquisa imaginária/imaginativa: conviver e ouvir através dos becos e travessas; antes de classificar e afirmar. E, após conviver e ouvir, sugerir. A sugestão imaginativa é o verso capitular da poética da imaginação epistemológica, metáfora refletida no pensamento de Richard Rorty (1997, 2000): a sugestão como um incremento de sensibilidade.

Como então poderíamos responder à terminologia dos métodos científicos o local onde se encaixa este trabalho? Uma pesquisa retórica, como anteriormente mencionado, com enfoque hermenêutico e social, seria uma resposta inicial, mas que parece excessivamente poluída de significados múltiplos. Poderíamos sugerir: esta pesquisa é uma narrativa de viagem, uma pequena caixa de cartas provocativas, ou uma história provocativa das idéias, um poema do cotidiano da CI, um relato de remotas e recentes sensibilidades, uma reunião de crônicas, uma coletânea de fábulas, um ideário, uma memória das formações discursivas, um ensaio sobre as travessias do pensamento.

A imaginação, como nos revela Costa (2000, p. 340), “é a capacidade de colocar uma nova forma, é o que nos permite criar um mundo”. Uma epistemologia da imaginação é, pois, uma provocação à criatividade informacional, à cultura científica das disciplinas da informação. Desta forma, esta é uma viagem que poderia se dizer: de epistemologia, de história, de filosofia, de organização do conhecimento. Diremos, antes, da imaginação. Qual imaginação? Uma certa imaginação dos saberes: entendendo estas categorias imersas em narrativas, como provocação à sensibilidade leitora; entendendo leitor como o que é passível de se sentir conhecer; entendendo conhecimento, como Bachelard (1974), como o que incomoda, como a polêmica do conhecer.

Falamos, pois, de um pensamento científico que se basearia na idéia pragmática da investigação mundana, a investigação dos silêncios/ruídos do cotidiano, a diversidade e suas semelhanças de família – ou a variedade millsiana (MILLS, 1975, p. 144). Em outras palavras, o modelo de investigação tanto sociológico quanto filosófico, como o fez Wittgenstein ao longo de sua vida intelectual: o permanente deslocamento entre a universidade e as esquinas do mundo, a guerra, o vilarejo desconhecido, o lago inóspito; entre os becos e travessas onde o conhecimento se dá.

A tradição pragmática, como outras linhas de pensamento dentro da epistemologia informacional, propõe uma outra forma de cientificidade – não necessariamente inédita – para os estudos informacionais. Se propõe uma outra cientificidade, convoca o pensamento do cientista social para uma outra epistemologia. É neste ponto que procuramos uma epistemologia desvelada por uma tradição pragmática e pelo cruzamento com outros pensamentos – entre as quais incluímos a Antropologia, a Sociologia, a Estética e a Crítica literária.

Uma epistemologia da imaginação que procuramos aqui praticar – e que pode ganhar outros nomes, como epistemologia da sensibilidade, no vocabulário de Rorty (1997), ou poética da investigação científica, no vocabulário bachelardiano (1974) – é já presente em diferentes narrativas científicas – produzidas dentro de academias ou não, pois por epistemologia da imaginação compreendemos uma investigação de hábitos e experiências comuns do conhecer, como o fez Euclides da Cunha, em *Os sertões*; Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*; Manoel de Barros (1994), em seus poemas; os irmãos Villas-Boas, em toda a trajetória de suas vidas, conhecida como trajetória sertanista.

Esta epistemologia tem inspiração direta e profunda – não podemos dizer que é fruto de apenas uma influência, senão do convívio de vários pensamentos em nossa imaginação – nas narrativas de Richard Rorty (1997, 2000) – e o incremento de sensibilidade autoral –; Bachelard (1968, 1983,

1993) – e o espírito científico poético –; Euclides da Cunha (1985) – e a denúncia sistematicamente lírica de um olhar sob a barbárie; Mills (1975) – e o manifesto por uma pedagogia da imaginação sociológica –; Ítalo Calvino (1990) – e as narrativas do imaginário –; Win Wenders (1994, 1976), e o silêncio do cotidiano como tecido de significados; Saramago (1998) – e a teoria do viajante a caminho –; e, por fim, Wittgenstein – e a viagem aos ambientes de gestação dos jogos de linguagem.

Uma epistemologia da imaginação abarca a idéia da investigação científica – incluindo metodologia e redação – vinculada a três, das cinco propostas de Ítalo Calvino (1990) para o novo milênio¹⁰. São elas: leveza, da exatidão e da visibilidade. Para o escritor italiano, a leveza diz respeito à retirada do peso da estrutura das narrativas e da própria linguagem, ou seja, o processo de harmonizar a comunicação. Essa harmonia obtida provê uma quebra nas barreiras de comunicação, uma transparência maior nos discursos. A leveza está diretamente associada à precisão e à determinação. Estas instâncias são imprescindíveis, pois a leveza conduz a uma clarificação da linguagem utilizada pelos indivíduos – ou pesquisadores –, e deve preocupar-se com o afastamento do vago, do aleatório e do redundante. Não se trata, claro, da precisão e da determinação de objetos, ou coisificação da natureza social, mas da busca pelo equilíbrio coerente das narrativas.

A exatidão – outro termo que pode ser associado ao positivismo, mas é aqui sensibilizado a partir de uma outra semântica – diz respeito à necessidade de evocação de imagens nítidas e incisivas. Por esta categoria, podemos refletir as situações de produção de uma linguagem precisa, com traduções claras. Em suma, a exatidão procura permanentemente o justo emprego da linguagem, os projetos bem definidos e delineados, assim como buscava o pragmatismo metodológico. Outra proposta, a visibilidade põe em cheque a necessidade de enxergar aquilo que está oculto, de ver além do que é mostrado. Desta maneira, pensar a visibilidade é pensar o olhar criativo. Este olhar investe a amplitude de sua vista além do que lhe é mostrado, busca nos silêncios do objeto ou do fato as nuances que constituem significados encobertos.

Evocamos a imagem do epistemólogo da imaginação como narrador – o velho narrador nômade das narrativas de expedições dos viajantes. Em um olhar mais direto, o epistemólogo pragmático Winter, o pescador de sons ou ruídos de Win Wenders (1994, 1976) em “Sob o céu de Lisboa”; ou o Winter, de “No decurso do tempo”, “homem comum”, viajante, observador das pequenas cidades

¹⁰ O escritor Ítalo Calvino, em 1985, iniciou uma série de palestras sobre literatura nas Charles Eliot Norton Poetry Lectures, tratando daquele que foi, em suas palavras, “o milênio do livro”, e refletiu sobre cinco propostas para o novo milênio que iam além da narrativa literária, mas para qualquer narrativa. A sexta proposta ficou guardada para leituras mais sensíveis e imaginativas, uma vez que o autor faleceu antes de pronunciá-la. As cinco propostas são: leveza, rapidez, visibilidade, exatidão, multiplicidade.

e vilas alemãs. Um narrador que é, ao mesmo tempo, como na imagem da epistemologia millsiana (MILLS, 1975, p. 240), seu próprio cartógrafo, seu próprio gravurista, seu próprio escritor. Isso não pressupõe um narrador isolado. Ao contrário, identifica um viajante que colhe conhecimentos das mais diferentes comunidades e imaginários, e na trans-interpretação destas experiências – na leitura dialógica –, constrói seu relato sobre o que viu pelo mundo que atravessou. Através do contato com diferentes sensibilidades dentro da epistemologia informacional, identificamos o entrecruzamento de relatos nos fazem compreender as semelhanças de família – as vizinhanças – da diversidade histórica dos teóricos da organização do conhecimento.

3.3. O solo metodológico

3.3.1. Pequeno vocabulário de mão da viagem

Chamaremos de tradição pragmática aqui a soma de semelhanças de família de abordagens sociológicas (intrinsecamente ligadas ao processo de contextualização) e antropológicas (o desdobramento do olhar sobre o outro, não em sua individualidade cognitiva, mas em sua socialidade, suas relações informacionais, sua individualidade comunicativa) – ou encontro do espírito humanista do trato da transmissão dos saberes –, soma esta que aqui metodologicamente resulta em um pragmatismo informacional (no conceito filosófico de pragmatismo, voltado para o antidogmatismo, análise antropológica da linguagem e micro-estudos de contextos). Acreditamos que, partindo de um referencial panorâmico, o que denominamos em nossa viagem como tradição pragmática, Capurro chamará de paradigma hermenêutico-retórico (1991) e paradigma social (2003), Rendón Rojas (1996) de enfoque pragmático, Araújo (2003), abordagens micro-sociológicas, González de Gómez (1996) de abordagem comunicacional.

A longa duração que nos permite vislumbrar a vigência aberta e em deslocamento de uma tradição diz respeito ao conceito histórico de permanência (BRAUDELL, 1992): as manifestações visitadas ao longo de períodos remotos e recentes na epistemologia dos estudos de organização do conhecimento permitem identificar uma história das resistências, daquilo que, sob diferentes enfoques, conserva sensibilidades comuns. Uma história de curta duração, preocupada com eventos paradigmáticos (ROBREDO, 2003, 2005), com grandes rupturas, com cisões profundas (OLIVEIRA, 2005), com os saltos históricos, como aquela identificada em Thomas Kuhn, não nos interessa nesta viagem. Procuramos exatamente o contrário: investigamos o que dura, o que se ritualiza, o tradicional (não em seu conceito de imutabilidade, mas em sua noção de rede

consuetudinária, ou trama de costumes que dão significado aos termos, artefatos culturais e às próprias relações sociais). No vocabulário do historiador Braudell (1992, p. 354), trata-se de buscar uma história “sob o signo da duração, da repetição, da insistência”. É – ainda – a procura por uma história epistemológica como aquela alertada por Bachelard (1974): um relato contra o imediatismo.

Ao estudarmos as repetições – as semelhanças de família entre manifestações recentes e remotas (WITTGENSTEIN, 1979) – nos posicionamos com um olhar mais crítico e provocativo, mais criativo, sobre os discursos que tendem a ver a construção de termos ou o desdobrar de eventos como revoluções. A história de curta duração parece ser uma sombra da qual os estudos da informação não conseguem escapar – ou não se preocupam em desviar-se dela. A própria constituição e legitimação do conceito Ciência da Informação parece resumir a presença entranhada desta sombra. Ao passarmos a encontrar os estudos de organização do conhecimento em instituições que alteram seus nomes para Ciência da Informação somos tentados, por diferentes autores, a reconhecer uma nova ciência. A revolução terminológica – uma revolução incompleta, pois cada escola, instituto e centro de pesquisa alterará a seu modo suas nomenclaturas, denominando-se, por exemplo, como Biblioteconomia & Ciência da Informação – parece representar uma revolução epistemológica. É este ponto crítico que uma história de longa duração reconsidera, e nos provoca um olhar mais profundo, como um olhar poético, de Bachelard (1974).

Para evitar a redundância, mesmo sabendo não representarem estes os termos mais adequados, trataremos, por vezes, como sinônimo das abordagens cognitivas da CI a expressão “cognitivismo informacional”; como sinônimo das abordagens físicas, a expressão “fiscalismo informacional”. Na linha da mesma preocupação com a linguagem da pesquisa, chamaremos de epistemologia informacional, ou epistemologia da informação ou epistemologia dos estudos informacionais a epistemologia dos estudos de organização do conhecimento ou dos saberes, e, logo, a epistemologia da CI.

No plano da epistemologia informacional, adotaremos termos que nos conferem um olhar mais amplo – termos mais panorâmicos –, uma vez que, dentro da própria historiografia pragmática que propomos, a expressão “ciência da informação” aparece como um entrave para pensar todos os deslocamentos dos estudos relacionados à organização do conhecimento, a qual a CI se vincula a partir de meados de século XX. Deste modo, serão adotados como sinônimos de uma grande área de estudos sobre organização dos saberes produzidos pelos homens, aquém e além da CI, os termos: “estudos da informação”, “estudos informacionais” - esta expressão também utilizada por Norman

Roberts, em 1976 –, e “estudos da organização do conhecimento”¹¹, esta, expressão adotada, por exemplo, por Novellino (1996a). Para clarificar nossa linguagem, cabe-nos aqui interpretar, como González de Gómez (1996b), organização do conhecimento como o “modo pelo qual os conhecimentos se relacionam e diferenciam, nas práticas de sua produção e uso”. Esta definição nos permite fugir de uma linha de pensamento que aborda a CI apenas como ciência da representação.

A questão das noções de informação e da organização do conhecimento é ponto crucial em nossa viagem. Quando falamos, ao longo de nossas visitas, em estudos informacionais e estudos da organização do conhecimento – ou organização dos saberes - estamos tratando do mesmo significado. Apenas quando pontuamos os problemas relacionados ao conceito de informação é que discriminamos este termo, fazendo uso generalizado do mesmo. Este é um de nossos maiores desafios na travessia que se propõe. É preciso ficar claro que adotarmos, em nosso contexto, o estudo da informação como estudo da organização do conhecimento – ou, como preferem Hjørland & Albrechtsen (1995), Lara (2002) e Campos & Gomes (2003), organização dos domínios do conhecimento - como sinônimos procuramos reafirmar a opção por uma história de longa duração, uma história epistemológica que não é refém da proliferação de usos que foram inferidos à informação no século XX.

Esta questão, a grande adoração do conceito de informação no novecentos, aparecerá como crítica de uma epistemologia da imaginação em nossa viagem – e é este o momento delicado para o qual alertamos: quando tratamos do percurso da tradição representacionista da organização do conhecimento, substancialmente marcado pela apropriação do conceito de informação para os estudos da voltados para o acesso e a preservação dos artefatos culturais, tratamos da informação como um fetiche que, por vezes, enfeitiça nossa percepção sobre a história da área – tendo fetiche como categoria definida por Latour (2002) e enfeitiçamento conceitual como categoria wittgensteiniana (WITTGENSTEIN, 1979) -, levando a pensá-la apenas como devota do que é “informacional”, ou seja, do que é representação. Não negligenciamos “por completo” o termo, no

¹¹ Sabemos que o termo “ciência da informação” é um neologismo do século XX, que indica um deslocamento de estudos da meta-representação da informação, neste contexto temporal a partir de uma ordem tecnológica. O termo “ciência” e o termo “informação” podem nos levar até significados mais vazios que concretos, o que nos faz acreditar que há algo epistemologicamente mais sólido antes – e no entorno – da institucionalização da expressão que reúne ambos. Desta forma, preferimos sediar este termo, no âmbito específico de nossa pesquisa, junto de outros, aproximando assim da mesma angústia de Mills (1975, p. 25-26). Como o sociólogo, que prefere “muito mais a expressão ‘estudos sociais’ do que ‘ciências sociais’ - não porque não me agradem os cientistas físicos (pelo contrário), mas porque a palavra ‘ciência’ adquiriu grande prestígio e um sentido bastante impreciso”-, preferimos, se falamos, como atualmente os pesquisadores da área discursam, em uma macro ciência para a informação, em estudos da informação ou estudos de organização do conhecimento. Isto não significa que assim propomos uma alteração no nome da área. Ao contrário, é exatamente pela questão inversa a esta possível interpretação, que preferimos, contextualmente, generalizar, neste momento, a noção da área que sempre tratou da representação, transmissão e preservação dos saberes.

entanto, sabedores de que a área hoje se desenvolve, rapidamente, sob a noção de Ciência da Informação.

Dentro da metáfora da viagem, não chamamos, fundamentalmente, a tradição pragmática como objeto científico da pesquisa. Antes, conceituamos esta noção como horizonte, partindo do olhar do viajante de Saramago (1998). Preferimos, sob o arco de uma epistemologia da imaginação – derivada da epistemologia histórica bachelardiana – falar em horizonte e não em objeto de pesquisa; o horizonte, diferente do objeto, é o destino que seguimos permanentemente dentro da pesquisa, sem nunca atingirmos; o objeto pode ser apreendido, dominado e representado; o horizonte, à medida que dele nos aproximamos, se afasta; o horizonte só pode ser vivenciado, e narrado; no entanto, enquanto caminhamos em seu rumo – enquanto pesquisamos – estamos, cotidianamente, atravessando seus becos e travessas, interagindo com suas vivências; desta forma, nosso horizonte de pesquisa é uma paisagem social ocupada por narrativas – textos, manifestações simbólicas de cunho epistemológico, construções sociais.

O que Thomas Kuhn chama de estrutura das revoluções científicas, na seqüência – crise/ruptura-revolução/ciência normal/crise – chamamos de deslocamento ou movimentação das apropriações teóricas, ou seja, das narrativas e interpretações dispersas na paisagem social epistemológica¹². Ao

12 Apropriamos a noção de paisagem social de Gilberto Freyre para tratar da epistemologia. A noção de paisagem em Gilberto Freyre parte de um afastamento – e não uma negação – de estatísticas e números na análise social – sociológica –, para iluminar com outras sensibilidades os acontecimentos e objetos produzidos pelo homem. Freyre preferirá a noção, na qual “as qualidades e os valores têm espaço”, um conceito “ecológico”, à medida que sustenta um “sistema de inter-relações entre a dinâmica natural e práxis humana”. Assim, paisagem pode ser compreendida como resultado de dinâmicas da realidade social (LEENHARDT, 2006, p. 199-200). Com a noção de paisagem social, Freyre procura “dar conta do processo de transformação, ao mesmo tempo econômica, social, política e cultural” no contexto brasileiro dos séculos XVIII e XIX (PESAVENTO, 2006, p. 201). O nascimento da paisagem, nos conta Pesavento (2006, p. 202), é um “ato cultural”, provocado por aquele que se sente “tocado em sua sensibilidade”. Desta forma, a “construção da paisagem é tanto narrativa quanto imagem que se oferece a ler e é dada a ver” - para nossa apropriação, os textos epistemológicos da CI são tanto narrativas que desvelam mitos sistematizados de fundação e de desenvolvimento como imagens estão disponíveis em livros, revistas, sites para serem apreendidos em determinados contextos. Na noção de paisagem social, ainda, nos revela Pesavento (2006, p. 203), o “homem é colocado como produtor ou consumidor”, “parte ativa da construção da paisagem”. Encarando a epistemologia como uma paisagem social, abordamos autores/epistemólogos e suas narrativas como construtores de um tecido cultural chamado ciência. Além disso, a paisagem social freyriana quer atribuir um caráter historicizado, baseado no compartilhamento de sensibilidades, à análise social – ou seja, “resgatar as sensibilidades de uma época” (PESAVENTO, 2006, p. 203). É precisamente este o intuito que nos faz identificar e discutir, para além da epistemologia crítica-poética de Bachelard, uma epistemologia da imaginação. Como Gilberto Freyre, ir em busca de um epistemólogo que “estuda sensibilidades” (PESAVENTO, 2006, p. 204), como o pescador de sons Winter, de Win Wenders. Como nos afirma o próprio Gilberto Freyre (1981, p. L - LI), “o humano só pode ser compreendido pelo humano - até onde pode ser compreendido; a compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade à subjetividade. Pois trantando-se do passado humano, há que deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério: a história de uma instituição” (...). Fontes: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: ed. da UFRGS; EDUSP, 2006.; LEENHARDT, Jacques. A construção cosmográfica de uma paisagem social. In: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: ed. da UFRGS; EDUSP, 2006. p. 191-200 ; PESAVENTO, Sandra Jatahy. A paisagem social como imaginário de sentido. In: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: ed. da

pensarmos em deslocamentos, permitimo-nos um pensamento que leva até a noção de circularidade epistemológica dentro dos estudos informacionais, ou seja, não é algo novo na CI o discurso pragmático; é, antes, um retorno, sob diferentes graus. Menos atentos à definição de paradigmas, estamos aqui mais sensíveis aos processos internos, sociais e dinâmicos, que levam à tecitura de tradições, como procuramos explicitar pontualmente no capítulo 5.

Por “becos e travessas”, como preliminarmente exposto, tomamos os possíveis núcleos discursivos da área. Desta maneira, temos os artigos e demais discursos científicos para além de sua “fiscalidade estática”, sua presentificação enquanto produto isolado do conhecimento; o artigo como diálogo, como ação, narrativa. Nossa noção aproxima-se, assim, daquela adotada por Mostafa (2004) para a produção científica, ou seja, o artigo como um artefato cultural. Mostafa (2004) procura um conceito para o artigo científico que não aquele adotado pelos documentalistas, ou seja, o artigo como base de verificabilidade científica. Assim, a pesquisadora chega até a noção de artigo enquanto artefato cultural, ou recurso discursivo de objetivação da ciência.

Ao falar de Wittgenstein, como mencionado, estaremos nos referindo ao “segundo”, ou seja, ao “Wittgesntein pragmatista” – as possíveis aproximações de ordem ilustrativa ao “primeiro” Wittgenstein serão mais nitidamente delimitadas para não conduzirem a desvios na interpretação. As obras do pragmatismo do filósofo austríaco do qual fazemos uso como companhia em nossa viagem, são *Investigações Filosóficas*; *Livro Azul*; *Livro Marrom*; *Observações Filosóficas*; *Da Certeza*; *Cultura e Valor*. Os principais conceitos utilizados – jogos de linguagem, semelhanças de família, forma de vida, gramática – são retirados de formulações presentes nestas obras. Os usos que fazemos do filósofo em nossa caminhada apresentam um duplo significado: estes conceitos tanto se apresentarão como recursos metodológicos para classificar nossa tradição, como recursos de leitura, para interpretar esta mesma macro-manifestação teórica dentro da CI.

Por fim, chegamos às noções mais caras à nossa análise na viagem ao interior da CI. Trata-se daquilo que denominamos de filosofia de pano de fundo, ou panorama, ou ambiente, ou cenário, sob a qual se assentam as movimentações dos estudos voltados para organizar os saberes. Trata-se de uma linha filosófica sensível que está, implícita ou explícita, fundamentada nas práticas e nos discursos das diferentes nomenclaturas utilizadas ao longo dos séculos para identificar estes estudos, hoje atualmente chamados, por inúmeras correntes, de Ciência da Informação. A filosofia

representacionista e a filosofia pragmática ou pragmatista são os dois panoramas que identificamos como identitários da área. A noção de pano de fundo transmite o significado de que estes são dois cenários diante dos quais toda a área voltada para organizar os saberes sempre esteve posicionada; caso queiramos vê-la sob outro pano de fundo, estamos, na verdade, escapando de seu possível núcleo, ou seja, os estudos orientados para organizar os saberes, visando representação, transmissão e preservação. As tradições são a seguir compendiadas.

a) Tradição representacionista: tem a linguagem como meio, logo, como representação; tem o profissional que atua com a organização dos saberes como mediador; preocupa-se com a representação acurada dos signos, tendo para isso a lógica formal e a tecnologia que desta pode desprender-se como modelo ideal otimizar a representação e sua dinâmica; aqui, o significado é visto como representação ideal de um termo (RORTY, 1994, 2000), ou sua essência. Assim, o representacionismo comunga de um ponto de vista essencialista sobre a realidade. Busca-se aqui o significado como imago, a imagem definitiva, com uma universalidade expressa por uma relação lógica. O conhecimento, neste olhar, é uma tentativa de representar a realidade – e os estudos voltados para organizar os saberes, sediados por Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação, por exemplo, devem desenvolver-se na procura pelo desenvolvimento de teorias e métodos de representação.

Percebe-se como as políticas de acessibilidade em geral partem de uma filosofia representacionista: querem dar acesso, e fazem uso cada vez maior das tecnologias da informação e da comunicação para tal; envolvem, por isso, profissionais historicamente ligados a uma tecnociência – impera aqui o método científico clássico. Estas políticas buscam uma linguagem essencial, uma linguagem comum, que possa atingir, sem ruído, o maior grupo de indivíduos. Temos, aqui, os estudos do silêncio, isto é, o ruído cauteloso como possibilitador/gerador do saber. A verdade é vista, neste ângulo, como correspondência à realidade, e o sujeito é separado do objeto, pois sem este afastamento a verdade se contaminaria dos significados contextuais, do alarido corrosivo, deixando de ser representação acurada. Aqui a certeza é o horizonte - e a incerteza um entrave. Por isso, a epistemologia é vista em sua acepção clássica: a busca pela verdade. Esta tradição responde pela tentativa de fundamentar a organização dos saberes como atividade semelhante ou íntima das ciências naturais. Nesta medida, ela propõe a natureza como organização ideal, logo, através da determinação de linguagens ideais ou busca por generalizações – Classificação Decimal de Dewey, Classificação Decimal Universal -, a partir de leis e fórmulas universais – leis bibliométricas, Teoria Matemática da Comunicação, teoria dos estados anômalos - somos regidos de forma harmônica. A

verdade científica é uma verdade “natural”. No âmbito dos estudos voltados para organização dos saberes o termo informação tornou-se, no século XX, a principal ferramenta para justificar científica, social e institucionalmente uma filosofia representacionista.

b) Tradição pragmática ou pragmatista: tem a linguagem como ação (WITTGENSTEIN, 1979); logo, como transmissão; tem o profissional que atua com a organização dos saberes como intérprete; preocupa-se com a transmissão contextual dos signos, tendo para isso a análise de narrativas – dos discursos – como método para compreender as possibilidades de organização os saberes; aqui, o significado é visto como o uso de um termo, ou sua ambiência (RORTY, 1997) ou sua vivência (WITTGENSTEIN, 1979). Assim, o pragmatismo comunga de um ponto de vista antropológico da realidade, ou seja, só podemos compreender o mundo e as relações sociais para organizar seus patrimônios a partir da compreensão dos usos sociais que conferem significados aos artefatos e às palavras. O conhecimento aqui é a compreensão compartilhada na realidade específica de comunhão de significados e os estudos voltados para organizar os saberes, sediados historicamente, por exemplo, pela Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação, devem ser a procura pelo desenvolvimento de teorias e métodos que se aproximam da hermenêutica.

Percebe-se como as políticas de construção de bibliotecas comunitárias, por exemplo, partem de uma filosofia pragmatista: querem fomentar a produção e o compartilhamento de saberes locais, e fazem uso cada vez maior de “métodos” retirados da própria comunidade, envolvendo menos cientistas e profissionais, e mais atores da própria comunidade. Busca-se uma linguagem compartilhada deste grupo social, a sua linguagem primitiva e seus ruídos (WITTGENSTEIN, 1979). Parte-se de um olhar ligado a uma antropociência – imperam aqui os múltiplos métodos, compreendendo não apenas a comunidade científica como produtora de conhecimentos, mas também as demais comunidades dispersas pela sociedade. Trata-se de um estudo do alarido, a musicalidade viva e dinâmica do cotidiano. A verdade é vista, neste ângulo, como ação construída na realidade social, pois o sujeito e o objeto não podem ser separados. Aqui a incerteza é um caminho ao conhecimento e a certeza a impossibilidade de continuar percorrendo o mesmo. Por isso, a epistemologia é vista em sua acepção social: a busca pela compreensão de uma comunidade específica. Esta tradição responde pela tentativa de fundamentar a organização dos saberes como base das ciências sociais.

Nesta medida, ela propõe as relações sociais como caminho para se conhecer os possíveis graus de

organização do mundo, negando a possibilidade de uma organização ideal, partindo do reconhecimento de narrativas – jogos de linguagem – para compreender o social, tratando assim o mundo como complexo de culturas, assim como, *a priori*, propõem a Biblioteconomia erudita, a Bibliografia textual, a Epistemologia Social, a Antropologia da Informação e a Análise do Domínio. A verdade – até mesmo a científica – é cultural. No âmbito dos estudos voltados para organização dos saberes, o grande avanço do positivismo sobre as ciências sociais em geral, teve, dentre outras conseqüências, um afastamento das discussões acerca de um olhar pragmatista sobre a realidade, tomando, por vezes, esta linha de pensamento – este pano de fundo - como anulada. É exatamente esta uma das causas mais sensíveis de nossa viagem: reavaliar a aparente anulação.

Identificamos que ambos os pontos de vista, estruturalmente antagônicos, caminham juntos na epistemologia e nas práticas da área – e sob estes panos de fundo a CI se estruturou, assim como Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação. Procuramos demonstrar, com estas duas filosofias de pano de fundo, que determinadas confusões terminológicas contemporâneas são, em certa medida, resultado da adoção de uma historiografia de curta duração. Isto leva até alguns problemas epistemológicos, como a duplicação de significados a partir de termos novos e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de revoluções/rupturas quando, ao contrário; estamos vivenciando movimentações circulares sobre sólidas permanências, recuperando e/ou aprofundando determinadas questões. O conceito de informação, por exemplo, já era um objeto dos estudos voltados para organização dos saberes, porém não sob a imagem do significante *informação*. As abordagens sociológicas e antropológicas sempre fizeram parte da organização do conhecimento, porém sob diferentes noções e propostas teórico-metodológicas, que não as contemporâneas.

3.3.2. Breve inventário dos recortes

A pesquisa se dará por visitas, cada uma resulta em um texto que pode parecer distinto, mas compõe todo um relato de viagem, um diário de visitas. Para chegar até os becos e travessas da tradição pragmática da organização do conhecimento e às práticas informacionais resultantes – capítulos 7 e 8, respectivamente –, atravessamos, primeiro, estas seções anteriores. Optamos por já apresentar Wittgenstein nos nossos primeiros passos – capítulo 2 –, junto da apresentação de nossos horizontes, uma vez identificada a necessidade de explicitação do perfil e da obra do filósofo que nos acompanhará ao longo da viagem. A seguir – capítulo 4 –, apresentamos nossas justificativas para o empreendimento, recuperando, até certo ponto, algumas colocações criativo-provocativas já lançadas nestes passos iniciais. No capítulo 5, definimos um dos pontos fundamentais da nossa

viagem: a noção de tradição, vinculada a uma historiografia de longa duração, em “oposição” ao conceito de paradigma, amplamente adotado na CI, relacionado a uma historiografia de curta duração. Na visita seguinte – capítulo 6 – discutimos o conceito de pragmatismo, pontuando a construção de uma tradição pragmática dentro dos estudos de organização do conhecimento.

Como indicado, no desenvolvimento dos recortes, muitos autores que discursaram, implícita ou explicitamente, sobre o pragmatismo dentro da CI ficarão à margem da presente pesquisa; o recorte primário, mais profundo que os anteriores – e que identifica o que ficará na superfície da investigação, sem necessariamente limitar nossas aproximações – é o seguinte: discursos epistemológicos, ou seja, livros, artigos e idéias que se preocuparam estruturalmente com a identificação da prática enquanto reflexão. Há, lembramos, diferenças entre os autores, mas procuramos aqui seus diálogos, suas vizinhanças, no dizer wittgensteiniano, os sentimentos de familiaridade que comungam de um pensamento em direção ao pragmatismo informacional, que formulam, em jogos de linguagem múltiplos, a gramática de uma forma de vida, ou tradição.

Deste modo, foram selecionadas abordagens/manifestações que explicitam visões de mundo que, uma vez analisadas, trocam semelhanças de uma certa família teórica ligada ao olhar pragmatista da realidade. São abordagens aparentemente desligadas de uma comensurabilidade exposta. Porém, quando analisadas em suas justificativas e propostas de prática, comungam identidades teóricas demarcadas, como perceberemos após a apresentação e discussão das mesmas. Estes autores/personagens de nossa narrativa estão estritamente vinculados, exceto de Shera – este, a princípio, fundamentalmente ligado à Biblioteconomia dita humanista –, a um momento de investigação dentro da organização do conhecimento fundamentado pela legitimação em construção do conceito de Ciência da Informação. A escolha, no entanto, não define, por isso, a tradição pragmática como um desenvolvimento orientado unicamente sob esta conceituação. Ao contrário, como a revisão nos demonstrará, reafirma nossa perspectiva, apontada na Apresentação, que revela que, dentro de uma filosofia crítica da ciência aplicada a CI, o pragmatismo informacional está muito aquém desta noção científica, enraizado no pensamento e nas práticas da organização do conhecimento. O recorte fica assim dimensionado:

Personagens	Manifestações teóricas
Bibliotecários humanistas e bibliógrafos textuais	Biblioteconomia humanista
Jesse Shera	Epistemologia Social
Rafael Capurro	Hermenêutica informacional
Bernd Frohmann	Criticismo anti-representacionista
Hjørland	Análise do Domínio
Regina Martelete	Antropologia da Informação
González de Gómez	Esfera comunicacional da informação
Rendón Rojas	Pragmatismo informacional

Quadro 1: Principais personagens e manifestações teóricas relacionados à tradição pragmática

Em resumo, pelo olhar das visitas, assim poderíamos classificar as etapas metodológicas e seus capítulos correspondentes em nossa investigação retórica:

Capítulos	Classificação das etapas
1 e 2	expositivo-imaginativa
3 e 4	argumentativo-justificacionista
5	crítico-argumentativa
6	descritivo-dialógica
7	descritivo-dialógica
8	crítico-dialógica
9	dialógico-provocativa

Quadro 2: Estrutura geral dos capítulos da investigação

4.

**SOBRE ATRAVESSAR BECOS E TRAVESSAS
DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
fábula justificativa para uma
travessia epistemológica**

Wittgenstein disse: O que não se pode dizer, deve-se calar.
Creio que se pode falar com igual justiça: O que não se pode
dizer, deve-se pesquisar.

Norbert Elias

O objetivo deste passo é justificar os motivos e as urgências do empreendimento proposto. Trata-se da carta da justificação de nosso intento. Acreditamos, antes, que o que mais falta à epistemologia da CI são justificativas, antes que demarcações – e, como muitos autores anunciaram em suas revisões históricas, falta, inclusive, uma epistemologia para a área. Justificar “mais” que demarcar é fundamentar um corpo crítico e rigoroso de produção meta-científica dentro da área. Procuramos refletir ao longo desta carta importantes pontos que levam até o projeto desta pesquisa e sua realização, bem como desvelam a emergência de trabalhos que devem criticar, aprofundar e dar continuidade a esta empresa. Nossa pergunta aqui é: que elementos históricos e contextuais evidenciam a necessidade de investigações epistemológicas e filosóficas dentro da CI e provocam o estudo de uma tradição pragmática?

Em seu estudo sobre a produção científica das dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, durante a década de 1990, Gomes (2006) levanta diferentes apontamentos, verificados em estudos paralelos ou anteriores sobre a produção científica nos estudos informacionais, sobre a baixa construção epistemológica na área. A baixa produtividade meta-científica é recorrentemente repercutida. Em suas conclusões sobre o plano específico da produção investigativa da escola mencionada, Gomes (2006, p. 327) anota a inexistência de um número significativo de pesquisas sobre aspectos mais teóricos da área, como aqueles ligados à epistemologia, à elaboração de modelos e às questões conceituais.

Cañedo Andalia (2004) aponta, criticamente, que as pesquisas teóricas em CI são ainda pequenas, muitas delas apenas de caráter aplicado, episódicas e fragmentadas. Em 1993, Galvão (p. 111) revelava que a própria formulação das nomenclaturas dos estudos de organização do conhecimento – ou a representação das disciplinas – sobrevive sobre uma inconsistência histórica, evidenciando “que a história de cada área se constitui muito mais por uma necessidade imediata do fazer”, um imediatismo diante do novo, do urgente, da resolução rápida para questões práticas.

Como afirma Mostafa (1983, p. 223), “a reflexão não pode ser adendo da prática, pois esta só será transformada quando tiver recuperado o seu sentido, que é sempre uma questão filosófica”. A preocupação com o imediatismo do fazer parece ter levado os estudos de organização dos saberes a ultrapassar, em inúmeras investigações, a fundamentação teórica, atendo-se quase unicamente a um praticismo, apenas preocupado com a aplicabilidade, fazendo, assim, da reflexão, apenas o “adendo” citado por Mostafa (1983). É no sentido contrário deste pensamento que esta viagem se propõe. Neste âmbito, a epistemologia às vezes se apresenta, para a CI, como uma ilha

desconhecida, um território utópico e não merecedor de maiores explorações, dada a sua característica subjetiva e não-imediatista.

4.1. Onde dormem os trabalhos teóricos dentro da CI: uma passagem na imaginação da crítica da aplicabilidade pelo praticismo

Por que um trabalho teórico em uma ciência social aplicada? Em uma ciência essencialmente empírica, como no olhar de Zunde & Gehl (1972)? Talvez uma epistemologia da CI até pouco tempo não explicasse tal interrogação, por mais simples que pudesse ser – sua base essencialmente empírica dos estudos informacionais escondia e/ou negligenciava, até certa medida, estas investigações. Em determinadas vezes, talvez a CI tenha se esquivado da provocação. Mas a presente proposta de viagem recebeu esta indagação em seu passo inicial. Naturalmente, indagação absolutamente coerente. Há, sem dúvida, muitos trabalhos teóricos dentro de CI. Isso é possível afirmar - não significa, de modo algum, um contra-senso, mesmo com uma gama de autores lembrando, a todo instante, em diferentes narrativas, o contrário. A seqüência de definições que cercam o conceito de Ciência da Informação, a partir da definição de Borko (1968), no contexto dos anos 1960 e 1970, é exemplo desta afirmação.

A procura por conceituar aquilo que, para muitos, significava uma nova ciência faz com que inúmeros trabalhos se interroguem sobre a cientificidade de um campo de investigação para informação e da própria noção de informação. Mas parece que, dada a configuração excessivamente empírica dos estudos informacionais, por mais que vozes teóricas se manifestem aqui e acolá, a memória de seus relatos permanece dormindo entre a grande massa de trabalhos práticos, de cunho imediatista. Estes últimos terminam por recuperar autores que sustentam a relação circunstancial entre justificativa e objeto de pesquisa sem, no entanto, revisitar provocativamente o posicionamento de uma epistemologia que sintetiza e sensibiliza as possibilidades de crítica à investigação a caminho. No entanto, basta uma caminhada pelos becos e travessas da epistemologia da CI para se verificar a profusão de trabalhos e debates, a convergência de teorias e os indícios de meta-teorias, o que é discutido por Pinheiro (2005).

É, em verdade, difícil – mas não impossível, nem inadequado – imaginar que diante do guarda-chuva do enfoque físico da CI – preocupada em controlar ruídos ou possíveis intervenções no processo de aquisição da informação e construir máquinas capazes de realizar o controle da informação que o ser humano não mais conseguia abarcar - tal resposta pudesse existir. Mas, por

outro lado, é fácil pontuar que uma tradição pragmática dentro da epistemologia da CI responde de diferentes maneiras esta indagação – apenas as epistemologias capurriana e hjerlandiana dão conta de uma miríade de propostas afirmativas.

Para o pragmatismo informacional a resposta é simples: a teoria é uma formulação do uso. Toda aplicabilidade, como nos revelará Wittgenstein (1979), nada mais é do que a construção hermenêutica de experiências possíveis. É preciso, pois, teorizar o uso, ir até os ambientes de deliberação do uso – ou comunhão de práticas – e descrever os processos de manipulação dos objetos de estudos. Como nos alertava Brookes (1980a), em sua clássica crítica do praticismo, os sistemas práticos de informação se multiplicarão indefinidamente, com ou sem teoria e as tecnologias continuarão abundantes, mas as ferramentas verdadeiramente úteis ao conhecimento permanecerão raras.

No pragmatismo wittgensteiniano a filosofia deve resolver o problema – o problema diz respeito aos entraves do cotidiano, e não às abstratas formulações metafísicas (WITTGENSTEIN, 1979). A epistemologia da CI, uma vez orientada pelo imaginário da filosofia da ciência wittgensteiniana busca, naturalmente, o que uma investigação científica quer: compartilhar conhecimentos sobre as possibilidades de resolução de problemas. O “problema” a CI conhece. Os problemas da informação, como afirma Brookes (1980a), não são novos; ou, como no olhar de Mostafa (1996, p. 44), “dizer que a informação é o novo paradigma da sociedade do século XXI não é suficiente para nós, da área da informação”. As disciplinas da organização dos saberes o conhecem como problema há séculos e séculos. O problema – arcaico e profícuo – é: guardar, sistematizar, sintetizar, assegurar, interpretar, preservar e prover acesso aos artefatos humanos e aos seus conteúdos. O problema sempre existiu e sempre foi conhecido – ainda que possa não ter sido identificado neste ou naquele contexto, com este ou aquele nome. A “explosão informacional” – a grande produção de documentos permitida pelo desenvolvimento das técnicas de reprodução e dispersão de registros do conhecimento – não foi um novo problema para as disciplinas da informação: foi apenas um deslocamento do problema para outras arenas discursivas.

A questão da epistemologia da CI pode assim ser formulada: quem desenvolve a filosofia para a contribuir para os jogos de compreensão do problema? A epistemologia, ao revisar periodicamente as práticas científicas e abrir horizontes com seu olhar crítico, apresenta aos pesquisadores uma poesia da justificação. Através da investigação epistemológica, os espaços para a dúvida sobre as causas e conseqüências do olhar científico são ampliados – o que necessariamente leva até uma amplitude ética da análise do fazer na ciência. A epistemologia é tão somente a flexibilização dos

sentidos, o relaxamento da rigidez prática e o redimensionamento do rigor da cientificidade – em outras palavras, a epistemologia é a abertura para imaginação. O que a epistemologia – e seus trabalhos essencialmente teóricos – pode fazer – e faz – é conceber uma linguagem que sensibilize todos os sentidos do pesquisador, que incremente sensibilidade, como nos diz Rorty (1997). Ao ler os teóricos que investigam o cotidiano de sua prática, o cientista passa a ver, ouvir, sentir e cheirar de forma diferente suas próprias construções diárias – aqui, este cientista ou profissional passa a reconhecer sua prática como reflexiva, e não apenas como “produtiva”.

Como afirma Brookes (1980a), qualquer atividade social que reivindica a categorização de ciência tem que ser tanto teórica quanto prática. O caráter prático da CI – a aplicabilidade embutida – é facilmente verificado. No mencionado trabalho de Gomes (2006), acerca das dissertações em CI da UFMG, na década de 1990, há uma predominância de investigações empíricas, com abordagens quantitativas, com as opções metodológicas mais concentradas nos estudos de caso. Mas as reflexões teóricas não parecem assim tão nítidas. A questão mais elementar da epistemologia da CI, acreditamos, dorme, pois, na sensibilização permanente do conceito de aplicabilidade. Visto desta forma, o epistemólogo informacional é um crítico da razão submetida ao praticalismo – uma crítica que se perpetua na árdua caminhada em direção à legitimação da aplicabilidade. Este epistemólogo não refuta nem falseia, mas põe na arena de debate estas duas instâncias. Este teórico da informação não apresenta respostas práticas imediatas para seu pensamento, mas apresenta práticas de pensamento em foco na área, práticas do pensar, fruto das aplicações e seus impactos na sociedade, que se deslocam pela epistemologia informacional e vão redesenhando o modo de teorizar a CI.

Desta forma, como nas propostas de Ítalo Calvino (1990) para a construção literária, um trabalho teórico dentro dos estudos informacionais – uma epistemologia da imaginação, em nosso empreendimento – é necessário para retirar o peso da explicação direta de problemas práticos, da inferência imediata de soluções possíveis – ou, deixar de ver na CI apenas pelo imediatismo da aplicabilidade, identificado por revisões de literatura breves, para realização de questões práticas, para então imaginar a resolução de problemas como uma questão filosófica, acima de tudo. A presença desta epistemologia é de relevância crucial para a pesquisa, pois apresenta a leveza necessária à comensurabilidade dos discursos. Esta filosofia da ciência problematiza e sintetiza os parâmetros instáveis de exatidão, que dão aos pesquisadores a segurança de uma objetividade na formulação e apresentação de projetos e resultados, na redação de seus trabalhos, na tecitura de seus modelos. Por fim, a epistemologia na CI representa uma prática teórica fundamental na imaginação científica, ao lançar aos pesquisadores diferentes visões do mundo de seus problemas, apresentando diferentes categorias de visibilidade para os mesmos e permanentes problemas, para o arcaico

desafio da organização do conhecimento.

Como nos lembra Mostafa (1996, p. 41),

o século XX não vai mais lidar com o homem das ciências humanas. No seu lugar, novas figuras preenchem todos os espaços: informação, cibernética, robótica, ciência da computação, ciência da informação, sistemas de recuperação da informação. Nasce o saber sem sujeito, cujo nome é informação.

Fundamentada por uma epistemologia baseada na Física, as diversas disciplinas que se desenvolvem no século passado apresentam um olhar marcadamente delimitado pela análise quantitativa da sociedade, sua coisificação. As relações sociais são tomadas como relações entre entidades físicas, passíveis de decifração e controle a partir do método científico. No entanto, o conhecimento que se quer complexo e compreensivo, precisa retomar o objeto “homem” como horizonte. Como afirma Renato Janine Ribeiro (2003), a eficácia das ciências humanas e sociais não pode ser tomada na mesma medida das demais disciplinas. Seu conhecimento é diferente e carece de modelos de compreensão específicos. A eficácia, assim, não se dá pela produção de coisas, multiplicação de objetos de uso – no plano das ciências aplicadas, este é apenas a aresta final dos projetos de pesquisa, mas não necessariamente a mais relevante das execuções da investigação. A construção do “mundo humano” (RIBEIRO, 2003), esta é a mais destacada finalidade das viagens investigativas dentro das ciências do homem, como também da CI.

Desta maneira, acreditamos que os trabalhos teóricos dentro do escopo dos estudos informacionais são, antes, a necessária análise crítica e provocativa do conceito de aplicabilidade em CI. Trata-se da análise do que é aplicabilidade aqui e ali – as nuances, os horizontes, a relevância, da aplicabilidade. Dentro da poética da tradição pragmática, diríamos: aplicabilidade enquanto recontextualização, ou seja, analisar o espectro do conceito do que é o aplicável é encontrar as indagações sobre os contextos de delineamento de usos que teorias, métodos e produtos científicos podem realizar.

A comunidade que os trabalhos essencialmente teóricos busca atingir – e dialogar, interpretar, propor atmosferas de compreensão – é toda a comunidade de pesquisa em questão. Desta forma, é a sensibilização – a busca constante por exatidão, leveza e visibilidade – da própria família científica que a meta-ciência da epistemologia procura alastrar. As investigações epistemológicas são, pois, a condição das circunstâncias de eficácia da existência, convivência e sobrevivência de uma ciência. O trabalho teórico atua no plano que as antigas páginas sobre epistemologia chamam de vigilância

epistemológica, como em um vocabulário positivista – voltado antes para o controle que para a compreensão da realidade social –, mas que uma epistemologia da imaginação, assim como uma tradição pragmática informacional, chama de recontextualização – o permanente retrabalho de recolocar as palavras e os objetos nos seus possíveis contextos, para então problematizá-los. Esta recontextualização se debruça sobre uma suposta verdade aplicável – ou a aplicabilidade de conceitos de verdade. Esta relação se dá, na prática de pesquisa, pela retomada permanente dos resultados de uma investigação não como verdade absoluta, mas, antes, como consequência de um percurso definido e empreendido pelo pesquisador e da dinâmica de contextos que cercam este pesquisar e sua interpretação: o contexto social, o cultural, o ideológico, o político, o afetivo, o estético, entre tantos outros.

Do mesmo modo, para as páginas meta-científicas de um passado recente, a epistemologia se voltaria para a busca da verdade. Mas em uma epistemologia da imaginação, no pragmatismo e na tradição pragmática da CI, não é esta a tarefa cotidiana da meta-ciência. Em seus dias – que assistem o deslocamento permanente de vocabulários, a flutuante interseção de significados –, esta epistemologia cuida da leitura das narrativas sobre as verdades, pois não acredita na existência do consenso final de uma verdade absoluta, que nos forneça a “ética” definitiva. Sua procura não é pela verdade, mas pela coerência dos discursos em seus contextos de fundação e prática. (RORTY, 1997, 2000)

De resto, ao justificarmos a razão para uma procura incessante por outras sensibilidades para a noção de aplicabilidade científica, podemos encontrar alguns significados que dizem respeito a) a socialização de produtos científicos para as comunidades envolvidas no escopo de abrangência da metodologia da pesquisa; b) a transformação do conhecimento científico em senso comum, ou seja, a extensão dos conhecimentos científicos à comunidade não como imposição, mas como alternativa (SANTOS, 1987, p. 57). Em ambas as noções evocadas, podemos compartilhar a idéia de que o trabalho teórico é um produto social – ou um artefato cultural (MOSTAFA, 2004) –, um texto, um complexo de signos a ser interpretado.

A ênfase dos estudos informacionais nos trabalhos técnicos, na aplicabilidade como grande fonte de orientação de uma epistemologia informacional – a *empíria* como fundamento da CI de Zunde & Gehl (1972) –, responde, de certo ponto, pela sonolência das investigações teóricas na área, como se tais textos fossem breves ensaios intermitentes, que aparecem de tempos em tempos na estrutura prática fundamental das comunidades científicas da CI. Esta ênfase responde também pelo pensamento de que a ciência – e de que a CI – caminha sob o jugo dos paradigmas, como o

observado no pensamento informacional. Responde ainda pela importação indiscriminada de terminologias paralelas – como o próprio conceito de paradigma –, pela justificação epistemológica da CI a partir de bases mais utilitaristas que teoricamente fundamentáveis, como a idéia saraceviana de que a existência da área pode ser verificada pela sua participação ativa na sociedade da informação (SARACEVIC, 1996), pela própria construção e adoção do termo “ciência da informação” sob uma política que parte de uma filosofia da representação.

Nesta busca por respostas práticas imediatas, por soluções para o problema sem apresentar as narrativas da questão, a CI caiu, por diversas vezes, no praticalismo observado por Mills (1975) dentro do âmbito das ciências sociais – praticalismo abordado na sensibilidade de Le Coadic (1996), ao caracterizar como traços comuns entre as disciplinas da informação, apontando o interesse particular e grande pelos suportes da informação, e não à informação, e, muito menos, ao conhecimento. A escassez de uma epistemologia provocativa e sensível, acreditamos, fez com que a epistemologia dos estudos informacionais se tornasse uma receita de respostas simples para problemas objetivos, um esclarecimento pelo imediato em um mundo em rápida transformação. Parte daí uma série de importações indiscriminadas de bordões como “o mundo atual depende de informação”, “sem informação é impossível adquirir conhecimento”, “a sociedade atual não vive sem a tecnologia da informação”. Estas máximas servem como justificativas superficiais para introduzir um objeto de pesquisa em uma ciência que também leva o termo “informação” em seu nome, a partir da década de 1960. No entanto, não aprofundam a relação entre os contextos ideológicos e mercadológicos que levam à dispersão destas frases e seu conseqüente esvaziamento.

Como lembra Mills (1975, p. 90), a grande adoração da pesquisa social tem, dentre outras razões, as possibilidades de “utilidade direta para os generais do exército e os assistentes sociais, gerentes de empresas e diretores de prisão”, usos burocráticos que subvertem o intuito “social” desta investigação. O mesmo olhar crítico podemos levar até a pesquisa informacional estritamente determinada pelo conceito de informação. Esta pesquisa especializada em representações nasceu ligada aos estudos do departamento de defesa dos Estados Unidos, no seio de uma guerra, como afirmarão diferentes narrativas dos mitos de origem de uma Ciência da Informação (PINHEIRO, 1998; 2002; ORTEGA, 2002). Desta forma, a CI, acompanhando parte da Sociologia em meados do século XX (MILSS, 1975), desenvolveu um pensamento como instrumento útil às empresas, ao Exército e ao Estado. Como nos lembra Pinheiro (2002, p. 79), em 1963, o governo dos EUA cria o Committe on Scientific and Technical Information – COSATI -, e “muitas pesquisas de informação recebem financiamento de órgãos federais e atividades de informação importantes têm a chancela do Estado”. Somam-se as iniciativas da UNESCO, órgão das Nações Unidas, criado em 1945,

responsáveis pela implementação de centros e sistemas de informação (PINHEIRO, 2002, p. 79) e a criação, nos anos 1950, no âmbito nacional, do Instituto Nacional de Bibliografia e Documentação.

Está aqui uma das grandes penumbras que adormecem uma epistemologia da imaginação em CI: a idéia sedimentada de que a área nasceu da guerra, e deve funcionar assim, no arbitrário e, ao mesmo tempo, passível de respostas simples para problemas objetivos, repostas instantâneas, para um frágil estado de sobrevivência – e que esta sobrevivência será sustentada para e pelo Estado. Vista a partir desta idéia de resolução imediatista de problemas práticos, a epistemologia dos estudos informacionais é facilmente justificada segundo as fundamentações de Saracevic (1996): a área de pesquisa da informação se justifica epistemologicamente – atesta sua razão de existir enquanto ciência – pois a) está no bojo da sociedade da informação, b) é íntima das tecnologias da informação e, por fim, c) é interdisciplinar por essência.

Fruto de uma campanha científico-política por uma sociedade marcada pela dinâmica propiciada pelas tecnologias da informação, a noção de sociedade da informação só pode ser aplicada em determinados contextos específicos de produção e uso científico do século XX – e, em grande parte, só se justifica em instituições como as organizações do mercado e a universidade. A idéia de uma “sociedade da informação” traz consigo a promessa de transformação social pelo uso das múltiplas possibilidades abertas pela tecnologia. Em primeiro lugar, em muitos casos, esta transformação não se dá – o que temos é apenas uma ampliação de exclusões, agora encoberta pela noção de aquisição das tecnologias. Em segundo lugar, este uso não significa a incorporação de mais informação ou conhecimento e mesmo um aprofundamento na capacidade de comunicação entre os homens – pode ser, também, um recuo em nossa sensibilidade de percepção do mundo.

Desta forma, uma ciência que se sustenta em um conceito em construção e com justificativas internas de significação ainda carentes de um estudo crítico retrospectivo não parece se apoiar em estacas sólidas. O mesmo apontamento se aplica à idéia de que a CI é interdisciplinar por natureza, por isso se justificaria no âmbito dos anos 1960. No entanto, seu nascimento encarado a partir dessa década é visivelmente marcado por um olhar positivista da realidade, que especializa a idéia de informação enquanto sinal e vai contra a corrente da sociologia do conhecimento que criticava a especialização das disciplinas, em geral baseadas no positivismo. Assim, se nasce interdisciplinar, a CI surge no cenário da árvore do conhecimento com um grande paradoxo: se diz interdisciplinar em sua justificativa política, mas na prática social e teórica do cotidiano científico atua como a especialização dos estudos de organização dos saberes. No âmbito das tecnologias, vê-se como a CI se estruturou na crença da resolução de problemas a partir de meios, não do sujeito – a erudição é

substituída pela técnica e pela tecnologia (BAPTISTA; BRANDT, 2006). A movimentação em torno da automação da bibliotecas, da informatização das práticas documentalistas e da recuperação da informação, analisada e interpretada por Ortega (2002), permite a identificação da área da organização do conhecimento como campo voltado para a engenharia da troca de mensagens e a disponibilização dinâmica e objetiva de representações.

Estas três justificativas saracevicianas carecem, de certa forma, como na adoção de paradigmas, da reflexão construtiva sobre os desdobramentos e desafios de contextos diferentes para um mesmo e desnivelado mundo. O significado de “prático”, como afirma Mills (1975), desdobra-se apenas como aquilo que é útil para vencer a guerra: a guerra da concorrência entre as empresas, a guerra da concorrência entre partidos políticos, a guerra da concorrência entre departamentos acadêmicos para abraçar mais verbas para a manutenção das pesquisas. Prático é o que é prático para instituições de uma certa sociedade da informação, não para as comunidades discursivas, não para o desenvolvimento da coerência. Vivemos séculos e séculos sem a ciência propriamente dita, e não se deixou de se fazer guerra nem antes nem depois da invenção dos edifícios acadêmicos modernos. Vivemos séculos e séculos produzindo e organizando “informação”, e isso não permitiu que o mundo se tornasse um mundo menos ou mais informado nem antes nem depois da institucionalização de uma ciência para a informação.

O enfeitiçamento que uma imaginação epistemológica enxerga é exatamente a semente crítica molesiana (MOLES, 1995) recolocada sobre uma plataforma antropológica: a necessidade de cientificidade extrapola a racionalidade manifestada, revelando que os objetos científicos simultaneamente são: fetiches – ou “feitiches”, no vocabulário de Bruno Latour (2002) em sua *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. No discurso de Wersig & Neveling (1975) – corroborado e divulgado na narrativa de Belkin & Robertson (1976) -, como também em Wersig (1993), esta manifestação do novo, da missão científica para solução do inédito, da resposta para problemas até então nunca vistos, é clara. Para os pesquisadores, os desafios da informação representam uma nova necessidade científica, pois modificaram completamente sua relevância para a sociedade contemporânea dos meados do século XX – e não porque, afirmam ambos, são um fenômeno específico que sempre existiu. Há um novo fenômeno; há uma nova sociedade; e, para tanto, equacionando, emerge uma nova ciência.

O fetiche é o “objeto animado ou inanimado, feito pelo homem ou produzido pela natureza, ao qual se atribui poder sobrenatural e se presta culto” (LATOUR, 2002, p. 16). A epistemologia da CI, de certo modo, tomou emprestado os objetos de análise de disciplinas da organização do conhecimento

e relacionou-os – baseada em um contexto favorável – à grande corrida do século XX: a corrida pela informação e pela informatização – uma corrida pela representação. Desta maneira, ao identificar e manifestar amplamente seu objeto, como nas definições de Borko (1968) e Zunde & Gehl (1972) – o objeto da CI é o fenômeno da informação –, a CI simultaneamente não se dava conta, criticamente, de que sua racionalidade era, antes, um produto do imaginário coletivo, da imaginação da névoa bélica, um mito, seja o objeto de culto manifestado na sociedade “moderna” (com a revolução industrial inglesa), seja o objeto de culto supra-adorado na sociedade “pós-moderna” (com a revolução tecnológica norte-americana). Assim, a informação passou a ser o significado da organização do conhecimento, quando refletia, na verdade, parte de sua aplicação enquanto ramo da árvore dos saberes.

A revisão epistemológica deste conceito de aplicabilidade – a idéia de que a CI é antes humana, ou social-humana, que social aplicada; antes aplicável socialmente que aplicável burocraticamente – é fruto direto de um pensamento pragmático dentro a epistemologia dos estudos informacionais que pode ser percebido para além do termo “ciência da informação”. A tradição pragmática, ao fornecer sensibilidades para repensar o aplicável, revisa também idéia kuhniana de que a ciência – e, logo, a CI – caminha sob o desdobramento de paradigmas, ainda que alguns autores – influenciados pela epistemologia do praticismo ou apenas seduzidos, como tantos, pelo profundo e original trabalho de Thomas Kuhn (1975) – continuem adotando o termo. Esta tradição nos convida a pensar a aplicabilidade para experiências sociais e atores do cotidiano.

A aplicabilidade de produtos científicos – ou intervenção científica na realidade – na sociedade – é, antes, a aplicação de palavras – ou complexos de palavras, linguagens – do vocabulário científico ao vocabulário ordinário – o cotidiano científico migrando para o cotidiano que está além das instituições científicas. A ciência é uma comunidade propositiva, como a associação de bairros, o clube de futebol e as tribos indígenas. Mas ela deve, por ter por missão o conhecimento, apresentar sugestões para a solidariedade humana – não apenas para a concorrência. Os trabalhos teóricos devem responder preliminarmente, em cada área, por esta missão.

Compartilhamos, pois, o resumo das sensibilidades de justificação para a existência e para a convocação por trabalho teóricos dentro da CI:

a) na sensibilidade de que a prática nada mais é do que o pensamento em ação, de que nos fala Wittgenstein (1979, 1980, 1982), nada mais é do que a epistemologia do espírito complexo e poético defendida por Bachelard (1968), e que devemos, ao contrário de fortes tendências na área,

não permitir uma orientação ao enfoque do praticalismo, provocando o despertar dos trabalhos epistemológicos da área e criando melodias sensíveis nas narrativas para a construção de uma insônia permanente para estes trabalhos;

b) a sensibilidade de que as práticas precisam ser criticadas não apenas em sua aplicabilidade mercadológica, mas também em sua aplicabilidade ética. Quando pensamos em aplicabilidade tendemos pensar apenas em respostas objetivas, a resolução de problemas cotidianos técnicos como apertar um parafuso, e não pensamentos na resolução de problemas cotidianos éticos, como se o aborto é ou não aceitável. Preocupamo-nos em controlar a técnica, dominá-la, sem recuperar as questões que nos levam a controlá-la. Ao falarmos, por exemplo, em aborto, independentemente de onde falamos, de onde quer que parta essa opinião ou pesquisa – de um biólogo ou de uma instituição de proteção a mulheres violentadas –, estamos falando em “ética aplicada”. Assim podemos conceber o discurso científico da informação: estamos falando em compreensão aplicada¹³. Assim, a aplicabilidade informacional é, acima de qualquer coisa, uma ética – um projeto coerente – das possibilidades humanas de se chegar à compreensão a partir da interpretação/representação /comunicação de informações. O aborto pode ser o objeto de um estudo sociológico, antropológico, psicológico, biológico, químico; mas é, antes de tudo, um estudo de como encaramos a idéia do aborto, qual é o imaginário que nos cerca sobre o abortar e o não abortar. Mesmo nos casos que em a informação é reconhecida como uma energia ou um *bit* dentro das ciências naturais, ela também ocorre dentro de uma arena de interpretação social, ou seja, como Wittgenstein (1979), Rorty (1997), Boaventura Santos (1989), e muitos outros, diríamos que todo conhecimento puro é social.

c) a sensibilidade de que o conceito de aplicabilidade não pode ser colocado em um trono intocável – principalmente no trono do praticalismo. Ao contrário, deve ser discutido e inter-compreendido. Podemos problematizar assim este aspecto: a construção de um sistema de informação é o resultado de uma expedição científica dentro da CI: tem seu fundamento social – é construído em torno de uma comunidade de usuários – e seu fundamento prático – responde por uma necessidade desta comunidade. Em primeiro lugar, em que medida este sistema foi verdadeiramente constituído em torno do grupo de indivíduos? Temos aqui a questão da verdade, ou seja, da própria epistemologia mais rasa: onde está a verdade do fundamento social? Seria necessário um projeto hermenêutico por trás da interrogação. Em segundo lugar, em que medida há uma resposta à comunidade atingida pelo projeto findado – voltamos à questão rasa da verdade, ou seja, a resposta é falsa ou verdadeira.

¹³ Luciano Floridi (2002), ao pensar, no plano da epistemologia, a CI como uma filosofia aplicada da informação, traz mais sensibilidades para esta argumentação. O artigo em que trata do tema é: FLORIDI, Luciano. On defining library and information science as applied philosophy of information. *Social epistemology*, v. 16, n. 1, p. 37-49, 2002.

Até que ponto a agrimensura da utilidade é a reposta da satisfação dos indivíduos que farão o uso do sistema de informação? Ou seja, a aplicabilidade nada mais é do que o termo aplicação legitimado por uma epistemologia favorável ao seu significado. Dentro disso, a epistemologia é o verdadeiro contextualmente aplicável, é o estudo da atmosfera ruidosa e áspera das condições de verdade – das múltiplas verdades.

d) a sensibilidade de que é necessário entender a aplicabilidade da CI na sociedade, e isto parte, antes, de um plano filosófico-epistemológico, que de um ponto da reposta-prática, do consequencialismo, do praticismo. Partimos da revisão das principais unidades de análise da CI identificados e explorados por Frota (1998), a saber, usuários, profissionais, instituições e suportes. Além destas unidades, aparece no levantamento da pesquisadora um pequeno quadro de trabalhos diversos, dentro dos quais estão os trabalhos epistemológicos, em sua sonolência verificada. A cientificidade como unidade de análise dentro da pesquisa em CI é, nada mais, que a existência da área enquanto produto social e em qualquer sociedade, independente dos jargões do tempo, como o próprio jargão “sociedade da informação”. Se pensarmos em diferentes conceitos de CI, como o de Borko (1968) e o de Capurro (1991), podemos observar que as “Ciências da Informação” estão muito aquém do século XX, porém com nomenclaturas diferentes. Existiram independentes da “sociedade da informação”, da “sociedade do espetáculo”, da sociedade medieval, do termo “ciência da informação”. Se a CI “nasce” devido a um contexto de “explosão informacional” e do âmbito da própria gestação de uma sociedade dita da informação, quando esta noção se primitivizar, no sentido wittgenteiniano – a expressão sociedade da informação se torna tão vulgar que já não é mais percebida, já não se justifica, nem pela sua razão prática nem pela reivindicação de sentido, falar-se em “sociedade da informação”. Ela existirá não para uma demanda da “sociedade da informação”, mas para a experiência social de construção do conhecimento da sociedade que lhe cercar, no tempo que se passar, como sempre o fez. A partir de meados do século XX, encontramos incontáveis elementos que justificam a razão de uma expressão “sociedade da informação”. No entanto, um olhar sociológico pelas relações sociais no mundo globalizado – exemplo crítico se encontra em Quéau (2001)¹⁴, em sua simples e profunda interrogação “é a globalização global?” e

14 Quéau (2001), em seu trabalho sobre a revolução da informação, afirma que a noção de sociedade global é parcial, uma vez que recruta uma certa leva privilegiada de indivíduos, em condições sociais geográfica e economicamente dispersas. Assim seria também com a expressão sociedade da informação: interpretar essa sociedade a) pela sua coexistência com o mundo das tecnologias de comunicação e informação é raso o bastante para dizermos: coexistir não necessariamente seja participar – ao contrário, pode significar negar a relação entre homem e máquina sempre revelou aspectos precoces de uma tecnofobia; b) pelo acesso de indivíduos de todo o mundo a tais tecnologias pode ser falseado pela idéia de que acesso não significa letramento – a relação entre indivíduo e tecnologia pode ser muito mais de incomunicabilidade do que o contrário, esta convivência sempre desvelará processos de aprendizagem lentos, incompletos e/ou parciais; c) pelo uso de todas as possibilidades abertas as tecnologias – algo que, por si só, é utópico –, o que pode ser criticado pelo fato de que o homem sempre se caracterizou pelo uso das praticidades das inovações de seu tempo – e nem por isso se tornou um indivíduo da informação ou um indivíduo do conhecimento. Ora, este último ponto é bastante intrigante, pois não há maior ferramenta de informação e de conhecimento do que o livro, e nem por

em Milton Santos (2007) – nos demonstra que há, por outro lado, um grupo também vasto de instâncias que nos permitem afirmar o contrário, isto é, não há uma sociedade da informação. Esta refutação ou falseamento jogaria por terra, pois, grande parte da justificação social da cientificidade da CI, como aquela apresentada por Saracevic (1996). Como lembra Cañedo Adalia (2004), todas as sociedades desenvolveram técnicas de reconhecimento e administração da informação, principalmente após o nascimento da escrita. Todas as sociedades, em menor ou maior grau, tiveram problemas com uma certa “explosão da informação”. A sociedade gráfica, de que nos fala Auroux (1998), é essencialmente uma sociedade cumulativa, e a ciência não é assim tão não-cumulativa quanto sugere a compreensão de Kuhn da atividade científica. Se a CI se legitima socialmente por ser participante ativa da sociedade da informação, o que fará distante desta? O que faria quando esta sociedade chegasse ao fim? Mudaria seu nome, para se adequar à realidade? E se a sociedade da informação não existir? A Filosofia ou a Sociologia da ciência podem nos revelar o fracasso da conceituação desta sociedade no que diz respeito ao social, e não à técnica. Diante disso, esvaziado o conceito sobre a qual a CI teria se construído, para onde caminharia esta área?

e) a sensibilidade que uma filosofia – e aqui caminhamos lado a lado com uma filosofia pragmática da linguagem – é permanentemente necessária para a compreensão das movimentações teóricas, terminológicas e práticas dentro da CI. Discutiremos em nossa caminhada pelo percurso histórico e pelo desenvolvimento teórico dos estudos informacionais – ainda que não de forma profunda, como pretendíamos –, questões dessa ordem, uma vez que são flagrantes as dificuldades de conceituar a abrangência da CI – e, principalmente, o que aqui mais nos atenta, definir seu núcleo, sua justificativas estruturais. A abertura de discussão nos acomete e aparece como visita obrigatória em um estudo epistemológico na área. É-nos campo crítico e carente de sensibilidades profundas estas justificativas tanto por uma nomenclatura quanto por uma “natureza interdisciplinar” – ou ainda, justificativas por uma relação íntima com as tecnologias da informação e com a chamada “sociedade da informação”. Todos estes termos, “informação”, “ciência da informação”, “interdisciplinaridade”, “sociedade da informação”, somados a outros, desvelam um vocabulário disperso em construção nos estudos informacionais, vocabulário que por vezes reflete um problema dentro da área: a organização leve e exata de suas próprias categorias terminológicas.

Acreditamos que este é um problema crônico, uma vez que a CI é justamente a disciplina que se

isso a sociedade de Guttenberg passou a ser chamada de sociedade da informação ou do conhecimento, nem sociedade do livro, ou milênio do livro, como comentou Calvino (1990). Nem as gerações dos séculos seguintes, que viram o livro popularizar-se. Restaria interpretar a expressão apenas em seu sentido político-econômico, como nos apresenta Cañedo Andalia (2004), ou seja, a sociedade da informação existe pois a informação é a maior fonte de riqueza de uma sociedade pós-industrial, e este lado, o lado clientelista, é justamente o problema epistemológico a ser cotidianamente rediscutido.

coloca à frente dos discursos de organização do conhecimento. A falta de exatidão e leveza na categorização da CI – identificada, em parte, acreditamos, pela justificação científica (e o uso irrestrito desta justificação) a partir de termos como estes acima indicados – talvez revele, do mesmo modo, a dificuldade de visibilidade da área na sociedade que a cerca. A visibilidade, como vista em Ítalo Calvino (1990), é a qualidade – e a criatividade – de enxergar – e dar a enxergar, permitir a iluminação – da profundidade e dos silêncios do objeto, dos fatos, dos núcleos – metodológico-teóricos – de cada disciplina. Desta forma, algumas cartas de justificação para os usos do termo “ciência da informação” manifestam que os termos Biblioteconomia e Documentação não traziam a visibilidade necessária para as práticas e teorias dos estudos informacionais. Pensando no conceito-proposta de Calvino (1990) e nos pressupostos apresentados de uma epistemologia da imaginação, é possível compreender que a questão da visibilidade nada tem a ver com nomenclaturas. Sua questão está na criatividade de construção de janelas para o que parece silencioso e obscuro, o que a sociedade negligencia, mas faz permanente uso em seu cotidiano, como os esquemas de classificação na Biblioteconomia e as bibliografias na Documentação. Assim, a CI tem, no escopo da terminologia, fundamentalmente, um problema filosófico, teórico e histórico, um problema de reflexão, de auto-reflexão – enfim, um crônico problema epistemológico.

4.2. Ciência da Informação contra a interdisciplinaridade: entre a natureza declarada e a justificativa interdisciplinar projetada...

A epistemologia, como já colocado, mais justifica que demarca. Este é seu verdadeiro caráter, sua mais abissal personalidade. A demarcação de fronteiras é sempre um processo cotidiano de negociação e troca, tão instável e tão subjetiva quanto a justificação. Ambas, justificação e demarcação, são políticas de deliberação: a primeira, deliberação para sustentar uma existência; a segunda, deliberação para “aprovar” as direções do desenvolvimento. No entanto, é a filosófica e epistemológica construção da justificação – ou solo coerente para uma existência – que permitirá à ciência se posicionar politicamente entre seus pares científicos – a práxis da comunidade científica em geral -, entre a sociedade que a cerca – a práxis da comunidade externa - e entre os pesquisadores que estão em ou convergem para seus territórios de pensamento e prática – a práxis da comunidade científica específica.

Como muitos autores advogam, a CI nasce da interdisciplinaridade, o que política e epistemologicamente a transformação de nomenclaturas de instituições que antes se definiam a partir da imagem de um outro termo não necessariamente revela. A CI não nasce em edifícios

“neutros”, ou seja, desligados de uma gramática e de uma tradição pré-definidas, mas aparece como uma sobreposição de áreas como Documentação, Bibliografia e Biblioteconomia, como uma intensificação de estudos de determinadas práticas destas áreas, como o mergulho em uma sub-tradição.

Como nos lembra Cardoso (1996, p. 74), no caso brasileiro, é teórica e institucionalmente coerente afirmar que a CI se construiu a partir das citadas áreas. A CI “nasceu”, estruturalmente, em edifícios e tradições de Bibliografia, Documentação e/ou Biblioteconomia – como o caso da CI em Belo Horizonte e da CI em Copenhague, como no caso do IBICT, e o caso do American Society for Information Science. Em outras palavras, a CI nasce como uma especialização destas áreas, a) uma especialização da idéia de informação como coisa, b) da tecnologia como horizonte mais coerente para os estudos informacionais em seu desafio de controlar a grande produção de documentos, c) do estudo unidirecional da comunidade científica. Isto é: a Biblioteconomia, área generalista – interdisciplinar, no dizer contemporâneo que relativiza esta noção - apresenta duas frentes de tradição bem delineadas: uma Biblioteconomia Erudita e uma Biblioteconomia Tecnicista (SILVEIRA, 2007). A partir desta última veremos a exploração de um campo de especialização profunda, no escopo da Biblioteconomia especializada e, a partir desta, a emancipação da Bibliografia, principalmente sua vertente estatística, que, uma vez ligada ao uso das novas tecnologias de controle de documentos, será chamada, posteriormente, afora as nuances curriculares, de Documentação.

Instituições de ensino e/ou pesquisa em Bibliografia e Documentação – em muitas destas, os dois termos remetiam ao mesmo significado, indicando apenas um preciosismo pelo fascínio da linguagem ideal, o essencialismo - e outras, mais generalistas, como aquelas de Biblioteconomia, se aproximarão cada vez mais das tecnologias de informação, especializando-se gradualmente na dinâmica da informação científica e tecnológica. Aparecem, neste espaço discursivo e prático dos estudos de organização do conhecimento, os termos “informação”, “ciência da informação” e “tecnologia da informação” - como também “recuperação da informação”, demonstrando o foco especialista da disciplina. Como afirma Carvalho (1999, p. 51), a CI nasce para uma “demanda social pela otimização de processos de coleta, armazenamento, recuperação e disseminação da informação científica e tecnológica”. Em outros termos, a CI nasce contra uma Biblioteconomia generalista, em direção ao que Morin (2007, p. 328) chamará de ciência clássica, ou ponto de vista científico que acredita na identificação e controle dos fenômenos a partir de “princípios simples” e “leis gerais”. Estas nomenclaturas influenciarão o escopo de outras sub-áreas dos estudos informacionais, o que desencadeará uma substituição de nomes por instituições de Bibliografia,

Documentação e Biblioteconomia em todo o mundo após os anos 1960.

A chamada “Ciência da Informação” não nasce, assim, interdisciplinar – muito menos pós-moderna, como alguns discursos defendem. Ela é, ao contrário, no que diz respeito à sua construção social, uma intensificação da especialização no trato da informação, uma especialização de cunho tecnológico; no que diz respeito à filosofia, uma especialização de cunho representacionista; no que se refere à sua movimentação institucional, uma transposição deste olhar representacionista epistemológico para o campo político. A definição de CI construída por Borko (1968), tomada por vezes como clássica, ao relacionar a área como campo voltado para o controle da informação, permite uma leitura que resume estas questões.

Ao longo da formação discursiva da CI, o termo “interdisciplinaridade” ganhará cada vez mais foco em paralelo com os discursos de inúmeros outros campos do conhecimento, em paralelo com a própria desmistificação da ciência, em paralelo com a própria necessidade de sobrevivência tanto dos “novos” quanto dos “antigos” saberes. Tanto as ciências naturais quanto as sociais/humanas intensificam seus diálogos e o intercâmbio de teorias e metáforas para explorar o conhecimento ao longo do século XX. Contudo, para a CI, a noção de interdisciplinaridade parece ser sua carta identitária na árvore do conhecimento, ou sua justificação para existir.

O recurso teórico adotado de imputar a CI uma “natureza interdisciplinar” é, antes, uma argumentação política de implantação de um discurso que se fazia presente já em diferentes escopos de estudo, ao mesmo tempo que a emancipação dos termos “informação”, “ciência da informação”, “recuperação da informação”, “tecnologia da informação”, conferiam uma especialização tecnológica cada vez mais profunda aos estudos de organização do conhecimento. Como indica Oddone (2007, p.111), a partir de 1950, “com os primeiros avanços na área do processamento automatizado de dados, surgia o termo *information retrieval*, que alcançou grande popularidade na área”. Logo a seguir, em 1953, aparece a expressão *information scientist* e, em 1955, *information science*.

Desta forma, parte das primeiras definições de CI que farão eco na área, como a mencionada definição de Borko (1968) e outras, como de Zunde & Gehl (1972), especializarão os estudos informacionais na investigação de laboratório, na construção de modelos lógicos e tecnologias dinâmicas que permitiriam realizar aquilo que os atores da área – bibliotecários, documentalistas, bibliógrafos etc. – não mais “conseguiram” controlar – ou seja, uma organização dos saberes marcada pela substituição de operadores humanos por ferramentas de controle da informação

(AUROUX, 1998).

A CI, teórica e politicamente, tem natureza sensivelmente disciplinar. Mais que isso: a CI nasce como uma das mais profundas especializações do século XX. É possível, em um olhar – aquele que aqui apresentamos –, discutir que com a abertura das discussões sobre o pragmatismo, que leva à discussão sobre o posicionamento da CI dentro das ciências sociais, ou seja, o esclarecimento de sua possível identidade junto às outras ciências, a área começa a estabelecer olhares sobre projetos interdisciplinares – mas nem isso, pensamos, nos permite ainda classificar a área como interdisciplinar. Além disso, como a seguir veremos, se partirmos de Shera, autor comumente desligado da historiografia geral da CI, podemos analisar não só a noção de interdisciplinaridade de forma mais consistente, como somos provocados a realizar profundas viagens à própria história da área e re-compreendê-la.

Simultaneamente, no período em que a Ciência é colocada contra o muro pelos filósofos, sociólogos e antropólogos da ciência do pós-guerra, como Bourdieu (2005), Debord (1997), Bachelard (1968, 1974, 1993) e o próprio Kuhn (1975) – uma vez verificados, por exemplo, os “estragos” sociais do profundo desenvolvimento “fechado” da epistemologia da Física Aplicada na imagem da bomba atômica –, e no mesmo instante em que o Estado e a tecnologia vão discursivamente para o mesmo muro, a CI nasce como uma especialidade tecno-científica, voltada para produção de conhecimentos para a Ciência e para o Estado, não para as comunidades dispersas na trama social, e ainda: influenciada pelo pensamento dos físicos.

O termo “informação”, que ganhou rápida legitimação pública no decorrer do século XX e veio sendo anexado a - ou substituindo - nomes de escolas, institutos e centros de pesquisa em Biblioteconomia e Documentação, é o responsável pela justificativa deste enfoque – ou seja, a influência teórica está ligada à noção de “informação” dentro das ciências naturais, ao contexto científico-tecnológico de uso da informação, à uma sociedade baseada na “tecnociência” e na “tecnocultura”. Em resumo, trata-se do uso do termo informação assim como ele se apresenta, dar forma, tornar “real” o significado do artefato ausente, ou seja: informação como noção de representação.

A pós-modernidade, manifestada por alguns teóricos da CI como justificativa para a imagem que revela seu caráter de ciência diferente, ou nova ciência, ou ciência emergente, ou interdisciplinar, configura-se, dentre outras caracterizações, por uma busca desenfreada por uma imagem ideal – nas palavras de Rolnik (1997, p. 21), uma “toxicomania generalizada” de identidades, um vício por

encontrar uma representação fiel – a linguagem ideal - para seus fundamentos. É o que chamamos transposição de um olhar representacionista da paisagem social epistemológica para a política da CI. Multiplicam-se, após a metade do século XX – quando, em geral, registra-se o nascimento da CI em paralelo com o nascimento do termo “ciência da informação” -, as reivindicações identitárias das chamadas minorias (ROLNIK, 1997, p. 23). São as minorias étnicas, religiosas, raciais, como também as minorias científicas, as ciências sociais, ou ciências imaturas, no vocabulário kuhniano¹⁵. Como nos lembra Ortega (2007)

dado o provável uso inicial da expressão ‘informação e documentação’, por Otlet, em 1905, supomos que desde então várias expressões compostas foram e são utilizadas pela área, levando a dificuldades de construção identitária, como: bibliografia e documentação, informação e documentação, biblioteconomia e documentação, ciência da informação e documentação, biblioteconomia e ciência da informação.

Estas transformações terminológicas anunciam o que Shera (1980, p. 91) evidencia como um “cisma” que acometeu a Biblioteconomia – e no nosso olhar, toda a área voltada para organização dos saberes - e que parece se reproduzir até a contemporaneidade. O uso irrestrito da noção de interdisciplinaridade - “uma noção mal definida, que se reveste às vezes do aspecto e da função de um slogan utilizado a torto e a direito no debate ideológico” (GUSDORF, 1995, p. 14) - parece ser um dos elementos que contribui para esta reprodução.

O interdisciplinar, para usar um significado que em geral é adotado no discurso epistemológico, representa a síntese de duas ou mais disciplinas, construindo novas linguagens e novas relações estruturais, gerando um novo tipo de conhecimento (JANTSCH, 1995). Nas palavras de Gusdorf (1995), o movimento interdisciplinar visa a construção de uma nova escrita. Segundo Gomes (2001),

a interdisciplinaridade efetiva é aquela que se atualiza no campo das abstrações teóricas, do estabelecimento das metodologias, mas

¹⁵ É importante observar que a CI, a Documentação, a Bibliografia, a Biblioteconomia, sempre tiveram baixa representatividade dentro dos campi acadêmicos – baixo número de pesquisas teóricas, baixo número de pesquisadores-docentes e baixo número de pesquisadores-discentes em comparação com grande parte de outras áreas de pesquisa. Registra-se neste complexo de fatos uma das sensibilidades que nos permitem problematizar a influência de uma teoria representacionista em quase toda a esfera social do estatuto dos estudos da informação: uma teoria da representação para a epistemologia, outra para as práticas, outra para a política de definição de suas áreas, sub-áreas e, por conseguinte, suas instituições – teorias que ilustram sua ânsia por uma identificação. O paradoxo da linha representacionista, como aparece na crítica de Richard Rorty (1997, 2000) no bojo da filosofia, atinge aqui um de seus becos sem saída: como os estudos informacionais não tem uma identidade constituída, eles tem no conceito de pós-modernidade o achado do século – somos uma ciência nova, uma ciência que não precisa de identidade, o que é o mesmo que afirmar: somos uma ciência nômade, que troca de identidade permanentemente.

também nas intervenções que as disciplinas promovem no social.

Os mesmos autores que parecem concordar que a CI nasceu interdisciplinar comungam também a idéia de que ela nasceu sob a influência de um pensamento fisicalista, ou de um paradigma físico (CAPURRO, 2003), ou uma teoria sintática (RENDÓN ROJAS, 1996) – no nosso vocabulário, sob um ponto de vista filosófico representacionista. Esta dupla concordância se dá pois os epistemólogos, teóricos e pesquisadores que usam uma ou outra das afirmações – a CI nasceu interdisciplinar, a CI nasceu sob um enfoque fisicalista – consideram que seu surgimento se dá no contexto do pós-segunda guerra mundial. E é exatamente este o contexto em que, dentro da área de organização do conhecimento, o pensamento fisicalista exerce influência direta na área, demarcado por um olhar positivista - e, em determinados olhares, positivista lógico.

Logo, temos aqui a primeira grande provocação da historiografia da CI: como afirmar que é interdisciplinar se esta noção, conceito ou utopia científica parte exatamente contra a especialização fechada promovida pelo olhar positivista sobre as ciências do homem? Saracevic (1996, 1999) aparece como a principal fonte desta reflexão problemática: o autor é adotado como uma das principais referências para corroboração da “natureza interdisciplinar” da CI (SARACEVIC, 1996) e, ao mesmo tempo, concorda com outros epistemólogos que esta área parte da recuperação da informação baseada no aprofundamento da lógica formal, um dos enfoques contra o qual o movimento interdisciplinar parte. (SARACEVIC, 1999)

Ao propor uma viagem aos becos e travessas, preferindo o afastamento da discussão sobre uma certa “natureza interdisciplinar” da área, pontuamos nosso argumento na fragilidade em que repousa esta justificação epistêmica da CI. Aprofundando a linha de pensamento anterior: estes mesmos autores que não se dão conta do paradoxo de afirmar que a CI nasce simultaneamente positivista e “interdisciplinar por natureza” lembram também que a área carece de uma plataforma epistemológica em seus primórdios como também nos dias atuais. São estes autores que nos alertam que a área padece de uma discussão epistemológica profunda, e que a CI nasceu carente da mesma, dependente de um olhar unilateral sobre a tecnologia¹⁶ - contudo, é neste período que Shera inicia suas discussões sobre a Epistemologia Social, abordagem que responde, em muito, pela idéia da interdisciplinaridade como uma das identidades da CI, e a mesma abordagem, por sua vez, não entra no discurso historiográfico como uma das plataformas fundacionais da área. Assim, simultaneamente, temos as afirmações colocadas no mesmo tom: a CI nasceu interdisciplinar, a CI nasceu fisicalista, a CI nasceu sem um discurso epistemológico capaz de sustentar uma justificava

16 Trata-se daquilo que Morin (2007, p. 107) chama de grande adoração da técnica, que faz com que a tecnologia penetre e domine a epistemologia.

teórica crítica. Como então enxergar uma essência interdisciplinar em uma dita “nova” ciência quando na verdade o que encontramos é um conjunto de práticas sem uma meta-reflexão profunda?

Poderíamos tomar, sob olhar de Wittgenstein (1979), as práticas como reflexão, como construção de conhecimentos... No entanto, os mesmos autores que simultaneamente apontam o nascimento da CI como positivista, interdisciplinar e epistemologicamente frágil percebem que as práticas, a princípio, especializaram a área de organização do conhecimento, legitimando a CI apenas como um campo voltado para a engenharia das mensagens, a partir do olhar matemático sobre a informação de Shannon & Weaver. Esta é a historiografia apresentada, dentre tantos, por autores como Capurro (1991, 2003) e Saracevic (1996), a historiografia que, de um modo geral, percebe o surgimento da área a partir do aparecimento da noção de informação dentro dos estudos de organização do conhecimento e da institucionalização da expressão “ciência da informação”.

A indagação direta que nos cerca, como a outros pesquisadores, como Gomes (2001), é: na verdade, quando “pensamos estar falando” de relações interdisciplinares, não estamos – ou estávamos - no fundo dizendo: intercâmbio de aplicações de métodos e teorias de disciplinas diferentes para determinados fins específicos na CI ou fora dela?; ou: avanço da tecnologia e seus profissionais sobre as áreas humanas, caracterizando a expressão moriniana “tecnologização da epistemologia”? Não estamos novamente caindo aqui nos problemas do praticalismo? Como Morin (2007), por exemplo, percebemos que a idéia da complexidade, inerente aos movimentos inter e transdisciplinares, é também ela “complexa”, ou seja, de “difícilima” demarcação – e dizemos *difícilima* sendo, de certo modo, generosos, pois ainda é raro encontrar exemplos objetivos de “materializações” da interdisciplinaridade para discutirmos suas conseqüências. Enquanto isto a CI atravessa anos apontado para as chamadas fronteiras interdisciplinares de sua epistemologia e, mais do que isso, ainda afirma ter uma natureza interdisciplinar...

Esquecemos que o “movimento” pró-interdisciplinaridade ou pró-complexidade foi, em certa medida, uma grita da filosofia da ciência contra as disciplinas como Física, Química e Biologia, que se fechavam paulatinamente em um mundo que se tornava aparentemente mais dinâmico e interligado. Mesmo Morin (2007) tem como um dos focos principais de sua revisão epistemológica estas áreas. Isto não responde necessariamente pelas ciências humanas e sociais – são justamente elas que vão se redescobrando, a partir do afastamento da idéia de que precisavam “se parecer” com estas outras áreas para se tornarem “científicas” ao longo do século XX, revisando os entraves do positivismo. Assim, inicia-se a depreciação do positivismo nas ciências do homem e parece que tudo o que veio atrás era desperdício teórico, que Durkheim e Comte estavam “errados”. Sabemos

que, na verdade, muitos dos espíritos ditos positivistas, como Paul Otlet e Euclides da Cunha, realizaram trabalhos bem mais “complexos” do que determinados projetos ou ciências que se querem ou se justificam como interdisciplinares e transdisciplinares.

Em uma crítica mais sensível, parece que a CI está mais preocupada com o “complexo” de ser “ciência imatura”, devido à leitura de seus teóricos realizada a partir de Thomas Kuhn (este que, como outros, falava para aquelas ciências naturais, e não das ciências sociais, e não da CI), que preocupada com a complexidade que há em seus possíveis núcleos identitários. Este complexo de “ciência em vias de acontecer” é, por exemplo, *denunciado* por Brookes (1980a), Goffman (1975) e Frohmann (1992). Nesta medida, a noção de interdisciplinaridade aparece como uma ferramenta política, antes de um conceito epistemológico, pois ela é

muitas vezes compreendida como a tentativa de um rearranjo do universo do discurso científico em vista de assegurar a articulação dos elementos e a coerência das proposições e de fornecer aos especialistas um instrumento epistemológico capaz de dilatar os limites da formulação lógico-matemática. (GUSDORF, 1995, p. 23)

Em outras palavras, como indica Gomes (2001), “muitas vezes a característica interdisciplinar é examinada apenas a partir da focalização do movimento interno de uma disciplina e, às vezes, detendo-se apenas na perspectiva teórica”. Diante desta problemática, não seria mais importante para a CI perguntar quem de seus espíritos realmente realizam projetos interdisciplinares, ou seja, quem procura construir grandes diálogos do que se perguntar que disciplina está nas fronteiras da CI? Pensamos que daquela forma estamos mais próximos de Morin do que de Durkheim; desta última, parecemos “positivistas da complexidade”, agrimensores da árvore do conhecimento. Preocupar-se com demarcações interdisciplinares parece-nos um contra-senso para própria a idéia da interdisciplinaridade. Pensamos ser mais importante estudar o espírito que transversaliza as fronteiras de qualquer campo, e não as fronteiras da área, estas muitas vezes esvaziadas de significado por falta de grandes espíritos científicos em suas margens, como Leibniz (GUSDORF, 1995) e Paul Otlet (ORTEGA, 2007). Se estamos tão voltados para as fronteiras, parece que não nos preocupamos em realizar projetos interdisciplinares, só identificar e estabelecer os marcos das relações.

A reprodução em artigos e monografias, seja como título dos trabalhos, palavras-chave ou na abertura de textos, da noção apontada por Saracevic (1996) da “natureza interdisciplinar” da área já parece, em si própria, um outro entrave. Em primeiro lugar, o termo *natureza* é em geral utilizado

pelas ciências naturais que procuravam, na virada do século XIX para o XX, um objeto específico e concentravam seus pesquisadores em um “projeto único e mútuo”, ou uma ciência normal, como foi analisado por Thomas Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas*. O exemplo clássico seria o átomo para a Física. Logo, a CI, sob a profunda influência desta ciência, passa a dizer que a informação é seu objeto – no mesmo tom, para a crítica de Mills (1975) temos o “homem sociológico” como objeto único da Sociologia; para Morin (2007), trata-se de um olhar sobre a ciência que reduz a disciplina à busca por uma ordem *a priori* no mundo, negligenciado o conhecimento local e afastando o sujeito como “conhecedor”.

Por sua vez, o termo *interdisciplinar* é em geral utilizado por teóricos para reivindicar um novo olhar sobre as disciplinas que se especializaram a ponto de negarem a responsabilidade social de suas práticas (JAPIASSU, 1975; GUSDORF, 1995); que concentraram-se em laboratórios, afastando-se de um olhar mais amplo - “mais humano” - do contexto científico. Logo, a crítica da interdisciplinaridade é uma crítica à especialização fechada, ao unilateralismo teórico-metodológico de determinados departamentos, não às disciplinas. E a direção da crítica é exatamente a direção tomada pela CI em sua origem e reproduzida até hoje – entre as frases mais propagadas em nossa paisagem social epistemológica temos “o objeto da CI é a informação”. Quando propomos o olhar sob uma linha sensível de nossa paisagem social epistemológica chamada tradição pragmática demonstramos como a história da CI não é a história da informação e os autores que afirmam o contrário terminam por se contradizer.

Como aponta Carvalho (1999, p. 51), a partir do trabalho *Interdisciplinary: approaches to understanding library and Information Science as an interdisciplinary field*, de Linda C. Smith¹⁷, apesar do provável consenso entre os principais autores, os estudos empíricos mostraram ao longo das primeiras duas/três décadas da CI – lembremos: a CI tomada como nova área científica que teria nascido com o aparecimento do termo informação e da construção do neologismo “ciência da informação” - que a interdisciplinaridade na área é mais teórica que prática, em outras palavras, é mais discursiva que fonte de uma natureza ou de uma imagem identitária e, principalmente, de uma realidade. Mas o que são estes discursos, se os próprios autores que defendem a “natureza interdisciplinar” lembram que a área nasceu carente de um discurso epistemológico profundo e coerente?

17 O citado trabalho de Linda C. Smith se encontra em: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (editores). *Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives*. Proceedings of the International Conference held for the celebration of 20 th Anniversary of the Department of Information Studies. University of Tampere, Finland, p. 26-28, August, 1991.

A CI se especializou em discursar sobre o interdisciplinar. Voltando à *Estrutura das Revoluções Científicas* (KUHN, 1975), como Mostafa, Lima & Maranon (1992, p. 221) lembram, o pensamento kuhniano nos demonstrou “a camisa-de-força do paradigma científico. A coleta de referências acadêmicas tem a mesma motivação empiricista da coleta de dados do projeto científico”. O mencionado consenso indica, no fundo, um contra-senso. Por um ângulo, a própria teoria dos paradigmas nos faz atentar para o imediatismo a que o paradigma nos conduz, nos chama atenção para a camisa-de-força da idéia da interdisciplinaridade na historiografia da CI. Dentre muitas outras questões, esta situação nos leva a discutir a historiografia a partir de Kuhn assim como é utilizada na CI em nossa visita seguinte.

Desta forma, com a não-definida e não-socialmente legitimada Biblioteconomia e/ou com a não-definida e não-socialmente legitimada Documentação, a nova ciência para informação, mesmo não sendo consensualmente definida e antes de ser socialmente legitimada – e muito antes de ser epistemologicamente explorada –, se escora em um novo conceito – este, não definido e não-socialmente legitimado, a interdisciplinaridade - esta, aplicada ao discurso epistemológico em parceria com outro conceito que sofre dos mesmos sintomas, o de pós-modernidade.

Convidamos Richard Rorty (1997, p. 38-39) e sua noção de solidariedade pragmática em diálogo com a idéia de interdisciplinaridade, bem como Alain Touraine (2006) e a idéia de autonomia/emancipação do sujeito¹⁸ para realizar uma leitura com mais luz crítica sobre os significados desta noção dentro da área. Solidariedade, no pragmatismo rortiano, é a necessidade de sobrevivência que nos obriga, na práxis, no cotidiano, nos manter em permanente estado de troca com outros indivíduos, comunidades, ciências. A autonomia tourainiana diz respeito à consciência do indivíduo como ator na sociedade que o cerca; ou seja, “o sujeito não é apenas aquele que diz eu, mas aquele que tem a consciência de seu direito de dizer eu” (TOURAINÉ, 2006, p. 113). Trata-se da definição de sujeito enquanto uma “resistência ao mundo impessoal do consumo”, ou seja, o sujeito como o “contrário da identidade”, isto é, como a “convicção que anima um movimento social e a referência às instituições que protegem as liberdades” (TOURAINÉ, 2006, p. 20-21).

Queremos, com estes autores, a) clarificar de forma mais sensível nossa argumentação da interdisciplinaridade como um velho discurso e uma velha prática, agora emancipada sob outros nomes; b) pontuar o horizonte de nossa problematização, discutindo que é o sujeito - sujeito não preocupado com a identidade, não preocupado com a corrida identitária da pós-modernidade - a consciência crítica que deve ser levada em conta na hermenêutica do conceito e das práticas da

¹⁸ Acreditamos que uma discussão muito próxima é aberta por Morin (2007, p. 277), ao discutir a construção da autonomia do sujeito dentro da ciência.

interdisciplinaridade. Com estas análises, podemos abrir caminho, junto de Wittgenstein (1979), para um olhar sobre a historiografia da área e a tradição pragmática que perpassa toda esta complicada movimentação teórico-política.

Em estudo recente, Araújo (2007) questiona professores em CI sobre sua opinião acerca da afirmação da CI como ciência interdisciplinar. Entre os resultados, 90% dos professores confirmam esta realidade. Dentre as principais observações do pesquisador, estão: “a categoria de justificativa com maior ocorrência é a que argumenta que a CI é interdisciplinar por receber contribuições de outras áreas”, ou seja, a apropriação de elementos de outras disciplinas “é suficiente para caracteriza-la como interdisciplinar”. Trata-se da interdisciplinaridade pelo consumo. A segunda justificativa mais frequente ultrapassa um pouco a argumentação anterior, afirmando que a CI não sobreviveria sem a apropriação mencionada. A terceira categoria de justificativas se apresenta mais crítica: para esta, é preciso mais que a incorporação – é necessário um diálogo. O uso indiscriminado da noção de interdisciplinaridade, voltado para o consumo, já era anunciado por Gomes (2001), que observava que, quando analisados os resultados empíricos e teóricos, percebe-se uma distância entre discurso e a prática reflexiva.

É necessária, no entanto, uma hermenêutica profunda, bachelardiana, dos diálogos interdisciplinares, mais próxima a este terceiro conjunto de respostas. E a tradição pragmática parece convocar para esta direção. Mais que isso: as manifestações pragmáticas dos estudos de organização do conhecimento sempre alertaram para isto, da Biblioteconomia erudita à Antropologia da Informação. A aproximação de cientistas da computação, documentalistas e outros pesquisadores é fonte da argumentação que se repete na formação discursiva informacional: a CI nasceu interdisciplinar. Mas não há uma hermenêutica destes encontros, uma interpretação pontual de cada contribuição. O que socialmente foi diálogo e o que foi paradoxo? O que socialmente foi troca e não imposição? O que socialmente foi semente para uma especialidade e/ou o que foi negação de outras já existentes? Todas as aproximações entre cientistas são encontros interdisciplinares? Este relativismo nos permite permanentemente dizer: até nas mais duras e casmurras especializações, sempre houve interdisciplinaridade.

É comum encontrarmos na literatura científica o discurso pró-interdisciplinaridade baseado na crítica à fragmentação e especialização dos saberes em disciplinas fechadas promovidas pela ciência moderna ao longo do século XIX – unidade de partida de todo o discurso pelo interdisciplinar no mundo contemporâneo. Esta é a chamada fragmentação por especializações cada vez mais unilateralistas. No entanto, é mais raro o discurso crítico da fragmentação pela

multidisciplinaridade, discutido, por exemplo, por Gusdorf (1995) – ainda mais no que se refere às narrativas pró-interdisciplinaridade propagadas na CI. Como aponta Mills (1975), o pluralismo de princípios pode ser tão dogmático – e vazio – quanto o monismo de abordagens. É mais raro ainda o discurso que lembra que, para uma ciência – disciplina ou saber –, como o corpo científico dos estudos de organização do conhecimento – que foi transformando suas nomenclaturas por não conseguir legitimá-las socialmente e por acreditar que elas não conseguiam representar suas atividades – os discursos da interdisciplinaridade – e/ou da ciência pós-moderna, da nova ciência, ciência do paradigma emergente, ciência do paradigma da complexidade – aparecem como uma justificativa pronta, uma resposta epistemológica e institucional imediata – como o imediatismo da informação no mundo pós-guerra – para seu possível amadurecimento.

Se nos baseamos em uma das principais linhas positivistas dos estudos informacionais, a Bibliometria pura – ou Bibliografia estatística –, é fácil concordar com Oliveira (2005, p. 20), quando a autora afirma que há uma “unanimidade entre os praticantes e pesquisadores da CI sobre o fato de esta ser um campo interdisciplinar” – afirmação que tem, na pesquisa de Araújo (2007), um diálogo aproximado. Se recolhermos estatisticamente o número de autores que repetem a frase “a CI nasceu interdisciplinar” certamente nos aproximaremos da unanimidade mencionada, como do suposto consenso lembrado por Carvalho (1999).

No entanto, é exatamente a historiografia, como aquela de Capurro (2003), por exemplo, de fundo paradigmático-kuhniana, que demonstra o quanto o conceito de “natureza interdisciplinar” da área é frágil – e, principalmente, se apresenta como uma noção reduzida, simplificada. Se o *inter* abre as possibilidades de identificar e compreender o objeto, o enfoque fisicalista – aquele que teria dado origem à CI – reduz a informação a uma entidade coisificada. Mais que isso: reduz a informação a uma entidade tecno-científica, a-cognitiva e a-social. Se dissermos que todo encontro de teorias e teóricos em torno do objeto define uma interdisciplinaridade, é coerente corroborar o resultado da análise bibliométrica da frase “a CI nasceu interdisciplinar”. Esta frase se reproduz em artigos, dissertações, teses, discursos orais e demais narrativas científicas em CI. Porém, se partimos de uma análise hermenêutico-pragmática, percebemos que, no caso da CI, há uma subversão do conceito de interdisciplinaridade, uma especialização da complexidade e uma afunilação dos olhares, que parte desde a “emancipação” da Biblioteconomia Especializada, raiz fundamental da CI fisicalista.

São mais escassos os discursos que lembram que, enquanto o discurso da ciência dita pós-moderna se abria aos saberes amplos – ao reconhecimento de que não só a comunidade científica produz conhecimentos, mas também a comunidade de lavadeiras, de taxistas, de operários, de atletas – o

ramo dos estudos de organização dos saberes chamado CI tecia-se como uma especialização para a ciência, reforçando implicitamente a aura do “Conhecimento” como o que é “Ciência”¹⁹. Enquanto a filosofia da ciência discutia – e bem antes da chamada “emergência” da pós-modernidade, como no caso do pragmatismo na virada do século XIX para o XX – que a tecnologia era apenas um meio e devia ser criticamente apropriada, a CI construía-se como uma tecno-ciência voltada para a exploração das novas tecnologias da informação com foco na otimização da comunicação científica – e não para a compreensão da comunicação da sociedade além das comunidades científicas – no vocabulário de Mostafa (1996b, p. 3), a área existe, neste contexto, como uma “ciência das revistas científicas”.

O encontro, em meados do século XX, de engenheiros, bibliotecários, lingüistas, filósofos e tantos outros atores em torno do objeto “informação”, teria dado origem a uma nova ciência, uma “Ciência da Informação”, uma ciência reduzida a) à própria ciência – e não ao homem -, legitimando o mito do cientificismo, criticado, dentre tantos, por Moles (1995), Wittgenstein (1979) e Mills (1975) e por todos os teóricos da interdisciplinaridade, como Japiassu (1975) e Morin (2007a; 2007b), além dos pragmatistas; b) à tecnologia – e não ao conhecimento – legitimando o mito da tecnocracia, por tantos contestado, como por Mills (1975); c) à realidade a-social – e não à realidade das comunidades que interpretam a seu modo o mundo em que vivem -, legitimando o mito do essencialismo, desconstruído pelos sociólogos, antropólogos e lingüistas a partir da Segunda Guerra Mundial, e por toda a legião dos pragmatistas, incluindo os atores discursivos do pragmatismo informacional; d) por fim, à filosofia da representação, ou ao olhar representacionista pela via epistemológica e política, este olhar amplamente criticado, no mesmo período, por Guy Debord (1997), e, anteriormente, mais uma vez, pelos filósofos pragmatistas.

19 No mesmo estudo discutido, Araújo (2007) também questiona os docentes em CI sobre a condição da CI como ciência pós-moderna, obtendo um considerável resultado de discordância nas afirmativas. Aquelas que concordam com a afirmação CI = ciência pós-moderna, justificam-se, basicamente, assim: a) “a CI possui, entre seus elementos constituintes, características do momento histórico da pós-modernidade. Neste caso, o termo de comparação utilizado pelos professores são as características culturais do momento histórico da pós-modernidade, como, por exemplo, o fato de ser este momento caracterizado como uma “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento.” b) “a CI é pós-moderna por se constituir num tipo diferente de conhecimento científico, com características específicas e diversas das ciências modernas, voltadas para a resolução de problemas causados justamente pelas ciências modernas”; c) “a CI é pós-moderna simplesmente por ter nascido no momento histórico da pós-modernidade. Não são, assim, suas características próprias que a definem como ciência pós-moderna, mas apenas o momento de seu nascimento”. Os docentes que não concordam com a questão, dizem “que não acreditam na existência da pós-modernidade, isto é, que acreditam que ainda estamos na modernidade – sendo a pós-modernidade apenas um rótulo, um modismo, um termo inadequado” ou que “a CI tem origem num momento histórico anterior à pós-modernidade (no caso, ainda como biblioteconomia ou documentação) e que defini-la como pós-moderna seria negar todo o trabalho realizado até então”, e, ainda, que “não há fundamentos conceituais suficientemente evidentes na pós-modernidade para que se possa definir uma ciência como pós-moderna”. Notamos que não é identificada a própria questão da institucionalização do termo “ciência da informação”, quando em geral se identifica o nascimento da CI, momento em que eclode o discurso da pós-modernidade e, simultaneamente, esta área aparece como o produto aperfeiçoado de uma ciência moderna, e não o protótipo de uma ciência pós-moderna, como argumenta Wersig (1993).

A noção de informação, quando se dá a formalização da CI, aparece substituindo o homem (MOSTAFA, 1986) – como nas ciências clássicas, ela surge em um ambiente teórico de fragmentação da ciência, de separação de conhecimento e sociedade (BENJAMIN, 1985; DEBORD, 1997), valorizando o cientificismo acima da racionalidade – esta que não necessariamente está nos laboratórios e salas de aula. A CI, como visto, aparece como uma ciência para o Estado, para o Exército e para o Mercado²⁰, não para o indivíduo. Ou seja, uma ciência que vai contra os pressupostos sociais de uma interdisciplinaridade, uma ciência que nasce contra o interdisciplinar²¹.

Mais que isso, a CI nasce e cresce – se entendemos seu nascimento como o conjunto de processos que envolvem a institucionalização da expressão “ciência da informação” como nova ciência, como em geral nos é narrado – deste modo. Quando Ingwersen (1996) revisa o ponto de vista cognitivo na área em seus primórdios, bem como Frohmann (1992) e Brier (1996), estes autores percebem que, a partir de uma filosofia representacionista, ainda sustentada à luz do positivismo na área, o olhar cognitivista inicial focava-se na busca por uma compreensão ideal, como a das ciências naturais, dos estados mentais do indivíduo. Assim, a CI “nasce” negando a esfera comunicacional dos estudos de organização do conhecimento, identificados, em nossa viagem, pela linha discursiva de um pragmatismo intrínseco, existente, por exemplo, na Biblioteconomia erudita e na Bibliografia Textual, e a Epistemologia Social, contemporânea a esta discussão.

Deste modo, em um olhar pragmático, dizer – e repetir - que a CI nasceu interdisciplinar não só apresenta-se como um paradoxo diante dos focos resultantes deste encontro de cientistas nos estudos de organização do conhecimento em meados do século XX, como relativiza, reduz e esvazia o conceito de interdisciplinaridade, permitindo-nos inferir que todo encontro de dois pesquisadores já identifica um diálogo interdisciplinar, independente se este encontro pretende, dentre outras coisas, fragmentar e unilateralizar o olhar sobre o objeto.

É necessário reafirmar permanentemente que a interdisciplinaridade é a crítica da especialização da disciplinaridade, não da disciplinaridade convergente. É, como nos provoca Gomes (2001),

20 O termo “informação”, como visto, aparece no bojo dos estudos de organização, transmissão e preservação do conhecimento para especializar esta área em um forte programa tecnológico de apreensão da sociedade. Passamos pelo filósofo e sociólogo Jean Lojkin (1999, p. 49), para, como ele, lembrar, crítica e pragmaticamente, que o computador, “produto sócio-histórico”, “nasce, por exemplo, de uma precisa demanda do complexo militar-industrial norte-americano ao fim da segunda guerra mundial”.

21 Pinheiro (2005, p. 3), classifica o período 1961/62 – 1969, primeira fase do processo evolutivo da CI, como a fase conceitual e de reconhecimento interdisciplinar. É relevante re-sublinhar que é nesta faixa histórica o campo de formulação e construção do conceito de “ciência da informação” de Borko (1968), que coisifica e especializa a noção de informação e parte de um olhar anti-interdisciplinar.

exatamente a partir desta última que podemos conviver com o “diálogo concreto entre as disciplinas”, que aqui chamamos a solidariedade pragmática rortyana (RORTY, 1997, 2000). Como aponta Pinheiro (2002, p. 82), “é fundamental ressaltar que a natureza interdisciplinar de uma área tem como pressuposto a disciplinaridade”, a partir da qual uma disciplina parte para definir suas fronteiras. Porém, como demonstrado, falar de natureza interdisciplinar já é, por si só, algo que amplia a dificuldade de conceituar a já complexa noção de interdisciplinaridade.

Em 1998, Pinheiro observa que a CI incorpora muito das contribuições de outras áreas. Esta constatação parece-nos, diante das dificuldades de compreensão dos escopos da área de estudos informacionais e de suas mencionadas fragilidades terminológicas, mais preocupante que solucionadora de problemas. Somos abertos apenas para o consumo, não para o diálogo? Esta categoria da interdisciplinaridade – o fundamento interdisciplinar pelo consumo – é, como visto, a principal frequência de respostas obtidas por Araújo (2007) quando os docentes do campo responderam porque compreendem a CI como interdisciplinar, ou seja, quando o próprio discurso do interdisciplinar começa a ficar saturado - não por sua importância, mas exatamente pelos abusos do uso do conceito - pensa-se o interdisciplinar apenas por uma via, uma via unilateral. É justamente contra este olhar que o sujeito autônomo, analisado a partir de Touraine (2006), nos ajuda a analisar de forma crítica a noção de interdisciplinaridade assim como esta é adotada na área.

Com um tecido mais sólido do pragmatismo identificado na epistemologia informacional começamos a perceber com nitidez, quarenta/cinquenta anos depois da institucionalização do termo “ciência da informação”, as coerentes possibilidades compreensivas do “ser” ou “não ser” interdisciplinar. O olhar pragmatista sobre a epistemologia informacional que parece mais explícito nos anos 1990 é acompanhado de um encontro de teorias e teóricos das ciências sociais que nos permitem um olhar mais amplo e crítico, mais humano, sobre a ciência. Esta é, em nosso ponto de vista, a abertura da possibilidade de discussão crítica, como lembra Bachelard (1968, 1974), sobre o aspecto da interdisciplinaridade. Aqui teremos, por exemplo, Bourdieu e a sociologia da cultura (NASCIMENTO, MARTELETO, 2004) e Goldman e a noção de consciência possível (FREIRE, 1995) na epistemologia informacional. No entanto, o que temos hoje, quando o pragmatismo e sua linha hermenêutica da epistemologia se faz mais explícita: uma massa considerável de artigos reproduzindo a frase: a Ciência da Informação nasceu interdisciplinar, e pensando a interdisciplinaridade pelo consumo.

Como afirma Gomes (2001)

muitas vezes se confunde interdisciplinaridade com a mera incorporação de conceitos, teorias e métodos de uma disciplina por outra, ou com o esforço de pesquisadores que, no seu período de qualificação migram temporariamente para o interior de uma determinada área (...).

Discursar sobre a natureza, como falam Saracevic (1996) e Pinheiro (1997, 1998, 2005), reproduzidos por inúmeros outros pesquisadores²², ou seja, manifestar uma área por sua natureza interdisciplinar, é pensar em fundamentar estacas em uma essência inatingível. O próprio pensamento crítico de Pinheiro (1998) nos traz a sensibilidade de que, em geral, se confunde, dentro dos estudos informacionais, interdisciplinaridade com aplicabilidade. Ao justificar sua natureza como o multi que converge para o inter o conceito de “ciência da informação”, já confuso, ganha mais fragmentos obscuros.

A interdisciplinaridade, que justifica, em certa medida, a alteração dos nomes das instituições que cuidam dos estudos de organização do conhecimento, não nasce do encontro de disciplinas ou pesquisadores. Este é apenas a última etapa – a ponta do iceberg - de um programa interdisciplinar. Reunir vários pesquisadores de diferentes disciplinas em um prédio – e mesmo em uma sala da aula - não reflete, necessariamente, uma prática interdisciplinar. Ao contrário, pode multiplicar os guetos disciplinares, pode projetar “conservadorismos” e preconceitos de áreas concorrentes.

Conjecturar que a CI é interdisciplinar pois seu objeto, “informação” - justificativa epistemológica -, é essencialmente interdisciplinar (SARACEVIC, 1996) também é, do mesmo modo, reduzir a noção de interdisciplinaridade. Aborto, eutanásia, medo, verdade, nada, neurônios, energia, território, todos estes são objetos interdisciplinares. Trata-se de retirar o “sujeito conhecedor” - autônomo e solidário -, uma das bases para se pensar a interdisciplinaridade, de cena: dizemos que o objeto é interdisciplinar, e não o olhar sobre o objeto.

Dizer “a informação é mais interdisciplinar” porque, por exemplo, vivemos na “sociedade da informação” - justificativa social -, é apenas reafirmar o fetiche “informação” no mundo contemporâneo, o lado não-sistemático e não-rigoroso do pensamento sobre informação, o ângulo

22 Dentre as listas, podemos indicar, sucintamente, além de algumas já citadas: Oliveira (2005, p. 20): “há uma unanimidade entre os praticantes e pesquisadores da CI sobre o fato de esta ser uma campo interdisciplinar”; Heilprin (1989): “as ciências que contribuem para as fundações somáticas da CI estendem-se da física a psico-física, da microbiologia a neurociência, da psicologia a lógica, semiótica, cognição computacional e outras”; Kochen (1974, apud Shera & Cleveland, 1977, p. 263): a CI pode ser vista a partir de quatro pontos: teoria da informação, ciências da computação, ciências do comportamento e ciência da informação em sentido específico; Shera & Cleveland (1977, p. 264), a área é derivada ou relacionada com a matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, operações de pesquisa, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas; Saracevic (1996): a interdisciplinaridade da CI está ligada ao encontro das ciências cognitivas, comunicação, computação e biblioteconomia.

imediatista de compreensão da informação criticado por Bachelard (1968). Daqui alguns anos a “idéia da informação” começa a perder sua aura, como a “idéia de sociedade da informação”. Da “idéia do conhecimento” partimos para outra. E não cabe aos cientistas perseguir fetiches contemporâneos, mas contextualizá-los, problematizá-los, buscando, nas narrativas, indícios para seu esclarecimento.

A CI não é uma ciência da sociedade da informação. Se esta afirmação significasse o contrário, ela seria uma ciência provisória, que estaria fadada ao desaparecimento quando esta “sociedade” entrasse em declínio. Sabemos, em primeiro lugar, que o conceito “sociedade da informação” é, também ele, bastante frágil. A CI é uma ciência de qualquer sociedade, porque faz parte de uma longa tradição dos estudos de organização do conhecimento – logo, não é uma nova ciência do século XX.

É importante sublinhar que determinados autores, para definir as diferenças da CI para outras áreas dos estudos especificamente voltados para organização do conhecimento, como Biblioteconomia e Documentação, e tecê-la discursivamente como uma nova ciência, afirmam que estas últimas não atuavam com informação, usando, para isto, o olhar de Thomas Kuhn sobre a ciência. Para os casos citados: a Biblioteconomia atuava com um foco institucional – a biblioteca - voltado para os acervos bibliográficos e a Documentação com a recuperação de documentos.

O simulacro da linguagem aqui reaparece. Se investigamos o conceito de documento em Paul Otlet, percebemos que ele comportava a idéia especializada da informação como coisa. Se compreendemos a especialização da Biblioteconomia, percebemos que uma de suas sub-áreas, a Referência – que para alguns autores trata-se da sub-área que mais carrega a identidade bibliotecária (GROGAN, 2001) - nunca trabalhou, ao longo do século XIX, com foco em acervos, mas com foco em informação, assim como a noção é generalizada na CI. Assim, o chamado “objeto interdisciplinar” da CI era um velho objeto da Biblioteconomia Especializada e da Documentação, um objeto profundamente “disciplinarizado”, e agora de maneira mais intensa, porém sob outro nome – a CI “coisifica” ainda mais um dos objetos dos estudos de organização do conhecimento, levando-o até a categoria de sinal mensurável, num lento processo de tecnologização da epistemologia (MORIN, 2007).

Assim, caminhamos com diferentes perguntas – o sonho que interroga (BACHELARD, 1974) - sobre os termos, como Wittgenstein fez em toda a sua atividade filosófica. Muitos trabalhos não terminariam apenas por utilizar um estado da arte da CI e desenvolver um trabalho absolutamente

desconectado de seu ângulo de apreensão da informação? Tudo o que se estuda sobre informação é CI? Não é neste momento que a CI sobrepõe – e negligencia - as noções de fenômeno social, objeto científico e fetiche para o termo “informação”, e vive, ela também, o fascínio imediatista pela “informação”? A CI não enfeitiça-se pela representação da expressão que a nomeia, como nos alertava Wittgenstein (1979)?

Podemos assim justificar: isto se deve (as perguntas em torno do paradoxo do interdisciplinar na CI) ao desenvolvimento ainda prematuro da área – a “juventude” do campo (GOMES, 2001) -, a sua legitimação e visibilidade nascituras perante a sociedade – uma justificação de ordem kuhniana. Mas, retomando, isso não seria mais produto de um discurso imediatista e da confusão terminológica da área que é, por natureza – esta, verdadeiramente sua mais profunda natureza -, responsável por evitar os problemas sintático-semânticos de organização de categorias? Não seria também a fragilidade de uma historiografia não-cumulativa?

Discursar dentro da CI acerca da solidariedade científica – e não em interdisciplinaridade, um mito pós-moderno e de grande coerência na contemporaneidade, apesar de pouco praticado, pois poucos trabalhos sobre a teoria interdisciplinar apresentam o cotidiano dos programas interdisciplinares – é dizer: não existimos e não nos desenvolveremos sem nos comunicar – apenas isso. São três os pontos carentes de iluminação: a) a obscura idéia de “natureza interdisciplinar”; b) a idéia de que a interdisciplinaridade só é vista no encontro, e não no espírito; c) a idéia de que todo encontro é interdisciplinar. Não há uma natureza definidora a priori de qualquer área – todas as escolas de conhecimento aparecem no desdobrar de eventos e incidentes sociais e políticos, em um cotidiano não apenas não-cumulativo, ainda que a-demarcável. Se isso é interdisciplinaridade, toda ciência guarda em si esta “natureza”. A interdisciplinaridade parte, na filosofia japiassuiana, da competência de cada especialista (PINHEIRO, 1998), da autonomia de que nos fala Touraine (2006) e Morin (2007), isto é, do espírito sólido e simultaneamente solidário do pesquisador que se preocupa com diferentes leituras de seu objeto dando mais relevância aos diálogos na viagem até o horizonte pesquisado que à medição do horizonte que se impõe.

Desta forma, acreditamos que uma ciência não nasce - nem será permanentemente, “todas as horas” do ano - interdisciplinar, mas pode, a partir do espírito de seus especialistas, professores e alunos, ou seja, da autonomia tourainiana, promover hábitos interdisciplinares de pesquisa em seu cotidiano. Do mesmo modo, retomando, dizer que a informação é um objeto interdisciplinar, de natureza interdisciplinar, é apenas redundar sobre o objeto em questão.

A informação, nos clarificará um pragmatismo informacional e a sociologia do conhecimento do pós-guerra, não tem natureza, mas, sim, uma solidariedade interpretativa, pois, para a organização dos conhecimentos, seja conhecimentos científicos ou quaisquer outros, é preciso dialogar com as categorias a serem ordenadas, com aqueles jogam com os jogos de linguagem que fazem o uso de tais categorias. Se o desejo do pesquisador é realizar a leitura mais crítica – que poríamos chamar de trans-leitura - de seu Fernando Pessoa, saberá que a poesia de Fernando Pessoa é objeto de olhares da Crítica Literária e da Matemática, como da Música e da Sociologia, como a eutanásia é objeto da Filosofia, da Psicologia, da Medicina e da Química. E, como percebe o pragmatismo, Fernando Pessoa e o átomo são objetos igualmente complexos, desde que encarados como tal.

Se nos permitirmos pensar, por exemplo, como Shera (1997), na história da CI como a história de certos deslocamentos institucionais-terminológicos - da Biblioteconomia, da Bibliografia, da Documentação -, diríamos, de forma clara, que a CI é a área que mais trabalha com o diálogo, a solidariedade entre saberes, pois para organizar um acervo ou conjunto de documentos de cunho jurídico, era preciso um jogo de solidariedade entre advogados e bibliotecários, documentalistas e arquivistas. Falando em solidariedade estamos usando um antigo termo que nos permite bem menos confusão, incerteza e fetichização como o termo interdisciplinaridade.

Este diálogo – a solidariedade - não se configura, em sua natureza, como um evento interdisciplinar. Este só poderá ser realmente promovido pelo espírito autônomo e trans-leitor do bibliotecário, do documentalista ou do cientista da informação em questão, o desejo de trans-explorar a comunhão dos saberes.

Ao percebermos criticamente que, ao longo da formação discursiva dos leitores, comentaristas e críticos da pós-modernidade, como Debord (1997), esta apresenta uma característica ligada à proliferação de nomes – inferência permanente de conceitos - e a corrida por identidades, por representações, traçamos um paralelo panorâmico com evidências destas características na CI. No entanto, isto não nos permite dizer, pelo simples paralelismo contextual, que a CI é pós-moderna. O pragmatismo desenvolve a importância da reflexão a partir de contextualizações e re-contextualizações, não para afirmar que o contexto representa o objeto, mas para discutir que, dentre outras esferas dialógicas de compreensão dos fenômenos, desejos, instituições, o contexto interfere na constituição de seus significados e deve ser sempre adotado como referência elementar.

A chamada “ciência pós-moderna”, nos lembra Araújo (2003), em sua leitura de Boaventura Santos (1987), é marcada pela superação da racionalidade cartesiana, superação da separação entre sujeito

e objeto, busca pela ordem, entre outras características. É exatamente na base destas faces que a expressão “ciência da informação” é construída – a busca pela exatidão, pela precisão e pela eficiência levantadas pela Teoria Matemática da Comunicação de Shannon & Weaver (1975), seguida pela super-valorização do mentalismo em determinadas linhas de argumentação da tradição cognitiva informacional e a separação do sujeito e do objeto. Em outras palavras, a CI, neste olhar, “entende e estuda a informação como uma categoria fechada, imóvel, fixa. (MOSTAFA, 1986, p. 196)

É esta mecanização da linguagem, definição de padrões de representação e otimização de máquinas especializadas em armazenar e movimentar a informação em uma “continuidade mecânica” a estrutura da CI, no entanto, naturalmente, em contextos diferentes daqueles de três séculos atrás. É esta linha que legitima e institucionaliza a expressão “ciência da informação”, uma corrente de pensamento fundamentalmente reducionista, especializada ou íntima da ciência clássica (MORIN, 2007). Apesar desta nascer do confronto e do diálogo de diferentes focos de estudo, em uma ebulição que parece lembrar - ou diretamente remete - ao contorno da multiplicidade e circularidade dos discursos apresentados pelo pensamento pós-moderno, a CI se constituirá “exatamente nos moldes das ciências modernas, sobretudo a partir do modelo das ciências exatas, buscando atingir um conhecimento exato” (...). (ARAÚJO, 2003)

Shera (1997) nos mostra com clareza esta crítica ao longo trabalho de listagem de disciplinas fronteiriças acima mencionada: a CI, se, em um dado momento, caracterizou-se como interdisciplinar, este grau se deu porque é oriunda da Biblioteconomia, esta, neste conceito de interdisciplinaridade, a mais interdisciplinar das ciências por ser a mais antiga prática de sistematização dos conhecimentos, que não necessitava do termo “interdisciplinaridade” para se representar com mais acuidade. Isto se dá, como visto, porque CI será fruto de uma corrente oriunda da Biblioteconomia Especializada, que dará origem aos profundos estudos de Bibliografia, que, por sua vez, abrirão caminho para uma Documentação voltada para a mecanização da linguagem, esta, base da institucionalização do conceito de “ciência da informação”. Assim, a CI aparece após uma incessante viagem em direção à especialização dos estudos de organização do conhecimento, em direção a “coisificação” dos saberes - um modelo tardio da ciência clássica. Com os muros da especialização constituídos na ciência moderna, da qual a CI é uma disciplina modelo em sua construção, “não há mais porque fazer filosofia” (MOSTAFA, 1986, p. 176), não é mais necessária uma abordagem humanista, sua retórica e sua filologia.

Adotando o citado pensamento sheriano, a questão da interdisciplinaridade é tão intrínseca aos estudos informacionais que é justamente esta área a que menos deve se surpreender com a defesa da

novidade interdisciplinar do fim do século XX – mais um discurso do novo, da nova ciência, da ciência pós-moderna. Seria precisamente, a CI, a área de pesquisa que mostraria ao universo científico: nós sempre incentivamos e procuramos praticar este modelo de pensamento, e continuaremos a fazê-lo permanentemente, dia-a-dia, pesquisa ante pesquisa, sob a nomenclatura que os discursos propagarem. Em outras palavras: nós sempre fizemos ciência assim, sem precisar de novos nomes; o que hoje se diz sujeito interdisciplinar, havíamos chamado bibliotecário, ou bibliógrafo, documentalista; o que se diz natureza interdisciplinar, havíamos chamado Biblioteconomia Erudita, Bibliografia Textual, Epistemologia Social...

No entanto, a CI – enquanto uma “nova” ciência oriunda da institucionalização do termo “ciência da informação” dentro do escopo dos estudos de organização do conhecimento – não pode fazê-lo; e não o pode por uma questão histórico-pragmática: ela não nasce interdisciplinar; não tem uma natureza interdisciplinar; ela institucionaliza-se como uma outra especialização do século XX, exatamente como tantas outras; como uma outra ciência moderna, “positivista e funcionalista” (ARAÚJO, 2003). Para a CI, estruturada em uma historiografia kuhniana, sem passado, fragmentada por saltos, anulações e revoluções, a interdisciplinaridade é uma novidade, como para as demais ciências que negaram, a partir do positivismo unilateralista, o humanismo amplo e cumulativo, de cunho retórico-filológico.

A narrativa brookesiana, lembrada por Matheus (2005), anotada há quase três décadas, nos acompanha nesta angústia. Em uma expedição a uma Escola de Ciência da Informação, nos relata Brookes (1980a), podemos encontrar o professor de linguística para CI, o doutor em ciência da computação que ministra a disciplina de ciência da computação o para CI, o mestre em estatística que leciona as técnicas estatísticas para os estudos informacionais, mas dificilmente somos apresentados ao professor de Ciência da Informação. Se insistimos na pergunta: onde estão os professores de CI, a resposta, continua Brookes (1980a), toma os seguintes rumos de justificação, e não de explicação: esta área é uma mistura – *the peculiar mix* – de diversos saberes. Se não há professores de CI, haverá uma CI? Como e onde podemos posicionar esta ciência? Para uma historiografia kuhniana, a-cumulativa, não há... Mas porque devemos nos sustentar a partir de um só ponto de vista? Parece-nos um outro recurso da ciência clássica, anti-interdisciplinar. Como afirmava Brookes (1980a), há um território específico dos estudos informacionais, com problemas específicos e uma visão específica sobre as relações humanas - e não há futuro algum em uma mistura incoerente de elementos de um grupo arbitrário de disciplinas.

É preciso recuperar nossas visitas anteriores para lembrar que a grande justificação para o discurso

interdisciplinar está na incorporação do termo “informação”. Este aparecerá no bojo dos estudos sobre informação sediados – com outros nomes – em Biblioteconomia e Documentação, como nos lembra Hjørland (2000), para permitir a incorporação das modernas tecnologias como campo fundamental de pesquisa nos estudos informacionais. Desta maneira, a interdisciplinaridade na CI tinha a intenção, dentre outras, de “atualizar” rapidamente as pesquisas na área da organização do conhecimento com estas modernas tecnologias. Como bibliotecários e documentalistas, em geral, não possuíam “domínio” sobre tais ferramentas, era preciso trazer para o debate uma suposta “nova área” - o que, na verdade, era um declarado processo de tecnologiação dos saberes, não de construção de uma nova área.

É preciso apreender criticamente que atualização tecnológica foi – e é –, em muitas das vezes, uma corrida do praticalismo científico do século XX, as respostas rápidas de uma filosofia imediatista – e, paralelamente, um esvaziamento da discussão epistemológica. Como afirma Mills (1975, p. 100),

a idéia de que as instituições em geral estão atrasadas em relação à “tecnologia e à ciência” em geral é muito popular. Envolve uma avaliação positiva da ciência e da transformação progressiva orientada; em suma, é uma continuação liberal do Iluminismo, com todo o seu racionalismo, sua admiração messiânica e hoje politicamente ingênua da ciência física como modelo de pensamento e ação, e da concepção do tempo como progresso. (...) As noções de progresso, como já se observou freqüentemente, são quase sempre congênitais aos que ascendem na escala da renda e da posição.

A interdisciplinaridade, vista a partir, por exemplo, de Japiassu (1975), deve ser tomada tanto pela realização de um espírito, quanto pelo incentivo ao diálogo, e não necessariamente demarcação de um método, e menos por uma definição estrutural, a fundamentação de uma natureza. Mas este método – preferimos, como Wittgenstein (1979), falar em vivência – já é antigo. É a estratégia de conhecer – a autonomia solidária do conhecer - de Leonardo da Vinci, de Bosch, de Langsdorff, de Gaughin, de Euclides da Cunha, de Paul Otlet.

Todas as ciências do homem carecem de uma gama ilimitada de abordagens para ampliar as esferas de significação de seus olhares, as sensibilidades para interpretação – ou seja, um “grau mínimo de interdisciplinaridade é indispensável” (GUSDORF, 1995, p. 24). As demais ciências, da mesma forma, também dependem da convergência de visões de mundo, mas é mais nítida a dependência das áreas humanas e sociais, pois seu objeto é estruturalmente a variedade humana (MILLS, 1975), a complexidade. “A variedade humana inclui a variedade de seres humanos individuais, que também a imaginação sociológica deve apreender e compreender” (MILLS, 1975, p. 145).

Assim, compreender a variedade é procurar diferentes estratégias de apreensão, buscar diálogos com áreas aparentemente opostas, é ser interdisciplinar, como tantos espíritos já o foram, independente de seus edifícios de trabalho, independente de seus métodos que “monitoram” sua atuação. Como afirma Mills (1975, p. 151), “à medida que cada ciência social progride, sua interação com as outras é intensificada”. Logo, a CI certamente terá cada vez “mais” interdisciplinaridade – se relativizarmos a noção como em geral é feito na epistemologia informacional - por uma ordem social do desenvolvimento científico, não por uma ordem natural, ou por razão de sua natureza.

Desta forma, se é relevante a discussão sobre interdisciplinaridade em CI – e ela é, podemos afirmar por um estudo bibliométrico da ocorrência do termo em livros e artigos, por discursos como o de Oliveira (2005), por pesquisas como a de Araújo (2007) – acreditamos, crítica e poeticamente, segundo Bachelard (1974), que tal deliberação deve mais focar-se em conceitos como solidariedade e autonomia. A solidariedade que reconhece que seu objeto nunca sobrevive socialmente sob um só método e uma só teoria. A autonomia de que apenas o pesquisador que se constrói a partir de múltiplos olhares, como no universo humanista, pode fundamentar a vigência de hábitos interdisciplinares.

A legitimação de uma CI dentro dos estudos de organização do conhecimento esteve inicialmente ligada a uma formação discursiva que não contemplava o social – a informação era vista como um sinal e a possibilidade, nos estudos de organização do conhecimento, da separação fisicalista entre objeto e sujeito. Esta construção era apenas um movimento interno de teóricos dentro do grande escopo dos estudos da informação, que remontam as tradições ligadas à Biblioteconomia.

Os argumentos kuhnianos e a pró-natureza interdisciplinar/pós-moderna na área parecem apenas se apresentar para a disputa da batalha pelo “prestígio científico”, como nos observa criticamente Guzmán Gómez (2005), para somar-se a tentativa de somar argumentos para a superação do “complexo” de ser uma ciência que estaria em vias de acontecer. No entanto,

Un elemento a destacar en esta etapa definitoria para el área, es el hecho de que su condición interdisciplinar no afectó en ninguna medida la constitución del campo como disciplina científica. De manera paradójica, se encontrará en este rasgo de la naturaleza epistémica del área, por un lado el impulso a su desarrollo en materia de investigación y práctica profesional, mientras que por otro lado, servirá de freno a su constitución en campo o disciplina reconocida dentro de la comunidad científica, como lo fueran los espacios

rigorosamente delimitados em materia de fronteras disciplinares.

A CI foi construída como a especialização de uma sub-área dos estudos informacionais que se expandia, voltada para a mecanização da linguagem, ou terceira revolução neurolinguística. Como aponta Auroux (1998, p. 289), a primeira revolução neurolinguística foi a invenção da escrita, “cujos efeitos foram amplificados com a criação da imprensa”; a segunda, a gramatização das línguas do mundo, possibilitando as políticas lingüísticas nacionais e de alfabetização. A terceira, ligada ao tratamento eletrônico da informação, que se utiliza ao extremo tanto da primeira quanto da segunda revoluções neurolinguísticas.

Dito sob outra forma, CI é uma especialização da documentação automática, atividade responsável por substituir os métodos tradicionais de análise documentária realizados pelo leitor humano. É fácil localizar professores de CI, ao contrário do que Brookes (1980a) argumentava. Basta reorientarmos nosso olhar sobre a historiografia e perceber a fetichização da tecnologia e da filosofia representacionista ocorrida nos estudos de organização do conhecimento. Com uma história das anulações, como na visita seguinte discutiremos, acostumamo-nos a ver apenas disciplinas fronteiriças, tênues, sem um núcleo de investigação e logo, sujeitos fronteiriços, professores sem um foco de análise.

A CI foi historicamente construída a partir da grande legitimação da chamada Biblioteconomia tecnicista, deweyana, de origem norte-americana, que influenciou um novo especialista, o técnico em bibliografia, ou técnico em informação e não em acervos, o chamado bibliógrafo/documentalista. Como comenta Rincon Ferreira (1999), no editorial do v. 28, n. 1, da revista Ciência da Informação, a origem do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia “remonta ao início da década de 50, quando a Unesco sugeriu à Fundação Getúlio Vargas (FGV), que promovesse a criação, no Brasil, de um centro nacional de bibliografia”. Assim é criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD. “A primeira finalidade do IBBD foi prover informação científica e tecnológica aos pesquisadores que a solicitassem” (RINCON FERREIRA, 1999). Ou seja, uma especialização dos estudos informacionais, como antes lembramos, voltada para a tecnologia e para a ciência. Não há uma preocupação direta com a cultura das comunidades além da sociedade científica; não há um projeto epistemológico voltado para o complexo das relações sociais; há um grande e importante projeto dentro de uma filosofia representacionista, mas seus enfoques científico e tecnicista indicam um projeto anti-

interdisciplinar.

Assim, a transformação de nomenclaturas verificada pela promessa política de um paradigma - e não pela transformação, a priori, dos próprios pesquisadores da casa que se quer múltipla - bem como a afirmação rasa de uma “natureza interdisciplinar” são exatamente pontos críticos que a epistemologia bachelardiana e o pragmatismo wittgensteiniano nos trazem. Sem uma hermenêutica da interdisciplinaridade, como nos convoca o pragmatismo informacional, a “natureza interdisciplinar” ficará para CI como nosso mais belo e frágil mito de origem. A sensibilidade compartilhada por Goffman (1970), logo após as primeiras alterações que mais influenciarão o restante das instituições da área, em forma de interrogação, acreditamos, quase quarenta anos depois, ainda é contemporânea de nossas próprias origens e vivências nebulosas: “Ciência da Informação: disciplina ou desaparecimento?” Na verdade, desde a institucionalização deste nome, a indagação goffmaniana é uma angústia que nos cerca, que nos incomoda, que questiona nossa pretensa identidade.

A CI nasceu politicamente – ao “cientifizar” a meta-representação – e epistemologicamente – ao tecno-especializar a meta-representação – como uma ciência contra o interdisciplinar. O enfeitiçamento que esta noção contemporânea nos causou e causa bem como a expressão “ciência da informação” tem suas estruturas balizadas, em geral, dentro da área, pela adoção de Thomas Kuhn na epistemologia informacional. Ao contar a história da CI a partir de Kuhn - ou indiretamente influenciado pelo seu pensamento, que se dispersou rapidamente por todas as ciências sociais - parece que o epistemólogo da área encontrou uma forma quase exata de justificá-la. A história não-cumulativa, tomada como uma história de curta duração, a história dos saltos paradigmáticos, das anulações, assim como se dá no olhar de Kuhn, encaixa-se perfeitamente no pensamento que quer vislumbrar uma nova área dentro da árvore do conhecimento. É esta historiografia que se torna matéria fundamental na próxima visita: é preciso contar uma outra história da área, sem necessariamente negar as demais narrativas legitimadas. Talvez assim, com olhares alternativos sobre nosso passado, possamos reduzir os enfeitiçamentos que certas palavras nos provocam no presente.

É preciso uma linha discursiva que nos sensibilize para o fato de uma CI sem informação. É necessária uma história que nos lembre que o que sustenta a área não é a tecnologia, pois sem ela inúmeras teorias da CI podem ser aplicadas, desenvolvidas e disseminadas para outros campos. A tecnologia é apenas uma importante matéria de investigação e aplicação da área, como tantas outras. Afirmar isto é, mais uma vez, simplificar a história dos estudos de organização do conhecimento.

Por fim, é preciso uma narrativa que negue a informação, sem elimina-la; que negue a interdisciplinaridade, para que ela seja reinterpretada – é necessária uma “filosofia do não” em nossa epistemologia. Enfim: uma narrativa que nos sensibilize para idéia de que a história da CI não é a história da informação; mas que, entre os capítulos de sua biografia, está a história do feitiço que a informação provocou no século XX.

5.

UMA CIÊNCIA ENTRE TRADIÇÕES: um olhar sobre os círculos epistemológicos dentro da Ciência da Informação

Os administradores da instituição científica: guardiões, firmes conservadores de “o que é” (verdadeiro), trazem um julgamento em nome da lógica universal, sobre os atos de errar que o espírito do indivíduo efetua dentro do labirinto onde este circula pois eles o dominam com seu olhar, um olhar passivo, aflito de esterelidade pela constância de sua ética.

Abraham Moles

Pretendemos aqui discutir a questão da classificação epistemológica da CI. Mais especificamente, a discussão acerca do conceito de paradigma dentro dos estudos informacionais, discussão esta que nos leva a procurar uma outra noção para denominar as categorias científicas da epistemologia informacional. A partir disso, identificamos e problematizamos o uso de uma outra noção para o contexto desta viagem, noção que acreditamos ser mais coerente para imaginar o desenvolvimento epistemológico da CI – fundamentalmente para compreender o pragmatismo informacional de nossas investigações meta-científicas. Falamos da noção de tradição, amplamente utilizada na viagem, como já pode ser observado.

A justificação para o desdobramento de uma visita específica dentro desta viagem apenas para pontuar a escolha de uma outra noção – o que poderia ser brevemente apresentado na metodologia, junto de nosso vocabulário de mão –, se dá por algumas questões que, no âmbito de nossa investigação, são fundamentais. Dentre estas, a questão que nos parece mais essencial diz respeito ao empréstimo ilimitado, algumas vezes acrítico, do conceito de paradigma, segundo a conceituação de Thomas Kuhn, amplamente utilizado na descrição epistemológica das Ciências Sociais em geral e, por extensão, da CI, reproduzindo-se em artigos, capítulos e livros²³. Esta adoção tem suas importantes contribuições – basta analisar, como veremos, a relevância do filósofo da ciência para compreendermos esta questão. No entanto, não só o uso explícito de Thomas Kuhn para contar a história da CI como também os desdobramentos deste uso podem nos levar a uma série de negligências epistemológicas, afastando-nos de uma reflexão crítica. Encontramos na leitura crítica de Assis (1993) para as ciências sociais nossa mais sensível percepção diante dos problemas que se multiplicam com certos usos de Kuhn na área. Este autor apresenta-se como um outro companheiro direto na presente visita.

A importância de Thomas Kuhn para a filosofia da ciência é inegável. Como afirma Rorty (1997) a distinção entre ciência e não-ciência foi minada com o tratado filosófico mais influente do mundo anglófono nos últimos cinquenta anos: *A estrutura das revoluções científicas*. Segundo Laudan et. al. (1993, p. 19) Stuart Hughes observou que,

durante as duas últimas décadas, a história da ciência avançou com uma autoconfiança que a isolou de outras áreas da história intelectual. Ele notou também que o campo foi enormemente beneficiado com o prestígio da obra

23 Relacionamos, apenas a título ilustrativo, alguns autores que trabalharam e/ou discutiram nos últimos anos o termo de Thomas Kuhn, desenvolvido na *Estrutura das Revoluções Científicas*, dentro das Ciências Sociais em geral e dentro da CI. Kuhn em narrativas epistemológicas das Ciências Sociais: SANTOS (1993); TOURAINE (2006); Kuhn nas narrativas epistemológicas da Ciência da Informação: FOSKETT (1980); LENZI & BRAMBILA (2006); MATHEUS (2005); NEHMY et. al. (1996); CAPURRO (2003); PAIM (1996).

de Thomas Kuhn. Foram boas décadas para a história da ciência, mas há hoje considerável evidência de que as preocupações intelectuais que tanto contribuíram para a atual visibilidade do campo não estão sendo devidamente atendidas. Para florescer o campo deve crescer e para crescer de modo forte e duradouro é preciso outra vez envolver-se profundamente no desenvolvimento de uma teoria geral da mudança científica. E não há melhor lugar para começar do que uma séria apreciação dos modelos de ciência atualmente disponíveis.

Diante das dificuldades de recuperação de uma epistemologia informacional crítica e profunda, como visto no capítulo anterior, estas observações se encaixam de maneira clara à realidade teórica da CI. Acreditamos ser de grande conveniência discutir o conceito de paradigma e sua adoção nas ciências sociais e na CI, pois esta argumentação tem um estatuto circunstancial e limítrofe para o objetivo desta pesquisa: realizar a leitura de uma determinada forma de vida epistemológica dentro da área. Nossa pergunta aqui é: como podemos narrar a história das tradições da CI e que escolhas historiográficas nos permitem narrá-la?

A análise desta presente visita permitirá abrir caminho para exploração de alguns pontos importantes no estudo epistemológico proposto, a saber: a) aprofundar as discussões sobre cientificidade em CI; b) propor noções sobre a classificação das movimentações epistemológicas da área; c) desvelar pontos críticos no posicionamento da CI como disciplina social e aplicada; d) rever posicionamentos de justificação epistemológica na epistemologia informacional; e) abrir alternativas para um criticismo informacional, na busca por compreender a epistemologia como um campo de revisões, anti-espontâneo, como nos convoca Bachelard (1968, 1974, 1983).

5.1. Paradigmas segundo Thomas Kuhn: em direção a Ciência da Informação

Em uma leitura crítica sobre o empréstimo do conceito de paradigma realizado pelas Ciências Sociais, Assis (1993)²⁴ aponta que a importação do termo kuhniano, produzida com um olhar sob as ciências naturais, causou mais confusões que resultados relevantes. Com a publicação do clássico trabalho de Thomas Kuhn, *Estrutura das Revoluções Científicas*, em 1962, a dispersão discursiva do conceito de paradigma, grande categoria de análise da obra, ocorre sobre diferentes disciplinas, mesmo diante da pluralidade de significados que sua revisão desdobra. Dentre as motivações que levaram as ciências sociais a importarem o conceito de paradigma de Kuhn, Assis (1993) aponta a necessidade permanente que estas têm de se afirmar como ciências.

²⁴ Jesus de Paula Assis é físico, mestre em Sociologia, doutor em Ciências Sociais e fez seu pós-doutorado na Escola de Comunicação e Artes da USP.

Como lembra Assis (1993),

Kuhn divide o desenvolvimento científico de uma disciplina particular em dois grandes componentes: ciência normal e revolução científica. Durante os períodos de ciência normal, os cientistas concordam acerca dos fundamentos de sua disciplina e o grosso de seu trabalho se dá no sentido de articular esses fundamentos e de ampliar sua aplicabilidade. Já nos períodos de revolução científica, acontece o debate entre alternativas rivais, no qual os participantes de cada escola baseiam seu discurso em conjuntos diferentes de fundamentos. Logo, não existe campo neutro no qual avaliar as diferentes teorias. O debate não é racional, no sentido de sempre esbarrar em questões que não podem ser resolvidas de comum acordo entre as partes, recorrendo ambas a um foro neutro e reduzindo seus diferentes discursos a um comum, via mecanismos inteiramente lógicos.

Ao longo da *Estrutura das Revoluções Científicas* registra-se que uma atividade científica se torna paradigmática quando cessa o debate em torno dos seus princípios, ou seja, quando há uma espécie de ecumenismo provisório para tal consenso, um acordo em torno do objeto único, validável e promissor. O que antecede este acordo pode ser considerado um debate desorganizado, vindo de diferentes visões de mundo (KUHN, 1975). Como indica Kuhn (1975)

na ausência de um paradigma ou de algum candidato a paradigma, todos os fatos que possivelmente são pertinentes ao desenvolvimento de determinada ciência têm a probabilidade de parecerem igualmente relevantes. Como consequência, as primeiras coletas dos fatos se aproximam muito mais de uma atividade ao acaso do que daqueles que o desenvolvimento subsequente da ciência torna familiar²⁵

Há um momento em que uma dada escola ganha uma evidência consideravelmente vultuosa, e derruba as demais. A partir do momento em que a competição dá lugar a estabilidade de um consenso epistemológico,

o paradigma da escola vencedora ganha aceitação geral e passa a ser base de toda a tradição de estudo naquele campo. Depois disso, pode haver especialização, isto é, cada grupo de cientistas pode se dedicar a determinado conjunto de fenômenos, com diferentes grupos podendo estudar diferentes fenômenos. O que importa é todos os grupos admitirem uma ontologia comum e, mesmo estudando fenômenos diferentes, concordarem com que estes sejam manifestações das entidades catalogadas naquela ontologia aceita por todos. (ASSIS, 1993)

25 Assis (1993) demonstrará que esta visão kuhniana da ingenuidade inicial da pesquisa, refém do acaso e não da sistematização crítica, também pode ser apontada no estado de maturidade científica do modelo da *Estrutura das Revoluções Científicas*, pois “nenhuma teoria nova está de acordo com todos os fatos já conhecidos do campo que pretende explicar. Essa característica das teorias científicas é reconhecida, seja por um positivista lógico ortodoxo, seja por um filo-anarquista em epistemologia. Assim, quando a comunidade aceita um paradigma, o que ela está aceitando é, na verdade, uma promessa de resolução de problemas futuros, promessa que se impõe sobre as outras com base no sucesso obtido na resolução dos problemas já examinados. Neste sentido, pode-se também dizer que a aceitação de determinado paradigma é um fenômeno irracional: ele é aceito menos pelo que fez no passado e mais pelo que se sente ele poderá fazer no futuro”.

Definida a via de um paradigma único – ou, diante da atualização da promessa de sucesso do paradigma (KUHN, 1975) – inicia-se a fase chamada ciência normal. Aqui os cientistas têm por tarefa aperfeiçoar padrões de medida, o cálculo das constantes da teoria e ampliar o campo de aplicação do modelo. Neste momento, não há confronto entre teorias rivais. A decisão racional entre duas saídas é inconcebível, pois o paradigma carrega consigo seus próprios métodos de avaliação. Aquilo que pode resistir como elemento não integracional ao paradigma, será chamado de anomalia. A princípio, as anomalias ficam renegadas, reservadas para um momento posterior incerto. Esta data incerta pode guardar o olhar de um pesquisador ou grupo de pesquisadores de prestígio, que, verificando o esgotamento do paradigma, voltar-se-ão para uma dada anomalia que está na encruzilhada de certos caminhos de solução de problemas. (ASSIS, 1993)

Desta forma,

não há como pesar racionalmente todos os fatores a serem levados em conta na decisão de se abandonar ou não um paradigma, via regras explicitáveis e que devam ser aceitas por todos, sob pena de acusação de inconsistência ou irracionalidade para quem não as admita. Os ligados a prestígio dispensam comentário. Mas também não é possível decidir quanto é *muito tempo* para que um problema resista à solução, ou o quanto um problema é central dentro de uma teoria. Do ponto exclusivamente lógico, não há como definir univocamente tais questões. (ASSIS, 1993)

Kuhn (1975), no posfácio de sua obra, confere ao conceito de paradigma dois sentidos diferentes: de um lado, o vocábulo remete a constelação de crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada; de outro, denota um tipo de elemento desta constelação. Esta revisão parece ter sido um dos aspectos que mais levaram os cientistas sociais a realizar uma “auto-análise” de sua disciplina partir de Kuhn. Trata-se de um esclarecimento proposto pelo autor que aproxima ainda mais sua análise de um olhar antropológico da ciência, e não mais um olhar mecânico. A metáfora da constelação de crenças, valores e técnicas partilhadas parece responder diretamente pela forma como se dá a tecitura coletiva do conhecimento nas ciências humanas e sociais. Desta forma, âmbito das ciências sociais, como afirma Assis (1993), a *Estrutura das Revoluções Científicas* foi adotada

como um manual para descobrir, de modo mecânico, ciências paradigmáticas ou ciências em vias de paradigmatisação. Notadamente nas ciências sociais, surgiram autores que, apoiados num mal compreendido Kuhn, descobriram que elas são tão ciência quanto as ciências naturais, visto que *possuem paradigmas*.

É necessário, no entanto, compreender que os paradigmas ou “constelações sociais” se definem

como elementos de anulação, e não de reinterpretação da realidade social, ponto-chave que começa a se chocar com a idéia da atividade científica assim como ela se dá nas ciências sociais. À primeira vista, no que diz respeito ao âmbito teórico, o conceito de paradigma realmente muito se aproxima das ciências sociais. No entanto, uma rápida leitura crítica, bachelardiana, de sua forma de sedimentação, demonstra as primeiras incongruências na sua adoção para os cientistas sociais se auto-analisarem.

Para além do ponto de vista teórico, Assis (1993) argumenta que esta importação parte, dentre suas justificativas, da seguinte questão: diante da posição política de prestígio que a ciência ocupa na sociedade contemporânea, a “necessidade aparente que as ciências sociais têm de se mostrar científicas faz com que autores para os quais essa preocupação é mais premente usem Kuhn como seu principal apoio argumentativo”. Esta necessidade política é íntima da CI em diferentes aspectos, e pode ser desprendida de discursos, em vários momentos, como em Brookes (1980a, 1980b), Shera (1973), Araújo (2003).

A plataforma epistemológica da CI, bem como a discussão levantada por Assis (1993) no contexto das ciências sociais, nos propõe uma revisão da utilização do conceito de paradigma dentro da organização do conhecimento. A CI, como ciência social aplicada, tende a importar inúmeros conceitos das ciências sociais e humanas em geral – mas também, como tantas, por necessidade, apresenta uma grande rede de empréstimo de vocábulos de disciplinas de estruturas teóricas e metodológicas diferentes, como as ciências exatas e biológicas. Este empréstimo, como visto, é muitas vezes confundido com uma movimentação interdisciplinar. Cabe-nos rever o estatuto das traduções e as conseqüências práticas destes usos. Recentemente, Nehmy et. al. (1996), Eugênio, França & Perez (1996), Capurro (2003), Lenzi & Brambila (2006) e Oliveira (2005) realizaram trabalhos dentro da CI que fizeram o uso do conceito de Kuhn, para citar alguns, dentre inúmeros.

Capurro (2003) parte da tese da *Estrutura das Revoluções Científicas* e classifica a história da epistemologia da CI a partir de três grandes paradigmas: o físico, o cognitivo e o social. Em Nehmy et. al. (1996), seguindo um olhar oposto, a leitura da visão do desenvolvimento da ciência segundo Kuhn indica que a CI como uma ciência carente de amadurecimento, ou seja, carente de paradigmas. Os autores buscarão em Kuhn o suporte para refletir sobre o estatuto científico da área.

Eugênio, França & Perez (1996) partem do pensamento kuhniano para construir a definição de CI. No cerne desta construção, os pesquisadores afirmam, também em um olhar oposto ao de Capurro (2003), não existirem paradigmas dentro da área. “Não há na Ciência da Informação algo que Kuhn

chama de paradigma, alguma idéia que seja consensual, hegemônica e que defina limites para o desenvolvimento dessa ciência”. (EUGÊNIO, FRANÇA & PEREZ, 1996).

Desta forma, os pesquisadores percebem a área, feito Nehmy et. al. (1996), como uma ciência imatura, “em busca de um paradigma que dê sustentação e abra horizontes para o estudo e a pesquisa” (EUGÊNIO, FRANÇA, PEREZ, 1996). Eugênio, França & Perez (1996) defenderão que, dentro da ciência social aplicada que é a CI, os cientistas, além de afirmar o paradigma vigente – que ainda estaria por se definir – precisavam fundamentar a teoria consensual com um resultado prático.

Lenzi & Brambila (2006), partem, de certo modo, do mesmo olhar de Eugênio, França & Perez (1996) e Nehmy et. al. (1996), indicando que, sendo a CI uma ciência jovem, há na área uma grande gama de discordâncias, o que inviabiliza a constituição de um paradigma, ou seja, para os autores a disciplina, dentro da ótica kuhniana, também se configura como imatura.

Oliveira (1996, 2005), por sua vez, dialogando com o pensamento de Miksa (1992), baseia-se em Kuhn (1975) para diferenciar a CI da Biblioteconomia. No âmbito desta adoção, a CI aparece como uma nova ciência, participante de um novo contexto de deliberação científica, distanciando-se da Biblioteconomia por apresentar um paradigma diferente. Enquanto esta seria definida pelo paradigma do acervo, ligado a uma instituição específica, a biblioteca; aquela teria como paradigma a informação em um sistema de comunicação que objetiva a representação do conhecimento.

Percebe-se o extremo de diferenças no uso do pensamento kuhniano sobre a atividade científica e o progresso das ciências dentro da CI. Se por um lado Kuhn (1975) é utilizado para identificar a presença de três paradigmas na área, por outro é adotado para se discutir a cientificidade da área – ou seja, sua dificuldade de constituir um possível paradigma -, enquanto, em um terceiro olhar, o filósofo da ciência é aproximado para identificar o paradigma identitário da CI – o que, a partir desta definição, conduziríamos a uma diferenciação da disciplina dos outros campos da organização do conhecimento. A seguir, exploramos, criticamente, este pensamento.

5.2. Paradigmas nas Ciências Sociais e na Ciência da Informação

5.2.1. A inserção de Kuhn nas Ciências Sociais: uma crítica da arbitrariedade, do dogmatismo e da incomensurabilidade

O estudo de Thomas Kuhn (1975) acerca do desenvolvimento das disciplinas científicas tem como foco a argumentação sobre o conceito de paradigma. Esta argumentação tem, em sua instância principal, a categoria do consenso. O paradigma é, antes de tudo, um consenso. Este consenso é, de certo modo, dogmático, uma vez que seu caráter de arbitrariedade é implícito em sua sedimentação ou legitimação entre os pares. Assim, “um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos, é sempre um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa determinada época”. (KUHN, 1975, p. 23)

Este elemento arbitrário, no entanto, afirma Kuhn (1975), não necessariamente indica que o grupo de pesquisadores sobreviverá sem um conjunto de crenças acumuladas, nem limitará a miríade de possibilidades abertas para a realização dos projetos de pesquisa. Vê-se, logo, o caráter antropológico do pensamento do autor contido na *Estrutura das Revoluções Científicas*, iluminado na idéia de constelação de crenças, valores e técnicas que o paradigma indica. A ciência e seu desenvolvimento são vistos a partir de um olhar sobre a vivência das comunidades científicas. O fazer científico se dá através de uma práxis, de práticas sociais coexistentes.

Como somatório de divergências e aproximações, crenças e valores, promessas e satisfações, o desdobramento de uma revolução científica pode ser interpretada com a metáfora de uma revolução social. Uma vez descontentes com o regime vigente, munidos de experiências e observações críticas que corroboram a decadência de um conjunto de leis e deveres, os indivíduos de uma determinada classe identificam a emergência de uma nova agenda. Essa agenda nada mais é do que o novo paradigma que já se faz presente no discurso desta classe, fruto de um amplo processo histórico-deliberativo. O regime vigente é então deposto e é instaurada uma nova ordem.

Há que se observar criticamente que, diante da metáfora, mesmo na questão da derrubada de um regime de poder, velhas formas de organização social são mantidas, ainda de maneira tácita. Um novo vocabulário é compartilhado, mas muitos dos novos termos trazem em seu bojo significados semelhantes às palavras anuladas – e, inversamente, muitos dos significados ditos novos já possuíam palavras para sua representação no vocabulário específico da área. Assim há, em cada revolução, um estado de continuidade em inúmeros elementos culturais – naturalmente, seria impossível a extinção de tais elementos, uma vez que a revolução é, em suma, como o que foi descrito acima, um somatório de ideologias e utopias, e não é possível descartá-las como um instrumento obsoleto.

No decorrer da formulação do conceito de paradigma, Kuhn (1975) conferirá à noção mais

singularidade ao caráter arbitrário do que ao caráter alternativo da constituição das revoluções científicas, mais ao caráter competitivo do que ao deliberativo. Ao final da leitura da *Estrutura das Revoluções Científicas*, é mais viva a imagem dogmática de que o consenso elimina o que não “parece melhor”, do que a imagem inicial, de ordem antropológica, de que o consenso re-interpreta o pensamento do outro, e reposiciona este pensamento dentro de uma outra teoria. Se tomássemos esta linha de leitura, algo que não era a pretensão de Kuhn (1975)²⁶, poderíamos chegar à conclusão de que a evolução paradigmática das ciências ocorre de maneira democrática entre as pequenas comunidades científicas dispersas, porém, sob um regime de poder totalitário – ou seja, um regime de exclusão de opiniões, e não de inclusão de diversidades. Como afirma o autor,

quando, pela primeira vez no desenvolvimento de uma ciência da natureza, um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes de ciência da geração seguinte, as escolas antigas começam a desaparecer gradualmente. Seu desaparecimento é em parte causado pela conversão de seus adeptos ao novo paradigma. Mas sempre existem alguns que se apegam a uma ou outra concepções mais antigas; são simplesmente excluídos da profissão e seus trabalhos são ignorados. O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos. (KUHN, 1975, p. 39)

Definido o paradigma, o grupo de pesquisadores que comunga dos mesmos fundamentos deste novo padrão passa a se orientar unicamente pelo caminho acordado, ou parâmetro, como indicam Nehmy et. al. (1996). Os pesquisadores convertidos estreitam seu modo de pensar e de fazer ciência²⁷, pois uma comunidade, “ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de uma solução possível”. (KUHN, 1975, p. 60)

O caráter de exclusão de teorias e teóricos dentro da ótica paradigmática de Kuhn (1975), a evidência das categorias arbitrariedade e competitividade sobre as categorias alternatividade e deliberação, parecem integrar um paradoxo dentro das ciências sociais. Como afirma o autor (KUHN, 1975, p. 65), a presença de uma “sólida rede de compromissos ou adesões – conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais – é uma das fontes principais da metáfora que se relaciona à resolução de quebra-cabeças”. Isto significa dizer, segundo a metáfora kuhniana, que, dentro dos paradigmas, os problemas são peças a serem identificadas e encaixadas – o paradigma é capaz de prever o quebra-cabeça, é sempre capaz de dizer, pelo menos para a rede de indivíduos compromissados, o que é o quebra-cabeça. O dogmatismo pode ser localizado em seu nível extremo

26 Thomas Kuhn (1993, p. 49) afirma, categoricamente, que “os esforços para articular um paradigma não estão restritos à determinação de constantes universais”.

27 Não há, em Thomas Kuhn (1993), um sentido pejorativo neste estreitamento. Ao contrário, há a constituição de uma rota segura de pesquisa, na qual o pesquisador se sente protegido para “mergulhar” sem receios.

quando Kuhn (1975, p. 66) argumenta que as “regras (...) derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem dirigir a pesquisa mesmo na ausência de regras”, ou seja, os convertidos são levados por uma promessa, antes de serem sustentados por critérios explícitos desta promessa.

Sabemos que nas ciências sociais a estrutura das movimentações científicas não pode narrar sua história do mesmo modo que o projeto de Kuhn (1975). Primeiro, a) porque ali não há revoluções, pelo menos no sentido do autor, que coloca o termo revolução sob as condições da exclusão e substituição²⁸; em segundo lugar, b) não há eliminação das teorias em sentido absoluto, pois dentro de uma comunidade científica sobrevivem idéias que continuam sendo manifestadas, ainda que menosprezadas pelos seus pares – exemplo é a própria experiência “revolução” terminológica ocorrida nos estudos de organização do conhecimento que, uma vez analisada em seus significados, não transformou, excluiu ou substituiu os conteúdos gerais desta área de investigação, posicionando-se, em algumas vezes, como a re-afirmação destes sob a imagem de outros termos; c) não há a constituição de paradigmas unos de orientação por um determinado período; há, acreditamos, a coexistência de teorias – algumas claramente mais bem sucedidas em termos de aplicação do que outras –, diante da multiplicidade de interpretação do social que cada pesquisador propõe; d) as ciências sociais não sobrevivem necessariamente sob a promessa de uma teoria

28 Acreditamos ser oportuna a revisão, para este debate, das fronteiras do conceito de revolução. Este conceito pode adquirir significados divergentes – e talvez seja, dentre outras, uma das entidades que tornam conflituosa a importação e adoção do conceito de paradigma de Thomas Kuhn (1993) nas diferentes disciplinas além-ciências naturais. A revolução tanto pode ser prejudicial – causar insegurança, ainda que traga respostas – como ser satisfatória, ainda que falhe em suas promessas. E há que se ver, do mesmo modo, as estratificações das manobras revolucionárias, ou seja, determinadas categorias são afetadas negativamente, outras positivamente. Esta descontinuidade não necessariamente se dá pela concordância – adoção – ou não de um paradigma. Podemos, em um jogo de linguagem, estudar a situação de um pesquisador que sempre militou marginalmente por um diferente curso de pensamento e, quando suas idéias passaram a ser sedimentadas como um novo paradigma, este é simplesmente visto como pensador arcaico, e não necessariamente como um pioneiro, uma vez que os “jovens” cientistas traduzem de modo mais claro as novas idéias para o jogo de linguagem em questão – o que é natural, uma vez que são estes jovens, de certo modo, naquele contexto, já sob a sombra de uma outra gramática e um outro conjunto de significados para um vocabulário, que empreendem a sedimentação – a revolução – de uma outra esfera paradigmática, sem obrigatoriamente recorrer – citar – um pensador marginal não contemporâneo. Em artigo recente, Cícero Araújo (2002), reflete sobre o termo revolução em Arendt, onde existe uma distinção normativa entre revoluções desejáveis, as revoluções dos conselhos, empreendidas por uma elite de autênticos “cidadãos”, e revoluções indesejáveis, fadadas à violência e ao terror, feitas pelas massas. Esta distinção teria inspirado Habermas a “conceber as manifestações espontâneas da esfera pública como espécies de revoluções bem comportadas”. Outros pensadores que se entretiveram com o conceito de revolução, como o citado Habermas e Ackerman, são revisados. Ackerman “não deixa de fazer sua própria demarcação entre revoluções desejáveis e indesejáveis. As primeiras são aquelas que, embora carregando um programa de reformas econômicas e sociais profundas, não visam a uma revolução total nas relações econômicas e sociais”. Entre todos os pensadores, Cícero Araújo (2002) verifica o debate possível entre ambas as fundamentações do conceito de revolução. Isto significa estender nossa crítica ao conceito de “revolucionário” em Kuhn, caminhando por outra sensibilidade: há, em todo paradigma kuhniano, uma idéia de revolução desejável, uma vez que este novo modelo responde pelas necessidades estruturais do contexto desafiado. No entanto, como na abordagem de Ackerman, são justamente as revoluções desejáveis – ou seja, sustentáveis, não sumárias e desreguladas, ou genocidas – desdobramentos não absolutos, processos de transformação que não podem ser totalizados, pois nunca alteram de maneira radical as relações sociais em questão, deixando, em alguns casos, profundos traços re-traduzidos para a nova gramática conjugada culturalmente. Em Thomas Kuhn (1975), a revolução diz respeito a substituição de um conjunto de suposições diretivas por outro (LAUDAN et. All, 1993). Essa substituição pode ser abrupta ou gradual, mas não deixa de definir, em um tempo, o desaparecimento completo daquele jogo de linguagem que permitia determinados modelos de tomada de decisão.

segura, mas na instabilidade teórica reflexiva da sociedade que busca compreender; as ciências sociais estão permanentemente mais propensas ao imprevisto, do que à regularidade²⁹.

De um modo geral, pensar a ciência como Kuhn (1975) nas ciências sociais pressupõe, primeiro, discutir a proximidade e as distâncias entre estas e as ciências naturais, uma vez que o autor parte basicamente da Física para fundamentar seu conceito de paradigma. Uma vez definida esta relação e suas dicotomias, naturalmente a primeira opção que resta é afirmar: a maior parte das ciências sociais são pré-paradigmáticas; a menor ainda nem atingiu este estágio – apenas existe como o rascunho de um projeto de institucionalização.

Assis (1993) enumera algumas razões que justificam por que as ciências sociais não podem ser posicionadas junto de uma ciência natural bem desenvolvida, como a Física, segundo o olhar de Kuhn.

complexidade. Enquanto a física estuda eventos monótonos, a sociologia (ou a antropologia ou a política) estuda eventos em que intervêm fatores demais, o que torna qualquer situação difícil de controlar;

autodecepção. Enquanto os objetos físicos não sabem o que se passa com eles, os objetos das ciências sociais o sabem. Assim, podem atuar contrariamente a suas intenções declaradas, frustrando qualquer possibilidade de pesquisa;

difículdade em determinar o que seja um experimento. Enquanto em física é possível construir modelos que reproduzam características consideradas essenciais num sistema, para estudo controlado, o mesmo não pode ser feito com sujeitos humanos;

repetibilidade. Um experimento em física pode ser repetido à vontade. Mas, numa sociedade humana, nada de análogo a um experimento pode ser feito. Não é possível repetir situações passadas.

Em suma, aquilo que não se enquadra dentro das ciências exatas pode ser considerado uma ciência subdesenvolvida. As teses acima poderiam ser usadas para as ciências sociais e revelariam que estas não são nem atividades científicas nem pré-científicas.

²⁹ Exemplo que acreditamos interessante para o tema “paradigmas nas ciências sociais” seria a relação histórica entre os trabalhos de Emile Durkheim e Gabriel Tarde, dois pioneiros da própria idéia de uma ciência social, o primeiro, amplamente discutido e revistado, o segundo, recuperado parcialmente e pouco investigado no âmbito das ciências sociais, em comparação com Durkheim. No entanto, não é necessário caminhar muito. Uma história de dois olhares sobre a CI poderia aprofundar essa discussão. Trata-se de pensar nos trabalhos de Borko e Jesse Shera entre os anos 1960/70. A definição de Borko (1968) se tornou clássica, mas não acreditamos que tenha se tornado um paradigma, ainda que, analisado o termo em Kuhn (1993), ela tenha suas correspondências. A concepção de Borko (1968) repercute porque legitima uma teoria clássica em seu tempo, a Teoria Matemática da Comunicação de Shannon & Weaver. No entanto, o trabalho de Shera continuou ecoando nos estudos e nas práticas informacionais, uma vez que a Teoria Matemática não era capaz de abranger todas os problemas da informação, não poderia ser tomada como uma teoria unificada.

Uma vez que Kuhn divide as ciências naturais (...) em fases pré-paradigmática e paradigmática e, uma vez que as teses apresentadas acima (referentes à fase pré-paradigmática das ciências naturais) parecem se aplicar perfeitamente às ciências sociais tal como se apresentam hoje, uma inferência completamente imprópria justificaria a aplicação do modelo de Kuhn às ciências sociais. (ASSIS, 1993)

Desta maneira, o futuro pode guardar um modelo unificado para as ciências sociais, um modelo satisfatório, cujas promessas atualizem permanentemente todas as angústias dos cientistas sociais. No entanto, este modelo – inexistente até o princípio –, não seria tão rigoroso quanto a noção de paradigma de Kuhn (1975).

Soma-se ao discutido, a questão da incomensurabilidade na *Estrutura das Revoluções Científicas*. Como afirma Parreiras (2006), o conceito de incomensurabilidade em Thomas Kuhn, mesmo retomado pelo autor em discussões posteriores de tentativa de clarificação do conceito, é chave para a formulação do seu paradigma. Como o debatido, a revolução proporcionada pelo novo paradigma substitui o paradigma anterior, seja de maneira instantânea ou em etapas, mas caminha até apagar as visões de mundo anteriores.

Entre os paradigmas, pois, há lacunas históricas, “a ausência de comunicação e de relações entre tradições distintas”. Não há continuidade, por isso não pode haver comensurabilidade. As teorias emergem como novas “especialidades” científicas. No entanto, “esta 'especialização' kuhniana diverge da de Darwin³⁰, pois, naquele caso, não há um processo de continuidade, mas sim, de ruptura, de destruição de idéias anteriormente existentes”. Esta associação, para Kuhn, é totalmente “desarmônica” (PARREIRAS, 2006). Enfim, nas ciências exatas há, essencialmente, sempre um objeto a ser descoberto, ou uma descoberta a ser explicada; nas ciências sociais e humanas há, estruturalmente, sempre um objeto vivo, mutante e acelerado por se compreender.

O paradigma, diante da dinâmica do objeto das ciências sociais – o homem e suas relações – se

³⁰ Podemos encontrar correspondências primárias entre a teoria darwinista de evolução das espécies e a teoria kuhniana de evolução da ciência. Darwin viveu em um contexto em que agricultores e criadores se esforçavam para melhorar a qualidade de seus animais e de suas plantas. O princípio era escolher as melhores espécies – aquelas que geravam bons resultados e cobriam as expectativas – e reproduzir sucessivamente estas categorias, segregando-as das demais. O projeto teórico darwinista se sustentaria nesta correlação. A construção do filtro biológico se daria por seleções sucessivas. Aqueles que melhor se adaptavam sobreviveram. E assim as espécies chegaram até ali: em contínuas interseções que foram produzindo categorias mais resistentes e condenando às demais ao desaparecimento (JAPIASSU, 1991). No processo de revolução científica de Thomas Kuhn, do mesmo modo, há um filtro no ciclo de expectativas das comunidades científicas que seleciona as melhores promessas e substitui essas, descartando as anteriores. No entanto, como verifica Parreiras (2006), na *Estrutura das Revoluções Científicas* há a extinção dos próprios traços de fundamentação do paradigma anterior, enquanto na Origem das Espécies não ocorre esta anulação sensível, uma vez que as novas espécies trazem, visivelmente, uma soma de características advindas dos cruzamentos históricos e contínuos.

apresentaria como aquilo que Mills (1975, p. 122) chamaria de um totalitarismo científico. Em outras palavras, a teoria e os teóricos do novo paradigma se apresentariam como “o estadista da inteligência: pelo seu prestígio, parece prometer que a Teoria e a Pesquisa não só são compatíveis como também partes de um modelo de trabalho integrado na ciência social como um todo”. O paradigma, preocupado com a resolução de um problema, concentraria pesquisadores em um método específico e salvador, até que outro método aparecesse.

As exposições de método e os argumentos sobre ele, as distinções de teoria e outras – por mais estimulantes e divertidas – são apenas promessas. (...) Habitualmente, como já vimos, baseiam-se em algum grande modelo de pesquisa, com os quais vimos atingir outras pessoas. O fato de que esse grande modelo não seja capaz de um uso pleno talvez não tenha maior importância, pois ainda pode ser usado ritualisticamente. (MILLS, 1975, p. 134)

5.2.2. Kuhn na Ciência da Informação: analisando as incongruências do uso³¹

Revisando alguns conceitos de CI e os usos do conceito de paradigma a partir da ótica de Thomas Kuhn (1975) verificamos uma certa extensão dos pontos discutidos sobre a aplicação do trabalho de Assis (1993) dentro das ciências sociais – principalmente porque uma tradição pragmática da epistemologia informacional realiza, dentre suas principais contribuições, o posicionamento dos estudos informacionais dentro do escopo das ciências sociais e humanas.³²

31 É importante sublinhar que a leitura crítica aqui realizada sobre o principal trabalho de Thomas Kuhn (1993) não quer – como jamais poderia – inviabilizar o uso do conceito de paradigma para a CI, inutilizando-o para qualquer possível investigação (como o próprio pensamento de Kuhn, em parte, certamente propõe). Reconhecemos que novas interpretações – necessárias – sobre o importante e clássico trabalho do autor podem vir a trazer contribuições para a apreensão a epistemologia informacional. O que é aqui colocado é o pressuposto de que, até este momento, como foi usado, e diante do que foi e é pensado sobre a cientificidade da CI, as idéias do desenvolvimento da atividade científica de Thomas Kuhn (1993) contidas na *Estrutura das Revoluções Científicas* não parecem ser coerentes para uma epistemologia tão múltipla e dinâmica como a dos estudos informacionais – a não ser sua primeira semente, diretamente correlacionada a uma tradição pragmática na epistemologia informacional, ou seja, o fim da distinção demarcatória e intransponível entre ciência e não ciência (RORTY, 1997, p. 41). Apenas para retomar um aspecto, podemos imaginar que o paradigma kuhniano aplicado a CI transforma, sem dúvida, em uma contradição, o uso do conceito de interdisciplinaridade, assim como é adotado de forma generalizada na disciplina. O diálogo que prega a esfera interdisciplinar do conhecimento estaria fragilizado se pensarmos que a área caminha por paradigmas como Kuhn. Acreditamos, com esta crítica, menos que pensar o não-uso definitivo do termo de Kuhn para a CI, expressa o convite à revisão profunda dos usos que são feitos no jogo de linguagem específico da CI. Tanto Brier (1996), como Capurro (1991, 2003), Hjørland & Albrechtsen (1995), quanto tantos outros dentro da área, já citados, aplicam de forma indiscriminada o conceito, sem uma revisão que realmente remonte os pressupostos kuhnianos das revoluções – e não convivências e deslocamentos – dentro das atividades científicas.

32 O próprio Capurro (2003) diz: “O problema dessa periodização consiste não apenas no fato de que antes de 1945 existisse já, no campo da biblioteconomia, o que hoje chamamos de paradigma social, mas também, como veremos a seguir, nas transformações posteriores deste paradigma que chegam até os dias de hoje”. Aqui, percebemos, o autor, ao demonstrar que em sua origem a área, mesmo vivenciando um paradigma físico, comportava outro, social, já contradiz o uso do conceito. Lembremos, na mesma linha de argumentação, que, em pleno ano de 1996, Ingwersen está falando de abordagem cognitiva quando, na periodização de Capurro (2003), já estamos sob a “muralla” do paradigma social. A corrente cognitiva não é uma anomalia em CI. No entanto, “aparece” em uma década em que a área está muito voltada para um enfoque social. Estas ocorrências paralelas apenas voltam a demonstrar que as tradições sempre conviveram – e se comunicaram – amplamente dentro da CI, evidência que será melhor compreendida na análise final da viagem à tradição pragmática, onde podemos perceber como o diálogo com os enfoques pragmáticos redirecionam e

Naturalmente, a CI tem suas peculiaridades teóricas e práticas e demanda a análise específica dentro de sua epistemologia. Mesmo quando reconhecemos seu território como localizado dentro das ciências sociais, é preciso visitar algumas condições para o uso/não-uso da abordagem de Thomas Kuhn (1975). Apresentamos, desta maneira, argumentos que indicam, em nosso olhar, incongruências do uso das noções kuhnianas de atividade científica, como ciência pré-paradigmática, crise, ciência normal, revolução científica e paradigma na epistemologia informacional – algumas aparecem de forma explícita, outras, implícitas, conjugadas junto às sensibilidades que nas primeiras caminhadas desta viagem vieram intermitentemente aparecendo.

Se pensamos que a ciência caminha por paradigmas, incomensuráveis e arbitrários, podemos enxergar com clareza periodizações lineares, como aquela discutida por Capurro em 2003, mas pouco nítidas ficam as categorizações epistemológicas, ou, em outras palavras, as classes de jogos de linguagem paralelamente conjugados e em permanente diálogo. Acreditamos, pois, que este é outro ponto que nos leva a não usar o conceito de paradigma em CI – principalmente nas revisões epistemológicas –, pois pensaríamos apenas na anulação de paradigmas e substituição, e não em convivência de abordagens diversas, como é característica dos estudos informacionais – e das demais ciências sociais. Assim, sob uma epistemologia da imaginação e uma filosofia do não, apresentamos algumas provocações – ou sensibilidades abertas para uma leitura alternativa da epistemologia da CI.

a) Não existem três paradigmas em CI, como pressupõe Capurro (2003) e os demais pesquisadores que, sustentando-se na historiografia apresentado pelo autor, comungam do mesmo pensamento. Afirmar o desenvolvimento da área a partir de uma sequência paradigmática físico, cognitivo e social, seria dizer, segundo a ótica de Kuhn (1975), que um paradigma foi anulando outro em períodos não-cumulativos, o que não ocorreu; ou que houve um consenso geral em torno de cada teoria, o que também não existiu e não existe, dada a profusão de trabalhos de revisão e crítica; que verificou-se uma revolução científica na passagem destes paradigmas, o que não pode ser dito – ainda há muito que se explorar sobre as pesquisas matemáticas e cognitivas da informação; que a CI

aprofundam os demais enfoques na área, como da abordagem cognitivista e da abordagem fisicalista. Voltamos, neste ponto, ao próprio Capurro (2003), que afirma: “Dado o seu caráter cognitivo potencial para um sujeito cognoscente, não é de se estranhar que Peter Ingwersen (1992, 1995, 1999) tente integrar dinamicamente o objeto perdido deste paradigma cognitivo sem sujeito cognoscente, que é o usuário”. Mas, apesar deste enfoque social, sua perspectiva permanece cognitiva no sentido de que trata de ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de modelos mentais do mundo exterior que são transformados durante o processo informacional. Ou seja, compreendemos, nesta verificação capurriana, a existência – e insistência – da uma comensurabilidade entre escolas da informação aparentemente concorrentes e excludentes, mas não paradigmáticas.

passou por três períodos estáveis de ciência normal, o que nos parece também não **ter acontecido**, uma vez que a própria definição de uma Ciência da Informação ainda é tema de debates³³. Acreditamos que, se se quer falar de grandes teorias no desenvolvimento da área – pensamos que, em parte, um dos principais intuits no texto de Capurro (2003), essencialmente preocupado com o que foi e o que é a epistemologia da CI, e com uma historiografia perdida da área –, mais adequada, para o caso específico, seria a divisão realizada por Rendón Rojas (1996), isto é, na existência de grandes teorias dentro da epistemologia dos estudos informacionais, uma teoria inicial chamada sintática, uma posterior chamada semântica, e, por fim, um flexível enfoque pragmático. No entanto, para alguém do olhar de Rendón Rojas, procuramos observar um pano de fundo filosófico que perpassa, quase como uma linha imaginária, sensível às práticas, toda a história da organização do conhecimento que não só sustenta a constituição institucional da CI, como também nos ajuda a compreender o aparecimento do conceito informação seja como objeto, como fenômeno ou como fetiche na área;

b) A CI não está atrás de um paradigma: a área de estudos informacionais não comporta um consenso geral – não pode e nem deve sustentar-se a partir de um macro-consenso, a macro-teoria da informação – e a dispersão das correntes demonstra a despreocupação com este ecumenismo. Rubens R. G. Da Silva (1999, p. 127), lembrando que Wersig (1993), aponta que a “CI não teria uma teoria, mas uma interligação de amplos conceitos ou modelos comuns reformulados”. A profusão de sensibilidades já corrobora esta evidência. A própria justificativa da área a partir de uma certa natureza interdisciplinar – que em nosso olhar parece bastante frágil - identificaria esta contradição. Enquanto ciência que faz uma leitura científica das disciplinas do conhecimento – recolhe, reconhece, classifica, organiza, preserva os documentos produzidos pelo homem – a epistemologia informacional se movimenta sob um golfo cercado por inumeráveis faróis. Isto não

33 É verdade que o próprio Capurro (2003), na abertura de seu artigo *Epistemologia e Ciência da Informação*, levanta a crítica realizada por Margaret Masterman e David Ellis, e observa que sua utilização do conceito de “paradigma” é esquemática. No entanto, Capurro (2003), como o já citado, se esquia da discussão compreensiva sobre o que pressupõe a importação do termo para a CI, apreendendo, de forma explícita, o desenvolvimento desta disciplina como um desdobramento de três períodos paradigmáticos. Além disso, o autor usa o conceito, também de forma esquemática, no trabalho *What is Information Science for? a philosophical reflection*, apresentado no INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND, em 1991, trabalho revisado e reeditado sob o nome de Foundations of information science: review and perspectives (2007). A própria citação do trabalho de Hjørland & Albrechtsen (1995) acerca da Análise do Domínio verifica o uso generalizado realizado por Capurro (2003). O autor identifica a proposta de Hjørland & Albrechtsen (1995) de um paradigma para a CI. Uma leitura crítica da *Estrutura das Revoluções Científicas* pode sustentar que a idéia de propor um paradigma tende a parecer paradoxal, uma vez que paradigmas são, antes de tudo, crenças e valores compartilhados – assim sendo, poderíamos falar na proposta de uma nova teoria, anômala, no vocabulário kuhniano, e não na sugestão de um paradigma. O paradigma, enquanto processo cultural, não existe *a priori*, mas é uma construção conjunta e dinâmica. Nossa leitura crítica aqui parte da seguinte argumentação: é possível propor um paradigma segundo a ótica de Thomas Kuhn? Nossa resposta, para tal, é não. É possível propor, na *Estrutura das Revoluções Científicas*, a identificação e a revisão de anomalias, não paradigmas. Os paradigmas não são produto de descobertas, mas de consensos. Só acontecem após um certo pleito, com campanhas, debates, publicidade, críticas e, principalmente, promessas retoricamente bem elaboradas.

significa dizer que os determinados autores, em diferentes momentos, acreditem ter identificado uma teoria ecumênica na área, mas pode ser caracterizado, diante da profusão de olhares que a solidariedade da CI agrega, como um ponto de vista original dentre outros³⁴. Como afirma Mills (1975, p. 56), na análise das macro-teorias dentro das ciências sociais, as teorias unificadoras parecem embebedar-se de sintaxe, e perder a audição para a semântica, ou seja, “não há uma grande teoria, nenhum esquema universal em termos do qual possamos compreender a unidade da estrutura social, nenhuma resposta ao velho e cansado problema da ordem social”.

c) A CI não é imatura: ao contrário, podemos, através de dois ângulos, observar esta hipótese. Partindo de boa parte da historiografia da CI – narrativa que não comungamos –, como aquela apresentada por Pinheiro (1997), Robredo (2005) e Wersig (1993), entendendo a área como uma ciência construída durante a Segunda Guerra, temos o conceito de pós-modernidade como um de seus pilares – principalmente o pós-modernismo científico, muito discutido na definição contemporânea de uma ciência emergente chamada “da informação” – e os pressupostos de uma epistemologia da complexidade, diríamos que a CI é das poucas ciências da contemporaneidade, das poucas ciências que hoje respondem pelo que se pode chamar de científico, pois se apresentaria, como no olhar dos autores citados e de muitos outros, como ciência interdisciplinar; se partirmos de uma historiografia como aqui posicionada, que recupera a CI como o deslocamento institucional/terminológico dos estudos de organização conhecimento – voltados para a representação e transmissão de conteúdos e a preservação de formas –, percebemos que a CI nasce no âmbito das ciências sociais, apresentando já uma idade considerável, apenas devedora das mais antigas ciências formalizadas, como a Física. Lembremos, o conceito de ciência não é um paradigma kuhniano em nenhuma comunidade científica – estamos deliberadamente seguros quanto a uma noção geral do que é ciência? Sem dúvida esta idéia é uma falsa salvaguarda – e os viajantes da filosofia contemporânea da ciência, Bourdieu, Latour, Bachelard, Boaventura Santos, como o próprio Kuhn (1975), nos acordaram para isto. O paradigma “ciência” nos fez acreditar – e nos provou na maioria das vezes ser uma promessa passível de desdobramentos felizes – que tudo o que é científico é bom e/ou útil para nosso progresso, pois é fruto da racionalidade. Como afirmou Moles (1995) “é útil examinar as limitações de fato do poder do científico e reconhecer a impossibilidade de atingir certas verdades que parecem perfeitamente ‘científicas’ do ponto de vista do pensamento racional”. O paradigma “ciência” – imposto por instituições que vieram substituir o poder teológico nas sociedades – o que fez, em muitos casos, ao invés de desvelar razões práticas, foi encobrir e/ou apoiar/sustentar grandes erros de interpretação da realidade e da humanidade. Não

34 A revisão de uma proposta de macro-teoria dentro da CI sempre termina por revelar que esta, na verdade, se adequa mais a um campo fronteiro da área, específico, e não a todas as suas práticas, como foi o exemplo da revisão da Teoria Matemática da Comunicação, que se viu mais próxima de uma engenharia da informação, não de uma CI.

há um consenso definitivo-local sobre o que é ciência – como afirma Mills (1975, p. 23), em sua *Imaginação Sociológica*, “muito do que se considerava como 'ciência' passou a ser visto hoje como uma filosofia dúbia; muito do que se considerava como 'verdadeira ciência' freqüentemente nos proporciona apenas fragmentos confusos das realidades entre as quais vive o homem” ou, “a palavra ‘ciência’ adquiriu grande prestígio e um sentido bastante impreciso”, ou “a confusão nas Ciências Sociais (...) está envolvida pela controvérsia, há muito travada, sobre a natureza da Ciência. A maioria dos estudiosos da sociedade concordará, sem dúvida, em que a aceitação agradecida da “Ciência” é habitualmente tão ambígua quanto formal”. Há, na verdade, revisões históricas que nos demonstram as diferenças entre ciência, teologia e filosofia; há instituições legitimadas que demonstram onde a ciência procura se definir; há jogos de linguagem conjugando o verbo “definir” para o sujeito “ciência”, mas dizer “ciência é isso – e apenas isso –” não é cabível. O próprio Thomas Kuhn (1993) é um dos autores – dentre tantos - que divulgarão um conceito de ciência a partir da demarcação da atividade científica – mas como já foi visto, é apenas uma proposta, uma visão de mundo, uma crença. Como sabemos, a imposição de certos paradigmas sobre o conceito de ciência conduziu a barbárie, e não a racionalidade. Exemplo direto é a interpretação das raças aplicada à hierarquização das etnias tutsi e hutu em Ruanda, pressuposto científico que justificaria – com todo o rigoroso caráter justificacionista da epistemologia – um massacre colossal³⁵. Se determinados critérios demarcatórios, teorias e métodos de outras áreas não se aplicam às ciências sociais e humanas, como lembrado por Ribeiro (2003), isso não quer dizer que estas últimas estejam em uma infância lenta e precária, mas simplesmente por possuírem em sua produção efetiva diferenças elementares com as demais ciências. As semelhanças – suas compatibilidades verificáveis – existem, mas não podem encobrir e negligenciar as dicotomias mútuas, as especificidades de cada saber.

d) Se a emergência de novas teorias é precedida por um momento de insegurança profissional, com

35 Japiassu (1981) demonstra o desenvolvimento da teoria eugenista, de Francis Galton (1822-1911), e de outros desdobramentos do paralelismo entre os trabalhos de Charles Darwin e a evolução humana. O eugenismo de Galton visava a preservação das raças consideradas geneticamente mais elevadas, e pregava a omissão àquelas consideradas desprivilegiadas intelectualmente. Desta forma, sustentada cientificamente, a proposta atingirá o imaginário social a partir da imposição de uma corroboração paradigmática de que alguns homens são melhores que outros, por isso sobreviverão, por isso ocupam os melhores cargos e níveis sociais, por isso não devem ser cruzados com as raças inferiores, pois essa condição diminuiria as possibilidades de evolução e sobrevivência do gênero humano. A aplicabilidade desta teoria é mais eminentemente verificada na política de Adolf Hittler na Alemanha antes da metade do século XX. Como afirma Japiassu (1981), em suas metodologias, a “ciência se recusa a formular juízos de valor e de finalidade. No entanto, não somente ela é cada vez mais controlada por forças políticas e sociais, mas coloca um problema grave, na medida em que seu dinamismo de crescimento parece incontrolável: ela dinamiza a tecnologia que, por sua vez, dinamiza a indústria (de paz e de guerra)”. Desta forma, podemos concluir assim esta imaginação provocativa: acreditar em um paradigma pelo fato científico de que este atende às nossas expectativas – nos satisfaz - é assumir a crítica molesiana da ditadura metodológica, a própria capitulação paradigmática, a formulação de que da “medida como método passa-se à medida como frenesi e do frenesi da medida passa-se ao frenesi da precisão”, o fetichismo latouriano do racional, e o frenesi do racional não é em si uma racionalidade (MOLES, 1995), ou seja, somos dominados, ao entendermos “A” ciência como “O” conhecimento, por um cientificismo, não por um racionalismo.

a destruição de paradigmas anteriores, a CI não pode ser paradigmática, pois essa “insegurança” de que nos fala Kuhn (1975) é uma das características fundamentais da área. Se nos defendemos a partir deste pressuposto – o que de cada crise abre caminho para um novo paradigma – diríamos que a CI é uma usina de paradigmas, constatada a dimensão múltipla de seus projetos de pesquisa e heterogeneidade de suas teorias. A CI é fruto da crise, pois sobrevive no complexo estudo de compreensão das linguagens que constroem o conhecimento e permitem seu uso – e sua sobrevivência, acreditamos, até certo ponto, só existe na crise – ou na possibilidade de identificação de crises.

e) Não há incomunicabilidade entre as principais teorias dentro da CI. Ao contrário, há um permanente intercâmbio de habilidades e conhecimentos. O vocabulário de Shera (1973) demonstra como sua Epistemologia Social tem forte influência cognitiva, marcada por aquilo que alguns autores, como Capurro (1991, 2003) chamam de “virada cognitiva”. Há vários outros autores e trabalhos marginais, junto de Shera, como: Belkin & Robertson (1976); Belkin (1975); Brookes (1980), Merta (1969); Mikhailov (1971; 1973); Roberts (1976; 1982); Wersig & Nevelling (1975), todos tratando, de certa forma, de um fundamento “mais” social, e “menos” físico e cognitivo para a área, porém dialogando com ambas as tradições que ali se sedimentavam. Como ficariam tais viajantes se o paradigma predominante entre 1950 e, podemos estimar com grande margem de desvio, meados dos anos 1980, foi “mais” físico e cognitivista, e/ou mesmo físico-cognitivista, pois ambos se completam, até certo ponto? Todos estes importantes autores, que foram relevantes para suas comunidades, ainda que estas estivessem sob a égide de outras teorias “mais” consensuais na época; tais autores contribuíram – contribuem – para o desenvolvimento do fisicalismo e do cognitivismo em CI – como contribuem para a compreensão do pragmatismo informacional –, sem serem adeptos e, simultaneamente, sem serem apagados por estes enquanto existiram. Em *Cotidiano e História*, Agnes Heller (1985) trata, dentre inúmeras instâncias sociais, do preconceito. Este serve “para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada” (HELLER, 1985, p. 53). Fica claro que imaginar o caminhar da ciência apenas sob a noção de paradigmas e revoluções científicas de Kuhn é compreender o progresso científico apenas pelo ângulo antropológico do preconceito epistêmico, e não da solidariedade – a ciência normal estabelece como anomalias os modelos que não comungam sua teoria e vão anulando as demais.

f) Recuperando a última margem da metáfora acima, a CI, podemos afirmar em outra figura de linguagem, não terá momentos de paz epistemológica, o armistício hermenêutico da ciência normal – mas sempre se encontra na dança permanente das interpretações. Será – seria – necessária – e realmente possível – a condição de uma suspensão momentânea da discussão sobre os fundamentos

da ciência e da teoria conjugada, como argumenta Kuhn (1975)? Por que a CI deve parar de se perguntar o que é e o que não é uma Ciência da Informação? Racionalmente, não vemos motivo. Epistemologicamente – dentro de uma epistemologia da ação, bachelardiana, uma epistemologia da imaginação – muitos menos.³⁶ Exatamente por esta razão a linha de argumentação de longa duração que aqui chamamos de tradição pragmática chama atenção para uma permanente revisão das propostas teóricas e seus contextos ao longo da história da área voltada para a organização do conhecimento. Esta tradição nos chama atenção para o fato de que o próprio conhecimento não é um produto fechado e intocável, mas fruto de uma construção compartilhada de significados, cercada por imaginários que contribuem para sua presentificação no seio das sociedades.

g) Por fim, a CI não surge como uma área dentro dos estudos de organização do conhecimento munida de um novo paradigma. Esta análise é apresentada por Oliveira (1996, 2005), Miksa (1992), e, de um modo geral, comungada por autores que compreendem a historiografia da área como aquela apresentada por Capurro (2003), Saracevic (1996), Buckland & Liu (1995), Brookes (1980a). Estes pesquisadores concordam que o nascimento da área coincide-se com os processos históricos que envolvem a) o aparecimento do termo informação dentro dos estudos voltados para organização do conhecimento, b) a construção e a legitimação, bem como a institucionalização do neologismo “ciência da informação”. No entanto, como já preliminarmente discutido, estes autores concordam ainda que a área nasceu a partir da influência de um pensamento positivista lógico. Nessa medida, ao contrário do que Wersig (1993) e Oliveira (1996), por exemplo, identificam, a área não nasce como “vivenciando” as rupturas paradigmáticas das ciências do século XX – ao contrário, nasce como aquilo que na visita anterior chamamos de ciência clássica, a partir de vocabulário de Morin (2007a). A CI “nasce” “contra” um movimento interdisciplinar, ao separar sujeito e o objeto, ao “simplificar” o problema da organização do conhecimento à lógica de controle de sinais e ao objeto informação. São autores também – por exemplo, Zunde & Gehl (1972), Brookes (1980c), Shera (1980), Heilprin (1989), Miksa (1992) – que demonstram que o “paradigma” da informação, assim como ele era definiria o nascimento da CI, desde seu princípio, demonstrava uma fragilidade, uma parcialidade. Voltando à Kuhn (1975), desde o princípio, aquilo que era definido como paradigma em CI não cumpria suas promessas – em outras palavras, não foi, em momento algum, um paradigma, pelo menos segundo a conceituação kuhniana. Desta forma, neste contexto específico, Kuhn (1975) era utilizado tanto como recurso historiográfico para afirmar

36 Kuhn (1993) argumenta que, durante o período de ciência normal, quando o paradigma é sedimentado e orienta os pesquisadores da área, há um período de apaziguamento, um cessar fogo nas argumentações. As discussões praticamente cessam. Seria uma espécie de ciência fria, momento em que os pesquisadores estão mergulhados nas trilhas oferecidas pelo paradigma e preparam, de certa forma, as novas descobertas que podem tornar-se paradigmas futuros e identificam e separam as anomalias.

politicamente uma nova área – lembremos, estes mesmos autores apontam a fragilidade epistemológica da área neste momento – como para distanciar a suposta nova área dos outros campos da organização do conhecimento, em um claro movimento de procura de visibilidade e respeitabilidade científica, lembrado por Goffman em 1970. Em outro olhar - aquele que aqui nos torna mais críticos -, a CI não apenas não aparece como novo paradigma, como apresenta, em um ângulo filosófico, o ápice da especialização dos estudos orientados para organização do conhecimento, iniciada ainda na Biblioteconomia especializada. A área se constitui como o modelo tardio de ciência clássica, “simplificando”, por exemplo, o significado de informação assim como ele foi utilizado durante todo o século XIX pela prática da Referência dentro da Biblioteconomia (GROGAN, 2001), retirando deste significado o “sujeito conhecedor” (MORIN, 2007). Para a CI “nascente” informação é representação (OLIVEIRA, 2005). Em outras palavras, como visto, a CI é uma continuidade institucional e filosófica de uma tradição representacionista dentro dos estudos da organização do conhecimento que mergulha cada vez mais em um olhar essencialista sobre o conhecer, que, ao tomar a informação assim como a noção se apresentava – como representação – contaminava profundamente estes estudos com o que Japiassu (1975) tratou como “patologia do saber”, Bourdieu (2005, p. 59) como “patologias do pensamento científico”, Morin (2007a) como “tecnologização da epistemologia”, Gusdorf (1995) como redução dos saberes à unidade.

Em resumo, retomando as sensibilidades de Assis (1993),

a disseminação da ERC [*Estrutura das Revoluções Científicas*] fora dos círculos filosóficos se deve, primeiro, à retórica de Kuhn, que produz um livro facilmente assimilável por um amplo espectro de público. Em segundo lugar, a ERC aparece numa era de contestação, numa época de decepção com a ciência, numa época de valorização do relativismo. Em terceiro, Kuhn é adotado por muitos cientistas sociais por oposição a uma caricatura de Popper³⁷. (ASSIS, 1993)

Diante desta discussão, acreditamos ser necessária a identificação de uma outra noção – mas necessariamente não um novo conceito; no nosso caso, é um velho e reclassificado termo – para identificar momentos ou teorias, ou consensos ou períodos dentro da epistemologia da CI – ao menos para esta viagem se torna fundamental como abrir uma outra estrada para tecer uma viagem

³⁷ Popper, de onde partia um pensamento mais normativo sobre ciência – a ciência como o progresso de hipóteses que sobrevivem aos mais árduos testes e o descarte das hipóteses que fraquejam. Karl Raimund Popper (1975a; 1975b), afirma que a lógica do conhecimento não está preocupada com as questões de fato – como a maneira em que se dá a idéia -, mas com questões de justificação ou validade. “Justificar” ou “validar” só podem ser obtidos a partir de um dedutivismo, ou seja, de testes críticos, frutos do cruzamento de conclusões e enunciados relevantes que revelam equivalências e compatibilidades da nova teoria. O método, em Popper (1975a), deve ser sintético, deve fornecer este critério – no sentido de não ser metafísico; no sentido de que deve responder por um mundo da experiência possível e deve ser distinto de outros sistemas de conhecimento, na medida que representa um mundo de experiências específico, o científico.

aos becos e travessas do horizonte proposto. Uma vez que nosso intuito aqui é recortar e estudar um pano de fundo filosófico no pensamento epistemológico na área, é necessário, antes, definir qual o território desta linha sensível, isto é, que nomes podem receber crenças e valores científicos que comungam semelhanças estruturais que permitem identificá-los como semelhanças epistemológicas. Assim, não vislumbrando a coerência do uso conceito de paradigma para a área, partimos para o encontro clarificador de outra noção, ou seja, a noção de tradição.

5.3. As tradições dentro da epistemologia dos estudos de organização do conhecimento: um outro roteiro de viagem

5.3.1. A caminho de um olhar mais flexível: se não somos paradigmáticos, existimos?

A questão de ser ou não ser ciência é tema corrente dentro da epistemologia geral, e aparece como o sintoma de uma patologia. A CI talvez traga em seu corpo de fundamentação e justificação social o vírus dessa doença – e este ataca de tempos em tempos. As próprias justificações a) de alteração do seu nome de suas instituições de pesquisa e b) de existência a partir da interdisciplinaridade, e não de sua especificidade, são evidências desta angústia inaugural.

Como afirma Assis (1993),

o cientista social, seja antropólogo, cientista político, historiador, etnógrafo, lingüista, continua a fazer suas pesquisas como sempre fez, baseado em seus próprios métodos. Pouco importa se existe constante debate acerca de fundamentos, pouco importa se deve ou não chamar a sociologia de ciência (ou questões parecidas: *é a história objetiva?*, *tem a sociologia um paradigma?* etc.), o que importa é que essas disciplinas contribuam para a criação de um objeto de comparação que elucide o que é a racionalidade ou, melhor, como é ela numa dada época.

Segundo Ribeiro (2003), a crítica as ciências do homem resta mais sobre a questão da linguagem não-matematizada. Recai ainda sobre a questão de que, uma vez não fundamentada pelas leis matemáticas, este saber é apenas uma troca de opiniões, ou seja, as ciências sociais e humanas se resumem a doxa. No entanto, se

nossa linguagem é tão próxima da natural (sem impedir, porém, que certos textos sejam herméticos e de difícil compreensão ao leigo), é porque está na essência mesma das ciências do homem a passagem do discurso-sobre ao discurso-com e por vezes ao discurso-de. Em outras palavras, o sentido

essencial de nossas ciências é o de efetuar a translação da terceira pessoa do discurso, no qual ela opera inicialmente (falando dos homens com “eles”), para uma linguagem dialogada e, finalmente, para uma primeira pessoa. Por isso é que o empreendimento da Humanas (ou, vale retomar, das Humanidades) se mostra emancipador. (RIBEIRO, 2003, p. 98-99)

Esta será a visão que uma corrente de pensamento social de ciência e a tradição pragmática na CI empreenderá, indo, como em uma filosofia pragmatista wittgensteiniana, ao encontro das relações sociais, recuperando o sujeito como objeto. Esta abordagem – que não é incomensurável, não é excludente, não é revolucionária, nem é apaziguadora ou solucionadora *a priori* de nossos problemas gerais, sendo, antes, dialógica, integrante, deslocadora, conflitante e construtora de problemas múltiplos de investigação local – vem, como no discurso de Ribeiro (2003), “restituir, ao homem, através de um discurso que o conheça, a capacidade de proferir ele mesmo um discurso verdadeiro e sem ilusões ao seu próprio respeito”.

Ou seja, esta corrente vem dizer que informação não é, a princípio, nem objeto nem verdade, nem mudança da estrutura nem algo que aumenta ou diminui nossa certeza. Antes, este pensamento procura entender como as comunidades se enfeitam com o conceito de informação que fabricam, como se tornam alienados com suas próprias feitura contra a alienação, como se acorrentam a informação que os encaixota na forma do dito conhecimento, como se iludem com seus próprios artefatos, e como, a partir destas ilusões, suas classificações, a organização de suas estantes e de seu pensamento, a construção de seus sistemas de informação e a formulação das possibilidades de acesso deste são influenciadas por estes fetiches. Assim, a tradição pragmática visa, como toda ciência do homem (RIBEIRO, 1993, 1999), “terminar com a alienação do homem, isto é, pretende conquistar para ele um conhecimento – e, portanto, capacidades de ação – de que estava privado”.

Se analisamos superficialmente o processo de revolução científica de Kuhn (1975), o processo de anulação de paradigmas pela comunidade científica é o modelo de um etnocídio. O autor parte de uma antropologia do fazer científico: uma cultura, ou seja, um grupo de indivíduos, reunidos por crenças e valores intercambiáveis, estabelece um consenso, sob o qual desenharão sua caminhada. Ao notar que as promessas do consenso não permitem mais passos, ou seja, ao esbarrarem nas fronteiras do paradigma compartilhado, anulam-no – ou são anulados – e partem para outra deliberação interna. Esta levará a uma nova cartografia, um novo guia de orientação. Desta forma, uma cultura – ou produto cultural, como a teoria – é anulada – já que paradigma é fruto de um processo de socialmente constituído – em razão de outra. E assim se desenvolve a ciência: a partir de densas rupturas, sem cumulatividade, sem continuidade, refém dos limites de um paradigma que vigora momentaneamente, mas livre das limitações e reducionismos de um paradigma eliminado.

Atuando junto de uma epistemologia histórica e uma epistemologia da imaginação, bem como no espectro sensível de uma tradição pragmática, como também na filosofia humanista de Ribeiro (2003), pensar em paradigmas – que a ciência caminha por paradigmas, que a CI avança sobre este comboio – significa pensar em exclusão arbitrária, não em escolha, em anulação pela revolução, não em convivências/solidariedades/reorientações/deslocamentos pela decisão coerente e pragmática, em alienação metodológica, não em autonomia imaginativo-provocativa, que defendemos em uma epistemologia da imaginação.

Entendendo como inadequado o uso conceito de paradigma para uma divisão das manifestações teóricas – seus períodos, que não podem ser demarcados temporalmente, apenas sugeridos recortes temporais de semelhanças de família para focalização de uma viagem, o terreno a se visitar dentro de um espaço de tantos dias, como aqui é realizado – dentro da área, procuramos, pois, uma imagem mais suave e sensível e menos arbitrária que o conceito de paradigma. Preferimos falar em manifestações, e não estágios, pois acreditamos que a ciência não é nem totalmente cumulativa, nem totalmente fruto de rupturas descontínuas; ela é, sim, uma somatória de elementos – estilos, ou na linguagem de Wittgenstein, semelhanças de família – que se perpetuam como convenções provisórias e úteis, e de construções teóricas que re-dinamizam a existência destas convenções. Assim, discutimos aqui uma noção que mais coerentemente comunique estas manifestações dentro da CI – transmita com mais leveza, exatidão e visibilidade suas nuances paralelas. Falamos também em noção – e não em conceito – pois sabemos que caberia uma discussão bem mais ampla para construir a justificativa profunda sobre o que, na verdade, são os discursos que se assemelham em inúmeros elementos teóricos e metodológicos e podem ser caracterizados como manifestações íntimas.

Chegamos à noção de tradição nesta viagem por algumas evidências do percurso. Primeiro, por buscarmos uma epistemologia da imaginação, e localizarmos nesta noção a sensibilidade procurada para ilustrar as manifestações epistemológicas da imaginação. Em segundo lugar, por viajarmos até uma linha pragmática dentro da CI, que, em sua epistemologia estrutural, carrega elementos semânticos bem mais próximos de uma noção de tradição que da dogmatização do paradigma de Thomas Kuhn.³⁸ Em terceiro lugar acreditamos ser tão relevante quanto à adoção de novos termos, a

38 O termo “tradição” também foi o escolhido por Peter Ingwersen (1996) para sua classificação do ponto de vista cognitivo dos estudos de recuperação da informação em CI, bem como suas sub-categorias e demais níveis de divisão. A escolha do autor não passa, entretanto, por uma justificativa epistemológica – desnecessária para os pressupostos específicos de seu citado estudo. Retomando, Ingwersen (1996, p. 10-11) divide a tradição cognitiva em duas grandes sub-tradições, uma fundamentalmente experimental, mais remota, ligada a visão de um racionalismo das ciências naturais aplicado a transferência da informação, outra, recente, orientada para o usuário, enraizada na teoria da comunicação e em metodologias psicológicas e sociológicas. O autor ainda subdivide, também sob o termo tradição, o

revisão semântica de velhas noções.

Além disso, tradição é uma noção, podemos dizer, científica. Sua história remonta os gregos. Aristóteles recorria à noção considerando-a garantia de verdade. A tradição teria chegado até os tempos gregos pela transmissão de mitos. A filosofia aristotélica, pois, buscaria libertar a tradição dos seus elementos míticos, ou seja, a busca por uma autêntica tradição, ou, no vocabulário contemporâneo, a noção científica do vocábulo tradição. (ABBAGNAMO, 2000)

Neste aspecto, percebe-se, a tradição praticamente relaciona-se com a idéia da verdade ideal, da verdade possível, ligada a uma epistemologia moderna, ao nascimento das instituições científicas, a mitificação da ciência como resposta para todos os problemas, como “O” conhecimento, “O” saber. Esta idéia de tradição perduraria até recentemente, quando a crítica ao seu caráter de falibilidade, no entorno do Iluminismo, joga por terra a possibilidade de garantia permanente da verdade, focalizando suas margens de criação de preconceitos e superstições. No âmbito da sociologia esta crítica será mais aguda, acusando a tradição de não comportar o conhecimento crítico, apenas a aquisição inconsciente (não deliberada) de crenças e técnicas – o que, até aqui, muito se parece com a fase da ciência normal kuhniana.

No entanto, a tradição, diante de um mundo de mudanças sensíveis – científicas e sociais –, um mundo sem “Verdade”, mas transbordado de verdades, passa a ser interpretada de forma bastante distinta, e é recuperada por um dos seus mais estruturais traços distintivos: a preservação da memória de um grupo social, a perpetuação de uma gramática diferenciadora, a linguagem – a cultura – que permite a esta comunidade sobreviver e àquela desaparecer. Assim, no desenvolvimento científico por paradigmas, temos a constante e não-cumulativa quebra de verdades e a extinção – etnocídio – de culturas impróprias para determinado momento. No desenvolvimento científico por tradições, temos a constante e cumulativa transformação de verdades – redefinições semânticas, processo permanente de realização de diferentes traduções, como aquela realizada na própria noção de tradição – e a intermitente troca com culturas aparentemente marginais, mas que resistem, graças à manutenção de seus traços culturais distintivos, suas manifestações, seus textos, enfim, suas tradições, a memória ritualizada. (ABBAGNAMO, 2000)

Assim, retomamos, nesta caminhada pela noção de tradição, a necessidade crítica de releituras apresentada desde o princípio desta viagem acerca dos conceitos e noções que fundamentam a nossa própria tradição. Ao invés de adotarmos o conceito kuhniano de paradigma, verificamos, com a

enfoque orientado pelo usuário, classificando-o em abordagem operacional e pesquisa de busca da informação.

noção de tradição, as movimentações ocorridas ao longo do tempo com um vocábulo e as diferentes nuances semânticas que este ganha na arena de deliberação atual – um outro significado para um velho termo, e não um novo termo para remotos significados. Percebemos como, na noção mais rasa do conceito de paradigma, ele se desenvolve como uma tradição: o condicionamento de pesquisadores dentro de um ritual metodológico e teórico que responde pelos anseios e angústias da pesquisa que se segue. Partimos, como Kuhn, de uma noção de cunho antropológico, mas evitamos pensar apenas no “etnocídio” da anulação de paradigmas, para recuperar, também, a solidariedade epistêmica humanista. Confrontado o pensamento aqui defendido e o manifesto de Thomas Kuhn revelariam, respectivamente, as seguintes distinções: Tradição x Paradigma; Movimentações científicas x Revoluções científicas; Solidariedade epistemológica x Anulação paradigmática; Abordagens complementares x Abordagens concorrentes; Ciência deliberativa instável x Ciência normal estável.

5.3.2. Tradição: uma noção e seu contexto

Como nos lembra Heller (1985, p. 89), a tradição é uma forma de manifestação do sistema consuetudinário, ou seja, da compreensão e comunhão dos costumes, dos hábitos. Como nos convoca Wittgenstein (1979) e o pragmatismo informacional – da Biblioteconomia humanista, passando pela Bibliografia textual, a Epistemologia Social até a Análise do Domínio e a Antropologia da Informação –, a apreensão do homem em sua coletividade se dá pela interpretação dos costumes de cada comunidade e seu contexto de atuação.

As tradições funcionam como formas de vida: famílias se expandindo, se ritualizando, trocando semelhanças e compondo, com isso, uma memória compartilhada que nos permita identificá-la como tradição. Assim, o uso da noção de tradição, parece-nos bastante oportuno para se pensar o desenvolvimento das formas de vida científicas – suas movimentações, a comensurabilidade, ou melhor, a solidariedade no âmbito da atividade acadêmica, bem como, naturalmente, a construção social do esquecimento, que Kuhn chama de anulação.

Como visto, a noção de tradição se aproxima mais de uma leitura wittgensteinina da ciência, como uma leitura social, que esta pesquisa propõe – como também, acrescentamos, os deslocamentos científicos de Shera, Hjørland, Marteleto, Brier etc. A tradição é um conceito ligado fundamentalmente à Antropologia – adotada nos estudos de folclore, cultura popular, religião, por

exemplo –, é uma construção da linguagem em sua ordem prática, na ação. A tradição sintetiza um conjunto de tendências – as semelhanças de família e, assim, como o paradigma kuhniano, transmite segurança, uma certa previsibilidade, ou seja, é o que organiza, uma vez que ritualiza o cotidiano.

Tradição vem do latim: *traditio*. O verbo é *tradire*, e significa precipuamente entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração a outra geração. Em segundo lugar, os dicionaristas referem a relação do verbo *tradire* com o conhecimento oral e escrito. Isso quer dizer que, através da tradição, algo é dito e dito é entregue de geração em geração. De certa maneira, estamos, pois, instalados numa tradição, como que inseridos nela (...). Assim, através do elemento dito ou escrito algo é entregue, passa de geração em geração, e isso constitui a tradição – e nos constitui. (BORNHEIM, 1987, p. 18)

Percebemos que o conceito está etimologicamente estruturado na noção de comunicação, de passagem, de diálogo entre gerações. Não se cria uma tradição. A tradição é uma somatória de propostas, idéias, experiências, diálogos que se funda em um hábito, uma política de atuação. Persegue-se/segue-se uma mentalidade; uma continuidade; a permanência de padrões teórico-metodológicos – enfim, uma linha de pensamento; enfim: a tradição define uma cultura de pesquisa.

A tradição só parece ser imperturbavelmente ela mesma na medida em que afasta qualquer possibilidade de ruptura, ela se quer perene e eterna, sem aperceber-se de que a ausência do movimento termina condenando-a à estagnação da morte. A necessidade de ruptura se torna, em consequência, imperiosa, para restituir a dinamicidade ao que parecia “sem vida”. (BORNHEIM, 1987, p. 15)

Desta maneira, a tradição não se sustenta nunca como uma verdade – ao contrário, sobrevive sobre o jogo de permanente ruptura dos jogos de linguagem que vão se formando entre as esquinas, entre os becos e travessas de seu território de abrangência, pois a conquista de uma só macro-resposta para seus problemas seria o estágio de alienação definitiva e suicida de sua população, a robotização/esvaziamento de imaginações e sonhos, pensamentos e críticas. “Tudo parece indicar, portanto, que a necessidade interna da tradição só se poderia manter viva pelo recurso à ruptura. E a história seria entendida como a sucessão do estável e do descontínuo”. (BORNHEIM, 1987, p. 15)

Podemos conceber a tradição, a partir de Bornheim (1987, p. 20), como

o conjunto dos valores dentro dos quais estamos estabelecidos, não se trata apenas das formas de conhecimento ou das opiniões que temos, mas também da totalidade do comportamento humano, que só se deixa elucidar a partir do conjunto de valores constitutivos de uma determinada sociedade.

Assim, no mundo contemporâneo, fica claro que a leitura crítica da noção de tradição tende a comportar, embutido, o conceito de ruptura. Como afirma Bornheim (1987), hoje não se pode falar em tradição independente de ruptura; se há uma crise na tradição ocidental, tudo indica que é a noção de tradição que se modifica.

Compreendemos ainda, com Gadamer (1998), que a tradição é a grande viagem da história do homem à expedição transmitida de todo o mito de formação de nosso conhecimento, ou seja, como chegamos a saber o que hoje julgamos compreender como uma epistemologia da imaginação.

O que chega a nós pelo caminho da tradição lingüística não é o que ficou, mas algo que se transmite, isto é, ele nos diz – seja sob a forma da tradição oral, onde vivem o mito, a lenda, os usos e costumes, seja sob a forma da tradição escrita, cujos signos estão destinados imediatamente a qualquer leitor que esteja em condição de os ler. (GADAMER, 1998, p. 567)

Desta forma, a tradição, repertório oral ou inscrito, é o fim último de uma Ciência da Informação, ou qualquer área que trata da organização do conhecimento, de todo o corpo de baile dos estudos informacionais, pois está na tradição as habilidades que o homem foi desenvolvendo por milênios para transmitir seus conhecimentos – independentes de serem registros físicos ou não. Toda uma tecnologia da informação nada mais é do que a tradução materializada e aperfeiçoada da construção da tradição de uma civilização humana dividida na indecifrável miríade de comunidades dispersas. A oralidade, assim como a escrita, é uma tecnologia da representação e da transmissão do conhecimento; ambas, tecnologias das mais primitivas; e são por vezes negligenciadas em várias definições de CI, Documentação, Biblioteconomia, enfim, como se não fossem ferramentas estruturais da preservação do conhecimento.

“A vida histórica da tradição”, nos revela Gadamer (1998, p. 579) “consiste na sua dependência a apropriações e interpretações sempre novas. Uma interpretação correta seria em si um ideal sem pensamentos incapaz de conhecer a essência da tradição”. Assim, a interpretação diz respeito, antes, ao jogo de linguagem que se compartilha – retomamos a definição wittgensteiniana dos limites do mundo como os limites da linguagem. Gadamer (1998, p. 579) também realiza esta formulação, concluindo que “toda interpretação está obrigada a entrar nos eixos da situação hermenêutica a que pertence”.

Desta maneira, concluímos a explicitação da opção por chamar de tradições as comunhões epistemológicas, como a cognitiva e a física, problematizando que a noção de tradição contribui ainda com maior clareza e exatidão calvinianas para compreender o pragmatismo informacional, o

“retorno” à Retórica e à Filologia dentro dos estudos de organização do conhecimento, bem como a relevância da linguagem e da hermenêutica para a CI, recuperadas de modo mais intenso na epistemologia informacional contemporânea.

6.

**PRAGMATISMO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:
indícios de uma tradição**

Uma causa principal das doenças filosóficas – dieta unilateral:
alimentamos nosso pensamento com uma espécie de exemplos

Wittgenstein

A formação discursiva do pragmatismo parte de diferentes autores e é fruto de inúmeras leituras filosóficas particulares e coletivas. Diante de diferentes de pensadores e correntes de pensamento que sistematizaram o método, a filosofia ou o olhar pragmatista, procuramos aqui entender este complexo de narrativas à maneira de Santos (1989). Assim,

ao contrário do que à primeira vista se pode pensar, uma concepção pragmática do conhecimento científico desloca o centro da reflexão do conhecimento feito para o conhecimento no processo de se fazer, do conhecimento para o conhecer (...) (SANTOS, 1989, p. 49)

A reflexão que se pretende com o pragmatismo nesta pesquisa não é apenas reformular ou revisar um certo “pensamento social” da informação, mas problematizar os contornos da campanha teórica que antecede a expedição crítica até o “solo áspero” dos intercâmbios sociais (WITTGENSTEIN, 1979), para usar a expressão wittgensteiniana, procurando apreender os mecanismos subjetivos e multifacetados de produção do conhecimento. Como afirma Capurro (1991), a “virada pragmática” realizada na CI pela hermenêutica e pela discussão em torno das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein tem implicações decisivas para os estudos de organização do conhecimento. No entanto, como temos em nossos passos apontado, tratar o pragmatismo como uma “virada” apenas responde por uma história de curta duração, um olhar kuhniano da historiografia da área. É necessária uma incursão mais profunda, ainda mais se falamos de uma hermenêutica para a CI.

O intuito deste passo é apresentar uma bagagem de mão para o esclarecimento de uma certa tradição pragmática na epistemologia da CI. Esta bagagem de mão quer dizer: antes de partir para a caminhada direta pelos becos e travessas da tradição pragmática precisamos reconhecer e descrever a plataforma teórica sob a qual esta forma de vida se assenta, o pragmatismo.

Costuma-se pensar, superficialmente, que o pragmatismo é apenas uma reposta prática ao objetivo proposto. O adjetivo pragmático, por vezes, ganha uma configuração pejorativa nos discursos científicos e ordinários. No entanto, o pragmatismo, assim pensado, pouco tem a contribuir em uma filosofia da ciência – e nunca atingiria o nível de profundidade de discussões e o grau de importância que conquistou durante o século XX. O pragmatismo indica tanto um método científico quanto uma filosofia da ciência voltados para o esclarecimento de problemas do pensamento a partir da análise dos usos aos quais os discursos são submetidos na realidade específica em que são

pronunciados – trata-se de reconhecer o discurso em sua apresentação, não em sua representação. Como método, o pragmatismo fundamentalmente volta-se para a compreensão do significado das palavras no contexto de atuação destas. Como filosofia, preocupa-se com a relação entre conhecimento e comunidades que constroem social e culturalmente suas ferramentas e possibilidades de apreensão do mundo. E, em resumo, como ponto de vista, relaciona-se com o conjunto de abordagens voltadas para a compreensão do homem pela sua construção coletiva das possibilidades do conhecer.

Em nossa viagem, os becos e travessas percorridos nos conduzem a uma direção que ilumina a hermenêutica informacional apontada por Capurro (1991). Ao invés de abrir/fundar um novo caminho dentro dos estudos da informação – ou estudos da organização dos saberes, visando preservação, representação e transmissão –, o pragmatismo promove um aparente reencontro, dentro de uma circularidade desvelada por uma historiografia determinada da CI, com as construções sociais de cunho humanista, intimamente ligadas não só à Retórica, como também à Filologia, à procura da compreensão do homem pelo homem.

A orientação teórica pragmática na CI leva à substituição da pergunta “o que é a informação?” para a indagação “o que é a informação para?”. Segundo Capurro (1991), os campos pragmáticos de possibilidades abertos ao conhecimento são contextos compartilhados, também no sentido lingüístico da palavra, isto é, da pré-compreensão compartilhada. O horizonte da CI, nesta linha filosófica, é a dimensão contextual que investiga as formas de comunicação no cotidiano dos indivíduos em suas comunidades específicas, comungando da multiplicidade de jogos de linguagem que permitem suas trocas simbólicas. Dito isto, nossa pergunta neste passo é: o que é o pragmatismo e o que constitui o ponto de vista pragmatista sobre a organização do conhecimento?

A epistemologia da área tem ganhado um número considerável de revisitações nas últimas duas décadas. No caso da pesquisa brasileira em organização do conhecimento, por exemplo, destaca-se a presença de um grupo de trabalho diretamente voltado para a epistemologia, a partir do ano 2000, nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação, organizados pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. Outro exemplo objetivo destas visitas freqüentes em torno do complexo de justificações, no âmbito da CI, está no número de trabalhos que imaginam o espectro das relações interdisciplinares da área, como também nas pesquisas que procuram mensurar os eventos que dão origem à mesma, como os trabalhos de Freire (2006), Galvão & Borges (2000), Kobashi & Tálamo (2003), Lenzi & Brambila (2006), Nehmy et.

al. (1996), Eugênio, França & Perez (1996), Silva (1999), Marciano (2006), Ortega (2002, 2004, 2007), Sayão (2001), Smit, Tálamo & Kobashi (2004).

Sabemos, a partir das “filosofias da ciência” do século XX, a partir de trabalhos que vão de Karl Popper a Bruno Latour, passando por Thomas Kuhn, por Agnes Heller, Pierre Bourdieu, Ludwick Fleck, pelos filósofos pragmáticos e muitos outros, que a epistemologia deve analisar e problematizar a justificação de suas disciplinas para além da revisão teórica. Um outro conjunto de fatores, não puramente epistêmicos, interferem no desenvolvimento da atividade científica (MORRIN, 2007), como ideologias, sentimentos, emoções, ego, relações de poder, utopias. Assim, se, como Kuhn (1975), podemos falar eventos paradigmáticos, também podemos tratar de mitos de origem, ou narrativas. Tratamos a seguir de uma destas construções sociais, procurando conceituar o pragmatismo, desvelando algumas das narrativas historiográficas da área.

6.1. Pragmatismo: teias conceituais

Novellino (1996) apontará que “a partir de 1851 o termo “pragmatismo” passa a designar a corrente filosófica predominante nos Estados Unidos, segundo a qual o valor prático de um enunciado é considerado como critério de sua verdade ou, pelo menos, de sua aceitabilidade” (NOVELLINO, 1996). Segundo Novellino (1996):

no contexto da filosofia pragmatiscista americana, Peirce distinguiu três dimensões do signo, a que Marvin daria nome de semântica, sintática e pragmática. Enquanto a semântica diz respeito à relação dos signos com os objetos aos quais estes remetem e a sintática à relação dos signos entre si, a pragmática diz respeito à relação de um signo com os seus interpretantes. (NOVELLINO, 1996)

O pragmatismo é um movimento filosófico basicamente identificado a partir dos estudos de Peirce, que trabalhou com o chamado “pragmatismo metodológico”. Este está estruturalmente relacionado à linguagem. O trabalho de Peirce, como descreve Novellino (1996), não pretendia definir a verdade ou a realidade, mas apenas o significado dos termos, ou melhor, das proposições. Este significado era dado pelo hábito de ação, ou crença veiculada à vivência da proposição. Visto isso, temos que, de modo geral, o pragmatismo metodológico pode ser entendido como uma teoria do significado (ABBAGNANO, 2000, p. 784). Trata-se do mencionado ângulo do pragmatismo mais voltado para a definição de um método científico – análise dos conceitos na linguagem científica –

que para construção de uma filosofia da ciência. Neste mesmo âmbito pragmático, encontra-se Dewey e os italianos Giovanni Vailati e Mário Calderoni. Uma outra concepção de pragmatismo é observável, oriunda de W. James e F. C. S. Schiller, chamado “pragmatismo metafísico”. Aqui a verdade era reduzida a sua utilidade, e a realidade ao espírito (NOVELLINO, 1996). Neste outro olhar sobre o pragmatismo, a racionalidade é entendida como sentimento e todas as ações e desejos humanos são condicionantes da verdade, incluindo a verdade científica.

Segundo Vermelho (1999), a filosofia pragmatista aparece no *front* dos enfrentamentos filosófico-conceituais entre duas correntes: o positivismo e o marxismo. Este último evoca um método aberto à transitoriedade, ao movimento perpétuo produzido pela ação humana que transforma permanentemente a realidade (LOWY, 1996). O positivismo, por sua vez, busca as constantes, as leis universais que regem tanto a natureza quanto à realidade social (VERMELHO, 1999). Desta forma, o pragmatismo nasceria como uma alternativa mediadora para as duas abordagens divergentes. Afirmando-se no centro deste embate, os pragmatistas negariam qualquer idealismo e dogmatismo, procurando aceitar qualquer filosofia para solucionar as indagações de seu tempo, desde que esta dada filosofia pudesse ser demonstrada como verdadeira a partir do seu valor prático. Assim, as duas principais características do pragmatismo seriam o anti-dogmatismo e o método fundado no uso eficaz da teoria.

Como visto, dentre os principais nomes ligados às origens do pragmatismo, estão Charles Peirce, William James e John Dewey. Todos eram membros da Sociedade Metafísica de Cambridge. Dentre seus problemas de investigação, estavam as questões complexas acerca da teoria do conhecimento. Paralelamente todos os três atuavam em outras áreas: James atuava no campo da psicologia, Dewey na educação e Peirce tinha forte ligação com as ciências físicas e a filosofia. (VERMELHO, 1999)

Antes de imaginar o pragmatismo como uma filosofia, o encontro destes autores propagou a idéia de um método de esclarecimento de conceitos. Este esclarecimento, ou alternativa mediadora, na linguagem de Ítalo Calvino (1990), diria respeito à busca, dentre dos contextos discursivos científicos, pela leveza, exatidão e visibilidade das narrativas.

Esclarecer conceitos era elemento chave naquele contexto histórico, pois, os embates filosóficos eram entre idealistas (racionalistas) e empiristas não apontavam um caminho para a filosofia. Os empiristas, adeptos da análise

dos fatos cruamente, e os racionalistas, devotos dos princípios eternos e abstratos, não atingiam a unidade do indivíduo que se daria, segundo os pragmatistas, pela combinação da objetividade, do concreto e do abstrato. (VERMELHO, 1999)

Neste contexto, partindo já em suas primícias de uma orientação antidogmática, definindo uma oposição clara aos idealistas/essencialistas, o pragmatismo compunha, assim, um método que procura reunir diferentes filosofias. Seu critério de seleção é definido pelo teste que pode ou não provar o valor prático das teorias. Aqui a verdade não pode existir *a priori*, mas, sim, dentro de um determinado ambiente de atuação. Isto significa que, para o método relativista pragmático, a verdade é – e apenas é – contextual. (VERMELHO, 1999)

Jacob & Albrechtsen (1999), problematizarão importantes lições do pragmatismo. Dentre essas, estão o antidogmatismo, anteriormente tratado, e o “fallibilism”, que aborda o argumento que vai contra a rigidez do racionalismo científico (JACOB & ALBRECHTSEN, 1999, p. 530). Segundo as pesquisadoras, os princípios pragmáticos permitem entender o mundo em sua instabilidade, o mundo como entidade fadada à descontinuidade, considerando os indivíduos como atores que convivem com o imprevisto e que conjugam com seu grupo social o conhecimento que vivenciam e reconstroem, evidenciando assim o pluralismo da linguagem cotidiana, outra lição do pragmatismo selecionada por Jacob & Albrechtsen (1999, p. 530).

Para Peirce (1974a, p. 12) o pragmatismo busca um “método capaz de determinar o verdadeiro sentido de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra, ou outro tipo de signo”. Trata-se, desta maneira, de um método “arquitetônico”, capaz de ilustrar de maneira anterior ao fato, o delineamento do uso que fazemos de nossa linguagem – um método da filosofia, como indica o autor. “O estudo da filosofia consiste portanto em reflexão, e o pragmatismo é aquele método de reflexão” que assume uma finalidade que gira em torno da questão: tornar claras as idéias, expandir as possibilidades de diálogo entre os discursos científicos.

Peirce (1974a) parte, em sua construção do método, de uma leitura da *Crítica da Razão Pura*, de Kant³⁹. A necessidade de clarificação da metafísica no âmbito da profusão de idéias no século XIX fez com que Peirce (1974a) vislumbrasse uma filosofia prática, ou seja, uma teoria do método que interpretasse os efeitos práticos do pensamento. O pragmatista compreende uma definição clara

39 Como citará Peirce (1974a, p. 11), “o horizonte pragmático é a adaptação do conhecimento geral com a finalidade de influenciar a moral”, assim, para Kant, “a antropologia pragmática” é a “ética prática”.

dentro de um conjunto de pensamentos e idéias quando esta definição não apresenta uma diferença prática – ou seja, ela justifica-se na atuação.

Dentro das categorias definidas por Peirce (1974a, p. 23)⁴⁰ no âmbito do método pragmático, temos a presentividade (*presentness*), ou seja, a faculdade de “ver o que estava diante dos olhos”, ver o que se apresenta, não substituindo o fenômeno por uma interpretação metafísica⁴¹. Quando o fenômeno surge, a primeira característica que se nota é sua “presentidade”, seu caráter de presentificação na realidade em que o observador se encontra. Como afirma o autor, o pragmatismo pode ser pré-definido como uma “espécie de atração instintiva por fatos vivos”.

Como afirma Moura (2006, p. 6)⁴², para Peirce

a tarefa principal dos filósofos era criar uma doutrina capaz de, através de suas categorias, contribuir para a análise de todas as experiências possíveis. Tendo como ponto de partida sua insatisfação com as categorias aristotélicas, consideradas mais lingüísticas do que lógicas, Peirce dedicou-se a elaboração de um novo complexo categorial.

Para Magalhães (2005), o pragmatismo de Peirce – o pragmaticismo⁴³ – “apóia-se numa filosofia crítica do senso comum, ou na doutrina do senso comum crítico, e na doutrina escolástica do realismo”. No pensamento peirceano, o realismo é indissociável do pragmatismo. “A significação não pode ser concebida como o ato em si, observável. Ela consiste em uma proposição condicional concebida, e não nos resultados de um ato de verificação”.

40 Peirce (1974a) fala em uma fenomenologia, ou seja, a necessidade de descrição dentro da análise dos fenômenos; outras categorias universais trabalhadas pelo autor: conflito; leis.

41 As outras categorias universais são o conflito (*struggle*) e as leis, ou seja, o nominalismo. Por conflito pode-se compreender a relação de ação e reação diante dos fenômenos da realidade vivenciados pelos indivíduos. Para análise do fenômeno, pois, “a experiência é a nossa única mestra”. Nesta medida, é preciso compreender o fenômeno, e não perder-se para além dele (PEIRCEa, 1974a, p. 27). A presença do nominalismo como categoria universal indica a condição de cientificidade da linguagem aquém de uma metafísica que limite a compreensão dos termos – em outras palavras, a partir do nominalismo, só existem os homens e as palavras apontam para coisas singulares (AUROUX, 1998). Peirce expande sua análise da tríade de categorias universais, discutindo os conceitos de primeiridade, secundidade e terceiridade. A primeiridade significa o “sentimento imediato” diante da realidade. “A secundidade se refere ao movimento de ação e reação. É uma categoria de relação entre ações, fatos, experiências posicionadas no tempo e espaço”. “A terceiridade é a categoria da mediação que tem por função relacionar um segundo a um terceiro numa síntese intelectual. Corresponde a inteligibilidade do pensamento em signos”. (MOURA, 2006)

42 Os trabalhos de Peirce no âmbito do pragmatismo conduzirão até a investigação da teoria semiótica, semiótica esta retratada e analisada em CI, por exemplo, pela própria pesquisadora Maria Aparecida Moura.

43 Peirce notaria criticamente um uso abusivo do termo pragmatismo em diferentes revistas literárias e rebatizou o “seu” método, ou melhor, definiu a sua maneira de classificar e compreender o pragmatismo. A sílaba (ic) dentro de pragmaticismo indica a restrição no sentido. Essa mudança postula sua noção de que o pragmatismo é um método, e não uma filosofia ou sistema filosófico. Ver: MAGALHÃES, Thereza Calvet de. Origens do pragmaticismo: o “anti-fundacionalismo” de C. S. Peirce e a sua defesa da filosofia crítica do senso comum. Belo Horizonte, out, 2005. Disponível em: <<http://www.cspeirce.com/menu/library/aboutcsp/calvet/origins.pdf>>. Acesso em: 18/06/07.

Em Peirce (1974b) o significado só pode ser resolvido através do estudo dos interpretantes, isto é, dos efeitos significados dos signos. Tais efeitos – que não são signos, mas têm uma aplicação geral – participam de um certo acontecimento, chamado mudança-de-hábito. Esta é “uma modificação nas tendências de uma pessoa para a ação, que resulta de exercícios prévios da vontade ou dos atos, ou de um complexo de ambas as coisas”.

Os hábitos peirceanos têm “graus de força variados, que vão desde a dissociação completa até associação inseparável”. Os homens, em sua vivência diária, constroem hábitos que influenciam seu comportamento exterior. Não há uma lógica *a priori* que defina o hábito. “Este hábito é que constitui a conclusão lógica real e verdadeira”. Em outras palavras, o hábito é deliberadamente constituído, auto-analisado, é uma definição viva. Assim, para descrever um hábito é necessária a descrição da ação que dá origem a ele. (PEIRCE, 1974b)

O pragmatismo, assim, cumpriria duas funções estruturais dentro do contexto científico. Na primeira, trabalharia para “desembaraçar-nos ativamente de todas as idéias pouco claras” - nos dizeres wittgensteintianos, afastar-nos do enfeitiçamento da linguagem. Na segunda função, atuaria para “apoiar, e tornar distintas, idéias em si claras, mas de apreensão mais ou menos difíceis”. (PEIRCE, 1974b)

Richard Rorty⁴⁴ (1997, p. 17) define o pragmatismo a partir de diferentes ângulos. Dentre os principais, o anti-representacionismo, ou a insistência na noção de que não há uma “determinidade” em questão no estudo do conhecimento e de nossas relações. A linguagem foi constituída pela “ambiência na qual vivemos” (1997, p. 18). O pragmático ou pragmatista não possui nenhuma teoria da verdade (1997, p. 41), indo em direção contrária à tradição objetiva da ciência moderna, que buscava uma verdade sólida – a verdade como correspondência da realidade.

44 Rorty é considerado por muitos críticos como representante do neopragmatismo. Leitor, entre outros, de Dewey, James e Wittgenstein, abordamos aqui suas sínteses e leituras fundamentais e panorâmicas do pragmatismo. Em “Será o neopragmatismo pragmatista? Interpelando Richard Rorty”, Thamy Pogrebinski (2006), levanta a questão de diferença das abordagens de pragmatistas como James, Peirce e Rorty. Nessa leitura, temos um Rorty minimizando o conceito de experiência, focado pelos filósofos antecedentes, e focando a linguagem como primeira categoria. Para Pogrebinski (2006), Rorty não pode ser considerado, de fato, um pragmatista, uma vez definida sua exacerbada defesa do antifundacionalismo, em detrimento de outras importantes características que definem a filosofia pragmatista, como o contextualismo. Partimos de uma outra leitura, principalmente por acreditarmos que cada pragmatista ou pragmático, a seu modo, focalizou um ângulo diferente do pragmatismo, sem negá-lo por completo. O próprio contextualismo aparecerá com recorrência nas narrativas de Rorty. Em outro olhar, lembramos também que a própria obra pragmatista de Wittgenstein pode ser tomada como uma transição entre os primeiros teóricos do pragmatismo, como James e Dewey, e os chamados neo-pragmatistas.

No âmbito pragmático, as sociedades, os textos literários, as moléculas, todas estas categorias podem ser tomadas como complexas (RORTY, 1997, p. 61-62). Se a comunidade acadêmica é percebida como ela é, um grupo de indivíduos na sociedade, “as oposições entre as humanidades, as artes e as ciências poderiam gradualmente desvanecer-se”; “ao invés disso, seriam pensados como denotando comunidades, cujas fronteiras são tão fluidas quanto os interesses de seus membros”. (1997, p. 67-68)

De um ponto de vista pragmático, a racionalidade não é o exercício de alguma faculdade chamada “razão” – uma faculdade que apresenta alguma relação determinada com a realidade. Nem é o uso de um método. Ela é simplesmente uma questão de estar aberto e curioso, bem como de confiar antes na persuasão do que na força. (RORTY, 1997, p. 87)

Deste modo, o pragmatismo sensibiliza olhares para o humanismo, uma filosofia ampla e aberta, discursiva, mais ligada à Retórica que à Lógica. Quando levado a definir a “diferença sentida entre objetos concretos e flexíveis, o pragmático diz que a diferença é apenas entre as regras de uma instituição (a química) e aquelas de uma outra (a crítica literária)” (RORTY, 1997, p. 118). Em outras palavras, afirma Rorty (1997, p. 118), a partir de Stanley Fish, “todos os fatos são institucionais”. Assim, a interpretação literária pode ser tão “científica” quando a análise de uma molécula – a diferença é que na primeira “sabemos como formar e defender hipóteses sobre intenções do autor”, mas no segundo caso não (RORTY, 1997, p. 121). Neste aspecto, o pragmatismo supõe um retorno da narrativa deposta, segundo Benjamin (1985), pela informação. É preciso investigar as atmosferas – os contextos – que cercam o objeto, o termo, o diálogo, pois ali está o significados destes elementos. Fernando Pessoa (2006, p. 88) ilustra esta condição de forma mais sensível: “o ambiente é a alma das coisas. Cada coisa tem uma expressão própria, e essa expressão vem-lhe de fora. Cada coisa é a intersecção de três linhas, e essas três linhas formam essa coisa: uma quantidade de matéria, o modo como a interpretamos, e o ambiente em que está.”

O pragmatismo, um outro olhar sobre as narrativas, não crê assim no conhecimento como uma relação entre mente e objeto, assim como o cognitivismo pressupõe. “O que nós sabemos, tanto sobre os textos quanto sobre as amostras, não é nada além dos modos com que eles são relacionados com outros textos e amostras mencionados nas ou pressupostos pelas proposições que nós usamos para descrevê-los” (RORTY, 1997, p. 123). Todo objeto científico é uma narrativa científica divulgada na forma de uma descrição (RORTY, 1994, p. 19). Assim, “filosofia e crítica literária (...)

não são coisas que devem ser separadas”. (RORTY, 1997, p. 127)

Rorty (1997, p. 131-132, 2000, p. 42-43), retomando Peirce, entre outros, recupera a noção de crenças como hábitos de ação. Em seu processo de investigação, o pragmatismo toma a aproximação ao conhecimento como o permanente processo de recontextualização – ou, em outras palavras, a investigação enquanto recontextualização. Na filosofia da ciência pré-kuhniana, nos narra Rorty (1997, p. 134), a “investigação racional era uma questão de colocar todas as coisas em um contexto único”. As ciências humanas sempre correram atrás deste vocabulário universal, que guardaria toda a racionalidade. É contra este dicionário que trata da linguagem ideal para a razão que em Trattenbach, após a Primeira Guerra Mundial, Wittgenstein tece, junto de seus alunos, um dicionário baseado na linguagem primitiva – a linguagem natural – da pequena comunidade austríaca.

O contextualismo pragmático nega a possibilidade de relações de representação – “desde que se rejeite a oposição tradicional entre contexto e coisa contextualizada não há nenhum modo de dividir as coisas naquelas que são o que são independentemente do contexto, e aquelas que são dependentes do contexto” (RORTY, 1997, p. 136). Em outras palavras, não há nenhum modo de “dividir o mundo em amostras concretas e textos ruidosos” (RORTY, 1997, p. 136). A hermenêutica, neste âmbito, aparece como a luz para a leitura do mundo do pragmatismo: “toda investigação é interpretação; todo pensamento consiste em recontextualização” (RORTY, 1997, p. 140-141). A tradição representacionista conduz permanentemente a labirintos de becos sem saída (1997, p. 209). A procura por uma acuidade – a linguagem ideal, ou ponto de vista do olhar de Deus – na designação de termos para determinados significados, ou de significados para determinados termos, leva sempre até um impasse. As palavras, sob os jogos de linguagem, são vivas e deslocam-se eternamente – pelo menos, enquanto existirem comunidades interpretativas.

Se as palavras são construções vivas dentro da realidade, o pragmatismo evita as tentativas de representar o real. Ao contrário, investiga as possibilidades de usar a realidade, pensando em uma compreensão cultural da mesma, e não em uma relação representacionista. Esta causa é o tecido das crenças, que instituem guias – referências – para compreendermos o mundo. A linguagem, assim, não é um meio de representar as coisas. Antes, é um “intercâmbio de sinais e ruídos”. (RORTY, 2000, p. 60)

Em resumo,

assim como o proferimento de um substantivo não veicula qualquer informação a quem não tenha familiaridade com adjetivos e verbos, não há nenhuma maneira de veicular informação que não seja relacionando uma coisa a alguma outra coisa. Somente no contexto de uma sentença (...) a palavra tem significado. (RORTY, 2000, p. 72)

6.2. Descrevendo o itinerário das tradições na epistemologia informacional: a caminho do território pragmático

É importante notar que as categorizações/periodizações epistemológicas recentes acerca da história dos estudos informacionais - cuja principal missão científica é a organização do conhecimento, visando acesso e preservação da memória dos saberes produzidos pelo homem -, partem da legitimação e institucionalização do termo “ciência da informação”, e não do deslocamento teórico das outras disciplinas fundamentalmente voltadas para a organização do conhecimento, como a Biblioteconomia, a Bibliografia e a Documentação. Assim, a CI teria nascido sob uma tradição física, durante a década de 1960 – para ser preciso, em 1962 (PINHEIRO, 1997, p. 5). No entanto, se pensamos a CI como o complexo de movimentações terminológicas e institucionais de outras disciplinas orientadas sob panos de fundo filosóficos solidários, acreditamos que existiram outras sub-tradições, anteriores e paralelas, que influenciarão diretamente a trajetória epistemológica das manifestações seguintes e, principalmente, estão inseridas implícita ou explicitamente em seus discursos.

Dentro da política de institucionalização da CI, a tradição representacionista, ligada à formação bibliotecária britânica/norte-americana, de cunho tecnicista (SILVEIRA, 2007), será aquela que mais influenciará o enfoque físico, marcada pela Teoria Matemática da Comunicação, ou seja, no processo de alteração de nome das escolas, institutos e faculdades de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação para Ciência da Informação, ao longo do século XX, esta tradição “parece estar” mais legitimada socialmente que a remota tradição pragmática, em geral vinculada à escola francesa, de ordem humanista-generalista, com características mais próximas da hermenêutica – conhecimento a partir da interpretação dialógica e crítica dos textos. Com a alteração, em 1968, do nome do American Documentation Institute para American for Information Science (ASIS), uma seqüência de transformações terminológicas ocorrerão em diferentes centros de pesquisa voltados para a organização dos saberes, ainda que os significados dados aos termos não tenham sofrido

tantas mutações como seus significantes. Como lembra Shera (1977, p. 258), durante vários anos procurou-se, no Instituto, um nome para substituir o termo “documentação”. Do problema histórico de dificuldade de se definir “documentação” passa-se ao problema futuro de definição de Ciência da Informação. Como lembra Borko (1968), (BORKO, 1968) “agora que o American Documentation Institute mudou seu nome para American Society of Information Science somos forçados a explicar aos amigos o que é Ciência da Informação”.

No contexto de preocupação com a proliferação de conteúdos – a pandemia de mensagens na atmosfera bélica dos anos 1940 – vários serão os nomes dados para as atividades que se voltarão para o enfrentamento do “incontrolável”. Como afirma Goffman (1970)⁴⁵, por vezes, “documentação”, “recuperação da informação”, “ciências da informação” e “ciência da informação” serão termos e expressões que responderão pela mesma procura: o controle da dispersão dos conteúdos multiplicados – ou, em outras palavras, a organização do conhecimento. Pinheiro (2002) recuperará, neste mesmo contexto, termos como Informação Científica, Ciência da Biblioteca e da Informação, Ciência e Tecnologia da Informação, (...), Ciência e Engenharia da Informação, Informática. Alguns são tomados definitivamente como sinônimos e/ou extensões – fruto direto da noção de “evolução” de traços disciplinares dos estudos informacionais que leva até a institucionalização de uma Ciência da Informação, ou seja, em uma parcial/superficial perspectiva linear, da Biblioteconomia avança-se para a Biblioteconomia Especializada – tecnicista –, desta para a Bibliografia estatística, desta para Documentação, desta para Documentação micro-fotográfica e para a Documentação automática e destas avança-se para a Ciência da Informação.

Buckland & Liu (1995) são autores que demonstram esta constatação, ao afirmarem que fazem, por vezes, o uso dos termos Documentação e CI como sinônimos⁴⁶, assim como Shera (1973) lembra

45 A dança dos nomes vai além daqueles aqui repertoriados. Outras etiquetas para os estudos informacionais e suas especialidades foram cunhadas ao longo século XX. Loureiro & Jannuzzi (2005, p. 139) levantam, além dos termos mais comuns, como Bibliografia, Documentação, Biblioteconomia e Ciência da Informação, termos como Documática, Bibliologia e Informatika. Há ainda o termo “recuperação da informação”, segundo Marlene Oliveira (2005, p. 12), cunhado por Calvin Mooers, em 1951, na busca descrever intelectualmente a informação, especificar intelectualmente a busca e definir técnicas, sistemas e máquinas para responder à explosão informacional. O termo responde por um conjunto de manifestações em torno da preocupação de controlar esta chamada “explosão”, manifestações que têm tendências ligadas ao artigo *As we may thing*, de Vannevar Bush, publicado em 1945. Bush, cientista do Massachussets Institute of Technology e chefe do esforço científico norte-americano na Segunda Guerra Mundial, procurava no uso das tecnologias a solução para o problema da informação. Segundo Oliveira (2005, p. 13), a recuperação da informação permitiu o surgimento dos sistemas automatizados de informação.

46 Buckland & Liu (1995) preferem o conceito CI em dois sentidos: o primeiro, de cunho prático, ligado as áreas de aplicação, como aquelas sediadas em arquivos, bibliotecas e serviços informacionais corporativos, junto das especialidades da CI; o segundo, de cunho teórico, em que é necessário dividir a teoria da Biblioteconomia e da Documentação da teoria da CI. No entanto, se acompanhamos a historiografia dos pesquisadores, há a afirmação de que o que é central para a disciplina CI é a análise e representação de objetos potencialmente informativos, ou seja, a CI, nesta narrativa, apresenta um foco de investigação absolutamente vinculado a teoria da Biblioteconomia. Do mesmo modo, ao analisar as áreas de aplicação da CI apresentadas pela revisão de bukland-liuiana, encontramos os seguintes

que Documentação e Biblioteconomia, inúmeras vezes, remetiam ao mesmo significado. Para ampliar a complexidade das relações, outro autor, Orom (2000), por sua vez, reflete que, ao falar de Documentação e Biblioteconomia, trata de precursores da Ciência da Informação – ou seja, são disciplinas que partem, antes, como visto, do mesmo ponto de argumentação, ou cenário filosófico. De um modo geral, podemos observar, como pode ser desprendido de Dias (2000), que, diante de uma perspectiva historiográfica de longa duração, a CI aparece como uma profunda especialização da Biblioteconomia humanista, concentrando, inicialmente, para muitos pesquisadores, sua pesquisa em apenas um ramo filosófico: o campo da representação⁴⁷. No entanto, as resistências de outras tradições, principalmente a tradição pragmática, se farão presentes, haja visto a própria Epistemologia Social, contemporânea do “falado” “nascimento” fisicalista da CI.

Como demonstra Galvão (1993), a inconsistência de termos que buscam representar os estudos de organização do conhecimento revela que a área se desenvolveu muito mais por uma necessidade imediata – o imediatismo e o praticalismo contra os quais a epistemologia do não de Bachelard (1974) aponta. Assim, se a Ciência da Informação teria surgido como uma área interdisciplinar, ela não consegue, no seu desenvolvimento, uma determinação de limites. Nasce na interdisciplinaridade, se perde no seu interior e busca nos termos documentação e biblioteconomia, muitas vezes, sua sustentação. (GALVÃO, 1993, p. 111)

Procuramos, desta forma, a longa duração para ir além da fragilidade destes termos. Assim, podemos dizer que a CI, entendida como área de estudos com a organização dos saberes, apresenta, antes da divisão tri-focal oferecida comumente e que em linhas gerais abordaremos aqui, as seguintes tradições remotas: uma Tradição Bibliotecária, voltada para a organização e estudo de classificação do livro e construção da memória a partir de uma instituição específica, a biblioteca (SILVEIRA, 2007). Esta tradição se divide em duas grandes sub-tradições: a Tradição Humanista, com seu pano de fundo pragmatista, tradição essa generalista, filológico-retórica, relacionada ao bibliotecário como filósofo, preocupado com a análise, crítica e transmissão dos significados dos artefatos culturais⁴⁸ – em sua abordagem, o homem é o centro das atenções em contraposição ao

tópicos: sistemas de organização informacional; serviços de referência e serviços bibliográficos; bibliotecas; administração de arquivos e gerenciamento de registros; serviços públicos e comunitários de informação; editoração; e museus. São, declaradamente, práticas biblioteconômicas, todas elas, porém, voltamos a ressaltar, fundamentadas sob diferentes graus.

47 Esta reflexão é aprofundada em Mostafa (1986): “Basta pensar no nome adotado pela biblioteconomia – Ciência da Informação” para compreendermos esta especialização. Em seus primórdios enquanto categoria terminológica, “a ciência da informação entende e estuda a informação como uma categoria fechada, imóvel, fixa.”. Deste modo, ainda que não negue a exploração cultural, a CI “a reputa inevitável”.

48 São ícones deste modelo relacional de trato na organização do conhecimento os bibliotecários filósofos, filólogos ou

teocentrismo medieval; e a Tradição Tecnicista (SILVEIRA, 2007), com seu pano de fundo representacionista, tradição esta especialista, vinculada ao bibliotecário como classificador, como o mediador-dinamizador, profissional voltado para o reconhecimento, a identificação e a representação objetiva dos artefatos culturais – neste enfoque, as técnicas (como as técnicas de classificação: CDD, CDU, etc.) e as tecnologias (como o próprio livro e, posteriormente, o microfilme) produzidas pelo homem são o centro, em contraposição a abstração e a vulnerabilidade do conhecimento “postado” na mente dos bibliotecários eruditos.

Desta segunda sub-tradição, a tecnicista (SILVEIRA, 2007), nascerá uma outra destacada sub-tradição, ligada às bibliotecas especializadas – universitárias e industriais - que se expandiam na passagem do século XIX para o XX, no complexo percurso histórico de disciplinarização da sociedade: os homens começam a ser confinados em indústrias, faculdades, repartições públicas. A sedimentação desta tradição, preocupada com o acesso e com a informação dinâmica, dará subsídios para o florescimento de uma outra tradição dentro dos estudos de organização do conhecimento: a bibliográfica. Interrompemos aqui nossa caminhada para lembrar que este percurso é Ciência da Informação: em termos filosóficos, estão aqui as mesmas angústias, as mesmas razões de ser e as mesmas metas teóricas da pesquisa informacional contemporânea.

A expansão deste corpo de manifestações – uma tradição bibliotecária -, possibilitada pelo aparecimento da microfilmagem – ou micro-fotografia – fundamentará as bases para uma outra teia de manifestações, a Documentação, que em inúmeras circunstâncias de aplicação se confunde e pode ser entendida como sinônimo da tradição bibliográfica – ou conjunto de manifestações das micro e macro mental-representações descritivas⁴⁹. O deslocamento desta última linha da formação discursiva dos estudos de organização dos saberes que conduzirá a um outro conjunto de movimentações epistemológico-políticas, conjunto em seu todo classificado hoje como Ciência da Informação – ainda que não em totalidade, pois instituições diferentes trabalham com nomenclaturas ainda dispersas.

Alguns exemplos clássicos de tais movimentações são:

pensadores Calímaco, Naudé, Leibniz e Borges. (SILVEIRA, 2007, p. 118)

49 Como veremos, em Fonseca (1979) e Horch (1978), a Bibliografia como ciência se divide em dois grandes ramos: a bibliografia textual e a bibliografia estatística, base da Bibliometria e uma das sementes da Documentação. No ramo da Bibliometria, destaca-se a micro-bibliografia, ou análise dos artigos de periódicos, e a macro-bibliografia, ou repertório bibliográfico nacional.

a) determinados institutos, centros de pesquisa e escolas de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação que alteraram seus nomes para Ciência da Informação ou seus similares, o fizeram com a justificativa de abrir a área, respondendo assim por uma epistemologia cada vez mais flagrante voltada para a flexibilização das fronteiras disciplinares e a “recuperação” do sujeito como conhecedor, algo que a Biblioteconomia generalista praticava, e contra a qual os próprios historiadores de uma suposta “nova área” da organização do conhecimento partiam;

b) assim, a expressão *Library and Information Science* que se quer ampla significa, no que se refere ao plano filosófico e epistemológico, à Ciência da Informação, Ciências da Informação e, principalmente, à Biblioteconomia;

c) exemplo destas semelhanças dispersas é que, ainda hoje, um dos principais periódicos que divulgam a epistemologia da Ciência da Informação é o *Journal of Documentation* – percebemos outra inversão: num primeiro momento a CI é nitidamente, em seus pressupostos epistêmico-filosóficos, um ramo da Biblioteconomia generalista; mais que isso, compreendendo os pressupostos de uma Documentação a partir de Otlet, percebemos que a CI é, se partirmos da historiografia de longa duração que analisa sua filosofia fisicalista como pedra fundamental de uma possível área inédita, como um ramo da Documentação; posteriormente, justifica-se a CI como uma área que abrange, devido à sua “natureza interdisciplinar”, a Documentação e a Biblioteconomia, dentro outros campos; no entanto, é dentro das instituições de Documentação e Biblioteconomia que a Ciência da Informação “nasce” e, no caso específico do *Journal*, a CI continua sendo divulgada, discutida e desenvolvida “dentro” da Documentação; no caso brasileiro, o “nascimento” da CI costuma ser ligado ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD -; retomando, Bibliografia e Documentação são, antes, sub-áreas – especializações – da Biblioteconomia generalista; no entanto, a alteração do nome do IBBD para incorporação dos termos “ciência”, “tecnologia” e “informação” pelo próprio olhar etimológico sobre os vocábulos identifica uma especialização ainda mais profunda, que vai na direção contrária à ampla identidade humanista da Bibliografia textual; do mesmo modo, para ir além do contexto nacional, cabe lembrar que, em 1996, um ano antes de alteração do nome da Royal School of Librarianship em Copenhague, foi realizada, nesta mesma Escola de Biblioteconomia dinamarquesa, a Segunda Conferência Internacional sobre concepções de Biblioteconomia e Ciência da Informação – ou seja, dentro da Biblioteconomia havia um amplo e promissor espaço para se falar em CI e não o contrário, como o enfeitiçamento do termo “ciência da informação” costuma nos afirmar, propagando a idéia de que dentro da CI está a Biblioteconomia.

É, pois, sob este conceito, Ciência da Informação, que tornou-se comum encontrarmos, na historiografia da área, três sub-tradições aparentemente distantes, uma física, outra cognitiva e uma terceira pragmática – ou social. Mas estes são apenas capítulos de história mais resistente, acreditamos. Uma história “longa” que justifica e dá um pouco de estrutura a uma epistemologia ainda tão frágil.

Estes deslocamentos não são percursos desenrolados em uma certa linearidade. A narrativa que procuramos construir nas visitas seguintes busca discutir com o espírito crítico de Bachelard e com o pensamento pragmático de Wittgenstein, de forma, naturalmente, parcial, a impossibilidade deste roteiro. O próprio sobrepor/desdobrar de definições da área que envolve os estudos da informação e de aplicações de nomenclaturas de suas instituições realiza a desconstrução desta linearidade e nos coloca a impossibilidade de separar áreas como Biblioteconomia, Bibliografia, Documentação e CI, uma vez que suas missões mais abissais são, como mencionado, semelhantes, a organização dos saberes a partir da representação, transmissão e preservação.

Se nos preocupamos com grandes rupturas, sob um olhar filosófico, podemos, no entanto, demarcar aquilo que chamamos de uma cisão profunda – e, mesmo assim, não necessariamente incomensurável – entre duas filosofias de fundo no pensamento informacional: uma ligada ao pragmatismo, outra ligada a uma teoria da representação. Se buscamos, neste trabalho, uma epistemologia crítica como a de Bachelard e uma imaginação epistemológica mais aguda, no plano de uma história de longa duração, não podemos sustentar nosso objeto de investigação sob o arco uno do conceito de Ciência da Informação, este que revela, simultaneamente, como afirmaria Heilprin (1989), um fato e uma ilusão. O fato se relaciona com o desenvolvimento da produção, dos processos e dos usos da informação. A ilusão é compreendida pela questão de que o termo é, até ali, nos fins dos anos 1980, segundo o autor, apenas um conceito fragmentário – característica ligada à imensa diversidade de tecnologias e olhares sobre o chamado fenômeno informacional. Como lembram Wersig & Neveling (1975), as barreiras de definição são causadas, por exemplo, pelas diferentes abordagens dos participantes, pela origem histórica dispersa dos estudos informacionais enquanto área científica e pelas diferenças terminológicas do termo “informação” – esta, que sofre de um “caso extremo de polissemia”. Para além disso, como já discutimos, há o que nos parece mais preocupante: a ausência de um criticismo na área que perceba a informação como fetiche.

Estas duas grandes tradições identificáveis na raiz da CI – ou em toda a história da organização do conhecimento, independente do seu suporte, se físico, se virtual – podem ser divididas, como mencionado, entre pragmatista e representacionista. Esta última, vinculada à chamada Biblioteconomia tecnicista, com um pensamento fortemente marcado pelo olhar britânico-norte-americano, é também identificada na presença da Bibliografia estatística – bibliometria -, da Documentação⁵⁰, da Ciência da Informação fisicalista e dos primeiros olhares da Ciência da Informação cognitivista. Nesta filosofia, o essencialismo é presença fundamental, pois a procura científica aqui é por uma representação acurada da realidade.

Uma epistemologia baseada no essencialismo parte da lógica da objetividade. Para esta filosofia da meta-ciência, a verdade é uma correspondência à realidade. Deste modo, o processo de justificação de crenças é visto como uma atividade natural – e não cultural. Assim, antes de social, esta epistemologia é uma epistemologia natural (RORTY, 1997). As ciências como Física e Química estariam, por isso, mais próximas de uma análise essencialista da realidade, assim como as linhas de investigação das ciências sociais baseadas no positivismo. Em outras palavras, é uma forma de contemplar e intervir na realidade com os olhos de Deus, como observa Brier (1996), em sua crítica ao essencialismo na CI cognitivista.

O fisicalista é, antes, “alguém que está preparado para dizer que todo e qualquer evento pode ser descritivo em termos microestruturais, uma descrição que só menciona partículas elementares, e que pode ser explicada por referência a outros eventos assim descritos”. (RORTY, 1997, p. 159). Segundo Popper (1975, p. 392), o essencialismo representa a filosofia da ciência que parte de Galileu e Newton, e tem como características a busca por uma teoria ou descrição verdadeira do mundo, a partir das regularidades ou leis, e a compreensão de que, uma vez estabelecido este modelo, seu cerne define uma essência para as coisas. Desta forma, o período de institucionalização científica tem o essencialismo como filosofia estrutural. Como afirma Foucault (2002, p. 86), “existe uma disposição necessária e única que atravessa toda a epistémê clássica: é a pertença de um cálculo universal e de uma busca do elementar a um sistema que é artificial”.

A outra tradição – foco de nossa investigação –, aquela ligada ao olhar pragmatista da realidade, remonta da Biblioteconomia humanista, passa pela Bibliografia textual, e tem sensíveis semelhanças de família com as manifestações teóricas que aparecem – já sob a sombra do termo Ciência da Informação dentro dos estudos de organização do conhecimento – ao longo do século XX, como a Epistemologia Social, a Análise do Domínio e a Antropologia da Informação.

50 Para Harmon (1971), entre outros, a base da CI.

Diferentemente do essencialismo, o pragmatismo é estruturalmente contra o dogma do método, ou seja, é pluri-metodológico: busca responder pela diversidade de ângulos de observação que cada objeto de estudo exige. Para cada objeto específico, um método adequado. “Não há um método da filosofia, mas sim métodos” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 58). “Em lugar de representabilidade pode-se aqui dizer também: apresentabilidade num meio determinado de apresentação” (1979, p. 124). A vida não está nas palavras, mas no diálogo dos homens e seus jogos de linguagem que animam o termo. “Todo signo sozinho parece morto. O que lhe dá vida? - No uso, ele vive” (1979, p. 131).

Além disso, o anti-essencialismo do pragmatismo reorienta o papel da lógica. Esta não responde aqui pela precisão do mundo; o mundo é “menos” lógico e “mais” praxiológico para olhar do pragmatismo. (HALLER, 1990, p. 130). Dentro do pragmatismo, o conhecimento é abordado como um artesanato da linguagem: os discursos locais vão, no cotidiano, constituindo regras para constituição da compreensão da realidade. O significado dos conceitos não depende da lógica direta dos objetos aos quais designam, mas, sim, relacionam-se com os jogos – ou situações, contextos – que, por hora, praticam (WITTGENSTEIN, 1979). “Um significado de uma palavra é um gênero de utilização desta”; “É por isso que existe uma correspondência entre os conceitos regra e significado” (WITTGENSTEIN, 1990, p. 31). Em outras palavras, “somente o contexto habitual permite que o significado surja claramente”. (WITTGENSTEIN, 1990, p. 73)

A profunda presença de uma filosofia da representação, não só na epistemologia da organização do conhecimento, como em grande parte das ciências sociais, diretamente influenciadas pela ascensão do positivismo sobre as mesmas, fez com que, por vezes, o olhar crítico sobre a área não ultrapassasse a demarcação da representação – em outras palavras, era como se apenas esta filosofia de fundo justificasse a área. O positivismo e sua procura pela definição de leis que regem a natureza – no âmbito das ciências do homem, as leis que regem as relações sociais – terá ligação íntima com o essencialismo informacional.

É certo que antes de se preocupar com uma instituição social – a Biblioteca, por exemplo –, o pensamento em Biblioteconomia sempre se pautou pelo estudo da representação do conhecimento: das plaquetas de argila à Classificação Decimal de Dewey, dos microfilmes às ontologias. É uma razão gráfica, baseada na fixação, objetivação e conservação (AUROUX, 1998, p. 74), que alimenta a estrutura da Biblioteconomia, da Bibliografia, da Documentação e da CI. Do mesmo modo, o grande êxito da engenharia da comunicação e das teorias cibernéticas, no século XX, nos narra Oliveira (2005, p. 23), foi na representação – no contexto citado, a representação de sinais em

termos matemáticos. Nas palavras da pesquisadora, “é preciso esclarecer que na ótica da Ciência da Informação, o objeto informação é uma representação. Como é uma representação de conhecimento, que já é uma representação do real, ela se torna uma representação da representação” (OLIVEIRA, 2005, p. 18).

Este discurso demonstra como, por vezes, apenas a representação era tida como ponto de análise da CI. Assim como o nascimento das “ciências da linguagem é a passagem de um saber epilingüístico a um saber metalingüístico” (AUROUX, 1998, p. 77), os estudos de organização do conhecimento são o fruto da passagem de uma epi-representação (movimento para a representação do conhecimento, como nas plaquetas de argila e nos livros) para uma meta-representação (como na fixação de classificações e expressões numéricas para agrupar plaquetas de argila e livros). No entanto, assim praticada, a CI assume-se exatamente a partir daquilo que alguns autores usam para “afastar” esta da Biblioteconomia, dizendo ser a última uma técnica. Ao contrário, a CI, assim como se apresenta em seus “primórdios”, é que aparece uma técnica da ampla e dispersa Biblioteconomia, que atuava não apenas com representação, mas com transmissão e preservação, abrigando visões de mundo pragmatistas e representacionistas.

No quadro a seguir demonstramos o compêndio destas duas grandes tradições dentro dos estudos informacionais:

Macro-tradições filosóficas dos estudos informacionais - movimentações da paisagem social epistemológica no campo científico da organização do conhecimento –		
Manifestações	Tradição pragmática - pensamento retórico-filológico -	Tradição representacionista - pensamento essencialista-positivista -
Biblioteconomia	Biblioteconomia Humanista	Biblioteconomia especializada (tecnicista)
Bibliografia	Bibliografia textual	Bibliografia estatística / Documentação
Ciência da Informação	Epistemologia Social / Análise do Domínio / Antropologia da Informação	Recuperação da informação / Ciência da informação fiscalista / Ciência da Informação cognitivista

Quadro 3. Macro-tradições filosóficas dos estudos informacionais

Pontuamos, a seguir, as discussões de Capurro e outros cartógrafos da epistemologia informacional, o que nos permitirão posicionar as tradições informacionais na historiografia e na epistemologia da CI contemporânea, de forma a clarificar os apontamentos críticos anteriormente registrados.

Percebe-se, como mencionado, o desligamento de um tronco de investigação que a CI sempre utiliza para se definir e se defender na ecologia científica: a organização do conhecimento. No entanto, ao contar a história da CI, parece que os memorialistas epistemológicos da área se enfeitizam – para utilizar a expressão wittgensteiniana do enfeitizando que a linguagem nos provoca – pela grande força do termo informação no mundo contemporâneo. Daí o recorrente aparecimento do termo no âmbito dos estudos de organização conhecimento parece identificar o surgimento de uma nova área.

É flagrante que este desligamento – que chega a procurar semelhanças perdidas entre, por exemplo, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, como se fossem, *a priori*, áreas distintas, que sustentam sob plataformas epistêmicas e políticas diferentes – acaba financiando um jogo de ineditismos na bibliografia informacional, que pode ser facilmente sustentado pelo uso de Thomas Kuhn na descrição historiográfica da área. Desta forma, por exemplo, quando “teria” surgido uma Ciência da Informação influenciada pela Teoria Matemática da Comunicação, que especializa e reduz a multiplicidade de olhares sobre a dinâmica social da organização do conhecimento, parece ser esta uma história distante daquela área, quando vemos um aparente recuo na amplitude de olhares que estas investigações já haviam proposto, ou afunilamento das propostas de Paul Otlet para a Documentação, ou, ainda, especialização dos estudos da Bibliografia, distanciando esta do olhar interpretativo da Bibliografia Textual. Daí, quando no discurso da organização dos saberes reunido sob o termo “ciência da informação” aparecem abordagens de ordem hermenêutica, somos tentados a ver propostas inéditas, paradigmas, ou grandes revoluções. As cartografias da epistemologia informacional que discutiremos a seguir ilustram, em certa medida, esta veia historiográfica.

6.2.1. As cartografias de Rafael Capurro

Rafael Capurro figura-se entre os pensadores contemporâneos em CI. Como epistemólogo é autor

de duas das repercutidas periodizações da história dos estudos informacionais. Capurro nos fornece dois mapas do desenvolvimento e/ou deslocamento epistemológico dentro da CI, um datado em 1991, no artigo *Foundations of information science: review and perspectives*⁵¹, outro em 2003, no artigo *Epistemologia e Ciência da Informação*. Como já declarado na apresentação deste trabalho, Capurro representa o primeiro horizonte de investigação e questionamento da presente viagem. Dessa forma, acreditamos ser de grande importância apresentar brevemente suas divisões.

É interessante notar que, em 1991, Capurro chama atenção, na seção final de seu trabalho, para um paradigma hermenêutico-retórico, propiciado por uma “virada pragmática” na epistemologia informacional. Este paradigma está intimamente relacionado ao paradigma social, pragmático em sua estrutura, apresentado pelo cartógrafo em 2003 – ambos, paradigma hermenêutico-retórico e paradigma social estão diretamente ligados ao pragmatismo de Wittgenstein. No entanto, os autores responsáveis pela mudança de horizonte entre as tradições, ou seja, da física e da cognitiva para uma outra, social, os citados em 1991 por Rafael Capurro – a saber, Roberts e Wersig⁵² – não aparecem na formulação do paradigma social, realizada em 2003. Aqui Capurro parte da crítica de Frohmann à tradição cognitiva, datada de 1992, como linha fronteira, da qual se originaria o que classifica como paradigma social.

Em 1991, o epistemólogo divide a epistemologia da CI em Paradigma da representação, Paradigma *fonte-canal-receptor*, Paradigma Platônico e Paradigma hermenêutico-retórico. No paradigma da representação, “os seres humanos são conhecedores ou observadores de uma realidade exterior. O processo do conhecimento consiste em uma assimilação das coisas através das suas representações na mente”, isto é, o cérebro concebendo o assunto interpretado. Estas representações processadas na mente podem ser comunicadas a outras mentes e/ou ser armazenadas e processadas nas máquinas – computadores. Os seres humanos são processadores biológicos da informação. A partir desta via epistemológica a CI apresenta-se como uma ciência voltada para o estudo da representação, da codificação e do uso racional da informação. Parece-nos que este paradigma da representação, identificado na cartografia de 1991, muito se aproxima do que Capurro classifica como paradigma cognitivo em 2003, profundamente voltado para a análise da construção da percepção e da necessidade de informação na mente do usuário, como logo a seguir descreveremos.

O paradigma do *fonte-canal-receptor* realiza, segundo Capurro (1991), o exame do fenômeno da

⁵¹ Este trabalho, uma vez revisado, teve seu antigo título, *hat is Information Science for? a philosophical reflection*, alterado para *Foundations of information science: review and perspectives*.

⁵² Os seguintes trabalhos são levantados por Capurro (1991), Roberts, N. A search for information man. *Social Science Information Studies* 2, pp. 93-104, 1982; Wersig, G. et al. Information und Handeln. Berlin, 1982; Wersig, G; G. Windel. Information science needs a theory of 'information actions'. *Social Science Information Studies*, n. 5, pp. 11-23, 1985.

comunicação humana como uma metáfora a ser aplicada a diferentes níveis de realidades. Ao se comunicarem, os seres humanos realizam a troca de informação entre emissores e receptores. Esta troca diz respeito a um conceito específico de mensagem. Não há, neste paradigma, uma realidade externa como interventora no processo de comunicação. Aqui a CI está voltada para o impacto da informação no receptor. Os receptores são “buscadores”/usuários de informação. Assim, como na observação anterior, também este paradigma, *fonte-canal-receptor*, está relacionado ao que o epistemólogo chama de paradigma cognitivo em 2003, uma vez verificada a preocupação com o impacto da informação no usuário. No entanto, a base de argumentação – a estrutura teórica – do paradigma *fonte-canal-receptor* parece estar mais intimamente envolvida pelo que Capurro classifica em 2003 como paradigma físico – um modelo de pesquisa que parte da teoria da informação de Shannon & Weaver.

O paradigma platônico⁵³ procura aquilo que pode ser considerado informação, ao invés de partir do pressuposto de classificação do que é ou não é informação. Neste modelo, o conhecimento é analisado não a partir do pressuposto *a priori* de que o conhecer é um processo biológico, psicológico ou sociológico, mas algo preliminarmente objetivado por meios não-humanos. O conhecimento, nesta visão de mundo, é algo objetivado em si, independentemente de qualquer portador material. A informação tem, aqui, o mesmo status ontológico que as leis da lógica. O problema da relação entre o mundo e o assunto – o conteúdo – é recuperado neste modelo, assim como no paradigma da representação, o que nos faz observar também a aproximação deste paradigma platônico daquele cognitivo, apresentado em 2003. Em resumo, os três primeiros paradigmas epistemológicos da cartografia de Capurro de 1991 – paradigma da representação, paradigma *fonte-canal-receptor* e paradigma platônico – tem uma considerável relação com o paradigma cognitivo dos territórios epistemológicos cartografados em 2003, um paradigma com forte tendência de análise mental, grande preocupação com representação e com a simulação do processamento humano – mental – da informação em processadores não-humanos, como o computador, onde se percebe a aproximação entre CI e inteligência artificial.

Capurro, ao final da narrativa cartográfica de 1991, chamará atenção para a “virada” de um enfoque cognitivo – ligado aos pressupostos de um paradigma da representação, do emissor-canal-receptor e platônico – para um enfoque pragmático. Segundo o autor, o enfoque cognitivo permanecia diretamente preocupado com a dicotomia moderna do assunto/objeto, ou seja, enfatizava demasiadamente um ponto de vista epistemológico interessado na relação entre o homem e o

53 O platonismo se caracteriza, em certa medida, pela busca da unidade, da identidade, da imutabilidade, daquilo que pode ser universal no conhecimento (BOLZANI FILHO, 2006). Desta forma, uma das características principais deste paradigma seria a definição de um conceito objetivo/universal *a priori* para a informação.

mundo – e não o homem com/no mundo. A preocupação com um conhecimento objetivo está ligada aos trabalhos de Brookes (1980a, 1980b, 1980c, 1981). A avaliação dos limites deste pensamento cognitivo dentro da epistemologia da CI fará Capurro (1991) discutir um outro paradigma em sua cartografia – além daqueles três que o autor considerava, ali, como os principais da área –, o paradigma hermenêutico, vinculando à Retórica aristotélica, baseado em uma perspectiva pragmática – a hermenêutica, nos fala o epistemólogo, provê a dimensão pragmática da existência humana no sentido de que vivemos primeiramente dentro de um contexto específico.

Nesta cartografia de 1991, Capurro aponta que a “virada pragmática” na epistemologia informacional foi proposta pelos trabalhos de Roberts e Wersig, entre outros, na década de 1980. Roberts procurará uma aproximação do “homem informacional”. Wersig considera os “atores” dentro das “situações problemáticas”. “O tratamento racional-cognitivo dos problemas” constitui para Wersig somente um aspecto do problema do racionalismo. O chamado “homem informacional” não pode ser separado das situações específicas em que está pragmaticamente/socialmente posicionado. Assim, o indivíduo que convive com a informação e sua estrutura cognitiva capaz de processar informações não podem ser separados de aspectos inerentes à realidade social como a ética. Neste entendimento, Roberts e Wersig conduzem a epistemologia informacional para um pensamento hermenêutico-retórico. (CAPURRO, 1991)

Em 2003, seu trabalho sobre as relações históricas que envolvem o percurso epistemológico da CI, Capurro (2003a) acusa a existência de três paradigmas que, uma vez delineados, revelam as etapas que trouxeram o pensamento informacional até a atualidade: o paradigma físico, o paradigma cognitivo e o paradigma social. O paradigma físico, que constituiria, para o pesquisador, o marco teórico da CI, nasce diante dos primeiros embates vinculados à explosão informacional e à emergência da recuperação da informação. Este campo, tendo como estrutura a Teoria Matemática da Comunicação de Shannon & Weaver e a Cibernética de Wiener, postula que há um objeto físico, uma mensagem, que um emissor transmite a um receptor e, sob certas condições ideais, é univocamente reconhecido. Estabelece-se, sob estas condições ideais, uma fórmula, em que o número de seleções – ou informação – relaciona-se com o ruído – ou potencial de insegurança – no processo comunicativo. Desta forma os aspectos semânticos e pragmáticos são descartados no enlace das trocas informacionais.

Por sua vez, a abordagem cognitiva apresentada por Capurro (2003a), partindo da ontologia e da epistemologia de Karl Popper e sendo aprofundada por Brookes e Ingwersen, identifica um sujeito

cognoscente, ou usuário, tratando de enxergar as formas como a informação transforma ou não este último. Este enfoque cognitivo considerará, assim, o usuário como um ser localizado em um “mundo numênico”, ou seja, negligenciará os aspectos sociais da comunicação humana (CAPURRO, 2003a).

Para a segunda cartografia de Capurro (2003a), a partir da crítica de Frohmann e das proposições da Análise do Domínio de Hjørland & Albrechtsen (1995), podemos evidenciar a construção do paradigma social, enfoque que tratará de abarcar os processos sociais de produção, distribuição, troca e consumo da informação, apreendendo esta como produto de intervenções e práticas sociais. Seria no contexto do paradigma social situado por Capurro (2003a) que encontraríamos a aproximação do pragmatismo das teorias acerca da representação do conhecimento em CI, abrindo caminho para a revisão destas teorias. Como observado, paradigma social e paradigma hermenêutico – ou hermenêutico-retórico – muito se aproximam e podem ser, em inúmeros aspectos, considerados como semelhantes. Importa-nos aqui, no que diz respeito a esta identificação, afirmar que em ambos o pragmatismo é unidade filosófica comum, um pano de fundo compartilhado, tendo o segundo Wittgenstein como um filósofo da ciência influente.

Como visto, dentro dos estudos voltados para organização dos saberes, a tradição física, já sob a luz da legitimação e institucionalização do termo “ciência da informação” é uma especialização da Biblioteconomia Tecnicista para a Biblioteconomia Especializada e, desta para a Bibliografia, desta para a Documentação e da Documentação de ordem tecnológica para o fisicalismo informacional. Verificaremos, dentro desta tradição física – paradigma físico para o vocabulário de Capurro (2003), com fortes tendências matemáticas e estatísticas, os estudos sobre agregação e deterioração da informação, desenvolvimento de medidas e otimização dos processos informacionais, aperfeiçoamento de linguagens artificiais, cálculos e análises estatísticas e de algoritmos da informação, todas essas práticas bastante relacionadas com as análises bibliométricas. Mesmo os trabalhos voltados para o processo de “informação humana”, ou informação no jogo das relações sociais, como no estudo sobre os processos de aprendizagem – aquisição de informação – ou na análise da memória – estudo da natureza de formação da memória dos indivíduos -, as análises quantitativas imperam. (ZUNDE & GEHL, 1972).

A partir da construção das tecnologias da informação e da comunicação percebe-se uma caminhada em busca da decifração da informação e o seu controle – como afirmam Baptista & Brandt (2006) a

erudição dá lugar à técnica e à tecnologia. No século XVII, nos narra Mostafa (1996, p. 39), partindo do discurso de Foucault (2002), uma tecnologia, o microscópio, permitirá ao olhar penetrar nos “pistilos e cotilédones das plantas”. Através do microscópio a palavra pode designar com mais acuidade, com mais precisão, aquilo que realmente existe – uma linguagem ideal pode ser imaginada. Também no século XX, com a engenharia computacional, a informação passa a ser interpretada como um sinal, como algo que as máquinas podem controlar. Como na filosofia do *Tratado Lógico-Filosófico* de Wittgenstein (2002) – ou seja, o primeiro Wittgenstein -, a filosofia que sustenta a abordagem fisicalista da CI é o estabelecimento das condições de possibilidade lógica da informação⁵⁴.

Como nos revela Guzmán Gómez (2005), a base positivista ou neo-positivista da tradição física é marcada pela matematização e pela medição rigorosa dos fenômenos, tanto aqueles físicos e biológicos, como os sociais e humanos. A busca pelo ideal científico da objetividade leva Shannon & Weaver (1975) a apreender, como anteriormente apontado, a informação como um bit, buscando assim, as possibilidades de exatidão, precisão e eficiência na transmissão dessa unidade coisificada. Assim, como afirma Azevedo Netto (1999, p. 133), inicialmente, as questões científicas da tradição da CI diziam respeito aos fenômenos naturais. Esta relação tem sua razão de ser, dentre outros motivos, pois as manifestações fisicalistas são fruto da e acompanham a aproximação de engenheiros e matemáticos para o tratamento da informação (SOKOL; RIVIERA, 2006).

Zunde & Gehl (1972), Brookes (1980c), Shera (1980), Heilprin (1989), dentre outros, já anunciavam que a Teoria Matemática da Comunicação (SHANNON; WEAVER, 1975) previa uma compreensão limitada para os estudos de organização do conhecimento, mais útil à área de engenharia de sistemas de comunicação, telecomunicação e computadores. Ela deixava à margem da discussão os níveis semânticos e pragmáticos de compreensão da informação. Nas palavras de Goffman (1970), a Teoria Matemática tratará principalmente dos problemas técnicos da investigação informacional. Definições de CI como aquelas produzidas entre 1961 e 1962 pelo Georgia Institute of Technology, a formulação de Borko (1968) e Zunde & Gehl (1972), voltadas para definição de leis para o controle do fenômeno da informação, estão entre as formulações íntimas da Teoria Matemática.

Os enfoques cognitivos, como visto em Capurro (2003), teriam se constituído a partir da crítica à tradição física – ou fisicalismo informacional. Segundo Rozados (2003), assim como a

54 Como nos lembra Wallner (1997, p. 28), “a fixação da realidade em alternativas sim-e-não, como acontece na concepção do Tratado, antecipa – somente, em princípio, não nos métodos particulares – o procedimento ao qual a teoria da informação segue na captação quantitativa de informação.

institucionalização e legitimação do termo “ciência da informação”, a construção das ciências cognitivas está localizada no escopo da Segunda Guerra Mundial. A preocupação destas ciências está na construção de máquinas inteligentes, identificando sua relação direta com a inteligência artificial – “o homem pode simular, artificialmente, os processos cognitivos, mentais” (ROZADOS, 2003, p. 86). Deste modo, é importante ressaltar, para as ciências cognitivas “o conhecimento é uma representação simbólica do real.”⁵⁵ Para Lima (2003) um consenso gira em torno das contribuições que as ciências cognitivas levariam ao processo de representação e recuperação da informação. Segundo a pesquisadora, os estudos da cognição partem do desenvolvimento da psicologia de processamento da informação e da invenção dos computadores, entre outros. Percebe-se, assim, a vinculação direta do cognitivismo, dentro da CI, à tradição representacionista.

Em linhas gerais, o cognitivismo informacional parte da premissa de que a busca da informação tem sua origem na necessidade, que surge quando existe um estado cognitivo anômalo, no qual o conhecimento ao alcance do usuário para resolver o problema não é suficiente. A busca de informação/necessidade está diretamente ligada à recuperação da informação. Desta forma, investiga-se, inicialmente, como no trabalho de Brookes (1980a; 1980b), o “sujeito cognoscente” – aquele que “possui” modelos mentais que são transformados durante o processo informacional -, aparentemente separado do “sujeito social”, aquele que vivencia os jogos de linguagem no mundo cotidiano que sedimentam sua atmosfera informacional. Sabemos que o próprio trabalho de Brookes, mesmo sendo considerado a “estrutura” da tradição cognitiva – para Capurro (2003), o paradigma cognitivo foi proposto por Brookes -, pode ser apreendido por uma leitura “menos” cognitiva e “mais” pragmática, dadas as sensibilidades expostas pelo autor em seu longo trabalho.

Perceberemos, no decorrer os anos 1970, 80 e 90, um deslocamento nas “definições cognitivas” do termo “ciência da informação”. Assim, o pensamento cognitivo informacional passa a abordar, cada vez mais, aspectos sociais e culturais em suas apreensões. Outras definições, como aquelas apresentadas por Brookes (1980a, 1980b, 1980c, 1981), identificam a CI em sua tradição cognitiva. Wersig & Neveling (1975), Belkin & Robertson (1976), Farradane (1979), Heilprin (1989), entre tantos outros, enfatizam, de modo geral, o usuário e a construção de sua necessidade de informação. A determinação da verdade aqui é baseada na visão transcendental do conhecimento que parte do “olhar de Deus” (BRIER, 1996, pg. 307), ou o saber como correspondência da realidade. Há uma tentativa de compreender a informação como uma entidade cognitiva, a aprendizagem como o

⁵⁵ Em González de Gómez (2002) o conceito de informação na CI parte, de um modo geral, da noção de representação do conhecimento – ou meta-representação. Este conceito coloca a informação na CI no escopo de investigação das ciências cognitivas, permitindo, assim, o desenvolvimento de uma das principais correntes da área, a cognitivista. Esta corrente procura compreender o “como representar” ligado ao “para quem representar”. Vê-se, pois, a afirmação do cognitivismo informacional sob o arco da profunda tradição representacionista.

processo de construção de estruturas do conhecimento, a percepção como tipo clássico, objeto de alta relevância na análise informacional (BRIER, 1996). Desta maneira, os estudos de aquisição da informação tornam-se a metáfora estendida sobre a análise de sistemas de recuperação da informação – do cérebro como processador para a máquina⁵⁶ (INGWERSEN, 1996, p. 5). Na década de 1990, são percebidos com clareza os deslocamentos da abordagem cognitiva em direção às abordagens de contextualização – ou posicionamento do indivíduo usuário da informação, principal objeto desta linha de pensamento, dentro de uma situação externa de busca, e não apenas a identificação da relação entre situação mental (interna) e o signo interpretado. A discussão de Peter Ingwersen, em 1996, acerca das perspectivas cognitivas na recuperação da informação, que resultam na teoria da polirepresentação⁵⁷, são sinônimos destes deslocamentos.

6.2.2. Outras cartografias epistemológicas nos estudos informacionais

A pesquisa teórica em CI sempre esteve amplamente ligada aos meios e produtos para a construção de sistemas de informação que permitissem uma circulação mais eficaz da informação para um grupo de usuários. De um modo geral, a urgência de práticas contextuais imediatas no solo das trocas informacionais terminou por definir uma história epistemológica da área mais envolvida com a explicação de possibilidades e alternativas de recuperação da informação que com uma filosofia de salvaguarda e de intervenção, de justificação, preocupada em contextualizar a CI como campo científico e em apresentar-se como aporte de esclarecimento e fundamentação de práticas cotidianas

⁵⁶ As críticas posteriores, como de Frohmann (1992) e Brier (1996), ao ponto de vista cognitivo dentro da CI, recaem, em geral, exatamente sobre este ponto: a metáfora entre mente e computador como processadores. Ingwersen (1996, p. 5) credita esta crítica a um número propagado de análises do modelo de equação de Brookes - informação que transforma a estrutura do conhecimento - como linha limitada de compreensão dentro da CI, e procura reduzir essa crítica, contrapondo a ela a visão de que o intercâmbio entre o estudo de como o cérebro processa a informação e as possibilidades deste ato ser reproduzido através da computação representa um vigoroso fundamento teórico para a relação de interação na recuperação da informação e na relação homem-computador.

⁵⁷ O conceito de poli-representação, segundo Ingwersen (1996, p. 4), procura representar os estados de necessidade corrente de informação, dos problemas e do conhecimento do usuário, além da tarefa ou interesse no domínio do trabalho na forma de estruturas contextuais de causalidade. Neste segmento, o conceito desdobra-se na aplicação de diferentes métodos de representação para a recuperação da informação dentro da perspectiva cognitiva. Dois outros conceitos paralelos a teoria da polirepresentação chamam atenção: espaço informacional e acesso intelectual. Esta abordagem ingwerseniana procura compreender os objetos informacionais – livro, disco etc. - dentro de um ambiente de interação entre usuário e sistemas, o qual chamará de espaço informacional. O espaço informacional é constituído por dois componentes interativos principais: o contexto do sistema e estes objetos informacionais. Esta interação, por sua vez, inserida no ambiente mencionado, possibilita o acesso intelectual do indivíduo ao mundo, sua construção individual do conhecimento. Dentro do espaço informacional o tempo desempenha um papel crucial – Ingwersen quer indicar que em momentos diferentes um tópico é tratado de maneiras diferentes, seja conceitual ou filosoficamente, por autores diferentes. A rede de representações proporcionada pela teoria indicada permitiria fundir de forma alternativa as indicações do espaço cognitivo do usuário, os vários resultados da recuperação e as indicações e estruturas dessa mesma recuperação. Assim, esta teoria procura expandir a idéia de um ponto de vista cognitivo informacional individual, de preocupação única com a necessidade de informação, analisando este fenômeno da necessidade a partir do que chama de espaço informacional, onde pode-se compreender o processo de formação da necessidade de informação. (INGWERSEN, 1996, p. 40)

de construção do conhecimento, com seu foco na organização dos saberes. Segundo Gonzalez de Gomes (2001),

nas sociedades contemporâneas observamos a redução dos espaços discursivos e institucionais da epistemologia e, ao mesmo tempo, o incremento em escala geométrica dos recursos e atividades dedicados à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de informação, o que parece ser um sintoma de mudanças do estatuto do conhecimento.

Para a pesquisadora, cabe ao trabalho epistemológico em CI questionar permanentemente as medidas de cientificidade da informação e os processos de desenvolvimento do conhecimento (González de Gómez, 2001). Esta é parte da tarefa que procuramos realizar, agora observando outras cartografias epistêmicas em nossa historiografia.

Em sua divisão da CI, outra divisão trifocal, Azevedo Netto (1999, p. 134), registra a área em três etapas distintas: a primeira caracterizada como uma engenharia de processos eletro-eletrônicos de troca de sinais, conforme a Teoria Matemática da Comunicação; a segunda, influenciada por uma sociologia da ciência, com o uso da bibliometria e da cientometria. A última, ligada à aproximação com maior intensidade às teorias e métodos das ciências sociais, principalmente no campo de estudo de usuários.

Zunde & Gehl (1972) já anunciavam as características gerais de subdivisão dos horizontes de desenvolvimento e divisão epistemológica da CI – outra abordagem trifocal de representação das correntes de investigação. Para os autores a área poderia ser classificada dentro das seguintes categorias: 1) medidas de informação sintáticas e formais, onde ficam à margem questões de interpretação de significado (semântica) e valor, utilidade, enfim, aspectos pragmáticos; 2) medidas de informação semântica, que inclui as propriedades relacionadas ao significado da medidas da informação; 3) medidas de informação pragmática, voltadas para a mensuração de efeitos da informação em seus usuários. Nota-se que na classificação dos autores – influenciados diretamente por uma corrente sintática e formal – a idéia de medição, de controle, de objetivação, é a ação de todas as modalidades de pesquisa em CI.

No trabalho de Rendón Rojas (1996), a representação trifocal dos paradigmas da CI, apresentada por Capurro (2003a), Azevedo Netto (1999) e Zunde & Gehl (1972), ganha um outro mapeamento e

uma diferente terminologia. Para o pesquisador, a divisão epistemológica da área fica repartida por três teorias gerais: a teoria sintática da informação, a teoria semântica da informação e o enfoque pragmático da informação (REDON ROJAS, 1996). A teoria sintática relaciona-se com o paradigma físico de Capurro (2003a) e revela a informação como forma, ligada a engenharia e a tecnologia. Os trabalhos de Shannon & Weaver constituem a base desta teoria. A teoria semântica da informação está ligada ao pensamento de Carnap e Bar-Hillel, vinculado à lógica indutiva de probabilidades ou lógica proposicional. Esta teoria postula a possibilidade de interpretação do significado de informação de uma maneira extensional. Na fórmula de Carnap e Bar-Hillel tanto pode ser medida a informação contida em uma proposição, ou seja, o conteúdo semântico de uma proposição, como pode ser medida a quantidade de informação.⁵⁸ (Rendón Rojas, 1996)

Desta maneira, a teoria semântica da informação apresenta uma relação com a Teoria Matemática da Comunicação de Shannon & Weaver, mas aprofunda-a na direção do significado. Baseada na lógica clássica, a teoria de Carnap e Bar-Hillel afirma que qualquer proposição atômica tem como conteúdo a metade de todos os elementos de conteúdo; uma tautologia, nenhum; e uma contradição, todos (RENDÓN ROJAS, 1996). González de Gómez (1996) observa que teoria semântica parte da semântica formal ou semântica da verdade. Esta teoria estabelece que o significado de uma sentença é determinado por condições de verdade. A identificação da compreensão da sentença implica que os limites da aplicação da semântica lógica é a função representativa do discurso. Esta teoria tem como domínio o discurso demarcado pela lógica proposicional e os casos de substituição de funções proposicionais por proposições assertivas. Percebe-se que também este ponto de vista aproxima-se de um cenário filosófico representacionista.

Rendón Rojas (1996) contesta este postulado dos trabalhos da teoria semântica no quesito que reconhece que as contradições contêm toda a informação. Além disso, esta teoria interpreta o significado de uma informação de maneira extensional, como na lógica clássica, de forma que o significado aqui resta definido entre dois pólos abstratos: o verdadeiro e o falso. Esta noção lógica de significado negligencia as circunstâncias do contexto e da intencionalidade que envolvem a construção do sentido na organização dos saberes. Para tal, o enfoque pragmático, ligado ao paradigma social conceituado por Capurro (2003a), é, segundo Rendón Rojas (1996), aquele onde a dialética do sujeito com o mundo é iluminada.

58 O filósofo R. Carnap destacou-se na análise lógica da linguagem. Bar-Hillel, lingüista e lógico, influenciou o pensamento sobre a tradução automática, alertando para a “quimera” de uma tradução computadorizada perfeita. (AUROUX, 1998)

Percebe-se como a historiografia que nos é apresentada registra, em geral, a CI como uma nova ciência surgida, no que se refere ao plano teórico, a partir de uma Teoria Matemática da Comunicação. Mas, como já discutimos, não só esta evidência não manifesta o nascimento de uma nova ciência, como, na verdade, a constituição do neologismo “ciência da informação” e a sua institucionalização sobre as unidades de investigação que tratavam dos estudos de organização do conhecimento registram um recuo na movimentação epistemológica de uma área ampla oriunda da Biblioteconomia, ou seja, uma especialização, como visto no capítulo 4. E, como demonstramos na visita anterior, o olhar de Thomas Kuhn sob o progresso da ciência encaixa-se de forma ideal para um mito de origem que postula o nascimento da área nos anos 1960. Acreditamos que a filosofia pode nos esclarecer certas confusões e o pragmatismo, tanto como método como visão de mundo nos oferece uma sensibilidade mais perspicaz para estas questões.

6.3. O pragmatismo na epistemologia da Ciência da Informação

6.3.1. Algumas categorias fundamentais

Enquanto método ou enfoque, o pragmatismo, no âmbito da CI, é construído, no olhar de diferentes autores, como Capurro (1991, 2003) e Rendón Rojas (1996), por um lado, como uma resposta às limitações que as manifestações fisicalista e cognitivista apresentavam no estudo da informação – dito de outro modo, um recurso às barreiras de uma filosofia representacionista; por outro, como “reencontro” aos pressupostos de um humanismo perdido com o avanço da tradição bibliotecária tecnicista, voltada essencialmente para a classificação e o controle da produção documental, e menos atenta à compreensão dos conteúdos envolvidos nesta produção. Esta abordagem coloca a informação como um objeto tangível, uma entidade independente de contextos múltiplos e mutantes. Em geral, como visto, a historiografia da área nos traz o pragmatismo como um novo paradigma, um paradigma contemporâneo, o que não concordamos.

Os pressupostos do pragmatismo informacional vão em direção a um processo dialógico de construção de modelos de pesquisa, um jogo de colaboração entre teorias e filosofias que correspondam aos interesses e circunstâncias da pesquisa. Como afirmam Jacob & Albrechtsen (1999), ao imaginar a informação como tecido instável imerso num processo dialógico de reorganização e re-contextualização legitimamos a variabilidade e a ambigüidade que podem aparecer quando o conhecimento é gerado através de ambientes organizacionais diversos.

Jacob & Albrechtsen⁵⁹ (1999), como já mencionado, comentam cinco lições do pragmatismo no âmbito geral de suas correntes. São elas: o antifundamentalismo; o *fallibism*; a natureza social da comunidade; a contingência; e, por fim, o pluralismo. A descrição e a análise destes elementos parecem levar a clarificação dos motivos que justificam a presença e os desdobramentos do pensamento pragmático dentro da epistemologia informacional, e conduzirão ao ponto de vista aqui trabalhado, ou seja, o pragmatismo como uma linha que perpassa a história da área.

O antifundamentalismo é o primeiro e mais básico princípio pragmatista. Este princípio pode ser compreendido como a aversão a qualquer modelo fixado de realidade, qualquer universalismo nos usos da racionalidade. A verdade platônica contida em uma essência é terminantemente descartada em prol do olhar sistematizado para a complexidade de universos co-existent (JACOB, E.K.; ALBRECHSEN, H., 1999). Há, entre estes, fronteiras sensíveis, maleáveis, concorrentes, invariavelmente abertas ao diálogo, ao intercâmbio de experiências e descobertas que articula a sobrevivência das sociedades.

O segundo elemento fundamental do pragmatismo é o *fallibism*, ou a “faculdade da falha”. Este amplia o argumento pragmático contra a dominação de modelos rígidos e formalizados de realidade. Isto significa pensar que toda interpretação da experiência é uma tentativa de apreensão do mundo e está aberta a falhas, erros, ou seja, é sempre passível de re-análises dentro de contextos competitivos. Paralelo a esta categoria caminha um outro elemento, a contingência. A noção pragmática de contingência não colocará em evidência apenas a instabilidade do universo em que os indivíduos operam, mas também o papel penetrante e inescapável da possibilidade do imprevisto, da incerteza, do inesperado – e, principalmente, ilumina o elemento da contextualidade, ou seja, cada evento tem seu contexto específico. (JACOB, E.K.; ALBRECHSEN, H., 1999, p. 530)

Uma vez imersos em universos fragmentados, com suas experiências peculiares de identificação e reivindicação, os indivíduos devem ser estudados a partir de suas práticas sociais compartilhadas. Isto quer dizer, o pragmatismo volta-se para a socialidade das comunidades que se desenvolvem nos interditos do cotidiano, e enxerga que, para superar o relativismo da contingência em suas investigações, deve ir ao encontro de tais comunidades. É ali, no estudo das relações sociais e suas

59 E. K. Jacob e H. Albrechtsen partem de Bernstein para realizar tal comentário. O foco destas lições é voltado, antes da epistemologia, para um território de prática específico na CI, a sub-disciplina da Classificação. Explicitamos este levantamento por acreditarmos que, apesar desta visão específica, o discurso dos autores ter uma profundidade relevante, que, em seus horizontes, nos conduzem a uma leitura global para os estudos informacionais. O texto de Bernstein está em: BERNSTEIN, R. J. Pragmatism, pluralism and the healing of wounds. In: BERNSTEIN, R. J. *The new constellation: the ethical-political horizons of modernity/postmodernity*. Cambridge: MA/MIT Press, 1992. p. 323-339.

formas de interpretação que o pragmatismo acredita ser possível compreender os estratos mínimos de uma tradição. Para isso, a linguagem, ou seja, a tecitura cultural do conhecimento, é objeto fundamental de análise.

O último elemento, o pluralismo, reafirma a visão humanista de uma proposta pragmática. A partir do pensamento plural a corrente pragmática entende a constituição do mundo como algo formado pela multiplicidade de tradições, perspectivas ideológicas, utopias, instituições políticas e organizações sociais. O pluralismo pode, em uma visão superficial, conduzir ao relativismo acima citado. Contra isso, o olhar pragmático fundamenta uma análise crítica a partir das três categorias iniciais de sua estrutura, ou seja, na formação do diálogo entre teorias divergentes procura identificar as tentativas de um fundamentalismo, as possibilidades de incerteza e a dinâmica da contingência. Fronteiras entre as teorias divergentes começam a ser derrubadas a partir da confrontação e da argumentação. A quebra de tais fronteiras só pode vir – e aqui existe a providência pragmática crítica – com a criação permanente da plataforma de disposição da comensurabilidade e da hermenêutica, isto é, o espaço de deliberação para os sujeitos falarem, ouvirem e avaliarem as conseqüências de seus projetos de intervenção científica.

6.3.2. Uma filosofia pragmática por trás dos estudos de organização do conhecimento: a forma de vida dos contextos

Para Capurro (1991), como visto, a “virada pragmática” foi proposta, nos anos 1980, por Roberts e por Wersig⁶⁰, entre outros. Trabalhos como aqueles de Rendón Rojas (1996) e González de Gómez (1996) investigam os contextos e conceitos desta “virada”. O pragmatismo informacional será caracterizado de diferentes formas. Dentre os exemplos, temos: Capurro (2003a) chamou de paradigma social, Rendón Rojas (1996) conceituou como enfoque pragmático, Araújo (2003) abordou como a aproximação de enfoques microsociológicos e interpretativos, e González de Gómez (1996a) tratou como esfera comunicacional.

Na revisão dos estudos de Rendón Rojas (1996), González de Gómez (1996a), e Hjørland & Albrechtsen (1995), por exemplo, o conceito de pragmatismo surgirá como uma linha que perpassa

⁶⁰ Os trabalhos referenciados por Capurro (1991) são, respectivamente: ROBERTS, N. A search for information man. *Social Science Information Studies*, n. 2, p. 93-104, 1982; WERSIG, G. et al. *Information und Handeln*. Berlin, 1982; WERSIG, G.; WINDEL, G. Information science needs a theory of 'information actions'. *Social Science Information Studies*, n. 5, pp. 11-23, 1985.

os pressupostos do debate social da informação e entrelaça estes três trabalhos. Tanto em Hjørland & Albrechtsen (1995) quanto em Rendón Rojas (1996), seguidos por González de Gómez (1996), a passagem pelo pragmatismo é uma hipótese estrutural para se pensar os fundamentos sociais da CI em um outro enfoque epistemológico.

É no interior do campo da pragmática que Rendón Rojas (1996) encontrará os elementos que escapam às teorias sintática e semântica da informação – e desvelará o “social” esquecido em uma epistemologia da CI, principalmente com o avanço da tecnologia na plataforma de uma tradição representacionista. O enfoque pragmático aborda a informação como uma síntese de elementos objetivos e subjetivos. O acesso à informação apenas se dá a partir da construção compartilhada do significado de um determinado documento e seu conteúdo. Logo, acesso, para esta tradição, não é representação, mas um coletivo de interpretações. Se não são conhecidas as regras de estruturação de um determinado mundo informacional – seus jogos de linguagem -, o documento não dirá nada além de sua condição física ou virtual – sua forma -, ficando seu conteúdo como uma abstração absoluta, ou seja, atinge seu grau zero de ilegibilidade. Em outras palavras, apenas o jogo de linguagem que faz uso do documento ou da informação pode revelar o significado verdadeiro dos mesmos.

Esta tradição pragmática, sob as noções que aqui investigamos, pode ser, pois, em linhas gerais,

a) uma rede de manifestações em torno da necessidade de se discutir o lugar da CI entre as Ciências Sociais, entre os campos do conhecimento preocupados com a interpretação, da qual faz parte a discussão sobre o estatuto científico dentro da área – o que nos faz revisitar os principais ramos da investigação racional voltados para a organização do conhecimento, chegando até a Biblioteconomia humanista; b) a emergência pela teorização do social dentro da epistemologia informacional, de certa forma, uma “retomada” de Shera; c) uma crítica anti-essencialista/ anti-representacionista, como de Frohmann; d) uma fundamentação pragmático-funcionalista de Hjørland; e) o pragmatismo de Rendón Rojas; f) um desdobramento do conceito de contexto de González de Gómez; g) uma problematização filosófica de qual abordagem melhor se adequa à justificação de elementos teóricos sociais dentro do pensamento em CI; h) uma Antropologia da Informação, teorizada por Marteleto; i) uma possível viagem de “retorno” da CI ao território do humanismo, ou seja, à Retórica e à Filologia, recuperando, como acima mencionado, as primeiras práticas da Biblioteconomia generalista.

Esta tradição pragmática, assim como aqui conceituamos, não necessariamente é

a) um forte manifesto isolado, na medida em que assim não se configuraria como tradição; mas uma rede que, no sentido cultural de rede, recupera elementos dispersos entre semelhanças de família; b) um manifesto articulado entre seus pares, na medida em que não é resultado de uma campanha conjunta de diferentes pares em diferentes partes do mundo científico informacional – como uma espécie de Círculo de Viena –, mas uma série dispersa de publicações e práticas, de evidências discursivas e curriculares, que se somam a mensagens anteriores e, uma vez reunidas sob um olhar de tradição, demonstra a identidade de seus pressupostos; c) um inédito e revolucionário marco teórico da CI, que elimina o pensamento físico-matemático e cognitivo-mentalista da área, invalidando seus modelos; uma ciência que tem o homem como objeto; d) a tradição mais comungada em termos teóricos e práticos dentro da CI, pois não acreditamos ser possível tal afirmação – Robredo (2003, p. 17), aponta que o modelo teórico positivista de Shannon & Weaver para a transmissão da informação ainda continua sendo amplamente usado nos estudos informacionais; por sua vez, Rozados (2003, p. 87), em diálogo com outros autores, lembrará que a abordagem teórica mais dominante na área de informação e que a constitui desde a sua fundação é o cognitivismo.

Em resumo, recuperando nossas visitas anteriores, o que tratamos a seguir como tradição pragmática indica uma história de longa duração dentro dos estudos da organização do conhecimento. Partir da longa duração, nos estudos históricos, é voltar-se mais para a permanência que para a ruptura (BRAUDEL, 1992). A história do desenvolvimento científico narrada a partir da *Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn, comumente adotada na narrativa historiográfica da Ciência da Informação, anula o resistir das permanências – as insistências (BRAUDEL, 1992, p. 354) – em defesa das rupturas. Assim, é comum, como visto, dividir a Biblioteconomia e a Bibliografia da Documentação, e esta da Ciência da Informação, e identificar as rupturas e os eventos fronteiros que demarcam as macro-transformações na área, para depois procurar as semelhanças possíveis entre estas disciplinas.

Ao investigar, a partir do método dos jogos de linguagem de Wittgenstein (1979, 1992a, 1992b) o uso dos termos, percebemos que, nas práticas culturais, o discurso da transformação, da ruptura absoluta, se desqualifica diante da frágil presença de reais mudanças. Neste momento, o estudo das permanências, propiciado a partir da análise das semelhanças de família (WITTGENSTEIN, 1979), nos permite identificar esta fragilidade de certas manifestações discursivas defensoras do novo, do inédito. A própria manifestação de Hjørland & Albrechtsen (1995), apontando para a composição de um novo paradigma em sua apresentação da teoria e do método da Análise do Domínio, resta

tênue, ao percebermos que este enfoque, ainda que tenha suas características identitárias, comunga semelhanças com inúmeros outros discursos e práticas da organização do conhecimento.

A longa duração das manifestações pragmáticas nos leva, naturalmente, a perceber outra linha de tradição que marca os estudos de organização do conhecimento. Trata-se, como mencionado, daquela que se sustenta em uma filosofia da representação, preocupada com a apresentação objetiva de pontos de acesso aos artefatos culturais, preocupada com o essencialismo comum a todas as possibilidades de interpretação do significado. Ambas as tradições perduram, na CI – mesmo antes da institucionalização deste termo – por séculos, desde a ascensão da epistemologia da Física em seus primórdios, no XVI e no XVII. No entanto, como demonstrado em nossa noção de tradição, o estudo da longa duração não é o estudo da imutabilidade.

Fique claro que a estrutura não é imobilidade rigorosa. Ela só me parece imóvel em relação a tudo o que, em torno dela, se move, evolui mais ou menos depressa. Mas ela se desgasta, durando. Ela se apouca. É inclusive sujeita a rupturas, mas afastadíssimas umas das outras no tempo e que, por mais importantes que sejam, nunca dizem respeito a toda a arquitetura estrutural da sociedade. Nem tudo se quebra de um só golpe. (BRAUDELL, 1992, p. 354)

Como no olhar do historiador Braudell (1992), nossa narrativa nesta investigação encontra a noção de tradição como a permanência que permite a lenta transformação propiciada pelo jogo cotidiano das ínfimas rupturas. A tradição é tomada como comunhão de um conjunto de semelhanças de família, identificáveis a partir dos jogos de linguagem – discursos científicos e práticas metodológicas em diálogo – que são manifestados em períodos históricos próximos ou distantes. Assim, ainda que compreendendo o teor contextual dos discursos como Capurro (1991, 2003), Oliveira (2005), Rendón Rojas (1996), e outros autores que identificam “viradas” e “paradigmas” dentro da área, não conseguimos, com o olhar da longa duração e da noção de tradição, sustentar nossa viagem a partir destas aparentes transformações. Segundo Braudell (1992, p. 356), para o historiador Marc Bloch só há história no que muda. No entanto, ao investigarmos uma tradição pragmática, pensamos, como Braudell (1992, p. 356), que é também histórico aquilo que não muda, aquilo que sustenta uma coesão no imaginário de pesquisadores e justifica nossa razão – nossa justificativa – enquanto campo científico. A tradição pragmática, em aberta e permanente construção, é uma das permanências que nos parece constituir uma das sólidas justificativas estruturais da CI.

6.3.3. Wittgenstein: os jogos de linguagem dentre as redes informacionais

O pragmatismo informacional encontra, no pensamento de Wittgenstein, fonte coerente para construir suas justificações e demarcações. Como afirma Capurro (2003), encontramos no filósofo vienense “antiepistemologias” ou “pragmatologias”, isto é, um aprofundamento nas circunstâncias de ação de um pré-conhecimento prático e tácito. Esta aproximação é percebida por Rendón Rojas (1996), que traz Wittgenstein para o bojo dos estudos epistemológicos da informação. No mesmo processo de aproximação, González de Gómez (1996) entende que o enfoque pragmático vê a elaboração e o desdobramento do conceito do contexto, além da percepção da subjetividade, noção que encontraremos ecoada no pragmatismo wittgensteiniano.

Inúmeros pesquisadores interpretaram através de diferentes ângulos as *Investigações Filosóficas* – e as obras que, junto desta, perfazem a trajetória pragmática wittgensteiniana – para a pesquisa científica. Dentre aqueles que abordaram a obra a partir de sua contribuição pragmática está Mauro L. L. Condé. Condé (1998) trabalhou, em sua dissertação, com a diferenciação entre as duas fases do percurso filosófico de Wittgenstein, demarcadas pelas seguintes obras: *Tratado Lógico-Filosófico* e *Investigações Filosóficas*. Após delimitar o distanciamento e as proximidades entre ambas, Condé (2001) partiu para sua tese, onde realizou uma leitura do segundo momento do pensamento do filósofo, buscando evidenciar as alternativas que esta diferente percepção das relações sociais oferece para a construção de soluções para a crise da racionalidade no mundo contemporâneo.

A análise wittgensteiniana de Condé (2001) se aproximará da percepção de González de Gómez (1996a) e Rendón Rojas (1996) acerca da ampliação semântica do conceito de contexto. No pensamento dos três autores encontramos um consenso quanto à caracterização de profundo cunho sócio-cultural da noção pragmática de Wittgenstein e das possibilidades que o pragmatismo proposto a partir das *Investigações Filosóficas* e os textos wittgensteinianos marginais, que cercam esta obra, abrem para a compreensão dado indivíduo como “sujeito” do conhecimento.

Partindo da noção de que a linguagem é, primordialmente, o sistema de informação mais primário que possuímos – guarda e permite o acesso à informação; da linguagem parte a construção social da oralidade e da escrita, tecnologias da informação – nos aproximamos da base do pragmatismo de Wittgenstein e identificamos sua relação circunstancial com a epistemologia da CI e,

principalmente, com a tradição pragmática da epistemologia informacional. Há, como nas narrativas do pragmatismo informacional, o desligamento de uma noção definitiva de informação, e a busca por esta noção a partir dos contextos de uso dos saberes.

Como afirma Condé (1998, p. 93), as *Investigações Filosóficas* “interditam a possibilidade de uma linguagem universal, enfatizando, ao contrário, a dimensão particular dos jogos de linguagem, pois eles não possuem uma propriedade comum a todos, mas simplesmente estão apresentados uns com os outros através de semelhanças de família”. Estas semelhanças indicam, acima de tudo, traços mutáveis, em uma dinâmica que pode lembrar, metaforicamente, a constante transformação dos conceitos e das tecnologias no mundo contemporâneo. Nesta formulação filosófica, a “gramática” não é uma entidade normatizadora por princípio. Antes, ela atua como um sistema de informação.

A gramática wittgensteiniana é “um instrumento que verifica a pluralidade dos usos das palavras e diversas formações de proposições”, “permite-nos analisar os diversos modos do discurso” (CONDÉ, 1998, p. 99). O jogo de linguagem é definido em grande medida pela “dinâmica das possibilidades de contraste” das características que o constituem em relação a outros jogos. (CONDÉ, 2001, p. 52). As semelhanças de família definem fundamentalmente possibilidades de analogias. No entanto, mesmo que “uma semelhança de família possibilite analogias, ela também permite perceber as diferenças”, jogo de relações através do qual tecemos diariamente os domínios de racionalidade. (CONDÉ, 2001, p. 54)

A preocupação ligada mais ao consenso que a descoberta de fundamentos lógicos é uma das problematizações-chave do pragmatismo wittgensteiniano. As práticas, as atividades cotidianas – como as trocas informacionais – é que conferem coerência às “lógicas possíveis”, socialmente construídas. O mundo e suas relações sociais, antes de ser conduzido por uma exatidão pré-determinável, circula sobre permanentes incertezas, falhas, contingências. “Tudo o que chamamos de nome”, nos fala Wittgenstein (1979, p. 25), é “dito apenas num sentido inexato, aproximativo”. O autor, desta maneira, reafirma o anti-dogmatismo como estrutura comum do pragmatismo: “não há um método da filosofia, mas sim métodos, como que diferentes terapias” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 58).

Mais que a análise de decodificação da linguagem – dentro da qual circula uma informação – Wittgenstein (1979) está voltado para as possibilidades de compreensão desta linguagem. Assim, “compreender uma frase significa compreender uma linguagem”; “compreender uma linguagem significa dominar uma técnica” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 87). Há, nos fala o filósofo (1979, p.

131), um “abismo” entre falar e praticar, entre a ordem e a execução. É aqui que a compreensão deve estar, é este abismo que ela deve preencher. Esta técnica, este domínio, só podem ser desvelados no acompanhamento das formas de vida da palavra – das suas vivências nos jogos de linguagem; “temos que ver seu emprego e aprender com isso” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 114). Daí a profunda orientação sociológica e antropológica da filosofia de Wittgenstein. O próprio conceito de semelhanças de família, nos revela Condé (2001, p. 55), reafirma esta fundamentação da filosofia pragmática de Wittgenstein: tais semelhanças podem ser reconhecidas como a “compreensão de diferenças possibilitada pela própria semelhança”.

A racionalidade, no pragmatismo de Wittgenstein, não é científica nem uma formulação essencial da lógica, de uma lógica fundamental. Ela se dá a partir de uma forma de vida, ou seja, uma “rede multidirecional flexível que se estende através de semelhanças de família”, uma teia que, ainda que flexível, “é suficientemente forte para possibilitar a constituição de critérios de racionalidade que, embora não sejam absolutamente precisos, são suficientemente precisos para as nossas necessidades” (CONDÉ, 2001, p. 23). Uma gramática e seus incontáveis jogos de linguagem constroem as possibilidades de estabelecimento destes “critérios de racionalidade”, que permitem compreensões mútuas, compartilhamento de interpretações e identificação por outras formas de vida (CONDÉ, 2001, p. 25). As características fundamentais da linguagem, percebe Condé (2001, p. 95), estão nas noções de regra como “produto de uma práxis social”, convenção ou criação social, ou seja, as regras surgem a partir de “padrões de comportamento”, de “hábitos”, “costumes”, “instituições”.

O aparente ineditismo das novidades mundanas – tecnológicas ou conceituais - nada mais é que a diferença de grau rortyana na filosofia de Wittgenstein (1979). Antes de uma distinção de tipos históricos determinados universalmente, estas possíveis transformações são distinções de graus contextuais tomadas a partir da legitimação de discursos (RORTY, 2000, p. 98), ou seja, só podem ser interpretadas como a comunhão de significados de determinados jogos de linguagem, e não como transformações objetivas pela simples identificação de elementos diferentes em seus pronunciamentos, como o aparecimento de uma tecnologia mais útil para dado contexto que outra. Não há “O novo”, diz o filósofo (WITTGENSTEIN, 1979, p. 217); há sempre um outro jogo de linguagem. O inédito nada mais é que uma formulação consensual de práticas discursivas que conferem novos significados a velhas palavras, novas palavras a velhos significados. Compartilhar semelhanças de família entre formas de vida significa “compartilhar não apenas jogos de linguagem, mas semelhanças de família nos hábitos, costumes, visões de mundo, instituições etc.” (CONDÉ, 2001, p. 195-96)

A medida da racionalidade é o equilíbrio das experiências: “a nossa compreensão das relações causais não se constitui na observação, ou na experiência, como pretendeu o empirismo, mas no complexo das relações pragmáticas”; “embora a gramática, e não as relações causais, desempenhe o papel justificador das nossas razões, em diferentes modos no jogo de linguagem ela se modifica a partir das interações causais” (CONDÉ, 2001, p. 142). Esta gramática, ainda, desvela “o abandono de uma perspectiva semântica em função de uma predominante pragmática”; “uma dimensão holista, embora não totalizante e hierárquica, caracterizada pela sua peculiar concepção de sistema”; “sua postura antiessencialista e antifundacionista, é possibilitada pela noção de semelhanças de família” e “pelo papel da análise da gramática” (CONDÉ, 2001, 168).

Wittgenstein, aprofunda Condé (2001, p. 169), “abandona a racionalidade contemplativa do ver, presente no paradigma da representação, para adotar uma racionalidade que se constitui a partir da nossa gramática e do nosso atuar”. Na percepção da tradição pragmática da CI o mesmo movimento do olhar sobre o conhecimento pode ser observado. As manifestações que vêm tecendo esta tradição deixam de ater-se à possibilidade de conquista de uma fórmula de controle da informação ideal, como também deixam de concentrar-se na procura de uma imagem ideal da realidade do usuário que percebe a informação.

No pragmatismo dentro da CI a atuação da informação nas comunidades que dela fazem uso é que indica a esfera a ser cientificamente analisada. A racionalidade está aqui voltada para a diversidade de apropriação da informação na realidade, realizada por cada grupo de intérpretes e produtores do conhecimento. Em suma, “os jogos de linguagem constituem exatamente a tentativa de quebrar a idéia tradicional de categorização, que na filosofia ocidental foi estabelecida desde Aristóteles, passando por Kant e chegando ao pensamento contemporâneo” (CONDÉ, 2001, p. 152). “Independente de sua complexidade, através do mecanismo de jogar os jogos de linguagem, uma forma de vida sempre pode assimilar novos jogos e estabelecer as adaptações necessárias para a tradutibilidade com outras formas de vida” (CONDÉ, 2001, p. 200). “A racionalidade de Wittgenstein é assumidamente constituída na efemeridade das ações humanas”. É uma razão do atrito, do cotidiano, das relações sociais, e não uma razão abstrata, metafísico, universal. (CONDÉ, 2001, p. 208)

Junto do duplo uso de Wittgenstein – enquanto método de leitura e companheiro conceitual de viagem –, e de nossa base metodológica – o pensamento epistemológico de Bachelard –, procuramos narrar, a seguir, tanto o desenvolvimento epistemológico dos estudos de organização do

conhecimento, a paisagem social da epistemologia de Wittgenstein, dentre os quais vai se tecendo um pano de fundo pragmático, como os grandes deslocamentos epistemológicos propiciados pelo pragmatismo na interpretação de uma historiografia da CI.

7.

**ENTRE BECOS E TRAVESSAS:
os jogos de linguagem de
uma tradição pragmática**

Que importa a paisagem, a Glória, a baía, a linha do horizonte?

- O que eu vejo é o beco.

Manuel Bandeira

O objetivo deste passo é descrever os principais argumentos e sistematizações de personagens/autores que identificam a tradição pragmática da epistemologia da CI, ou seja: iluminar alguns jogos de linguagem para identificar as familiaridades que tecem a rede discursiva do olhar pragmatista na área. Para isso, caminhamos entre becos e travessas – textos e seus fragmentos – que indicam semelhanças de família de uma certa forma de vida chamada tradição pragmática. A pergunta que aqui procuramos responder é: quais narrativas explicitamente manifestam-se como fragmentos identitários da tradição pragmática nos estudos de organização do conhecimento?

Para maior leveza e clareza metodológica, a etapa compõe-se de duas partes: a primeira vai das manifestações iniciais ligadas à Biblioteconomia humanista, passando pela Epistemologia Social, em Jesse Shera, e pelo trabalho de Rafael Capurro, até a crítica de Frohmann sobre a filosofia representacionista intrínseca ao enfoque cognitivista dentro da CI. A segunda parte inicia-se com o manifesto de Hjørland & Albrechtsen por um enfoque pragmático dentro da epistemologia da CI – a proposta da Análise do Domínio – e desdobra-se nos trabalhos acerca do pragmatismo de Miguel Rendón Rojas e Nérida González de Gómez, passando, antes, por uma formulação antropológica para CI, com significativas categorias-base pragmáticas, a Antropologia da Informação, de Regina Marteleto.

Capurro (1991) manifestou através de uma frase o elemento que mais colaborará para a iluminação de um outro complexo de pensamentos dentro da epistemologia da CI: o principal conceito em CI não é informação; o principal conceito desta área é o homem. A idéia de que a informação tem uma característica fundamentalmente humana, subjetiva, faz com que o cais e o horizonte dos estudos informacionais sejam o homem, investigado em uma viagem permanente, sem fim – nunca chegamos, como nos revela Saramago (1998), até este objeto e conseguimos dominá-lo; trata-se de uma viagem à ilha desconhecida como tripulante da nau *ilha desconhecida*, pois o conhecer, nas ciências sociais (RIBEIRO, 2003, MARTELETE, 1994, 1995, REIS, 1999) é também a própria embarcação que nos leva, o imaginário, as instituições, as ideologias.

Como nos revela Haller (1990, p. 18), “a investigação da tradição de uma escola se resume, no final, ao simples problema de dar uma explicação genética de um fenômeno da história das idéias: idéias que determinaram o pensamento da atualidade”. Assim, o pragmatismo informacional não parte de um ou outro texto ou afirmação, mas de um conjunto de fragmentos narrativos e práticas narradas que vão compondo os mitos de origem e estruturação de uma tradição – em outras

palavras, de múltiplos jogos de linguagem. Os discursos vão se somando e transmitindo sensibilidades de narradores para narradores, tecendo o somatório de idéias, experiências e diálogos.

Como já mencionado, tornou-se senso difundido nas leituras e diálogos sobre a CI confundir uma historiografia dos estudos de organização do conhecimento com os eventos que levam até a institucionalização do termo “ciência da informação”, identificados entre os anos 1950 e 1960. No entanto, o próprio estudo filosófico dos fundamentos do pragmatismo informacional leva até uma noção de circularidade dentro das investigações informacionais, demonstrando que a Biblioteconomia Humanista é a direção que esta, por vezes chamada, “nova” tradição – novo paradigma (CAPURRO, 2003 a) –, procura recuperar.

É por isto que a longa duração nos permite atingir algumas lições da epistemologia do não de Bachelard (1968, 1974): se analisamos criticamente a filosofia que funda os estudos que visam a organização do conhecimento não há nada de inédito na paisagem social epistemológica da CI; a Análise do Domínio não é um novo paradigma, como apresentam Hjørland & Albrechtsen (1995), mas um outro fragmento de uma tradição em desenvolvimento, parte de um cenário filosófico que sempre existiu na área; a Antropologia da Informação não é uma nova vertente de cunho antropológico dentro da organização do conhecimento, mas uma outra manifestação que parte de um pensamento ligado à etnologia.

De ordem retórico-filológica, erudita e bibliófila, a preocupação da Biblioteconomia Humanista estava na exegese dos textos documentados historicamente e da recuperação de manuscritos e outros textos, cuidando, assim, da transmissão dos discursos, da compreensão e preservação do sentido dos mesmos e da integração, através da contextualização histórico-cultural das fontes e seus significados, destes discursos em uma organização coerente e semanticamente acessível. Assim, mais de um século antes da fetichização do termo “informação”, que levará grande parte de institutos, faculdades e centros de pesquisa em Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação alterarem seus nomes, os estudos informacionais – ou estudos de organização do conhecimento – já atuavam, sob outros nomes, com uma filosofia pragmatista, com profundas incursões sociológicas e antropológicas.

Partindo do momento em que os estudos de organização dos saberes começam a ser abarcados pela institucionalização do termo “ciência da informação” – ou seja, meados do século XX – podemos identificar, como já mencionado, a partir das últimas décadas, uma forte presença de abordagens

pragmatistas na área. Uma caminhada pela paisagem social de nossa epistemologia nos permite vislumbrar esta observação. Como visto em nossa Apresentação, há um complexo de discursos tratando dos fundamentos sociais da CI, comungando, a partir daí, diferentes esferas identitárias do olhar pragmatista sobre a realidade. Do mesmo modo, os grupos de pesquisa voltados para abordagens qualitativas, para os estudos culturais, se expandem na área, como se pode ver na presença, no cenário brasileiro, do grupo Mediação, Circulação e Uso da Informação nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação, de orientação fundamentalmente pragmatista.⁶¹ Caminhando por entre os discursos que se desdobram, ao longo das últimas décadas, percebemos igualmente esta aproximação aos traços de uma tradição pragmática.

Em Wersig & Neveling (1975), é pontuada a responsabilidade social da área; e o objeto da CI é colocado como elemento envolto em processos sociais; além disso, diferentes ângulos são listados, como fundamentais para o estudo amplo da informação, o que leva Silva (1999b, p. 123) a perceber uma proposta hermenêutica na filosofia da informação dos pesquisadores.

Belkin & Robertson (1976) ampliam a procura por uma CI orientada não só para medição e para a mediação, como também para a compreensão, voltada principalmente para a interpretação, e não para o controle, dos fluxos da informação; para tal, a epistemologia dos estudos de organização do conhecimento deveria voltar-se para problemas específicos, ligados ao contexto da comunicação humana. O indivíduo é colocado como fator de relevância estrutural para o pensamento informacional. A filosofia antropológica, dentre outras disciplinas, é convocada por Belkin & Robertson (1976) para esta leitura do livro do mundo.

Mikhailov, Chernyi & Gilyarevski (1980) posicionam a área como uma disciplina social, e a informação, naturalmente, como uma entidade praxiológica. Assim, o valor da informação deve ser compreendido a partir de suas características pragmáticas. Nesta linha, a linguagem, o sistema de símbolos que permite a comunicação, deve ser investigada como instância elementar na hermenêutica da informação.

William Goffman, em 1975, sustentará que os estudos da informação devem se basear na análise comunicacional, que procura compreender como os indivíduos criam e transferem a informação,

61 O Grupo de Trabalho mencionado apresenta, dentre seu foco de trabalhos, pesquisas que comungam dos fundamentos estruturais do olhar pragmatista sobre a realidade. **Dentre estes, estão** o contexto e a construção **social** das possibilidades de organização e interpretação do mundo, exploradas, por exemplo, em trabalhos voltados para a mediação cultural e os estudos de transferência da informação.

bem como fazem uso da mesma. Também preocupado com a transferência da informação, Norman Roberts (1976) apontará que este processo deve ser analisado dentro de um contexto social específico, contexto pelo qual o homem produz e faz uso das informações – desta forma, o indivíduo, para a CI, não é um mero receptor da informação, mas um ator na práxis informacional, um intérprete e construtor da realidade.

Brookes (1980a, 1980b, 1980c) também posicionará a CI como ciência social, defenderá o *fallibilism* da produção do conhecimento e as micro-análises para os estudos da informação, de modo a perceber com mais sensibilidade os modos de uso da informação. Além disso, Brookes (1980a, 1980b, 1980c) pontuará a categoria “contexto”, um dos principais elementos identitários da filosofia pragmatista, como relevante para a epistemologia da CI.

Estes fragmentos de narrativas são declarações que ajudam a compreender as manifestações de um pragmatismo informacional, partindo de fontes e procurando perspectivas diferentes desta tradição. Suas sensibilidades fazem parte de um grande tecido que vai descrevendo o pensamento informacional e transmitindo discursos e experiências. São manifestações, no entanto, imersas em vozes de autores que, no conjunto de seu pensamento, terminam por “posicionar-se” mais próximos a um olhar cognitivista que pragmatista do conhecimento dentro da CI. Procuramos, a seguir, desvelar algumas narrativas que explicitamente, em nosso recorte metodológico, permitem vislumbrar esta lenta construção da tradição pragmática, seja pela manifestação explícita ao pragmatismo, seja pela crítica ao representacionismo. Buscamos aprofundar nossos olhares sobre a circularidade das movimentações epistemológicas dentro dos estudos da informação, que atravessam “bairros” dispersos no tempo como a Biblioteconomia Humanista, a Epistemologia Social e a Análise do Domínio.

A historiografia que nos é apresentada propõe-nos, como visto, um olhar devoto das anulações e dos novos paradigmas. Sob esta orientação é comum pensar a Biblioteconomia Humanista como algo remoto ou ultrapassado diante da CI, algo desligado do tronco discursivo desta última. É comum tomar a CI como nova disciplina, portadora de novos enfoques teóricos e novas metodologias, e aquela como uma manifestação apagada – ou ultrapassada em seus pressupostos, ou apenas uma técnica. Da mesma forma, por exemplo, a Epistemologia Social de Shera, como lembra Oddone (2007, p. 112), parecerá “definitivamente enterrada” ainda nos anos 1960. Isto se dá, como já discutido, devido ao rápido avanço da tradição representacionista na área ao longo do

século XX, por sobre a qual sustenta-se a tecnologização da epistemologia na organização do conhecimento, como também pelo fetiche informação. No entanto, a história saltos paradigmáticos termina por nos conduzir a uma fragilidade na análise teórica da área: passamos a creditar como grandes revoluções abordagens epistêmicas e metodológicas que são, na verdade, movimentações, muitas das vezes pequenas, no vocabulário e no fazer da área, e terminamos por não enxergar em novas imagens velhas significâncias.

De repente, a Epistemologia Social, proposta que parte de dentro dos estudos de organização do conhecimento – de “dentro” da Bibliografia, por um bibliotecário -, é vista ora como uma anomalia dentro da CI nos anos 1950/60 – pois não comungava das fortes abordagens representacionistas que avançavam sobre a área em um dado período -, ora como uma vanguarda não apenas para este corpo de estudos da qual ela partia, mas para todas as ciências sociais nos anos 1990 e 2000 – como demonstra Oddone (2007), muito do que Shera propôs estará relacionado com sensibilidades como aquelas de Latour, Morin e Foucault, autores hoje adotados para justificar um novo paradigma da CI, ou para afirmar a CI como interdisciplinar ou ciência emergente, ou para ampliar o olhar teórico da área. Da mesma maneira, muito daquilo que Capurro (1991, 2003) anuncia como novo paradigma, como uma “virada” na epistemologia, já estava demarcado por Shera, que, por sua vez, formulava apenas, a partir das suas sensibilidades, um outro olhar sob o pano de fundo pragmatista na área, vinculado ao olhar humanista da Biblioteconomia. Nas visitas seguintes procuramos identificar as manifestações pragmatistas e seus principais elementos, procurando dissipar algumas névoas no pensamento crítico da área.

PARTE 1: Dos indícios epistemológicos do pragmatismo na Ciência da Informação até a crítica de Frohmann

Percebemos na década de 1990 um conjunto sólido de narrativas que atestam o retorno ao humanismo, fundamentando assim o pragmatismo informacional de forma mais nítida. É ali que ficam manifestas e reunidas as principais narrativas de legitimação de uma CI social, ou do social como cerne da CI – e é quando o pragmatismo “aparece” como elemento teórico que justifica, inúmeras das vezes, a presença do termo “social” na área. Destaque neste contexto é a International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, ocorrida em 1991. Aqui o esclarecimento pragmatista dentro da epistemologia informacional ganha uma clarividência mais sublinhável. Como afirma Pinheiro (2005), esta reunião pode ser equiparada ao encontro da FID, em Moscou, que marcou o contexto epistemológico da CI pela apresentação de trabalhos preocupados com as confusões terminológicas – um estudo da linguagem informacional –, o escopo – um estudo dos limites dessa linguagem – e os métodos da área – um estudo das possibilidades práticas da linguagem da CI.

Rafael Capurro, na cartografia de 2003, como demonstrado, delimita uma certa tradição pragmática, de um modo geral, em uma estrutura de três pensamentos. Em primeiro lugar, a partir da crítica de Frohmann (1992) ao pensamento cognitivista. Como segundo importante manifesto pelo social nesta epistemologia, Capurro (2003) localizará o trabalho de Hjørland & Albrechtsen (1995). Por fim, o autor apontará os trabalhos em torno da cibersemiótica de Søren Brier. São essas as três balizas daquilo que classifica como paradigma social.

No entanto, no plano dos estudos de organização do conhecimento, sabemos que em todo o pensamento da Biblioteconomia humanista, o que é classificado como pragmatismo informacional, em seus conceitos principais, tem neste trato remoto da organização dos saberes suas bases teóricas substanciais. No que diz respeito à historiografia da CI que coincide com o aparecimento e desenvolvimento conceitual do próprio termo “ciência da informação”, o pensamento de Jesse Shera, reunido entre os anos 1950, 1960 e 1970, define o que podemos chamar de não-alinhamento. As décadas citadas evidenciam um momento epistemológico consideravelmente influenciado por um positivismo informacional, isto é, por um fisicalismo informacional, como o verificado em Capurro (2003), Rendón Rojas (1996) e outros cartógrafos epistemológicos apresentados. Os modelos desta abordagem revelam a procura pela construção epistemológica de uma ciência exata

para a informação, uma disciplina capaz de prever e quantificar essa categoria em seu fluxo nos sistemas de circulação de dados construídos pelo homem.

Em sentido oposto a esta tradição, os trabalhos de Shera no período citado, como o indicado por autores como Oddone (2007), Budd (2002) e Fallis (2002), revelam a preocupação com um fundamento social, vinculado à práxis do cotidiano, para a epistemologia da informação. Em Shera, pode ser localizada, em torno da emergência de uma tradição pragmática da informação, a defesa de uma campanha teórica que julgasse os estudos informacionais a partir da subjetividade da comunicação, iluminando, desta forma, a tradição bibliotecária humanista de maneira profunda. Os fragmentos de discurso e narrativas que vão constituindo a tradição pragmática, vão, igualmente, nos apontar como chegamos até o tecido mais sedimentado na década de 1990. Desta forma, o contínuo que passa por diversas declarações nos permite contemplar uma linha histórica de longa duração que posiciona a biografia de uma tradição, oriunda de uma tradição bibliotecária humanista.

7.1. A organização do conhecimento em suas raízes humanistas: indícios das manifestações pragmáticas entre a Biblioteconomia humanista e a Bibliografia textual

A CI, em suas bases física e cognitiva, como visto, parte de uma tradição epistemológica representacionista. O pensamento com foco na representação parte da lógica pura e caminha até a lógica de percepção mental entre o fisicalismo e a abordagem cognitiva informacional, mas mantém a linha de argumentação voltada para a representação, como mencionado anteriormente. No entanto, os estudos de organização do conhecimento, que visavam representação, transmissão e preservação de conteúdos, movimentaram-se ao longo dos séculos por diferentes arenas.

Como aponta Mostafa (1996a, p. 36), no século XVI o pensamento é relacional: não havia mediação do conceito, o que permitia que “tudo” tivesse relação com “tudo”, o que exigia, por sua vez, diante da grande dança das analogias, uma maior erudição. O erudito, responsável por resolver a mediação ausente dos conceitos, atuava com a construção e transmissão do saber através do comentário, da exegese. Ali, “conhecer é comentar” (MOSTAFA, 1996a, p. 37). No âmbito do Renascimento “desenvolvia-se uma epistemologia baseada na interpretação por analogias, em que as palavras e as coisas se misturavam”, ou seja, “as palavras não representavam as coisas”, eram partes delas.

A partir do século XVII, “a palavras e as coisas se separam, nascendo entre elas a representação” (MOSTAFA, 1996a, p. 37) – aqui a palavra se torna imagem, como pode ser visto nas obras de Magritte (FOUCAULT, 1988; PAQUET, 1992). Neste contexto, aparecem a ordem alfabética e a identidade das palavras – ou seja, ordem (medida) e identidade (precisão) agora governam as relações sociais⁶². Segundo Mostafa (1996a, p. 38), “está aberto agora o caminho para a taxionomia”, para a classificação do século XVIII, o “século da classificação e dos acervos”. Em outras palavras, “as palavras do século XVIII são a nomeação do visível” (MOSTAFA, 1996a, p. 39). No contexto da filosofia do *Tratado Lógico-Filosófico* de Wittgenstein, este estado indicava a investigação que pressupunha a existência de um “paralelismo rigoroso entre a proposição e o fato que ela descreve” (PINTO, 1998, p. 175). No olhar foucaultiano (FOUCAULT, 2002, p. 148), ocorre aqui a separação entre “palavra” e “ação” - o que Benjamin (1985), por sua vez, chamaria de fim da narrativa e nascimento da informação, e Chartier (2001), a “disputa” entre narrativa e conhecimento.

O século XX, como indicado em nossa Justificativa, promove a “substituição” do sujeito pela informação (BENJAMIN, 1985; MOSTAFA, 1996a). Ou seja, o próprio termo “informação” é a fundamentação da base representacionista da epistemologia da CI. No olhar popperiano, uma das bases teóricas da importante tradição cognitiva da CI⁶³ (POPPER, 1975b, 1978), nosso conhecimento deve ser objetivo e este, o conhecimento objetivo, é um conhecimento sem conhecedor, sem sujeito que conheça (MOSTAFA, 1996a, p. 41). Em resumo, usando as palavras de Mostafa (1996a, p. 42), a “representação do conhecimento” passa a ser tratada como o “coração” dos estudos informacionais. CDD, CDU, tesouros, ontologias, palavras-chave, resumos, tudo isto é meta-representação – a representação-meio entre os artefatos e os homens. O organizador do conhecimento é tomado como mediador entre o mundo 2, o dos estados mentais, e o mundo 3, o mundo dos artefatos, segunda a epistemologia de Popper (BROOKES, 1980a), e não como intérprete da realidade.

62 Nas palavras de Foucault (2002, p. 65-66), “a escrita cessou de ser a prosa do mundo; as semelhanças e os signos romperam sua antiga aliança; as similitudes decepcionam, conduzem à visão e ao delírio; as coisas permanecem obstinadamente na sua identidade irônica: não são mais do que o que são; as palavras erram ao acaso, sem conteúdo, sem semelhança para preenchê-las; não marcam mais as coisas; dormem entre as folhas dos livros, no meio da poeira. A magia, que permitia a decifração do mundo descobrindo as semelhanças secretas sob os signos, não serve mais senão para explicar de modo delirante por que as analogias são sempre frustradas. A erudição, que lia como um texto único a natureza e os livros, é reconduzida às suas quimeras: depositados nas páginas amarelecidas dos volumes, os signos da linguagem não têm como valor mais do que a tênue ficção daquilo que representam”.

63 Rozados (2003, p. 87) cita Mostafa & Moreira (1999) em passagem que as autoras afirmam que a abordagem cognitiva é a “mais dominante da área da informação”, gozando de vantagem hegemônica” sobre as demais linhas de pensamento. Ao perceber a profunda relação da tradição cognitiva e a filosofia representacionista, esta afirmação, acreditamos, pode ser corroborada, mesmo sem uma análise bibliométrica de ocorrências do vocabulário na literatura e uma análise hermenêutica dos usos deste vocabulário nos territórios de prática em CI. O trabalho de Mostafa & Moreira (1999), a saber: MOSTAFA, Solange Puntel; MOREIRA, Walter. *Referenciais Teóricos da Área de Informação*: sobre Isa e Vânia para professores da ABEED. Campinas: ABEED, 1999.

No bojo do desenvolvimento da modernidade, a Biblioteconomia, uma das principais áreas ligada aos estudos da organização do conhecimento antes do século XX, começou a realizar trabalhos mais específicos – mais especializados –, com focos comerciais e industriais, inferindo o nome de Biblioteconomia Especializada às suas intervenções – nos dizeres de Dias (2002, p. 89-90), a Biblioteconomia Especializada surgiria como uma “espécie de dissidência da biblioteconomia, pois os profissionais que trabalhavam na área especializada se sentiram, a partir de determinado momento, incomodados com os rumos tomados pela grande área”, ou seja, era a Biblioteconomia erudita muito ampla, aberta, desligada de uma política de orientação científica vinculada ao positivismo.

Estes profissionais, acrescenta Dias (2002, p. 90), “sentiam que a Biblioteconomia e suas instituições não estavam interessadas em atender à crescente demanda dos usuários da informação especializada”. Assim, nascerá uma Associação de Bibliotecas Especializadas e, “mais tarde, numa outra etapa dessa evolução, vai surgir o termo “documentação”, este “também destinado a expressar o trabalho desenvolvido pelos profissionais voltados para atender a este tipo de usuários”, acrescentando ao termo “biblioteca especializada” algumas categorias práticas. Assim, aparecerão os centros de documentação, co-existindo com as bibliotecas especializadas – instituições que, em inúmeros casos, podiam significar, na prática, a mesma situação. Na mesma “rota evolutiva”, reflete Dias (2002, p. 91), aparecerá o termo “ciência da informação”, propiciando o surgimento de um outro espaço institucional, o centro de análise de informação que, “além de desempenhar todas as funções de um centro de documentação disporia também de especialistas capazes de gerar informação nova” – nada diferentes daquilo que o bibliógrafo textual fazia nos séculos anteriores. Coexistirão, desta forma, no contexto norte-americano, os bibliotecários especializados e os cientistas da informação, ambos atuando para “atender um mesmo alvo: a informação especializada e seus usuários”.

Neste período que compreende a especialização que se movimenta da Biblioteconomia Especializada até a Documentação, a grande novidade tecnológica em organização do conhecimento era a reprodução micro-fotográfica, o que fez com que o termo “documentação” vivesse, na prática, em determinados contextos, como “sinônimo de microfotografia” (SHERA, 1980, p. 92). Muitas vezes, os “novos” atores dentro do plano da organização do conhecimento procuravam adotar um “novo” nome pelo explícito “desdém” aos antigos atores, os bibliotecários (SHERA, 1980, p. 93) – Dias (2002, p. 95) também contribuirá para este olhar crítico, verificando

uma simulada “tentativa de simplesmente exterminar todo o grupo terminológico associado ao termo biblioteca, ou seja, bibliotecário, biblioteconomia, etc”; nas palavras de Galvão (1993) tratava-se de um imediatismo para resolução de problemas práticos. Na verdade, o criticismo sheriano, contextualizado dentro da formação discursiva da própria idéia de pós-modernidade, emergida socialmente na passagem das décadas 1950 para 1960, é apenas um fragmento da crítica à tendência do “postismo” deste período (JIMENEZ, 1994), a grande corrida por inferência de conceitos novos e de anulação de termos e significados, a corrida por identidade.

Duas orientações definiam a história epistemológica da Biblioteconomia: a primeira, mais remota, de cunho erudito e bibliófilo, humanista, retórico e filológico, em geral demarcado até o século XIX⁶⁴; a outra, ligada ao aparecimento das bibliotecas públicas, relacionada a uma mudança de orientação da erudição para o serviço público, um serviço dinâmico, objetivo, mais especializado, ou tecnicista (SILVEIRA, 2007). Este processo intensifica a redução do termo “biblioteconomia” e, por vezes, a tentativa de anulação do mesmo, o que, na prática, significou a negação de determinadas técnicas da Biblioteconomia, com a posterior “reinvenção” de procedimentos, com novos nomes, que representavam, na verdade, as técnicas renegadas. “Acreditou-se que, mudando-se a terminologia a realidade seria modificada”. (SHERA, 1980, p. 93-94).⁶⁵

É relevante notar que a linha “humanista” da Biblioteconomia de ordem erudita e bibliófila era íntima dos estudos filológicos. Estes estudos procuravam, por exemplo, realizar “a exegese dos textos literários documentados historicamente” - filologia primitiva -, a recuperação de publicações de manuscritos e textos – filologia moderna/científica. Além disso, era dever fundamental do filólogo atuar na “custódia e salvaguarda dos textos contra a sua destruição material”, além de transmitir os “textos atinentes ao grupo social a que pertence”, cuidar do “sentido que se deve dar ao conteúdo do texto” e da “integração dos textos em conexões mais amplas, dentro da multiplicidade de textos”. (ARAÚJO, 2001)

Chama atenção também que, entre as missões sociais do profissional, “quando a sociedade possui

64 Como comenta Peter Burke (2003, p. 98), entre os séculos XVI e XVII eram necessários “bibliotecários-filósofos” ou “filósofos-bibliotecários”. No seicentos, alguns governos europeus passaram a nomear organizadores do conhecimento registrado, estudiosos e eruditos em geral, socialmente chamados de arquivistas e curadores de documentos (2003, p. 128)

65 Discutindo diferentes autores, Loureiro & Jannuzzi (2005, p. 132) apontam que a formação dos bibliotecários teve duas grandes correntes: uma linha humanista ligada à Ecole Nationale des Cahrtes, fundada em Paris, em 1821; e outra, de caráter tecnicista, surgida nos Estados Unidos, com a School of Library Economy, fundada por Melvil Dewey, em Nova York, na Columbia University. A linha francesa apresentava a mesma formação para bibliotecários, arquivistas-paleógrafos e arqueólogos. Também Baptista & Brandt (2006), discutem a relação entre as linhas erudita, de cunho europeu, e tecnicista, de cunho anglo-saxão/norte-americano, identificando que, no Brasil, o curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional possuía um currículo voltado para a erudição. O trabalho de Silveira (2007) também procurará identificar estes dois modelos - o tecnicista e o humanista – dos estudos orientados para organização dos saberes.

escrita, cabe ao filólogo a conservação dos textos em biblioteca pública, procurando, ao mesmo tempo, que se multipliquem as cópias dos textos existentes” (ARAÚJO, 2001), ou seja, ampliando com a reprodução as possibilidades de acesso. Se a CI atinge um grau de formação discursiva que prevê o nascimento de locais onde não apenas se guarda, mas também se produz e se dissemina informação, como no centro de análise da informação (DIAS, 2002), esta evidência é apenas um “retorno” a um “setor” da biblioteca antiga, ou uma iluminação do humanismo intrínseco à área, um “reencontro” com a Filologia e a Retórica, com o bibliotecário erudito, lembrando que o humanismo marca a ascensão das disciplinas Retórica e Filologia contra a tradição escolástica. Um “retorno”, naturalmente, parcial, pois, como percebemos, há uma permanência intrínseca no próprio fazer da organização do conhecimento que não permite uma ruptura kuhniana a ponto de negarmos a presença ao longo do século XX da filosofia pragmatista na área, intrínseca ao olhar humanista.

A Biblioteconomia sempre trabalhou com conhecimento – com a organização do conhecimento -, principalmente a Biblioteconomia erudita, humanista, de cunho retórico-filológico. O conhecimento da Biblioteconomia erudita, generalista – culturalista (HJORLAND, 2000a) -, amplo, fundamentado nas analogias, era, por excelência, o que o discurso pós-moderno chama de interdisciplinaridade – como diz Foucault (2002, p. 66), a erudição “lia como um texto único a natureza e os livros”, ou seja, construía um conhecimento pelo diálogo, pela trans-leitura do mundo. Esta argumentação é refletida em Mostafa (1986, p. 174). A pesquisadora nos revela que a “vertente humanista” da Biblioteconomia, “ao invés de uma metaciência postulada pelos cientistas da informação”, atua a partir de um “projeto interdisciplinar”. Isto se dá diante da presença da Retórica no pensamento bibliotecário humanista, Retórica que Capurro (1991) verificará como um “novo” paradigma na área séculos depois, em uma “nova” ciência chamada CI – ciência que, na verdade, é epistemológica e institucionalmente oriunda da Retórica bibliotecária, contra a qual procurou formular, em parte, seu escopo teórico.

Esta disciplina investiga as possibilidades de formação e execução dos discursos. Em seu método, o discurso é desconstruído para ser compreendido a partir das seguintes frações: *inventio* (invenção, achar o que dizer), *dispositio* (disposição; pôr em certa ordem o que se tem a dizer), *elocutio* (elocução; colocar os ornamentos do discurso), *pronuntiatio* (pronúnciação; proferir o discurso, tendo em vista a dicção e a gesticulação adequadas); *memoria* (memória; confiar o discurso à memória) (SOUZA, 2006). Trata-se, como visto, de uma exploração das possibilidades de comunicação, uma investigação do diálogo. Neste âmbito, o bibliotecário-filósofo fazia parte de uma “ciência interpretativa”, de uma espécie de antropologia da comunicação, pois a cultura

específica de onde partia cada discurso era que lhe conferia significado. A ação dos gestos e das palavras era o que importava a este organizador do conhecimento, não a representação.

Ao se voltar para a amplitude dos saberes, não assumindo apenas um método de posicionamento diante da investigação científica, a Biblioteconomia que antecede a especialização da Documentação assume uma percepção pragmática da realidade, negando a unilateralidade do conhecimento, buscando conhecer o homem a partir da análise contextual da produção de seus registros informacionais e pontuando as semelhanças de família que cercam cada jogo de linguagem constituinte das formas coletivas do saber.

Do mesmo modo, a chamada Bibliografia textual, também anterior à Documentação, percebe o mundo do conhecimento de uma forma ampla e apegada aos contextos de cada documento ou artefato cultural. A Bibliografia, no início do século XX, “deixou de designar apenas uma lista de livros para ser encarada como ciência” por bibliotecários britânicos – uma sociologia dos textos (CHARTIER, 2001). Tais ingleses “não fizeram mais do que restaurar uma tradição que remonta à célebre Biblioteca de Alexandria, cujos diretores foram notáveis eruditos”, do mesmo modo que “recuperar” olhares sobre a Bibliografia como crítica textual ao longo dos séculos que se seguem ao quinhentos. A especialização promovida pela Bibliografia dentro da Biblioteconomia, voltada para a localização, descrição e transmissão – ou para o recenseamento do mundo dos livros em sua totalidade, a referenciação/representação do mundo -, ganhará, com os estudos estatísticos, um novo escopo e missão: a Bibliometria, ou bibliografia estatística, especializada inicialmente na construção de índices de citação (FONSECA, 1979, p. 29-32). É a especialização da Bibliografia, positivista por princípios e práticas, a uma das mais profundas bases da Documentação de Paul Otlet.⁶⁶ (RIEUSSET-LEMARIÉ, 1998)

É interessante notar que, entre o humanismo e o positivismo, e entre o pragmatismo e representacionismo, a Bibliografia procurava conhecer e compreender o livro do mundo, partindo das bases da Biblioteconomia filológica para tecer as balizas da Documentação. A Bibliografia teria por missão, em primeiro lugar, “a correta identificação de textos e seu estudo comparativo, para determinação do arquétipo e suas variantes” (FONSECA, 1979, p. 35) - variante retórico-filológica,

⁶⁶ Como nos apresenta Ortega (2007), Otlet utiliza inicialmente o termo “ciências bibliográficas”, posteriormente ladeado ao termo “documentação”. Ao procurar “designar a atividade específica de coletar, processar, buscar e disseminar documentos”, usou o termo “documentação”, em 1905. No Tratado de Documentação, de 1934, Paul Otlet buscará um “aprimoramento das atividades de Bibliografia”. Com o avanço de construção das tecnologias sobre os estudos da informação, o termo “informática documentária” passa a representar as aplicações da informática na documentação. (ORTEGA, 2007)

pragmatista -; em segundo lugar, é também sua missão “as análises bibliométricas cujo objetivo é a comprovação ou retificação da história das idéias” (1979, p. 35) - variante documentalista, representacionista. É também importante ressaltar, no entanto, que a Bibliometria, especialização da Bibliografia, esta, especialização da Biblioteconomia, também deve prezar pelo “relacionamento entre os documentos citados e documentos citantes” - vertente retórico-filológica, pragmatista -, bem como do “recenseamento ideográfico de bibliografias nacionais” - vertente documentalista, representacionista (FONSECA, 1979, p. 35).

A Bibliografia em sua vertente pragmatista é chamada de textual – ou ciência da crítica textual (FONSECA, 1979). Também conhecida como analítica, histórica ou crítica, esta linha científica vai muito além da representação descritiva dos artefatos com os quais atua, apresentado as relações intertextuais dos mesmos, cruzando perspectivas críticas e históricas (HORCH, 1978). Desta maneira, a Bibliografia textual volta-se para a comparação de textos, tendo, por isso, a necessidade de recorrer a uma análise histórica, antropológica e sociológica da produção e da recepção da linguagem. Trata-se da procura pela compreensão dos diálogos entre os textos, procurando reconhecer o contexto específico de cada discurso e suas formas de apropriação. Este método aproxima a Bibliografia – e, logo, a Biblioteconomia – dos estudos culturais: é necessário compreender o discurso em sua cultura de produção e apropriação -, da crítica literária – é preciso perceber as belas artes como formas do conhecimento e, para tal, é preciso colocá-las junto de qualquer outro objeto de pesquisa, como o pragmatismo defende (RORTY, 1994, 1997, 2000) e, em geral, como ocorre com o ponto de vista das abordagens culturais. Desta maneira, a Biblioteconomia humanista e a Bibliografia textual fazem parte do complexo de sensibilidades e experiências que pontuam a investigação do homem em sua esfera social, caracterizando-o como “sujeito histórico”, inserido em uma cultura específica, autor coletivo dos significados que permitem a socialidade.

7.2. 1952: o alarido de um ano esquecido

Fallis (2002) identifica, no ano de 1952, a discussão aberta por Jesse Shera e Margaret Egan⁶⁷ na busca em torno de uma nova disciplina⁶⁸. Esta nova disciplina – uma matéria meta-científica -

67 Reconhecemos aqui a importante presença de Egan junto de Shera na formulação da Epistemologia Social. No entanto, diante do fato de que os trabalhos seguintes no tema foram “mais” explorados pelo último pesquisador, adotamos seu nome para qualquer referência à abordagem, sem, no entanto, desmerecer a co-autoria. O mesmo ocorre com Albrechtsen e Hjørland na Análise do Domínio. Hjørland procurou em publicações seguintes àquela de 1995, quando a Análise do Domínio é apresentada em co-autoria com Albrechtsen, aprofundar o tema, além de se dedicar profundamente à epistemologia, o que nos fez optar por trabalhar a abordagem mais ligada ao seu nome.

68 A importância e a maturidade do trabalho de Jesse Shera são demonstradas, por exemplo, na publicação de um número da revista *Social Epistemology*, v. 16, n. 1, de 2006, que trata estruturalmente da Epistemologia Social sheriana, bem como de outras revisões recentes das propostas do autor, como a de Oddone – ODDONE, N. Revisitando a

deveria se preocupar com uma estrutura de investigação efetiva dos complexos problemas de processos intelectuais de formação do conhecimento. A disciplina em questão seria a Epistemologia Social, e foi apresentada no artigo *Foundations of a theory of bibliography*. No entanto, como lembra Oddone (2007, p. 110), o trabalho “não mereceu citações nem gerou discussões entre os pesquisadores e bibliotecários que se encontravam em atividade naquele período”.

É importante perceber que a Epistemologia Social é apresentada em um periódico de Biblioteconomia; seu escopo é como recorte panorâmico a Bibliografia; esta, uma “Bibliografia” ampla, devota da Bibliografia Textual, que vai além da raiz etimológica dos termos vinculados ao livro e à biblioteca, assim como Otlet pensava, o que levou a procurar uma nova nomenclatura para seus estudos bibliográficos, cunhando a noção de Documentação; e, por fim, com uma profundidade tamanha, apesar de seu recorte, capaz de antecipar diferentes discussões apresentadas posteriormente na CI como vanguardas, viradas ou abordagens inéditas. Em resumo, a Epistemologia Social se demonstrava muito além dos problemas terminológicos de definição da área: voltava-se para todas as disciplinas ligadas aos estudos de organização do conhecimento e conferia, por exemplo, ao termo “biblioteconomia”, uma amplitude muito ampla e coerente dentro do cenário epistemológico que a raiz etimológica do termo anunciava, amplitude que mais tarde seria defendida, dentro da área, como necessária, sob a influência de autores “externos”, como Morin, e com a qual se procurou justificar a necessidade de substituição do termo para “ciência da informação”; noção que, ao contrário do que anunciavam, especializava a área.

Na era da internet, nas palavras de Fallis (2002), a CI poderia servir como um laboratório de teste do trabalho teórico em Epistemologia Social. Segundo Egan & Shera (1952, apud Budd 2002), a Epistemologia Social significa o estudo dos processos da sociedade em sua procura para a apreensão da relação perceptiva e compreensiva do ambiente em sua totalidade, como na Bibliografia textual, abrangendo os aspectos físicos, psicológicos e intelectuais.

Verifica-se a problematização da prática informacional a partir de sua justificativa social. Catalogar, classificar, preservar são práticas pensadas, desta forma, como tarefas técnicas institucionalizadas por uma filosofia da resolução de problemas da sociedade. As narrativas da epistemologia informacional são produto de um processo social, a comunicação. Como fenômeno da comunicação, a informação não se encontra em estado de inércia sintática e semântica: sua forma e seu conteúdo são instáveis, sobrevivem através da modificação de canais de comunicação e das nuances de absorção e dispersão dos intérpretes da realidade. Não há, pois, no estudo social que é a

“Epistemologia Social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007.

análise da dinâmica da organização do conhecimento, a idéia unilateral do controle matemático ou da definição final das formas de aquisição, guarda e dispersão dos artefatos. São estes, fenômenos inabarcáveis no mundo físico. Só podem ser compreendidos em sua condição de transformação, em sua realidade viva e mutante, em sua vivência.

No período que demarca o princípio da produção epistemológica de Shera, Capurro (2003) manifesta a existência do que conceituou como paradigma físico da CI. Aqui, as crenças e convicções teóricas possuíam em sua cúpula a Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver e da cibernética de Norbert Wiener. Aqui a informação é um objeto físico transmitido de um receptor para um emissor. A exploração destas abordagens no campo da CI, na delimitação da ciência social que tem por objeto a informação, demarcou um aporte metodológico positivista dentro da área. Como afirma Araújo (2003), uma vez que já vinha de uma formalização muito próxima às ciências exatas, “a Ciência da Informação encontrou, exatamente naquele conjunto de ciências sociais também próximas às ciências exatas, maior identidade de propostas e métodos”.

É neste contexto, marcado por aplicações estatísticas de levantamento de informações em abordagens quantitativas, que o trabalho de Shera é apresentado aos estudos epistemológicos da área. Se pensarmos a CI a partir do desenvolvimento terminológico do termo “ciência da informação”, Shera tanto recuperará as análises filológicas da organização do conhecimento, como antecipará uma discussão que se fará cada vez mais presente nos trabalhos que dobraram a década de 1970 para 1980, e cuja estrutura se faz mais consistente na última década do século XX. Se procuramos a CI a partir da Biblioteconomia Humanista, Shera aparece como o narrador de uma formação discursiva que vem se desenvolvendo ao longo dos anos no trato da organização da informação. Trata-se de um conjunto de proposições teóricas e aplicações metodológicas que evidenciarão uma epistemologia da ação social, intimamente ligada à pragmática da relações sociais, como a epistemologia crítico-poética de Bachelard e o pragmatismo de Wittgenstein.

Esta epistemologia busca a relação entre os usuários da informação no solo da construção de suas formas de perceber do mundo. Como o próprio pesquisador comenta, a década de 1960 é um período de “incríveis avanços tecnológicos” (SHERA, 1977, p. 259), onde era colocada sobre a tecnologia a solução de muitos problemas, como a recuperação da informação, dando-se pouca relevância ao juízo das atividades, ao conhecimento, ao social, à hermenêutica. Justamente estas categorias pragmatistas a Epistemologia Social elegerá como fundamentais.

7.3. O praxiológico como base epistemológica para a Ciência da Informação: a Epistemologia Social de Jesse Shera

Shera (1973) chama atenção para a missão social da CI. O escopo de estudos da área, segundo o autor, deve abarcar tanto o sistema cognitivo do indivíduo como sua rede de comunicação. É neste âmbito que a Epistemologia Social seria uma filosofia das ciências que trata do conhecimento em sua vivência na estrutura social de construção coletiva dos indivíduos, para além da representação, tomando a linguagem como ação, antecipando profundas discussões contemporâneas ligadas, por exemplo, ao estudo das redes sociais e aos estudos culturais de uso e compartilhamento da informação. Shera (1973), influenciado por uma escola russa que posiciona a área na plataforma das ciências sociais – apesar deste foco de pensamento estar no âmbito da comunicação científica –, convoca a pesquisa em organização do conhecimento, a partir de 1950, a preocupar-se mais com os fundamentos sociais da área que com suas bases físicas.

O autor parte da instituição que representa uma das mais frutíferas metáforas conceituais da área: a biblioteca. Esta, uma construção social, nos faz refletir que todo o conhecimento se dá através de transversalidades subjetivas. Em meio a estas transversalidades se posiciona o bibliotecário – ou bibliógrafo, ou documentalista, ou cientista/profissional da informação –, um intérprete alocado dentre um complexo de contextos. O fim último da comunicação está na noção de compreensão. Daí, a mensagem carece de interpretação – e essa só pode se dar na investigação do social na epistemologia, dos usos que fazemos de nossa realidade. (SHERA, 1973)

Desta maneira, a CI tem como objeto principal o indivíduo em sua comunidade, ou a sociedade, em sua convivência com a informação – não necessariamente a “sociedade da informação”. Para investigar estes grupos de indivíduos, a Epistemologia Social – que também pode ser chamada de cognição social, ou uma visão contextual das possibilidades analíticas cognitivas – buscaria apreender o problema complexo do conhecer, a maneira como a sociedade percebe e compreende o mundo. O foco desta disciplina seria a produção, o fluxo, a integração e o consumo de todas as formas de comunicação em seu tecido social. (SHERA, 1973)

A Epistemologia Social deveria providenciar às disciplinas da informação, como os sistemas bibliográficos, o pressuposto de que as construções de mediação informacional partem de construtos sociais, e devem abarcar o problema da cognição, ou como o homem aprende; o problema da cognição social, ou como a sociedade aprende; e a história e a filosofia do

conhecimento existente em diferentes culturas, ou, como a sociedade transformou em memória seus saberes, e como esta mesma sociedade interpreta seu conhecimento salvaguardado⁶⁹. Esta filosofia social das disciplinas da informação não exclui as contribuições físicas do conhecimento informacional, as contribuições da engenharia computacional, tratando as ciências físicas tão relevantes quanto as sociais no desenvolvimento da pesquisa da área (SHERA, 1973). Este fundamento da Epistemologia Social identifica seu caráter humanista, solidário – ou interdisciplinar, para usar o termo preferido na área –, que procura a compreensão a partir do cruzamento de olhares diferentes sobre o mesmo objeto, antecipando, como já mencionado, olhares como o de Morin na epistemologia da área⁷⁰.

Para Shera (1973), com a abordagem da Epistemologia Social, devemos menos nos preocuparmos com interrogações como se é uma ciência ou não a área que trata da informação, e “mais” buscar quais contribuições científicas permitem realizar o estudo das relações sociais no âmbito da organização do conhecimento. Esta abordagem lança um olhar sobre o homem total e a sociedade total, ou seja, a velha sociedade humanista, e todas as suas formas de pensamento, conhecimento, sentimentos, ações e comunicação – Shera (1973) propõe uma outra sensibilidade para a CI: a área mais sensível a um conjunto maior de experiências, uma circularidade. Neste aspecto, para o autor, o estudo da Epistemologia Social é, antes, a evidência da responsabilidade social da área na sociedade em que ela coexiste – e daí, sua cientificidade. Esta responsabilidade social, tema explorado por outra manifestação com fragmentos pragmatistas na paisagem epistemológica contemporânea em Freire (2007), aproximaria-se, pois, de uma deliberação epistemológica sobre a ética do organizador do conhecimento.

É bastante clara no pensamento sheriano a busca por uma ampliação de uma abordagem cognitiva tradicional dentro da CI – ampliação que será revisada mais tarde por Ingwersen (1996) e Frohmann (1992). O vocabulário de Shera (1977), como visto, revela esta aproximação. Desta forma, termos típicos da abordagem psicológica apresentada pelo cognitivismo informacional, como cérebro, mente, estrutura, capacidade cerebral, estímulos, pensamento, processos intelectuais, processamento de informações, percepção, necessidade de informação, comportamento mental, comportamento individual, aquisição e assimilação, são “traduzidos” na Epistemologia Social com termos mais

69 Neste aspecto, Jesse Shera antecipa alguns dos grandes deslocamentos da tradição cognitiva informacional. A cognição situada, por exemplo, discutida por autores como Venâncio, Borges e Campos na produção epistemológica contemporânea da CI, tem em Shera um reflexo remoto, sólido e integracionista. Dentre os trabalhos dos citados autores, podemos levantar os seguintes: VENÂNCIO, L. S.; BORGES, M. E. N. Cognição situada: fundamentos e relações com a Ciência da Informação. *Enc. Bibli.: Rev. Eletr. Bibliotec. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. 22, 2o. Sem. 2006.; CAMPOS, L. F. De B.; VENÂNCIO, L. S. Perspectivas em (in)formação: tendências e tensões entre abordagens físicas, cognitivistas e emergentes. *Transinformação*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 107-118, maio/ago. 2007.

70 Oddone (2007, p. 111) aponta que a Epistemologia Social já foi pensada como uma disciplina-mãe, um fundamento para a Biblioteconomia, a Bibliografia e a Comunicação.

oriundos de enfoques pragmático-sociológicos, como cultura, comportamento coletivo, ação, prática, organização social, organização complexa, utilidade social, compreensão, sociedade, aculturação.

É preciso atentar, no entanto, que a influência cognitiva é bastante forte dentro da argumentação sheriana (SHERA, 1977)⁷¹. Diz o autor: a nova disciplina deveria

fornecer uma estrutura para a investigação eficiente de todo o complexo problema dos processos intelectuais da sociedade – um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva para seu ambiente total. Levantaria o estudo da vida intelectual a partir do escrutínio do indivíduo para uma pesquisa sobre os meios pelos quais uma sociedade, nação, ou cultura alcança compreensão da totalidade dos estímulos que atuam sobre ela.

De um modo geral, o pensamento sheriano atesta que a Epistemologia Social deveria providenciar um fundamento teórico para a epistemologia da organização do conhecimento. A base estrutural desta epistemologia se encontra na idéia de que os processos sociais que cercam as atividades dos profissionais da informação não podem ser negligenciados na apreensão epistemológica. Desta maneira, a análise de outras culturas é imprescindível nesta epistemologia: esta análise desvela uma noção interdisciplinar – de escambo com outras áreas – e uma noção antropológica – só podemos pensar a CI em comparação com os sistemas sociais que a cercam, e sobre os quais nossa área intervém. (BUDD, 2002).

Budd (2002) aprofunda a análise de revisão do pensamento de Shera acerca da definição e discussão de uma Epistemologia Social dentro da CI. O autor identifica, no plano geral dos textos epistemológicos sherianos, a preocupação com uma ciência de intervenção, isto é, um estudo da ciência visto a partir do contexto da ação. A análise de Budd (2002) sobre os trabalhos de Shera visa perceber a relação entre uma epistemologia informacional que atenda também ao empirismo intrínseco da CI e ao profissional da informação em suas tarefas cotidianas.

A percepção de Budd (2002) demonstra como Shera aprofunda, em termos filosóficos, os fundamentos pragmáticos da epistemologia da informação, atingindo duas das características elementares da organização do conhecimento: a) sua clássica função como ciência aplicada; b) sua fundamental atuação como ciência social interpretativa, íntima da Biblioteconomia erudita, da

⁷¹ O próprio léxico do autor, e a organização da construção de seu conceito de Epistemologia Social – fora a própria declaração de que esta disciplina pode também ter como sinônimo a cognição social – relevam as fortes preocupações conectadas com os processos mentais de assimilação informacional – o enfoque sheriano procura ampliar a análise cognitiva do indivíduo para a análise cognitiva dos grupos de indivíduos.

Bibliografia textual. Isto significa que a epistemologia da CI não pode nunca prescindir de uma filosofia do trabalho, isto é, de uma teorização que orienta, em suas bases, a ação, a prática do profissional que intervém na informação, seja organizando, seja preservando, como na orientação filosófica de Bachelard (1968) e Wittgenstein (1979). Do mesmo modo, a epistemologia informacional não pode se furtar de uma filosofia do praxiológico, seja ela com base sociológica, histórica, antropológica ou psicológica.

Segundo Budd (2002), no pensamento sheriano a Epistemologia Social poderia providenciar fundamentos teóricos gerais que sempre formaram o escopo de preocupação dos estudos informacionais. Esta epistemologia teria como base a noção de comunicação, relativa ao Humanismo. Diferentemente da epistemologia tradicional, voltada apenas para a formação do indivíduo pesquisador, o conhecedor afastado do objeto e a busca pela verdade, o programa de ação de Shera se estruturaria no olhar sobre os mecanismos de comunicação entre os cientistas. Esta abordagem sustenta que a Epistemologia Social e a semântica geral – ou seja, uma abordagem específica para a análise da linguagem - caminham próximas e reunidas se constroem dentro da epistemologia da CI. Assim, a Epistemologia Social também é, para usar as palavras de Wittgenstein (1979), uma crítica da linguagem.

O epistemólogo social sheriano adota, pois, um programa que investiga as razões de crenças situadas e os resultados sociais que circunscrevem o desenvolvimento coletivo de indivíduos, junto dos fatores externos que afetam este crescimento. Este epistemólogo examina a constituição de contextos/situações, ou seja, a formação da situação social na qual é tecido o conhecimento. Para Shera o estudo do ato de mediação não abrange apenas o exame de ações discretas, mas a investigação dentro das bases epistemológicas do processo, uma hermenêutica plural, como defendera Capurro (2003), a seguir discutido.

7.4. Uma hermenêutica para organizar os saberes: o “reencontro” com a Retórica na poética de Rafael Capurro

Em 1991, como visto, Capurro identificará que uma “virada pragmática” na epistemologia informacional abrirá janelas para exploração de uma hermenêutica da informação. Esta hermenêutica é necessária pela noção de contextualidade do pragmatismo informacional. Para cada comunidade que faz o uso e constrói seus repertórios de saberes, é necessária uma empresa filosófica de compreensão específica. Desta forma, a “virada pragmática” fundamenta um “retorno” dos estudos de organização do conhecimento ao Humanismo – passagem historiográfica que aqui

olhamos com certa distância, uma vez que, como mencionado, identificamos, simultaneamente, permanências, resistências, como nos demonstra o trabalho de Shera. A hermenêutica como disciplina intrínseca à área faz o autor identificar a CI como uma disciplina da Retórica.

Capurro (2000) complementarà esta observação: o pragmatismo informacional propõe o abandono da primazia da racionalidade científica como discurso superior; o abandono da idéia de oposição entre objetividade e subjetividade; e o abandono da idéia do conhecimento humano como algo separado do conhecedor. Neste âmbito, a pergunta “O que é informação” dá lugar a indagação “O que é informação para?”. Para o pragmatismo informacional o conhecedor, o usuário, posicionado em seu contexto de construção e uso da informação, é o horizonte a ser investigado. Trata-se da busca por uma pós-compreensão dos modelos de tecitura de sentidos de cada comunidade de usuários. O horizonte da CI é, assim, o homem em sua dimensão contextual, dinâmica.

O compartilhar da informação é, deste modo, uma unidade elementar da investigação informacional. Para além de uma filosofia da representação, Capurro (1991) aponta para a necessidade de uma epistemologia que compreenda o processo a-demarcável de transmissão do conhecimento, pois a informação é, antes, a articulação de uma compreensão pragmática prévia de um mundo comungado – como aponta Wittgenstein (1979), algo já deve estar preparado na linguagem para que a compreensão ocorra. A ética dos usos da informação faz parte, desta forma, do escopo de estudos da CI. O objeto desta ciência, incontáveis vezes chamado “informação”, é agora encarado sob um outro olhar. Como visto, o objeto da CI para Capurro (1991) não é informação, mas o homem. Como ciência social, a área que cuida da organização dos saberes deve se preocupar estruturalmente com a forma como as sociedades se perguntam sobre o que é e o que não é informação, ou qualquer outro conceito que contribua para a ordenação do conhecimento.

Segundo Fuks (1992), a Retórica nos traz uma tentativa de “fundar a verdade nas possibilidades de comunicação intersubjetiva”. Nela, não há “Verdade”; tudo é relativo e precisa ser contextualizado a partir de uma análise crítica. Uma vez que na Retórica exige-se uma leitura cultural da construção do discursos, a organização do conhecimento carece de uma interpretação de cada ato de comunicação, de cada forma de uso da linguagem que as comunidades podem assumir. Nas palavras de Tiburi (2000, p. 274-275), trata-se de uma exploração da linguagem, até mesmo onde, a princípio, não há linguagem. “O problema não é compreender como a linguagem se instaura, mas dar-se conta de que ela se instaura em função de um vazio, de uma nudez que o homem não suporta” (...). A interpretação surge diante tanto da necessidade quanto do desejo de tornar acessível que o há na linguagem, devendo ser uma prática reflexiva do cientista da informação, como ocorria

com o bibliotecário erudito e o bibliógrafo textual.

Quando Capurro (1991, 2003) percebe a hermenêutica como linha fundamental para os estudos informacionais, infere, como Wittgenstein (1979, 1992a, 1992b), que o conhecimento é, antes, uma crítica da linguagem, uma investigação das próprias possibilidades de construção deste conhecimento. Como no método dos jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1992a), a hermenêutica se dá a partir de uma seqüência de perguntas sobre o outro (TIBURI, 2000): é necessário ouvir o outro, pois compreender é uma abertura entre o intérprete e o contexto do intérprete investigado. A linguagem, plataforma desta abertura, é o “horizonte não dominado, pré-existente, sob cuja autonomia o sujeito está delimitado”. Em outras palavras, “no processo hermenêutico a linguagem nasce do outro. Todo o processo de conhecimento, por uma ou outra via, nasce do outro” (TIBURI, 2000, p. 287-288).

Capurro (2003), ao afirmar esta condição humanista dos estudos informacionais, sua íntima relação com a Retórica, identifica a necessidade de uma razão exploratória que, como no método dos jogos de linguagem wittgesnteiniano, procura, através de perguntas sobre os usos de cada categoria de estudo dentro da CI, os significados que as comunidades inferem aos seus processos e artefatos. Logo, o autor identifica a presença permanente nos estudos informacionais de uma hermenêutica dos intérpretes – usuários -, voltada para interpretação das necessidades do sujeito à procura da informação, como realizava o bibliotecário da Biblioteconomia erudita; uma hermenêutica da coleção, para interpretar a história social dos significados que são dados aos documentos, como realizava a Bibliografia textual; uma hermenêutica do sistema, para interpretar as funções culturais da máquina na estrutura social onde co-existe, como Shera (1977) alertava, chamando atenção para a necessidade de uma aculturação da máquina.

O aprofundamento da ligação da CI com a hermenêutica e a retórica levou Capurro a propor a Angelética, ou uma teoria da mensagem. Segundo Matheus (2005, p. 162), esta proposta procura contemplar

dimensões da mensagem, relativas à forma, ao conteúdo, ao objetivo, aos emissores e aos receptores; natureza, que pode ser imperativa, indicativa ou opcional; aspectos, que podem ser divididos em gerais (relevância, interpretação, seleção), sociais (origem, propósito, estruturas de poder, técnicas, meios de difusão, história) e outros (psicológicos, políticos, econômicos, estéticos, éticos, religiosos); princípios éticos, dentre os quais o autor destaca o respeito, a confiança e a reserva.

Procurando escapar das confusões e enfeitiçamentos da imagem do termo informação, Capurro explora os conceitos de disciplinas fundamentalmente interpretativas e voltadas para o olhar sobre o outro, partindo da idéia da mensagem, para formular um pensamento dentro da organização dos saberes orientado para uma amplitude do olhar sobre o mundo e sobre seus intérpretes. Trata-se, como Shera, da aproximação a uma semântica geral e a uma epistemologia do social, e a um pensamento humanista, como da antiga Biblioteconomia, para além dos dogmas terminológicos e teóricos. A hermenêutica e a retórica permitem ao autor construir esta teoria, recuperando práticas já implícitas em ações profissionais e científicas bem como em currículos da área – ainda que sonolentos –, e ultrapassar os entraves do representacionismo, demarcados por Frohmann (1992), como logo veremos.

7.5. Os possíveis limites da tradição representacionista verificados na abordagem cognitiva: a crítica de Frohmann

Bernd Frohmann (1992), em sua crítica ao ponto de vista cognitivo, é considerado por Capurro (2003) como a fronteira inicial dentro do contexto de formação de uma tradição pragmática na epistemologia da CI. O criticismo frohmanniano, assim, identifica as principais instâncias do pragmatismo informacional, uma vez que parte da revisão da filosofia representacionista, fundamental contraponto pragmatista. Frohmann (1992) considera que, sob o cognitivismo, a informação é apreendida apenas como uma mercadoria e os usuários como meros consumidores. O autor levanta sete estratégias do cognitivismo e realiza uma análise do discurso desta corrente, direcionando seu olhar crítico sobre a filosofia representacionista.

As estratégias cognitivistas identificadas por Frohmann (1992), baseadas na relação entre consumidores da informação inseridos em condições econômicas, diretamente ligada às críticas à representação identificadas em Debord (1997), são as seguintes: universalidade da teoria; referencialidade e reificação de “imagens”; internalização de representações; individualismo radical e anulação da dimensão social da teoria; insistência sobre conhecimento; constituição do cientista da informação como um profissional especializado – um *expert* - em negociação de imagens; razão instrumental, pautada pela eficiência, padronização, previsibilidade e determinação de efeitos.

Para Frohmann (1992), o ponto de vista cognitivo-informacional parte do anseio de uma teoria científica natural – assim como o olhar fisicalista. Esta teoria limita sua eficácia na estratégia de possibilitar a aquisição do conhecimento dos processos informacionais apenas quando imagens de

usuários e geradores são constituídas como entidades científico-naturais objetivamente delineadas, apresentando como impossível a constituição do conhecimento se considerada como produto de práticas sociais.

Frohmann (1992) demonstra que o ponto de vista do cognitivismo é configurado de acordo com regularidades explícitas. O discurso cognitivista aplica-se em um espaço discursivo já preparado por modelos específicos e determinados. O conhecimento é aqui analisado dentro de um processo natural, vinculado a uma realidade objetiva. Estudar a informação assemelharia-se à análise de um mundo físico. O ponto de vista cognitivo se apresenta como uma teoria absoluta para a CI. Há aqui a promessa de um conhecimento unificado de um espectro contínuo do processo de informação como um conjunto de estruturas mentais determinadas. Neste pensamento, os cientistas da informação aplicam seu conhecimento acerca das “imagens abertas” - imagens de busca do conhecimento, que revelam desejo e necessidade de informação - do usuário a fim de entregar “imagens preenchidas”, ponto que levará até o fascínio da representação que Wittgenstein (1979) nos alertava.

Neste aspecto, o ponto de vista cognitivo, ao desenvolver técnicas especiais para investigar as características da imagem em seu processo de reificação⁷² – objetivação de imagens incertas como imagens da realidade - impõe uma unilateralidade filosófica nos processos de informação. Há, pois, um deslocamento de discursos alternativos e a exclusão de aspectos conflitantes e contraditórios em processos informacionais como os de produção, transmissão e recepção – e, principalmente, interpretação. Há uma considerável negligência dos aspectos sociais do tráfego informacional (FROHMANN, 1992).

A redução da complexidade das práticas reais, da atmosfera das relações onde ocorre a busca e o uso da informação a um conjunto de eventos mentais – internalização - , conduz a teoria da CI a compreender a construção da identidade dos indivíduos como um processo essencialmente interno dentro da mente do sujeito. O pragmatismo, do outro lado, como revela Rorty (1994, p. 94), tem como um de seus fundamentos a “tentativa de substituir a noção de crenças verdadeiras enquanto representação da natureza das coisas” e, ao invés disso, procurar “crenças como regras auspiciosas de ação”.

Este deslocamento do processo de representação de uma esfera social-relacional para uma esfera mental-internalista conduz a apreensão do processo de informação a um plano a individualismo

⁷² Reificação pode ser compreendida, no processo de alienação, o momento em que a característica de ser uma “coisa” se torna típica da realidade objetiva. (HOUAISS, SALES, FRANCO, 2004)

radical, ou seja, a teoria em CI deve analisar o indivíduo enquanto ser isolado, exilado da complexidade do mundo, investigada pela histórica linha pragmatista da área. A identidade individual construída a partir dos modelos de mundo representacionistas leva, além disso, ao ponto extremo da subjetividade.

Conseqüentemente, a arena social pode ser reinventada somente como a representação e a reflexão dentro de mentes individuais. Os fatores sociais são reconhecidos apenas como características e propriedades de imagens individuais, de modelos do mundo, ou de realidades internas. [...] São acessíveis à teoria da CI somente como causas de efeitos miniaturizados em mentes individuais. (FROHMANN, 1992)

Outro ponto indicado por Frohmann (1992), é a insistência na representação do conhecimento, contraponto central, como visto, do pragmatismo. O cognitivismo afasta-se das perguntas sobre a aparência e a realidade e sobre a construção do modelo de mundo dos usuários, combatendo tais tensões simplesmente identificando o conhecimento e sua representação. Aqui, a linguagem do conhecimento não é conectada à linguagem da representação para fornecer a ligação com imagens livres e flutuantes. Ao contrário, a forma é aplicada para legitimar a representação e a estrutura – um discurso ligado às ciências naturais. A idéia de um conhecimento objetivo torna-se, para o ponto de vista cognitivo, o objeto básico de análise na teoria da CI. À informação fica reservado o discurso tradicional de recuperação da informação, a filosofia representacionista que está aquém da própria aparição do conceito “informação” nos estudos de organização do conhecimento.

No aspecto da atuação do cientista da informação, este profissional analisa o usuário com um repositório de informação. O cientista da informação é perito em metodologias de análise e de harmonização de imagens – ele discerne acerca dos contornos, das configurações e aberturas das estruturas do conhecimento dos usuários, ou modelos de mundo, a procura de desvendar exatamente o que os usuários não sabem sobre si (FROHMANN, 1992). Esta procura parte exatamente a linha aberta pela Biblioteconomia especializada ou tecnicista. Ou seja, o cognitivismo informacional recai exatamente na análise das entidades internas do conhecimento, provoca simulações de um gerador ideal e de um usuário ideal da informação, buscando o sistema ideal de organização do conhecimento. (FROHMANN, 1992)

Diante destas evidências, para Frohmann (1992), o cognitivismo informacional é uma teoria restrita à razão instrumental – está à procura de um sistema, não de uma ontologia, uma complexidade. Suas palavras-chave são eficiência, padronização, predicabilidade e determinação de efeitos – ou seja, ela parte de uma lógica positivista do conhecer. O discurso científico natural – fisicalista - é

apenas transferido para a esfera mental - a mente é tomada no ponto de vista cognitivo como um sistema.

Enfim, em Frohmann (1992)⁷³, a tradição cognitiva é apenas uma extensão dos pressupostos teóricos da tradição física. Em ambas as tradições a ligação à epistemologia das ciências exatas é evidente e fundamental para o desenvolvimento de suas teorias. A objetivação, a padronização e a mensurabilidade do conhecimento são instâncias compartilhadas por ambas as tradições e, principalmente, a filosofia representacionista é seu cerne. O cognitivismo avança sobre a análise do indivíduo – superando assim uma grande fronteira do fisicalismo informacional -, mas constrói um outro enorme divisor: a impossibilidade da epistemologia da CI ir além do indivíduo enquanto usuário consumidor da informação. Ao evidenciar o indivíduo como objeto de análise, aborda-o como máquina ideal de processar informações e gerar conhecimento.

Assim, para o pesquisador, é necessária iluminar um outro olhar além do representacionismo, voltado para a) explorar um fundamento científico social-humano e não físico-natural para a teoria da CI, superando as amarradas que ligam a área apenas às ciências exatas; b) investigar a análise da alienação na produção de busca da informação; c) problematizar a super-internalização dos processos informacionais e a negligência da complexidade do mundo social; d) superar o alto grau de subjetividade do cognitivismo dentro de sua análise individualista; e) afastar-se da ênfase exagerada à (linguagem como) representação e partir para a ênfase na (linguagem como) comunicação, ou ação, assim como propunha a Epistemologia Social. Em suma, uma tradição paralela às fronteiras cognitivas buscaria, estruturalmente, posicionar o indivíduo do cognitivismo dentro das categorias: contexto, contextualização, recontextualização (FROHMANN, 1992). Esta tradição, no entanto, já se fazia presente na organização do conhecimento e, com o criticismo vindo de outras fontes, como Capurro (1991) e os autores anunciados no início deste capítulo, ela receberá, nos anos 1990, após a crítica de Frohmann (1992), cartas elaboradas que iluminam ainda mais o pragmatismo nos estudos de organização do conhecimento, como a Análise do Domínio e a Antropologia da Informação.

73 Frohmann (1992) finaliza sua crítica verificando a proximidade entre o ponto de vista cognitivo e a sociedade do espetáculo de Guy Debord, ou seja, o capitalismo moderno. Neste aspecto, ao tomar o usuário da informação como consumidor de imagens, o cognitivismo informacional vincula a teoria da CI dentro da economia política do mundo moderno, onde tudo é representação e só consumimos fragmentos de signos. A epistemologia da CI, a partir de uma tradição cognitiva, seria então uma teoria de harmonização de imagens dispersas.

PARTE 2: Da Análise do Domínio e da Antropologia da Informação aos fundamentos pragmáticos para a epistemologia informacional

7.6. Análise do Domínio: relato de campo

Hjørland & Albrechtsen (1995) apresentam, em seu artigo *Toward a new horizon in information science: domain-analysis*, uma outra abordagem para a epistemologia da CI, denominada Análise do Domínio. A preocupação dos autores é exatamente, uma vez revisadas as teorias e práticas dentro da área, propor um horizonte epistemológico que se sustente diante das mudanças verificadas na “sociedade da informação” e se estabeleça como modelo para a interpretação dos diferentes problemas da organização do conhecimento. Em inúmeros pontos, essa abordagem buscará alternativas às fronteiras da tradição representacionista, pontuadas por Frohmann (1992). Como discutido, os autores, na verdade, procuram pontuar elementos de um olhar pragmatista sobre a realidade já presentes na organização do conhecimento, negligenciando, por vezes, a longa duração destes estudos e suas antigas formações discursivas e intervenções na realidade.

O trabalho dos autores aborda, ainda, uma retomada das questões problematizadas por Shera há quatro décadas atrás e, de forma mais direcionada, interpreta e posiciona o escopo da epistemologia sheriana, agora sedimentado na plataforma dos estudos e das práticas da informação. Além disso, naturalmente, essays abordagens também reincidirão sobre as sensibilidades da Biblioteconomia humanista e da Bibliografia textual, na direção de um enfoque voltado para o homem inserido em seu contexto social e para a noção de conhecimento enquanto ação.

Se com Shera temos importantes cartas por uma tradição pragmática na epistemologia da CI, com Hjørland & Albrechtsen (1995) observamos outra manifestação discursiva que contribui para a sedimentação metodológica desta tradição e a descrição pormenorizada dos estilos fundamentais dos diferentes hábitos e crenças dentro do pensar e do fazer nas pesquisas informacionais. O primeiro ponto fundamental de Hjørland & Albrechtsen (1995) é justamente defender a CI como uma disciplina social, ao invés de cognitiva - não é senão esta a grande contribuição da epistemologia defendida por Shera (1973) para a área, como por todos os autores com orientação pragmatista, como Santos (1989), que pensarão a ciência como um sistema social.

Já em 1952, Jesse Shera procurava, com a Epistemologia Social, perceber o fundamento pragmático da CI. Segundo Budd (2002), Shera enxerga, nos primórdios da ciência que se voltou para o

enfrentamento da explosão informacional pós Segunda Guerra Mundial, a epistemologia da organização dos saberes como um percurso teórico que apreende a relação perceptiva ou compreensiva de um ambiente total, isto é, um corpo de investigação que aborde aspectos físicos, psicológicos e intelectuais de aquisição, organização e disponibilização de informação. O foco de Shera é amplo e pragmático, pois sua formulação epistemológica tem como destinatário o profissional da informação em sua resolução de problemas cotidianos da realidade social.

Hjørland & Albrechtsen (1995) apresentam a Análise do Domínio como um programa teórico-metodológico para a CI. Nesta abordagem a melhor forma para compreender a informação em CI é verificada no estudo de domínios do conhecimento, ou seja, das inumeráveis comunidades discursivas que fazem parte da sociedade. No seio de cada comunidade discursiva ocorrem, dentre outros, os processos de organização do conhecimento, constituição de linguagens, legitimação de padrões e sistemas de comunicação. A perspectiva da Análise do Domínio incorporaria também as visões da psicologia, da necessidade de informação e os critérios subjetivos de relevância.

A Análise do Domínio é constituída a partir de um tripé teórico: a) em primeiro lugar ela é fundamentalmente uma abordagem social. Sua delimitação posiciona a CI como uma ciência social, como dito, e abrange uma psicologia social, uma sociolinguística, uma sociologia do conhecimento e uma sociologia da ciência; b) uma vez que tem em suas missões a compreensão dos mecanismos subordinados ao comportamento informacional, a Análise do Domínio é também uma abordagem funcionalista, com a permanente tarefa de compreender as funções implícitas e explícitas da informação e da comunicação; c) por fim, Análise do Domínio é ainda uma abordagem filosófico-realista, trazendo para a CI fatores que são externos às percepções subjetivas de usuários. (HJORLAND; ALBRECHTSEN, 1995)

Como Hjørland & Albrechtsen (1995) lembram, na descrição da abordagem que tem por objeto as comunidades discursivas e seus jogos de linguagem, as categorias contidas aqui não são estritamente inéditas nas discussões dentro da CI. Modelos teóricos e empíricos partilham de muitas das hipóteses básicas da visão alternativa apresentada. A epistemologia sheriana talvez seja o maior exemplo deste compartilhamento. No entanto, a epistemologia informacional vista em Shera está longe de ser o único exemplo da relação entre a abordagem apresentada e o contexto histórico da área de estudos da informação. As próprias tarefas cotidianas realizadas por bibliotecários e bibliógrafos textuais ao longo de sua história revelam as circunstâncias práticas que estruturam a argumentação epistemológica da Análise do Domínio – e, principalmente, toda a tradição bibliotecária humanista estrutura as perspectivas filosóficas, ligadas à Retórica e à Filologia, da

Diante disso, a partir de uma revisão das construções epistemológicas e das práticas profissionais que fazem parte do campo de atuação da CI, Hjørland & Albrechtsen (1995) levantaram uma série de evidências que foram resumidas na abordagem da Análise do Domínio. Aqui está um compêndio para estruturar os horizontes da pesquisa na área, através de uma agenda compartilhada, que analisa criticamente o fazer informacional, enfim, no olhar de uma epistemologia da imaginação, um outro conjunto de sensibilidades, com foco na ação, e não na representação.

Na revisão dos predecessores da Análise do Domínio, Hjørland & Albrechtsen (1995) apontam os importantes indícios que levaram a esta arquitetura teórica. Trata-se de autores e de trabalhos de pesquisa que, direta ou indiretamente, ora se aproximam, ora justificam a estrutura da abordagem proposta. Entre estes autores estão Henry E. Bliss e Ranganathan. No primeiro, Hjørland & Albrechtsen (1995) percebem a preocupação em identificar e mapear uma área de assunto no processo de construção da Classificação Bibliográfica. Em Ranganathan, os formuladores da Análise do Domínio percebem, na classificação facetada proposta pelo bibliotecário e matemático indiano, elementos que anotam – ao longo do processo de facetação – a análise específica de esferas de assunto, ou domínios do conhecimento.

Na observação da Bibliometria, Hjørland & Albrechtsen (1995) apontam alguns indícios importantes dentro da conceituação do que chamam de Análise do Domínio. Os estudos bibliométricos representam importantes etapas na compreensão de disciplinas, da relação entre disciplinas, de autores, da relação entre autores, além da relação entre ambos, disciplinas e autores. São estudos que mensuram com grande objetividade tendências que constituem a produção do conhecimento, descrevendo realidades a partir do mapeamento de padrões científicos. Para a Análise do Domínio, no entanto, este ramo de investigação da CI é apenas uma etapa na compreensão das nuances do mundo social onde a informação está em movimento. Trata-se, no bojo dessa abordagem, somente de um método inicial e deve ser suplementado com outros métodos, baseados em uma metodologia mais abrangente. Aqui estaria a ampla agenda pragmática da Análise do Domínio.

74 Essa teorização, para Hjørland & Albrechtsen (1995), havia, até ali, permanecido ausente na cena informacional, o que contribui para que os autores apontarem a Análise do Domínio como um paradigma na área, o que aqui não assumimos. Para nossa viagem, a Análise do Domínio é um outro fragmento da formação discursiva que parte da Biblioteconomia Humanista e segue a trajetória de desenvolvimento do pragmatismo informacional.

7.6.1. Análise do Domínio: por dentro do manifesto pragmático de Hjørland & Albrechtsen⁷⁵

Hjørland & Albrechtsen (1995) afirmam constituir a Análise do Domínio uma nova fronteira dentro da CI, o que, como percebemos, não nos parece. Ao contrário, trata-se, a proposta dos autores, uma outra manifestação dentro da tradição pragmatista. Os princípios deste enfoque foram sumarizados pelos autores. São eles:

Primeiro: o homem é primeiramente um ator, vivendo e agindo em um mundo bio-físico, sócio-cultural e subjetivo.

O primeiro fundamento a Análise do Domínio já elucida o olhar pragmatista dentro da CI. O elemento-chave da investigação informacional não é somente a tecnologia ou a mente do indivíduo, na busca pela representação ideal da imagem dos artefatos, mas o homem enquanto complexo de relações sociais, como em Shera e Capurro. Do ponto de vista tecnocêntrico caminhamos para o antropocentrismo informacional: a lógica final de orientação do cientista da informação não é apenas possibilidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de processamento e dinamização da informação, mas as possibilidades de compreensão do indivíduo em sua manipulação social dos artefatos de sua memória.

Segundo: viver e agir nos três mundos constitui o “*a priori*” do conhecimento.

O segundo princípio aprofunda a verificação da movimentação epistemológica da CI como ciência do social e aponta a direção da aplicabilidade desta disciplina: a ação que se supõe entre o viver e o fazer é que constrói as estruturas do conhecimento – logo, o estudo da informação contempla, preliminarmente, a observação dos processos de comunicação dos indivíduos no cotidiano; antes da representação, do poder das imagens, do fascínio dos nomes, está a ação do homem, sua vivência, sua intervenção como construtor de jogos de linguagem.

Terceiro: desde que viver e agir constitui o *a priori* do conhecimento, o conhecimento é constituído de modo que um meio para a aplicação do conhecimento bem construído diretamente ou indiretamente servirá para viver e agir.

⁷⁵ Os estudos da Análise do Domínio receberam grandes desdobramentos e ainda repercutem, como nos trabalhos de Maria José López-Huertas, em seu recente curso Organização de Domínios de Conhecimento, ministrado no IBICT, nos dias 25 e 27 de julho e 3 de agosto de 2007. Os trabalhos de Hjørland após 1995 aprofundam a discussão sobre a Análise do Domínio, identificando as práticas influenciadas por sua proposta teórica. Dentre estes, está: HJORLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, Londres, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002b.

Uma vez ciência social aplicada, a CI possibilita, em sua aplicabilidade, a sedimentação de processos de comunicação. Isto é, o terceiro princípio postula que a disciplina da informação atua na harmonização dos canais de interatividade, dinamizando as cadeias de informação e desobstruindo os entraves para circulação da mesma. Para tal, antes de técnicas e padrões – elementos imprescindíveis ao trato da organização do conhecimento – o organizador de saberes precisa viver e interagir com o cotidiano que dá vida – significado – aos artefatos culturais. Nas palavras de Wittgenstein (1979), importa, fundamentalmente, a este organizador, a vivência no ambiente onde se dá o artesanato social do conhecimento, onde os jogos de linguagem se constituem.

Quarto: quando o conhecimento torna-se parte de um sistema de ação, ele funciona como um determinante interno de ação.

O princípio número quatro encontra a CI em seu estágio de observação dos processos de relação entre informação-conhecimento-informação, ou seja, a identificação da informação tácita que gera conhecimento que, por sua vez, “socializa-se” - ou torna-se parte de uma gramática primitiva - em informação. Identificamos sobre este princípio a visão que ultrapassa a análise da circulação e do controle da informação em uma sociedade, atingindo a constituição de objetos mais complexos do conceito de informação - como o conhecimento, como a informação enquanto fenômeno, objeto e fetiche - derivados do cruzamento de informações circunstanciais, a trans-leitura de uma Epistemologia Social ou da hermenêutica da organização do conhecimento. Recuperando a análise anterior, a linguagem, que dá vida ao conhecimento (WITTGENSTEIN, 1979), é que permite a inferência da informação e de qualquer outro conceito. E esta vivência só ocorre no uso, na ação da linguagem em uma comunidade discursiva.

Quinto: há uma interação contínua entre conhecimento e ação assim que o conhecimento é criado até o fim da ação, assim como experiências que o ator adquire diretamente da ação influenciam a ação subsequente.

Este conhecimento, postula o princípio cinco, provém de uma informação que é construída ao longo da ação dos indivíduos em seu cotidiano, em sua práxis. Assim, as interações, as trocas sociais, a formulação de linguagens para dinamizar a comunicação, os jogos de linguagem, tudo isso é objeto de investigação da CI – e está muito aquém da informação. A observação destas experiências permite ao estudioso da informação reconhecer os hábitos informacionais de seus usuários e

estabelecer políticas para atendê-lo. Assim, toda análise informacional é – antes de uma “análise informacional” pura - uma observação de contextos e suas movimentações. Como afirma Rorty (1997, p. 136), o pragmatismo trabalha com recontextualizações dos hábitos de ação, da trama de crenças, pois uma “uma crença é algo que só é em virtude de sua posição em uma trama”.

Sexto: o conhecimento de valor, o conhecimento factual e o conhecimento procedimental são três tipos de conhecimento conectados aos três tipos de determinantes internos da ação. O conhecimento de valor significa saber o que cumpre os critérios dos bons valores. O conhecimento factual significa ter convicções (crenças) verdadeiras (legítimas) sobre os três mundos em que uma ação é viva. O conhecimento procedimental significa saber como alcançar um ato específico ou ato seqüencial.

O sexto princípio da Análise do Domínio reparte o conhecimento, produto da interação, em três áreas distintas, porém inter-relacionadas. O conhecimento de valor postula uma dimensão ética da epistemologia informacional; o conhecimento factual indica a dimensão contextual da epistemologia da área, ou seja, o pensamento da organização dos saberes sobrevive sobre o desdobramento de fenômenos específicos, dependentes de sua própria contingência; o conhecimento procedimental identifica a dimensão metodológico-prática fundamental da epistemologia informacional, ponto elementar na análise das intervenções em CI. Assim como para Wittgenstein (2002, 1979) o estudo do conhecimento é um estudo de nossos limites éticos a partir do uso que conferimos aos nossos valores morais e aos artefatos que produzimos, a Análise do Domínio procura também reunir em um só fundamento a prática e a ética, não desvinculando uma da outra na organização do conhecimento.

Sétimo: O conhecimento pode ser inarticulado ou articulado. Conhecimento inarticulado é, por instância, conhecimento tácito, familiarizado, conhecimento do conhecimento. O conhecimento pode ser articulado em linguagem, ciência e arte.

Por fim, a Análise do Domínio, em seu sétimo princípio, percebe o conhecimento entre aquele que apenas se realiza na atmosfera dispersa da comunicação, não formalizado, isto é, uma espécie de meta-conhecimento, ligada à informações que se sedimentam em tradições no tempo; e aquele conhecimento formalizado, que é costurado através de uma sintaxe e legitimado por um vocabulário, por um léxico que sustenta a comunicação. Nesta visão, as múltiplas linguagens – e seus múltiplos jogos – e a arte são também construtoras do conhecimento. Como em todo o pragmatismo (RORTY, 1997), na Biblioteconomia humanista e na Bibliografia textual, a Análise

do Domínio não distingue as formas do conhecimento, privilegiando esta ou aquela, não tratando, por exemplo, a ciência como um conhecimento superior ao conhecimento produzido por outras comunidades discursivas, além da sociedade científica. Nesta medida, para além de pontuar a CI como ciência social aplicada, assim como Capurro (1991) teria observado, a CI faz parte de uma tradição maior, ligada à Retórica, como também à Filologia. Logo, a CI é também uma ciência próxima ou íntima das Humanidades.

Assim, verifica-se uma aproximação, como é tendência no ponto de vista pragmatista da realidade, entre os estudos literários e os discursos científicos: são, todos eles, elementos cercados por ideologias e utopias, por instituições e suas regras. No vocabulário da Retórica, a qual a Análise do Domínio se integra, são todos eles discursos a serem desconstruídos. A linguagem é um objeto preliminar de estudo. Por isto, todo o conhecimento é, antes, um complexo de discursos compartilhados. Em outras palavras, todas as formas de conhecimento são narrativas sob a sombra de uma cultura específica – cultura, conceito fundamental na compreensão do livro do mundo identificada na Bibliografia textual. É exatamente este conceito o foco pragmatista da Antropologia da Informação que a seguir visitamos.

7.7. Uma Antropologia da Informação: os estudos culturais de Regina Marteleto

Regina Marteleto faz parte do complexo de autores da década de 1990 que tornaram mais sólida a teia de discussão acerca dos fundamentos sociais dentro da CI, iluminando, por sua vez, uma tradição pragmática. O foco de sua filosofia que mais trará contribuições para este complexo será a análise comparada de conhecimento, informação e cultura, que culminará com a noção de Antropologia da Informação proposta à epistemologia informacional. O aprofundamento de revisões e leituras acerca do pensamento de Marteleto aparecerão em trabalhos da própria pesquisadora e em parceria com outros pesquisadores, dobrando a década e chegando até os dias atuais.

Na década de 1990, Marteleto inicia a discussão teórica acima indicada, iluminando a noção de cultura informacional, vinculada ao mundo simbólico ao qual está ligado o sujeito. Este, segundo a pesquisadora, é uma personagem que ressurge no contexto de discussões contemporâneas como ator social, autor e intérprete de suas ações. Desta maneira, verifica-se um outro olhar sobre informação – esta, como geradora do plural e do múltiplo, como ação (MARTELETO; RIBEIRO, 1994, p. 134), não fixadora do conhecimento válido, único ou verdadeiro, não representacionista. Os estudos

informacionais devem, diante da emancipação – ou “retorno” – do sujeito como ator, estar orientados por investigações que ultrapassem os processos tecnológicos de transferência da informação, atingindo as categorias ator, relações e práticas sociais. (MARTELETO; RIBEIRO, 1994; MARTELETO, 1994)

Para a Antropologia da Informação a pergunta sobre informação – o que é? - não está atrás de sua essência, da sua representação, a definição consensual do que vem a ser este objeto, fenômeno ou fetiche, mas sua função no terreno sócio-histórico. Para tal, o conceito de cultura é, para a Antropologia da Informação, fundamental e demarcatório. Ele reúne tanto o relacionamento entre sujeitos quanto os artefatos construídos para dinamizar estes encontros e trocas. São artefatos palavras, conceitos, técnicas, regras e linguagens. A informação, nesta abordagem, diz respeito a estes dois elementos: relações entre sujeitos e entre sujeitos e seus artefatos construídos socialmente para possibilitar diferentes formas de relacionamento. Desta maneira, a cultura “é o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade” (MARTELETO, 1994, 1995) – nas palavras de Hjørland & Albrechtsen (1995), a cultura identificaria o movimento do viver e do agir que constitui o *a priori* do conhecimento.

A leitura antropológica da informação se dá no encontro da observação das “estruturas materiais e simbólicas de um dado universal cultural” e as “relações, práticas e representações dos sujeitos cada vez mais mediadas por um modo informacional e competente de ser e estar em sociedade” (MARTELETO, 1995). Esta leitura da informação parte a) da emergência de se sublinhar, nos estudos informacionais, os sujeitos e suas práticas culturais, nos definidos espaços de presentificação em que se encontram situados, e pressupõe a utilização de métodos das ciências sociais para a investigação da informação; b) da associação da informação a sua “inscrição textual” e ao “tratamento gerencial” que todo complexo de informações precisa receber; c) da visualização da posição – o lugar social no cotidiano – do ator/intérprete da informação; d) da ampliação do conceito de linguagem, indo além de sua presença como representação. Retomando, como as manifestações atrás identificadas, também a Antropologia da Informação se apresenta com um estudo da linguagem.

É importante observar como o processo de aproximação das Humanidades das investigações epistemológicas dentro da CI tem na sensibilidade de Marteleto uma profunda incursão – o que não quer dizer definição de uma epistemologia subjetiva, mas a manifestação das inúmeras categorias subjetivas, flutuantes, imprecisas, na análise teórica dos estudos da organização do conhecimento.

Fundamentando seu aporte teórico em cientistas sociais, como Pierre Bourdieu, a linguagem da pesquisadora aproxima-se assim de uma possível epistemologia da imaginação aqui procurada. Marteleto (1995) reconhece que uma leitura da informação é, antes, uma viagem cercada por categorias como imaginário, ou seja, a significação é antes uma construção de imaginários em permanente circulação, e não necessariamente uma formulação de um racionalismo científico puro; os significados conferidos às informações e aos artefatos são sociais - e só acontecem porque compartilhados na movimentação (na ação) dos indivíduos no cotidiano.

A Antropologia da Informação, desta forma, manifesta como fundamental para a epistemologia da CI a compreensão das relações sociais, antes da análise e aperfeiçoamento dos sistemas de informação e de representação, como nos olhares documentalista e fisicalista, ou a apreensão e o equacionamento da mente do indivíduo que tem necessidade e que é transformado pela informação, como no olhar cognitivista. A leitura antropológica de Marteleto (1994b; 1995; 1996) reavalia a análise representacionista dentro dos estudos informacionais - antes de reconhecer como a informação intervém na mente do sujeito, procura explorar e participar das possibilidades de significação que este indivíduo e sua comunidade de construtores e intérpretes dão para informações e artefatos informacionais. Antes da pergunta: como os senhores constroem suas tecnologias da informação, ou quais são suas necessidades de informação, esta leitura se apresenta como um ouvinte que busca compreender como os indivíduos dão significado ao seu mundo – em outras palavras, análise antropológica da linguagem realiza a intervenção hermenêutica que visa um encontro com a alteridade.

Em trabalho posterior às primeiras formulações de Antropologia da Informação, Marteleto (2002, p. 101) afirma que esta “constrói seus objetos de estudo orientada por dois pressupostos básicos, que dizem respeito ao modo de constituição da informação como problema na sociedade, e enquanto objeto de estudo das disciplinas científicas”. A preocupação, retoma a pesquisadora, é a elaboração compartilhada de sentidos realizada no cotidiano das comunidades, no seio de cada cultura. A base epistemológica fica por conta de uma teoria social que interroga a realidade, donde, como dito, sua hermenêutica se faz presente. Os discursos são objetos da investigação informacional enquanto categorias inseridas entre instituições, relações de poder, textos, representações e construções intelectuais (MARTELETO, 2002, p. 103) – ou seja, mais uma vez a Retórica é apresentada como pano de fundo dentro de uma argumentação pragmatista. De forma geral, a Antropologia da Informação

representa um eixo temático de estudos que situa suas questões nas

confluências, estranhamentos, conflitos e contradições existentes entre a ordem social sistêmica e institucional dos sentidos, e aquela das suas apropriações por sujeitos produtores, mediadores, receptores no mercado de bens simbólicos. Para ambientar seus objetos de estudo no ambiente da cultura, está baseada em princípios contextuais, teóricos e metodológicos, construídos ao longo do processo de pesquisa sobre a questão do conhecimento, da informação e da comunicação na sociedade. (MARTELETO, 2002, p. 104)

Marteletto (2002) convoca a CI para um pensamento epistêmico íntimo da Epistemologia Social, retomando implicitamente o ponto de vista de Shera. Esta epistemologia participa da teorização por um humanismo “perdido”, bem como da formulação de Boaventura Santos (1989) por uma outra ruptura epistemológica, ligada à aproximação do conhecimento até então compreendido como senso comum, mas que fornece, como a ciência, contribuições diretas para a compreensão do homem e suas relações sociais, suas esferas ética e solidária. A Epistemologia Social derivada da Antropologia da Informação preocupa-se com a iluminação das comunidades interpretativas, ou seja, dos inúmeros grupos sociais que constroem significados de informação, fazem uso de tecnologias e reconstróem modos de interpretá-las.

Neste aprofundamento das discussões abertas quase uma década atrás, Marteletto (2002) especifica três pressupostos da leitura antropológica da informação: pressupostos contextuais, que procuram indicar o conhecimento como produto social, reconhecer uma cultura informacional onde estão imersas as práticas do conhecer e a visualização da presença de um mercado de bens simbólicos como práticas intervenção social (MARTELETO, 2002, p. 105); pressupostos empíricos, que relaciona a sociedade civil, os movimentos sociais e as formas de organização, comunicação e gestão do conhecimento em suas interfaces com ambientes formais de conhecimento e informação, o conhecimento teórico, histórico e prático em interface com movimentos e organizações da sociedade civil, a visualização da ação social e do saber local e a iluminação da informação na sociedade (p. 105-106); os pressupostos teóricos e metodológicos, que encaram o conhecimento como forma política e compartilhada de construção de soluções, observa esta construção no plano local e cultural, apreendendo como fontes de interrogação elementos narrativos, da memória e do esquecimento, apreende o conhecimento como produto dotado de valor dentro dos movimentos sociais e aborda o emprego crítico, teórico e metodológico da noção de redes (MARTELETO, 2002, p. 106-107). Como no sexto fundamento da Análise do Domínio, como nos pressupostos da Epistemologia Social e da Biblioteconomia Humanista, a Antropologia da Informação busca uma abordagem ampla e transversal do conhecimento, não desligando o sujeito da prática, a prática da ética, e a ética de seus dilemas políticos e ideológicos.

Assim, as manifestações que identificamos em nosso recorte metodológico se interpenetram através de sensíveis semelhanças de família, traduzindo o que procuramos chamar de tradição pragmática. Esta tradição será investigada por Rendón Rojas (1996) e González de Gómez (1996) em suas manifestações recentes, tendo Wittgenstein como um aporte teórico fundamental. A importante leitura compreensiva dos pesquisadores, brevemente pontuada na próxima seção, contribui para a revisão do sentimento das familiaridades, foco do nosso capítulo interpretativo que se segue a este.

7.8. A organização do conhecimento sob o jogo dos contextos: o esclarecimento do pragmatismo informacional entre Rendón Rojas e González de Gómez

Rendón Rojas (1996) aponta a “informação pragmática” como o eixo diretor da análise epistemológica da área informacional. Com o autor, temos a extensão do pragmatismo como elemento filosófico estrutural para uma tradição pragmática da área. Como visto, o pesquisador, em sua cartografia epistemológica, divide a história do desenvolvimento da Biblioteconomia e da CI em três categorias: duas teorias gerais – sintática e semântica - e um enfoque alternativo: enfoque da informação pragmática.⁷⁶ Percebemos, no entanto, que aqui já identificamos o termo informação em sua significação invertida: informação como representação para informação como ação.

O mundo da informação está habitado pelo sentido das expressões, os conteúdos da consciência e as intenções da alma, pelo significado dos enunciados, pelas formas lógicas do pensamento e as relações entre elas, por diversos objetos. O homem se conecta ao mundo da informação através também de objetos sensíveis, mas à Biblioteconomia – e, por extensão, a CI – interessam certos objetos específicos, criados especialmente para conectar ao mundo da informação: os signos linguísticos articulados – ou seja, a linguagem em todas as suas manifestações. (RENDÓN ROJAS, 1996)

Dentro do pragmatismo, os problemas informacionais são tratados como questões humanas, não como demandas físicas, isto é, os problemas de classificação e catalogação não são situações

⁷⁶ Recentemente, no dia 18 de maio de 2007, cerca de uma década após a publicação de seu artigo *Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia*, o pesquisador Rendón Rojas apresentou uma proposta de teoria pragmática da informação, ou seja, desenvolve também um modelo formal para definição de quando, na pragmática, um determinado objeto observado pelo usuário é ou não informação. Sua preocupação partia da seguinte premissa: se o cognitivismo se propunha estudar a relação entre homem e documento; e o pragmatismo a relação entre comunidades e informação; uma teoria pragmática deveria resolver a questão pendente de seu quadro, ou seja, como identificar a satisfação do usuário que se encontra dentro desta comunidade. (RENDÓN ROJAS, M. A. [Palestra]. I Seminário de pesquisa em ciência da informação: epistemologia, metodologia e práticas. Rio de Janeiro: IBICT, 18 de maio, 2007)

complexas de livros, documentos ou bits, mas entraves/desafios da representação, da organização e da sistematização, fontes de investigação do conteúdo. Desta forma, a partir do pragmatismo, não são o livro nem o computador os objetos de estudo da CI, mas, sim, o mundo informacional construído pelo homem, do qual estes e tantos outros artefatos fazem parte.

Dentro do mundo informacional – ou mundo dos saberes -, os estudos da organização do conhecimento partem, primeiramente, atrás do usuário sediado em uma cultura específica para desenvolver suas investigações. A epistemologia da pragmática tem na movimentação dos construtores do conhecimento, pesquisadores e comunidades discursivas, seu primeiro objeto de investigação. No mundo informacional é a informação pragmática – ou a informação observada por um ponto de vista pragmatista - que responde pela complexa agenda de necessidades e usos da informação que os usuários compartilham. (RENDÓN ROJAS, 1996)

Para Rendón Rojas (1996), o enfoque pragmático é um fundamento essencial para o estudo da informação, uma vez que reconhece a dialética do sujeito com o mundo que o cerca. González de Gómez (1996) partilha da mesma opinião. A pesquisadora observa que a pragmática apresenta elementos para superar os limites, as simplificações e exclusões das teorias sintática e semântica da informação. Segundo González de Gómez (1996), na década de 1980, diversos estudos da informação se concentraram no problema da relação significado-informação, mas a partir de diferentes objetivos. Dentre estes, dinamizar sistemas de recuperação da informação, aperfeiçoar os mecanismos de representação informacional e incorporar a diversidade cultural na programação de ações locais.

Para González de Gómez (1996) e Rendón Rojas (1996), ponto fundamental na filosofia pragmatista é a noção de regra. Esta noção nasce a partir da construção pragmática de Wittgenstein (1979). Através desta é constituída a estrutura que permite as diversas interpretações pelos usuários da informação. Aqui a noção de regra se contrapõe ao conceito de lei. As leis são regularidades que independem do contexto, da percepção dos indivíduos que dela fazem uso. Ao contrário, as regras são instrumentos ou símbolos não de representações mentais, mas práticas sociais. Os critérios que levam um indivíduo a seguir uma e não outra regra partem do caráter público de construção social do conhecimento. As regras organizam a experiência prático-discursiva, gerando “normalizações” que são constituídas sobre o contrato local dos participantes de uma relação intersubjetiva mediada por uma linguagem. Os jogos de linguagem são as maneiras plurais em que as práticas coletivas relacionam as palavras e as coisas, o novo e o velho, as experiências e as expectativas. Assim, os jogos de linguagem são matéria de estudo da CI. (GONZALÉZ DE GÓMEZ, 1996)

A vivência coletiva da linguagem constituída é o fato que “estabiliza” a pluralidade sem o relativismo *ad infinitum*. A vivência cria a possibilidade de julgar, de significar. Um jogo de linguagem, de onde emergem os intercâmbios informacionais e as interpretações dos artefatos de memória, pode expressar muitas formas de vida, sem que uma forma de vida ou linguagem sintetize outras, sem que se estabeleçam como incomensuráveis. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996)

A organização do conhecimento segue, sob o olhar da tradição pragmática, o caminho da multiplicidade: os significados comuns não são o espelho do mundo, nem a reprodução de um espírito objetivo de essências culturais, nem o resultado de um *a priori* normativo. No pragmatismo palavras e conceitos participam do sentido, mantendo entre si relações complexas e nunca saturadas. Estas relações são as chamadas semelhanças de família. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996)

González de Gómez (1996) aponta duas orientações wittgensteinianas fundamentais para a CI – orientações profundas na tradição pragmática -: a primeira, já mencionada, definida pela referência às regras ou às generalizações empíricas, buscando os construtos sociais nos processos de informação; a segunda ligada às práticas sociais e seus contextos, buscando melhor compreender as variações, a possibilidade de distinção em um mundo cada vez mais definido pela homogeneização tecnológica das construções discursivas. Estas questões contribuem ainda para a compreensão dos estudos de tradutibilidade dos discursos, dentro da análise entre a comensurabilidade das teorias – ou seja, como na Retórica, contribui para a desconstrução de complexos discursivos nas sociedades.

Dito isto, González de Gómez (1996) enxerga no pragmatismo um caminho para apreender os fenômenos e os processos de informação, como processos sociais, cognitivos e comunicacionais. Aqui a prática e a ação de informação (o informar, informar-se e o ser informado) constroem os significados e estabelecem redes de semelhanças e diferenças. O enfoque pragmático, assim, sustenta-se como uma alternativa para os limites do representacionismo nos estudos da informação que têm como unidade de análise o enunciado ou a proposição. Para o pragmatismo, as unidades de análise passam pelos textos, discursos, o diálogo, os jogos de linguagem, ou seja, a rede social que produz e interpreta os saberes.

Alguns aspectos dos estudos atuais da pragmática são destacados pela pesquisadora. São eles: a elaboração e o desdobramento do conceito de contexto, como contextos situacionais e de ação; a dupla relação entre falar e fazer, ou seja, o falar fazendo e o fazer falando; o caráter produtivo do

uso da linguagem; a introdução da subjetividade e dos processos sociais complexos que sobredeterminam os modelos racionais universalizadores da geração e do uso da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996).

São todos, elementos que avançam no pensamento que traduz a CI como ciência social aplicada e, a partir desta, uma ciência humana, um ciência das comunidades discursivas, voltada para a compreensão do outro, identificando uma família de correlações das análises culturais – filológicas e retóricas – dos estudos de organização do conhecimento. De um modo geral, são estas, categorias já apontadas em nossa viagem. No próximo capítulo procuramos sintetizar as familiaridades entre as manifestações discursivas, observando os desdobramentos da tradição pragmática dentro da organização do conhecimento.

8.

**PAISAGENS DESVELADAS:
a gramática de uma tradição**

A natureza metafórica da linguagem impede toda a univocidade e por isso torna impossível qualquer espécie de conhecimento científico. A ciência também é, quando muito, poesia.

Janik & Toulmin

Procuramos aqui problematizar e discutir as semelhanças de família do pragmatismo nos estudos de organização dos saberes, de forma a compreender sua gramática. Uma vez discutidas algumas das principais manifestações pragmáticas dentro da CI – capítulo 7 -, procuramos realizar neste passo um levantamento crítico-dialógico sobre a relação entre essas manifestações. A pergunta a ser respondida aqui é a seguinte: quais as categorias descritivo-teóricas permitem identificar a possível vivência de uma tradição pragmática na epistemologia dos estudos de organização do conhecimento?

Como nos demonstra Mostafa & Terra (2000) o conhecimento científico nunca esteve totalmente distante do conhecimento comum, pois sempre foi, acima de tudo, um outro conhecimento comum, ainda que inúmeras epistemologias tenham tentado afastá-lo desta identificação. O conhecimento é linguagem, e em seu cotidiano de construção, é uma linguagem primitiva/ordinária (WITTGENSTEIN, 1979). E é esta última, a linguagem comum a uma comunidade de pesquisa e a uma comunidade pesquisada que interessa ao epistemólogo social que Shera (1973) procurava construir nos estudos de organização do conhecimento, tecendo uma “ligação” entre as práticas e os discursos que se iniciam na Biblioteconomia humanista e prosseguem atualmente na CI sob diferentes vocabulários.

Há cinco séculos, na construção do Humanismo, o discurso atual de Boaventura Santos (1993) – todo conhecimento natural é social – era desvelado e praticado nas universidades que surgiam separadas do poder teológico. Como lembra Fuks (1992), o retorno ao mundo clássico grego promovido durante o Renascimento – e a reorientação da Retórica e da Filologia - traz a significação de que “o Direito Romano, a filosofia grega e a educação clássica são aspectos da singularidade” das culturas e “só se tornam inteligíveis à luz do contexto cultural do qual fazem parte. Presa ao contexto cultural, a autoridade da Antiguidade é relativizada: os elementos da cultura antiga são simplesmente bons em relação à totalidade daquela cultura”. Em outras palavras, o uso que uma cultura faz de seus artefatos, é tecido de significados que ela deixa na história.

Este aparente “reencontro”, cercado por permanências, passa pela retomada a) do homem e suas relações sociais como horizonte de investigação; b) de uma epistemologia da diversidade, da variedade (MILLS, 1975), da complexidade (MORIN, 2007a); c) de uma epistemologia para o social – o pragmático como conceito filosófico -; d) de uma filosofia da interpretação – a hermenêutica e suas bases retóricas como modelo para todas as intervenções informacionais; e) de uma crítica da linguagem e um projeto de preservação das inscrições da mesma – o “reencontro”

com a Filologia e os estudos contextuais das palavras e dos artefatos; f) de uma análise social – retórico-filológica – da sociedade – uso de abordagens qualitativas de pesquisa, isto é, estudos mais íntimos às palavras (narrativas) que aos números (estatísticas). Em resumo, o estudo do solo áspero das relações sociais (WITTGENSTEIN, 1979), um estudo da ação.

A longa citação de Wittgenstein (1992a, p. 84-85) a seguir resume, em inúmeros ângulos, o olhar pragmático dentro da CI:

Imaginem que tínhamos de arrumar os livros de uma biblioteca. Quando começamos, os livros estão em desordem no chão. São muitas as maneiras de os classificar e de os por nos seus lugares. Uma delas seria agarrar os livros um a um e pô-los na prateleira nos seus lugares corretos. Por outro lado poderíamos pegar em vários livros e pô-los em fila numa prateleira, simplesmente para indicar que esses livros devem dispor-se nessa ordem. No decurso da arrumação da biblioteca esta fila de livros terá na sua totalidade de mudar de lugar. Mas seria errado dizer que, por este motivo, o facto de lhes terem todos sido postos numa prateleira não representava um processo com vista à obtenção do resultado final. Neste caso, de facto, é bastante evidente que o termos arrumado numa mesma fila estes livros, como lhes competia, é algo definitivo que conseguimos, mesmo que tenhamos de mudar toda a fila. Mas algumas das mais importantes realizações da filosofia apenas podem ser comparadas com o facto de pegar em alguns livros que aparentemente deveriam estar juntos, e colocá-los em prateleiras diferentes; nada é definitivo senão o facto de já não se encontrarem juntos. Alguém que assista e que desconheça as dificuldades da tarefa poderá pensar que nesse caso nada foi alcançado. - A dificuldade em filosofia consiste em não dizer mais do que se sabe, por exemplo, em compreender que, quando se juntaram corretamente dois livros, tal não significa que eles se encontram nas suas posições definitivas.

Ao ir contra o horizonte de uma racionalidade e de um cientificismo estáticos, essencialistas – a representação -, o pragmatismo informacional procura discutir que nenhuma classificação de mundo dura mais que sua linguagem de uso – e que, mesmo entre os becos e travessas que jogam com suas palavras, a dinâmica deste uso transforma permanentemente a estrutura das formas e dos significados. Não há nada definitivo na esfera das relações sociais. Tudo está sob a dinâmica permanente dos contextos com os quais os jogos de linguagem se constituem, se transformam e desaparecem.

8.1. A linguagem como unidade fundamental de análise

Como construtores e usuários de sistemas de informação somos, antes, estudiosos de uma linguagem capaz de transmitir significados e representações. Logo, linguagem é uma categoria de análise fundamental na CI. Assim, a epistemologia informacional é, para a tradição pragmática,

como diria Wittgenstein (1979), uma crítica da linguagem. Uma linguagem, no olhar wittgensteiniano, “nada mais é do que uma coleção, e, para entendê-la, precisamos arar todo o [seu] terreno (...), examiná-la em todas as suas bifurcações e usos particulares”. (DUFFY, 2005, p. 21)

Uma dada cultura distingue-se de todas as outras culturas pelos meios a que recorre para organizar-se, e o mais distinto desses meios é a sua linguagem. A linguagem de uma cultura é parte de seu equipamento operacional – especificamente, é a memória comum, porquanto contém no seu vocabulário a expressão verbal de seus costumes e práticas tradicionais (JANIK; TOULMIN, 1991, p. 140-141).

Assim, se buscamos organizar a informação, precisamos investigar as possibilidades que nossa linguagem nos abre; se buscamos compreender a epistemologia da CI, precisamos compreender até onde vão os significados de sua linguagem primitiva, aquela que está por trás das palavras, inclusive do termo “ciência da informação”. Se buscamos, como Marteleto (2002) e Hjørland & Abrechtsen (1995), investigar as comunidades, precisamos conhecer sua cultura, ou seja, sua linguagem; se buscamos, como Brier (1996) e Frohmann (1992), superar o essencialismo da tradição representacionista, se pretendemos estudar o homem em suas relações cotidianas, como Capurro (1991), Shera (1973), Rendón Rojas (1996) e González de Gómez (1996), precisamos de uma filosofia crítica da linguagem, ou uma crítica filosófica da linguagem⁷⁷.

Como ciência social aplicada que se preocupa com todos os processos ligados a transferência de informação, a CI atua com e para a linguagem: sua relação com essa é tanto de uma apreensão do significado da linguagem como meio – veículo - como o significado de linguagem como suporte – local de armazenamento, memória, estrutura para tradição. A linguagem estrutura a informação, assim como permite – funciona como – a representação, assim como propicia a comunicação. Os jogos de linguagem animam a informação, dão vida aos seus significados. Uma língua é, estruturalmente, dentre tantas possibilidades, um sistema de informação: ora é um “espaço” onde fica armazenado um conteúdo que pode ser emitido e acessado; ora é um complexo de signos que presentificam ausências, ou seja, que trazem à vida do ato de comunicação objetos ausentes no contexto dialógico. Desta forma, nada é mais racional e abstrato do que a língua; ela foi o elemento principal na socialização do homem (MURGUIA, 1994). Diante da dinâmica dos jogos de linguagem, nosso trabalho é, como diz Wittgenstein (1990, p. 129), o “repetido reconhecer de

77 O esclarecimento para a relação entre o pragmatismo informacional e a crítica da linguagem aparece com clara explicitação no vasto trabalho de Gadamer sobre a hermenêutica. Como afirma o filósofo o estudo da compreensão – de que nos fala todo o pragmatismo informacional, da tradição bibliotecária humanista, passando por Shera até Capurro -, é o estudo conjunto da linguisticidade, ou seja, “não somente o objeto preferencial da compreensão, a tradição, é de natureza linguística, a própria compreensão possui uma relação fundamental com a linguisticidade. (GADAMER, 1998, p. 576). Fonte: GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 2^a ed. Tradução Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1998.

palavras e objetos”.

Como afirma Novellino (1996), dentro do agir comunicacional – agir que González de Gómez (1996) chama atenção como um dos fundamentos da tradição pragmática -, que só pode se dar pela constituição de uma linguagem, a CI intervém, ora sob o ponto de vista da recuperação da informação, ora sob o da representação da mesma – e a recuperação só se dá pela representação ou meta-representação. No primeiro caso, o trabalho de intervenção concentra-se na manipulação da linguagem de saída do sistema, isto é, busca-se a aproximação do usuário com a gramática do programa que pode lhe disponibilizar conteúdos. No segundo caso, este trabalho de intervenção volta-se para a revisão da estrutura do conhecimento, de onde pode partir o desenvolvimento de núcleos sistemáticos de linguagens, ou seja, classificações sociais do conhecimento, como tesouros e ontologias. Em ambas as apreensões, a linguagem aparece elemento de investigação na ótica de atuação da CI na sociedade.

Em seu estudo sobre o conhecimento na cultura ocidental, González de Gómez (1993) percebe o deslocamento dos modos do conhecer em três momentos distintos. No primeiro deles, o momento ontológico, o processo de conhecer não se identifica com a estratégia do representar. A ordem do juízo e do julgamento, do conhecimento que parte da matéria do intelecto, é neste ponto aquela que instrumentaliza a aprendizagem. O segundo momento, o gnosiológico, localizado a partir da ruptura da unidade cristã, espiritual, ontológica, desvelará um conhecer como representação, isto é, o mundo só pode ser quando representado; do homem entre as coisas do mundo, passamos agora ao homem entre os signos que presenciam a ausência da totalidade do mundo⁷⁸. Através da semiótica temos um terceiro momento: o indivíduo deixa de exercer a força explicativa do mundo; há a passagem das filosofias da consciência em direção às filosofias da linguagem; aqui, as questões da representação do conhecimento ganham novos domínios e são aprofundadas através de outros ângulos⁷⁹.

No contexto deste terceiro momento identificado por González de Gómez (1993), encontramos uma diversidade de linguagens flutuantes sobre uma superprodução de conteúdos. A linguagem, enquanto complexo de signos que permite armazenagem, organização e transferência, vigorará, para a CI, como um objeto de estudo que em breve será responsável por um outro olhar sobre a epistemologia da área – na verdade, um “velho” olhar, que resiste sobre diferentes discursos e

78 Aqui o solo do conhecimento é a consciência; o homem, a partir de uma experiência da “contingência de uma existência sem resguardo” apresenta-se como limite e condição do que é dado; aqui o signo é um instrumento da representação, um instrumento empiricista, em Locke, racionalista, em Kant (González de Gómez, 1993)

79 Aqui temos as abordagens do estruturalismo, da semiótica em seu plano geral; em Peirce o real está no signo; em Saussure, a língua independe do falar e da intenção dos sujeitos (González de Gómez, 1993)

manifestações curriculares em escolas de Biblioteconomia e Documentação. A longa duração nos permite perceber que a área, em certa medida, nunca se afastou absolutamente do primeiro momento, o ontológico, onde tudo é relacional e onde o mundo é carente recontextualizações. Por sua vez, os estudos de organização do conhecimento tiveram na concepção gnosiológica uma de suas principais estruturas, a representação. Com o avanço das análises semióticas, a estrutura pragmatista da área, já impressa nas práticas, ganhará cada vez mais sedimentação.

Mostafa (1996, p. 43), em sua crítica ao representacionismo, defende que “a excelência do conhecer não passa pelo representar”. No entanto, todo conhecer é também representar. Por isso, antes deste âmbito, o estudo da organização do conhecimento deve se voltar para “o solo do conhecimento”, onde a linguagem é primitiva, ou seja, é comum aos seus participantes. A informação, afirma a pesquisadora, aparece recentemente como linguagem, como texto, como escrita. Desta maneira, antes de tudo, se há um “paradigma” dentro da CI, este é o “paradigma da linguagem” (MOSTAFA, 1996, p. 43). Por isso, como o é para nosso companheiro de viagem, Wittgenstein (1979), o estudo da organização do conhecimento é estruturalmente uma análise filosófica da linguagem.

Outra leitura do conhecimento nos permite classificar a CI e, logo, os estudos de organização do conhecimento e a tradição pragmática. Em uma divisão dos modelos do conhecimento dentro das ciências sociais, Martínez Rider & Rendón Rojas (2004)⁸⁰, referem-se a três “paradigmas”: o empírico-analítico, o simbólico e o crítico. O primeiro está enraizado no positivismo de Augusto Comte, e tem como características principais a observação, o trabalho de campo, o social como objeto “objetivável”, as metodologias quantitativas, a construção de possibilidades lógicas de verificação e comprovação. O “paradigma” simbólico, uma resposta ao positivismo, parte de métodos hermenêuticos e etnográficos, contando, em geral, com técnicas qualitativas. Este “paradigma” apresenta em seu modelo a observação da constituição de normas sociais e a formação do consenso, e aborda a realidade como um estado de categorias linguisticamente construído. A linguagem, aqui, tem importância vital, pois é através dela que se pode conhecer o real: é através de seus mecanismos de articulação, tecidos pelos grupos sociais, que se pode estudar o sujeito dentro do âmbito cultural, onde a subjetividade impera e as estratégias de interpretação são permanentemente requisitadas. O último “paradigma”, o crítico, parte da tradição do pensamento alemão sediada na Escola de Frankfurt e tem seus fundamentos ligados a análise do sujeito dinâmico, dos grupos sociais em seu processo de emancipação, no uso da dialética como

80 Martínez Rider & Rendón Rojas partem da caracterização generalista da pesquisa nas ciências sociais realizada por Popkewitz (Popkewitz, T. S. Paradigma e ideologia em investigación educativa. Madrid: Mondadori, 1984); MARTÍNEZ RIDER, Rosa María; RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Algunas propuestas latinoamericanas de objetos de estudio para la investigación bibliotecológica. *Rev. Interam. Bibliot.*, Medellín, v. 27, n. 1, enero-junio, 2004.

metodologia, nas formas de ideologia que convivem na vida dos sujeitos e na formação da consciência social das classes.

Se, em suas origens, a CI enquanto nomenclatura e aparente “nova” área científica teve uma ligação direta com uma corrente empírico-analítica, o que caracterizou o número elevado de estudos quantitativos, perceberemos que as manifestações pragmatistas estão relacionadas com uma teoria simbólica do conhecimento das ciências sociais (MARTÍNEZ RIDER; RENDÓN ROJAS, 2004), e intimamente ligadas a um momento semiótico, virtualmente deslocado no tempo⁸¹, no conhecimento geral cultura ocidental (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1993) – um momento que está aquém da CI e da Documentação.

A tradição pragmática da epistemologia informacional entende, como na percepção semiótica, de um modo geral, que

o conhecimento, produto autônomo e às vezes não intencional das ações humanas, carece de toda a transparência e imediatismo para seus próprios produtores, apesar de seus efeitos de retrocarga sobre as esferas das subjetividades. (González de Gómez, 1993)

Como nos lembra Moura (2006, p. 14), a CI tem

por objetivo compreender as relações humanas mediadas pela informação e os desdobramentos dessa ação. Busca para tanto compreender, do ponto de vista do sujeito, os aspectos sociais e técnicos envolvidos na ação de produzir, sistematizar, organizar, disseminar e recuperar informação. Tais informações são sustentadas organicamente por ferramentas, objetos, processos e manifestações culturais, sociais e organizacionais.

Desta maneira, epistemólogos como Hjørland & Albrechtsen (1995), apontarão para um olhar social-linguístico do conhecer, que vai até o solo das práticas de construção e desconstrução da informação. Assim, um pensamento filosófico que se apóia nas instáveis estruturas do cotidiano é articulado, pois é no cotidiano que os sujeitos interagem, elaboram conhecimentos e deliberam representações - ou consensos simbólicos que se sedimentam como modelos de habilidade sintática pelos quais os homens se comunicam. A mais rudimentar estrutura do cotidiano a ser observada – e

81 Não queremos, com essa aproximação, tecer uma relação de continuidade histórica entre as tradições epistemológicas da CI e demais correntes teóricas que se desenvolveram ao longo da história do pensamento ocidental, ou seja, uma travessia paralela entre as diversas teorias do século XX e as abordagens estudadas dentro da área, pois sabemos ser inconcebível, dadas as mais variadas circunstâncias físicas e subjetivas do desenvolvimento de idéias e métodos. Por isso a expressão “virtualmente deslocado no tempo”, quer, simplesmente, indicar que não existe uma coincidência temporal demarcada entre um chamado “momento semiótico” do pensamento ocidental e uma chamada tradição pragmática da epistemologia da CI. Os trabalhos de M. A. Moura, como já mencionado, contribuem para esclarecer a relação entre a semiótica e os estudos informacionais.

talvez uma das menos estáveis – será justamente a linguagem.

Logo percebe-se que uma tradição pragmática para a epistemologia da CI precisa apoiar-se em profundas bases hermenêuticas, pois, dado o grau elevado de instabilidade de constituição e desenvolvimento de uma linguagem, apenas o domínio da interpretação poderia lançar-se ao desafio de apreensão das subjetividades – o desafio etnológico da alteridade. Assim, o pragmatismo informacional acontece dentro de uma teoria simbólica das ciências sociais, articulado por atividades científicas hermenêuticas e etnográficas, baseadas em metodologias qualitativas.

8.2. Uma Ciência da Informação entre a Filologia e a Retórica: o pragmatismo informacional e sua biografia humanista

Em 1991, como mencionado, Rafael Capurro percebe a fundação de uma linha retórica dos estudos da informação – em outras palavras, a CI como uma ciência retórica ou da Retórica. Neste contexto, a CI tem, como visto, uma intrínseca característica hermenêutica – procura interpretar o homem em suas relações entre si e com o mundo. A área reúne, pois, um corpo filosófico que investiga os discursos em suas esferas lógica, ética, dialética, informativa, perceptiva. O que Capurro (1991) chama de “paradigma” retórico-hermenêutico tem como ponto principal – para além da analogia da informação como algo físico, como representação da realidade - o reconhecimento da dimensão humana de compartilhamento da informação – a inter-tecitura da informação ou sua construção a partir do uso (WITTGENSTEIN, 1979, 1992a, 1992b). Assim, a dimensão retórica informacional não procura separar o discurso informativo de outras formas de discurso, como o político e o ideológico, assim como nos alerta Reis (1996).

Boaventura Santos (1987), em seu *Discurso sobre as Ciências*, identifica o nascimento de um novo “paradigma” – ou paradigma emergente, ou da ciência pós-moderna. Este paradigma teria um cunho especulativo, superando a dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais, assim como a re-valorização dos estudos humanísticos. Para o autor, à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais, essas se aproximam das humanidades (SANTOS, 1987, p. 43). Para Santos (1987, p. 44), o grande valor das humanidades é terem resistido à separação entre sujeito e objeto, preferindo “a compreensão do mundo à manipulação do mundo”, o diálogo à representação – esta resistência é exatamente o horizonte perseguido em nossa viagem, no âmbito da tradição pragmática. Como em Richard Rorty (1997, 2000) e todo o pragmatismo, para Santos (1987, p. 54), a criação científica aproxima-se da criação literária, uma vez que a ciência é, antes,

uma outra ficção. Esta é a aproximação que podemos observar em enfoques como a Análise do Domínio e a Antropologia da Informação, aproximação vivenciada pela Biblioteconomia humanista e pela Bibliografia textual. Além disso, como no pragmatismo, há no “paradigma emergente” de Santos (1987) uma aproximação ao senso comum, ou seja, a todo o conjunto de outros conhecimentos não necessariamente sediados nos campi acadêmicos. Trata-se de uma filosofia da linguagem ordinária, fundamento das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein (1979).

Capurro (1991) e Santos (1987) apontam para outras formas de abordar, respectivamente, a CI e a ciência. Do mesmo modo que Wittgenstein (1979) encara a ciência como uma análise da linguagem, a CI, como investigadora da linguagem, encaixa-se de forma contextual na mesma perspectiva. No entanto, observamos, não há nada de novo no *front*, a não ser um aparente “reencontro” com a tradição humanista. No caso da CI, uma outra forma de vida institucionalizada dos estudos de organização do conhecimento, há uma iluminação da base filosófica da Biblioteconomia humanista.

Segundo Mário Fuks (1992, p. 118), a relatividade da verdade que acompanha as ciências humanas – e todo o pragmatismo – está implícita em duas das principais áreas de estudo do humanismo: a Filologia e a Retórica. A Retórica repousa em uma linhagem teórica baseada no diálogo - na compreensão pelo diálogo. Esta disciplina era fundamental para a interpretação da realidade, constituindo um método que se baseava na noção de que o homem é um “ser eminentemente histórico, sujeito a constantes mutações”. Assim, “no terreno daquilo que é temporal e mutável, não podemos operar com ciências demonstrativas, verdadeiras e certas para qualquer época, mas pelas opiniões, retóricas, variáveis e mutáveis” (FUKS, 1992, p. 127-128). Em outras palavras, não podemos, no terreno da organização do conhecimento, trabalhar apenas com a unilateralidade de uma filosofia representacionista.

A Filologia é “o instrumento que viabiliza” o “diálogo com o passado” (FUKS, 1992, p. 119). Para o filólogo, a “história é o lugar onde se manifestam as diferenças culturais” – e, logo, os significados de palavras e artefatos. Assim “o pragmatismo da educação humanista” visa “transformar o homem pela aquisição de virtudes”, enquanto as das ciências naturais, que influenciarão os estudos da informação profundamente no século XX, “visam transformar a natureza através da aquisição de técnicas” (FUKS, 1992, p. 127). O conceito de ciência que a CI herdará – e assumirá –, ainda que não seja a única energia teórica que a conduzirá, haja visto a Epistemologia Social e os currículos dos centros de pesquisa na área, é estruturalmente oriundo deste segundo olhar.

A ambigüidade da cultura, baseada na palavra, entidade instável, “dará lugar”, no século XIX, à positividade da ciência, baseada no número, entidade estável. Uma lógica para a palavra será então investigada, ou seja, uma lógica para a representação. Assim é a viagem do *Tratado Lógico-Filosófico* de Wittgenstein (2002), como a estrutura do pensamento do Círculo de Viena, este que teria influenciado, em parte, abordagens como a Documentação, a CI fisicalista e cognitiva. Procurando superar a manipulação da informação como um bit – informação apenas coisificada – e a manipulação da informação como uma representação mental – informação apenas como imagem –, procurando superar a representação pura do conhecimento, a tradição pragmática, dentro da epistemologia informacional, focaliza as relações sociais como horizonte, definindo a tecnologia apenas como uma ferramenta e a mente como um sistema inserido em um conjunto imensurável de outros sistemas chamados comunidades e sociedades, produtores e “conjugadores” de jogos de linguagem. Para tal, a tradição pragmática, entre a Retórica e Filologia, compreender é mais relevante que representar.

8.3. A linha pragmática na epistemologia da CI: semelhanças de família entre as narrativas e seus jogos de linguagem

Uma tradição pragmática dentro da CI se desenvolve fundamentalmente para a solução de algumas questões que não permitiam a argumentação sobre as perspectivas da área dentro do contexto de reformulação dos fazeres científicos e dentro das diferentes esferas políticas de uma sociedade chamada da informação e de qualquer outra sociedade. Podemos levantar, após as discussões já realizadas, as seguintes questões:

a) a necessidade permanente de uma agenda de pesquisa que não negligenciasse os fatores sociais envolvidos na organização dos saberes, ou seja, a fundamentação de uma tradição pragmática da CI – a urgência de uma teoria social para as aplicações – o empirismo estatístico, reduzido ao praticalismo imediatista – abre caminho para a discussão em torno de um pensamento que aliasse o caráter prático dos estudos informacionais e sua profunda relação com os discursos múltiplos dispersos na sociedade que afetam/recondicionam estruturalmente a informação enquanto objeto físico mensurável e/ou enquanto objeto significativo de um ser cognoscente virtualmente isolado, um pensamento mais voltado para a descrição que para a equacionalização: como as relações sociais são, para o pragmatismo informacional, seu objeto dinâmico, os caminhos do conhecimento na epistemologia da informação são imaginados como no pensamento de Wittgenstein (1992), ou

seja, como a descrição do uso;

b) esta tradição pragmática, humanista, uma vez identificada, precisa manifestar-se – fazer-se memoriar – enquanto corrente científica e expor seus argumentos, ou seja, fazer-se tradição. Para tal, localizamos no tempo da paisagem social epistemológica da CI discursos que se impõe como porta-vozes de uma carta de legitimação de um contexto alternativo no olhar sobre a epistemologia da CI. A constituição da tradição se desenvolve não no sentido de dogmatização absoluta, mas no jogo de trocas solidárias e de contradições que todo diálogo provoca: uma tradição pragmática busca romper com uma tradição vigente, claramente essencialista, representacionista, sem anular essa última, propondo diferentes usos e costumes de pesquisa, ou seja, de hábitos científicos, compreendendo que tudo o que “anima” nosso conhecimento, como diz Wittgenstein (1992), é a ação que conferimos à linguagem.

c) este circuito alternativo de usos e costumes se voltará para a revisão das lacunas que aparecem em um enfoque positivista e em um enfoque behaviorista informacionais⁸² e, desta forma, desvelará na epistemologia da CI uma tradição que conjuga habilidades de ambas as tradições antecedentes, agregando a estas os elementos que suas fronteiras não permitem atingir – ao pensar as possibilidades de uso como a pluralidade da hermenêutica, o pragmatismo informacional lembra que tanto o bit quanto os estados mentais quanto qualquer representação estão envolvidos por um contexto específico, por uma forma de vida determinada.

d) assim, heterogênea, a tradição pragmática buscará elementos de uma psicologia social, de uma sociologia do conhecimento, uma sociologia da ciência e, em meio a estas abordagens, uma sociolinguística – porque o encontro de diferentes enfoques dentro de um pensamento epistemológico da ação carece naturalmente de uma sociologia da linguagem, ou seja, o estudo do desenvolvimento e do uso de termos entre os diálogos. Lembremos, a sociolinguística como disciplina é um ramo e/ou desdobramento da Filologia. Desta maneira, para esta tradição, a epistemologia da CI efetua permanentemente uma pragmática, ao preocupar-se com o dia-a-dia, a rotina “instável” das palavras no discurso científico e nos discursos ordinários (WITTGENSTEIN, 1979), permitindo, como afirma González de Gómez (1996), apreender os fenômenos e processos de informação como processos sociais, cognitivos e comunicacionais;

e) ao partir da crítica de modelos matematizados da epistemologia informacional, como a Teoria

82 Hjørland & Albrechtsen (1995) tecem a aproximação unificadora do behaviorismo e do cognitivismo em CI, acreditando não ser, para a área, de grande relevância esta distinção no plano epistemológico; ou seja, como Rorty (1997;2000) classifica o pragmatismo, trata-se de uma abordagem de reconciliação.

Matemática da Comunicação, e aos modelos mentalistas, baseados em Popper, como aqueles identificados pela tradição cognitiva, a tradição pragmática identificará certos limites discursivos e aplicativos das tradições consagradas em seus graus de verificabilidade. Desta forma, o pragmatismo informacional ilumina as contribuições de abordagens divergentes, e busca, no olhar sobre o homem os pressupostos para a empresa de uma investigação científica – ou seja, seria inoportuno estudar as demandas subjetivas de um grupo específico de usuários a partir da Teoria Matemática, assim como seria inoportuno descartar ou condenar essa teoria ao título de obsoleta para a CI simplesmente por não atender determinado cenário.

f) como tradição pragmática, este circuito de hábitos e crenças volta-se para o estudo do indivíduo em suas relações sócio-culturais, nas comunidades de uso e desdobramento da linguagem, ou comunidades discursivas. Assim, essa tradição se apresenta como uma investigação das subjetividades em suas esferas comunicacionais, o que, por fundamento, revela um plano de contingências, ou seja, a possibilidade permanente da incerteza dentro da campanha científica em contextos determinados. Trata-se no mergulho nos hábitos de linguagem do usuário (WITTGENSTEIN, 1979, 1992a, 1992b), ou seja, o indivíduo em seu cotidiano, mergulho este já apontado por Shera (1973) e fundamentado por uma Biblioteconomia humanista muito antes da institucionalização do termo “ciência da informação”;

g) enfim, a tradição pragmática configura-se, como mencionado, como a tradição da heterogeneidade, da visão de uma ciência híbrida – ou tradição contrária à unilateralidade do conhecer (WITTENSTEIN, 1979). Trata-se da tradição que abre as portas para a perspectiva fundamentada de um debate amplo sobre a histórica questão da CI como uma área interdisciplinar – como já mencionado, a discussão sobre a interdisciplinaridade ganha um aporte filosófico e, principalmente, um horizonte social em sua investigação sob o olhar pragmatista; a Epistemologia Social de Shera, por exemplo, responderia diretamente por muitos dos usos do conceito de interdisciplinaridade dentro da organização do conhecimento e justificaria, ainda que parcialmente, a frase “a CI nasceu interdisciplinar”, o que na verdade, retomando nosso olhar crítico do capítulo 4, não ocorreu;

h) em resumo, a tradição pragmática é a tradição da linguagem enquanto objeto de estudo, do indivíduo em suas relações sociais enquanto elemento de análise, da incerteza enquanto aspecto relevante no recorte metodológico, da dinâmica dos contextos como campo de observação, da necessidade de recontextualização do cenário investigado como método estrutural.

8.4. Desdobramentos teóricos da tradição pragmática na epistemologia informacional

O número de desdobramentos teóricos propiciados pela sedimentação de uma tradição pragmática dentro da epistemologia da CI é amplo, como a própria condição teórica do pragmatismo nos alerta em seu fundamento de reconhecimento dos contextos. Repertoriamos a seguir algumas das evidências no plano teórico que refletem as movimentações discursivas propiciadas pelo pragmatismo informacional ao longo dos últimos anos. A maior parte das movimentações, naturalmente, foram observadas ao longo das visitas. Desta maneira, apresentamos um quadro sumarizado dos principais desdobramentos.

a) Movimentações no conceito de Ciência da Informação: uma vasta revisão epistemológica é percebida na paisagem contemporânea de nossa epistemologia, período que o processo de sedimentação do pragmatismo informacional é mais explícito – inclusive com a própria discussão da pragmática informacional, como visto em González de Gómez (1996) e Rendón Rojas (1996). Como mencionado, esta tradição nos convida a uma hermenêutica da informação. Assim, como mencionado, assistimos uma gama considerável de trabalhos traçando releituras das correntes teóricas da CI, discutindo seu posicionamento como ciência social, uma vez que para esta tradição, o homem é o objeto, e não a informação. Neste contexto, o próprio conceito Ciência da Informação é revisitado, os discursos que constroem os significados do termo são posicionados e a noção de CI adquire os mais diferentes contornos, revelados através da análise social dos jogos de linguagem que comungam gramáticas específicas; esta movimentação re-conduzirá a noção genérica dos estudos de organização do conhecimento ou organização dos saberes – ou da informação -, atualmente representados, no contexto brasileiro, de um modo geral, pela expressão “ciência da informação” até os conceitos que cercam a Biblioteconomia erudita, retórico-filológica, preocupada com o homem, sua cultura, sua memória e seus artefatos no âmbito de presentificação dos mesmos, de onde teria partido as tradições representacionistas e pragmatistas, plataformas filosóficas da área;

b) Movimentações no conceito de “informação”⁸³: observamos, com a tradição pragmática, a dessacralização do conceito de informação, o que nos permite, simultaneamente, compreender que esta é um fetiche da comunidade científica, principalmente da comunidade de pesquisadores em CI. No âmbito desta dessacralização, temos uma espécie de flexibilização do termo “informação”

83 O trabalho de Pacheco (1995), em que trata a “informação” como um artefato cultural, é um dos exemplos mais claros e exatos, como visíveis, deste outro discurso sobre os estudos informacionais. Referência bibliográfica: PACHECO, Leila M. S. A informação enquanto artefato. *Informare*: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun., 1995.

enquanto unidade de um racionalismo cientificista, enquanto representação. Os usos realizados por exemplo por uma Antropologia da “Informação” do significado deste termo é, em muitos casos, invertido: da representação para transmissão - assim como aconteceu, por exemplo, como conceito de sujeito, que significa, etimologicamente, “sujeitado”, e que passou a significar a idéia de uma ação responsável, de autonomia (BORDELOIS, 2007). Para o pragmatismo, a informação é aquilo que cada comunidade faz agir como tal (WITTGENSTEIN, 1979), ou seja, informação é ação e seu significado é o uso desta ação em cada contexto, em cada comunidade discursiva ou domínio (HJORLAND, ALBRECHSEN, 1995), em cada cultura (MARTELETO, 2002), ou no fazer social dos cientistas (SHERA, 1973) e na comunicação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1996) – ou, ainda, dialética (RENDÓN ROJAS, 1996), entre estes cientistas. Mesmo a informação enquanto “coisa” é, para o pragmatismo, a informação enquanto texto, enquanto criação política, ideológica e histórica do homem;

c) Explorações epistemológicas para além da representação: ocorre na tradição pragmática um deslocamento que vai da unilateralidade de compreensão da linguagem como representação para a linguagem como entidade comunicacional ou transmissionista, como observado por Novellino (1998) e González de Gómez (1996), como identificado em grande parte da filosofia wittgensteiniana e em todo o pragmatismo (RORTY, 1994, 1997). A ação de transferência da informação engloba representação, recuperação e comunicação, nos narra Novellino (1998). Tradicionalmente, porém, ênfase maior é dada à representação. A questão é que, do ponto de vista tradicional, este processo é visto isolado do contexto na qual a ação de transferência se insere. Assim, é necessário pensar a ação que aborde os contextos institucional e social e a transferência como intervenção – é necessário realizar a passagem das linguagens documentárias (de representação) para as linguagens de transferência, pois o significado não está no texto, mas no contexto (NOVELLINO, 1998). Desta forma, chegamos até o foco de estudos da análise wittgensteiniana das linguagens ordinárias; a CI se apresenta, sob a tradição pragmática, como uma investigadora de gramáticas primitivas.

d) deslocamento das metodologias de investigação: as metodologias de investigação na arena da tradição pragmática ganham configurações de ordem qualitativa, não identificando-se necessariamente com aquelas de ordem quantitativa. Assim, os métodos face-a-face são mais requeridos, as abordagens lingüísticas, sociológicas e antropológicas são incentivadas em detrimento daquelas voltadas para a estatística de eventos sociais, e daquelas concentradas na análise comportamental dos indivíduos, como aquela apresenta por parte do cognitivismo informacional; neste âmbito as unidades de análise passam a ser a palavra, a narrativa, as vozes, a

historicidade, a contextualidade, o consenso. Assim, aparecem, nas práticas informacionais, metodologias como redes sociais, discurso do sujeito coletivo, grupo de foco, entrevista qualitativa, observação participante, todas essas mais sensíveis à atmosfera de construção e dispersão dos jogos de linguagem. Contra a crítica do relativismo e da subjetividade dessas abordagens a tradição pragmática, assim como na Antropologia, “conduz à descentralização do sujeito face a seu objeto: a descrição é, portanto, fonte de objetividade” (GUTWIRTH, 2001). É importante sublinhar também a reorientação das abordagens quantitativas, como a análise bibliométrica vista a partir dos recentes trabalhos de Alvarenga (1998) e da informetria. Como afirma González de Gómez (2001), até meados da Segunda Guerra encontramos um grande foco no externalismo metodológico, ou seja, na aplicação de metodologias empíricas e quantitativas. A bibliometria, cientometria e informetria seriam exemplos de um meta-conhecimento que se caracteriza pela busca de regularidades empíricas e leituras estruturais. No entanto, como demonstram Vanti (2002) e Macias-Chapula (1998), a informetria, extensão dos estudos bibliométricos, vai além da informação registrada – da representação –, procurando identificar, também, os processos de comunicação informal, ou, as linguagens ordinárias e seus contextos. Do mesmo modo, a bibliometria vista a partir da análise foucaultiana de Alvarenga (1998) procura vislumbrar a construção dos discursos que leva até as citações, buscando “superar os limites da Bibliometria como instrumental meramente quantitativo”; trata-se de uma caminhada destas abordagens em direção à Retórica e à Filologia da Bibliografia textual.

e) movimentação dos objetos de observação: ocorre um deslocamento do objeto “capturável” “informação” - entidade de uma “sociedade da informação” – para o horizonte inabarcável das relações sociais – entidades dispersas em comunidades específicas; como podem nos mostrar o bibliotecário-filósofo do humanismo, Jesse Shera (1973) e Capurro (1991), o homem em sua sociedade é o horizonte a ser investigado; há, desta maneira, como no caminhar da filosofia wittgensteiniana, um deslocamento do silêncio como objeto para o ruído como horizonte – da representação objetiva para a ação intersubjetiva. O alarido, o grande encontro de vozes dos ambientes sociais é, para o pragmatismo informacional, onde podemos identificar a informação, enquanto o silêncio a ser atingido pelo controle matemático shannoniano da comunicação ou o silêncio da percepção individual do receptor da informação no cognitivismo informacional – antes, antecidos pela silenciosa (objetiva) representação descritiva procurada pela Biblioteconomia especializada, a Bibliografia Estatística ou Bibliometria e a Documentação –, indicavam a atmosfera fundamental das outras abordagens epistemológicas da CI;

f) deslocamento e emancipação do conceito de “contexto”: este termo passa a ser familiar/intimo na

epistemologia da CI. O pragmatismo nos demonstra que é necessário problematizar permanentemente a categoria “contexto” - não para dizer: uma Ciência da Informação apareceu no contexto da abertura científica, da flexibilização de currículos e da interdisciplinaridade, por isso é aberta cientificamente, é flexível e interdisciplinar. A categoria “contexto” a que se refere o pragmatismo nos convoca a dizer: uma vez sendo o contexto de aparecimento dos discursos de institucionalização de uma Ciência da Informação marcado pela abertura científica – desconstrução do conceito de ciência e cientificidade -, da flexibilização de currículos – extensão do conhecimento - e da interdisciplinaridade – convergência solidária de saberes -, é-nos necessário problematizar qual justificação sustenta e qual justificação enfraquece a teoria e a práxis desta área. A pesquisa científica passa a ser encarada como, fundamentalmente, uma intervenção específica no tempo: também o pesquisar é contextual - revisitando Saramago (1998), o barco que nos leva é também o conhecimento a caminho. Logo, a prática da investigação é, antes, uma dança da recontextualização permanente, esta que deve desvelar o quando, o onde e o como se deu a) a formação discursiva do objeto recortado, b) a própria viagem ao horizonte procurado e, principalmente, c) a constituição histórico-política do corpo de baile onde o pesquisador é apenas um outro leitor coletivo da realidade;

g) deslocamento na relação entre tecnologia e conhecimento: para o pragmatismo informacional tanto a tecnologia como os estados mentais e suas representações estão inseridos dentro de um contexto e os jogos de linguagem que os indivíduos comungam neste dado contexto é que constituem os significados do livro do mundo. Shera (1977) atentava para esta condição apontando para a necessidade de compreensão dos processos de aculturação da máquina⁸⁴, a mesma posição epistemológica do pragmatismo (RORTY, 1994, 1997), preocupada, antes, com os processos culturais, de constituição dos significados, artefatos e linguagens, e não os mecanismos técnicos;

h) movimentação em defesa de uma filosofia da informação: ao demonstrar a multiplicidade de horizontes que as relações sociais apresentam em seus jogos de linguagem, apontando, por isso, a complexidade da “informação”, o pragmatismo informacional vê a necessidade de uma hermenêutica dos estudos informacionais, requerendo, para tal, uma filosofia para a informação. A complexidade, problematiza a tradição pragmática, carece de profundas bases filosóficas, de uma crítica enraizada na epistemologia cotidiana, ou seja, de uma crítica da linguagem. Neste âmbito, ocorre a negação pragmática de uma linha filosófica essencialista de concepção científica,

84 Jesse Shera (1977) chamará criticamente a atenção para esta relação entre o homem e a máquina. Para o epistemólogo, a possibilidade da sociedade se tornar subserviente à máquina pode ocorrer, desde que esta sociedade confira mais valor à tecnologia que ao pensamento criativo, o que aqui buscamos através de uma epistemologia da imaginação.

acompanhada, por exemplo, da substituição parcial dos verbos “explicar”/“representar” para os verbos “interpretar”/“comunicar”. Manifestações como aquelas encontradas nos trabalhos de Francelin (2003a, 2005) são exemplos, acreditamos, deste deslocamento;

i) movimentação sobre os discursos do enfoque cognitivo⁸⁵: a tradição pragmática, direta ou indiretamente, interfere no pensamento sobre a cognição na área, abrindo as fronteiras dessa linha discursiva. Assim, nessa abordagem são incluídas as situações, as circunstâncias onde o conhecimento é adquirido, ou seja, o social e o cultural se tornam também categorias da observação cognitiva e, como mencionado, o conceito de contexto passa a freqüentar os discursos cognitivos; as variáveis psicológicas ou suas constantes aparecem, por exemplo, na Cognição Situada, linha dos estudos cognitivos também inserida na CI, presente em trabalhos como de Venâncio & Borges (2006) e Campos & Venâncio (2007);

j) movimentação sobre os discursos do enfoque fiscalista: como visto, o pragmatismo informacional aborda a informação, mesmo quando essa é tomada como um elemento “coisificado” - como no positivismo -, como um artefato; é neste âmbito que Shera (1997) imagina a necessidade de pensar a aculturação da máquina, acima indicada, pois a tecnologia e seus conteúdos são, antes, outros processos e produtos de comunidades específicas. Assim também as tecnologias da informação são relativizadas conforme seus usos e critérios sociais de aplicação. Os critérios de delineamento de um software, por exemplo, sob a tradição pragmática, são, antes de técnicos, fundamentalmente humanos e contextualizados com o local e o cultural. Exemplo teórico e prático dessa movimentação pode ser encontrado no trabalho de Brier (1996) em torno da cybersemiótica;

l) movimentação dos estudos de organização do conhecimento científico para os estudos de organização dos saberes múltiplos: com seu anti-essencialismo e seu anti-dogmatismo, o pragmatismo informacional expande formalmente os campos de observação da atividade científico-informacional para além dos muros da academia – uma CI para além do estudo unilateral das revistas científicas, como a princípio, segundo parte de nossa historiografia, teria se constituído (MOSTAFA, 1996b). Como afirma Mostafa & Terra (2000), a “ciência que sempre foi ciosa de seu afastamento do senso comum agora ficou muito perto dos discursos comuns, podendo ser

85 As palavras de Mills ilustram de forma clara e exata as sensibilidades que a tradição pragmática lança sobre o cognitivismo informacional: “Dentro dos amplos limites da Psicologia, dos órgãos sensoriais, nossa percepção mesma do mundo físico, as cores que percebemos, os odores de que temos consciência, os ruídos que ouvimos, são socialmente configurados e socialmente circunscritos. As motivações dos homens, e mesmo as proporções variáveis nas quais os vários tipos de homens estão tipicamente conscientes delas, devem ser compreendidas em termos dos vocabulários de motivo que predominam numa sociedade e de modificações sociais e confusões entre estes vocabulários”. (...) “A variedade humana é tal que nenhuma Psicologia “elementar”, nenhuma teoria dos “instintos”, nenhum princípio da “natureza básica” que conheçamos, nos permite explicar a enorme variedade humana de tipos e indivíduos”. (MILLS, 1975, p. 175-177)

confundida com eles e com o meio que a veicula”. Sob a tradição pragmática, os estudos de organização do conhecimento sensibilizam-se diante dos saberes múltiplos que são produzidos por cada comunidade, afastando-se da epistemologia fechada que procurava A verdade em um certo “Conhecimento” absoluto. Desta maneira, o pragmatismo informacional leva o pesquisador a compreensão de que, muito antes da ciência e seus modelos de categorização, há a formas de classificar de cada comunidade e seus jogos de linguagem diversos e dinâmicos. É neste âmbito que o discurso da interdisciplinaridade dentro da CI começa a ganhar conteúdos teoricamente sustentáveis, uma vez que agora se faz socialmente abrangente. Do mesmo modo, como já mencionado, o estudo da linguagem primitiva, convocado por Wittgenstein (1979), é fundamentado como fator primordial para a realização de uma ética científica, ou seja, é necessário compreender, antes de intervir, cada comunidade em suas condições específicas de desenvolvimento;

m) movimentação no criticismo e na fundamentação teórico-prática do discurso da interdisciplinaridade informacional: retomando os elementos acima indicados, como Azevedo Netto (1999, p. 135), é neste momento discursivo que a CI “passa a incorporar definitivamente a interdisciplinaridade, abrangendo desde os aspectos da tecnologia, até as questões sociais relacionadas à informação”. Com a sedimentação da tradição pragmática em desenvolvimento, a CI se permite compreender como a noção de “natureza interdisciplinar” ou o mito de origem que concebe e divulga as colocações como “a CI nasceu interdisciplinar” podem, em outro olhar, serem apreendidas como paradoxos com a própria noção de interdisciplinaridade. O pragmatismo informacional pode ser visto, neste aspecto, com uma manifestação discursiva que abre para a CI um território preliminar comum para a discussão dos programas híbridos de pesquisa, o estudo de complexos do conhecimento (WITTGENSTEIN, 2005, p. 149-150) – a informação como uma unidade semântica dentro de uma trama de outros significados -, isto é, a tradição pragmática apresenta-se como um aporte filosófico que oferece margens profundas de discussão sobre a interdisciplinaridade na CI, ao fundamentar um chamado pluralismo metodológico para a execução de campanhas de pesquisa, e não um unilateralismo de apreensão dos objetos de investigação. Ao não repousar na certeza – ou na fórmula - de um único modelo dominante de observação da realidade, o pragmatismo chama para o empreendimento da pesquisa científica uma solidariedade permanente. O pensamento pragmático indica que a realidade necessariamente produz uma multiplicidade de modelos, e que essa multiplicidade requer a colaboração contínua de diferentes teorias e métodos para a consolidação dos objetivos gerais e específicos de uma pesquisa, pois a análise das culturas é, antes, uma investigação da complexidade, como procurava pensar o humanismo retórico-filológico da “antiga” Biblioteconomia, como Santos (1987) chama atenção na contemporaneidade.

8.5. Reconhecendo uma forma de vida: as linhas gerais da tradição pragmática

Em resumo, no quadro abaixo apresentamos a visão geral da gramática de uma tradição pragmática dentro da CI. Não esgotamos, como mencionado nos primeiros passos de nossa viagem, aquilo que pode definir, de forma absoluta, uma tradição vinculada ao pragmatismo dentro dos estudos informacionais. Como lembra Wittgenstein (1979), a linguagem, que sustenta o conhecer, é como uma cidade se expandindo no cotidiano: inconclusa. Logo, diferentes maneiras de interpretar e definir essa tradição são coerentemente possíveis. Os conceitos e noções apresentadas no quadro, brevemente discutidas a seguir, têm reconhecidamente um peso e uma profundidade semântica merecedores de grandes revisões. Nosso intuito é apenas reunir os principais indícios que nos levam até o reconhecimento de uma forma de vida, ou seja, um conjunto de semelhanças de família no âmbito epistemológico informacional que nos permite a identificação da tradição pragmática.

Quadro 4. Tradição pragmática da Ciência da Informação

Forma de vida: Tradição Pragmática da Ciência da Informação					
Unidade gramatical - a linguagem tomada como ação; a Ciência da Informação entre a Retórica e a Filologia - 1. Estudo dos jogos de linguagens: como as comunidades constroem, transmitem e preservam seus conhecimentos 2. Estudo dos usos dos saberes: a prática comunitária como ponto de partida da análise					
Enfoques e seus conceitos estruturais	Biblioteconomia Humanista - Humanismo -	Bibliografia Textual - Intertextualidade -	Epistemologia Social - Comunicabilidade -	Análise do Domínio - Contextualidade -	Antropologia da Informação - Cultura -
Semelhanças de família	Análise da linguagem Prática e teoria aliadas Pluralismo metodológico Micro-estudos sociais Análise qualitativa do conhecimento (métodos etnográficos)				
Regras gerais de aplicação dos estudos pragmáticos da informação	Contextualismo Humanismo Hermenêutica Historicismo Anti-dogmatismo				
Principais disciplinas solidárias	Filosofia da Linguagem Lingüística Psicologia social Antropologia Sociologia do Conhecimento História				

Como visto ao longo de nossas visitas, a unidade gramatical dos estudos pragmáticos da informação gira em torno da análise da forma como determinadas comunidades constroem, a partir das linguagens que comungam, suas apropriações sobre a informação. A comunidade discursiva específica (HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995), reconhecida em sua cultura (MARTELETO, 1994), é o objeto de estudo; para penetrá-lo, é necessário, preliminarmente, conhecer e conviver com seus jogos de linguagem – ou modelos e critérios com as quais constroem e compartilham seus saberes –, a partir da investigação dos usos que este grupo de indivíduos confere aos signos com os quais se comunicam – a prática comunitária como ponto de partida da análise.

Enfoques identificados entre a Biblioteconomia humanista, a Bibliografia textual, a Epistemologia Social, a Análise do Domínio e a Antropologia da Informação permitem perceber a trilha de indícios que leva até a identificação da rota de construção da tradição pragmática. Na primeira, um conceito estrutural é o humanismo. Por ele compreendemos um modo de olhar o mundo ligado à erudição, à compreensão mais ampla e profunda do conhecimento e das formas de produção do mesmo (SILVEIRA, 2007). Neste âmbito, a organização do conhecimento, visando acesso e preservação, voltava-se para a leitura dialógica entre produtores e receptores de bens culturais – todo texto ou artefato cultural é percebido a partir de um olhar intertextual. Entre a Filologia – a guarda e a interpretação dos textos – e a Retórica – a mencionada leitura dialógica do mundo – a Biblioteconomia humanista identifica a expansão de uma de suas especializações, a Bibliografia textual, voltada, do mesmo modo, para uma compreensão dos modelos de conhecer entre o diálogo e a preservação.

A CI, fundamentada estruturalmente a partir de uma filosofia representacionista, pode ser vista, no entanto, como outro conjunto de manifestações do pragmatismo informacional. A caminhada por seus becos e travessas nos revela certos interditos. A comunicabilidade da Epistemologia Social – manifestada junto do período de institucionalização do termo “ciência da informação” –, a contextualidade da Análise do Domínio e o culturalismo da Antropologia da Informação demonstram a linha de longa duração que nos conduziu até a

identificação de uma tradição. A partir de um olhar crítico-provocativo procuramos, a seguir, em nossas considerações finais, recuperar algumas anotações de nossa viagem e sublinhar aquelas sensibilidades que acreditamos, de um modo geral, apresentarem-se como as mais importantes experiências, retiradas de nosso percurso, que merecem ser compartilhadas de uma maneira ainda mais profunda.

9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:
um olhar sobre a Ciência da Informação sem informação

Cansamo-nos de tudo, exceto de compreender.
Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavras.
As palavras são para mim corpos tocáveis,
seres visíveis, sensualidades incorporadas.

Bernardo Soares, guardador de livros

Voltando a Wittgenstein (2005, p. 149), não podemos traçar os limites de nosso mundo a não ser a partir dos horizontes de nossa linguagem. Para o filósofo pragmatista, há densas névoas de linguagens sobre o ponto problemático, por isso é preciso mostrar à mosca a saída da campânula – ou seja, uma ciência, para se desenvolver, precisa partir de sua própria linguagem, ela é a saída da campânula, não as linguagens paralelas. Para o emprego de um nome, muita coisa já deve estar preparada na linguagem - o problema da verdade científica não é o do aprendizado da palavra, mas do emprego da palavra. Os critérios estão, para a tradição pragmática, na ação dos usos da linguagem, e não na representação. Nossa proposta de pesquisa nessa investigação era identificar manifestações teóricas em torno de uma forma de vida a partir da caminhada pelos becos e travessas daquilo que conceituamos contextualmente como tradição pragmática. Por becos e travessas chamamos os discursos e indícios de manifestações discursivas que cercam a construção de uma tradição de pesquisa fundamentalmente voltada para o social – o homem em sua cultura – e a linguagem – a grande tecnologia de preservação e acesso ao conhecimento. Procuramos, desta maneira, investigar os meandros e núcleos desta tradição, atravessando a paisagem social da epistemologia da CI – ou dos estudos de organização do conhecimento.

Esta paisagem social, como visto, vai muito além das fronteiras ainda tênues do conceito de Ciência da Informação. A presença da epistemologia histórica de Bachelard (1974) em nossa viagem tem papel fundamental neste aspecto. Diante da forte presença de uma historiografia baseada em Thomas Kuhn na área dos estudos informacionais, o olhar crítico-interpretativo que Bachelard (1974) defende a necessidade de indagações permanentes ao longo das visitas. Neste sentido, a preocupação com a noção de Ciência da Informação nos obrigou a utilizar, por vezes, um vocabulário de ordem mais genérica, ou seja, em diferentes momentos de nossos passos e visitas adotamos a noção de organização do conhecimento para explorar de forma mais profunda e crítica - evitando certos enfeitiçamentos terminológicos; as densas névoas; ou a construção de fetiches conceituais - a epistemologia que atua como pano de fundo de todas as disciplinas envolvidas na apreensão dos artefatos e linguagens visando a transmissão, representação e preservação dos mesmos.

Visitar os becos e travessas da epistemologia da organização do conhecimento nos sensibiliza para uma percepção mais aguda do próprio conceito de Ciência da Informação e da localização desta na historiografia meta-científica. Ao nos revelar filosofias profundas que estão na raiz dos estudos da organização do conhecimento, hoje chamados de estudos informacionais, a expedição epistemológica traz contribuições mais sólidas para classificar a CI na árvore do conhecimento. A pesquisa em epistemologia permite, enfim, vislumbrar uma justificativa mais coerente para a CI.

No encalço da poética epistemológica de Bachelard (1974) encontramos, por trás do conceito de Ciência da Informação, duas sensíveis tradições filosóficas, que orientam o que está aquém e além deste termo, noção, conceito. São dois ângulos do pensamento voltado para a organização do conhecimento que apontam para orientações diferentes na tarefa de dar acesso e salvaguarda ao livro do mundo. Trata-se de um olhar pela via pragmatista; o outro, o olhar pela via representacionista. Apesar de díspares em suas argumentações fundamentais, ambas as abordagens se interpenetram ao longo de todo o pensamento voltado para ordenar e disponibilizar o conhecimento produzido, registrado e compartilhado pelo homem.

Há um fascínio cultuado em falar de informação, de conhecimento e de sociedade da informação e do conhecimento - e mesmo, de uma Ciência da Informação -, nos alertará o pragmatismo, incluindo, pois, o pragmatismo informacional. Nas palavras de Wittgenstein, há um enfeitiçamento da linguagem – tais termos nos fazem acreditar que as palavras podem mudar a ordem das coisas, e não os homens. O enfeitiçamento ou fascínio da linguagem alertado por Wittgenstein (1979) se confunde, por vezes, dentro da CI, com a apropriação do conceito de informação na área. Uma série de afirmações como: nosso objeto é o fenômeno da informação; a sociedade da informação precisa de uma Ciência da Informação; ou, inversamente, a CI existe porque existe uma sociedade da informação; representa, para o pragmatismo aplicado aos estudos de organização do conhecimento, a fragilidade de se pensar que ciência é uma indústria de cânones, de paradigmas para os grupos sociais se adequarem, como nas abordagens críticas filosófico-científicas de Mills

(1975) e Moles (1995) podemos desprender. Nas palavras de Paternostro (2003), a obsessão pela explosão da informação alimenta a própria existência obsessiva do pensamento sobre a informação.

Pelo olhar pragmático, a informação no mundo contemporâneo é tão, menos ou mais importante quanto o foi na Grécia Antiga, no Império Romano, nas comunidades medievais, nas primeiras cidades do mundo industrial – a única diferença dorme na emergência dos discursos de cada tempo, e na qualidade destes discursos, sua leveza e exatidão. Se hoje tanto adoramos a informação é porque, antes, ela responde por fetiches e circunstâncias tanto políticas quanto sociais – e não necessariamente científicas. Como nos lembra Macias-Chapula (1998, p. 139), a urgência está mais em identificar e tratar problemas como o de como conferimos valor - confiabilidade – aos usos da informação que adotar irrestritamente novas tecnologias de informação.

Por isso generalizamos nossa conceituação de Ciência da Informação, nomenclatura atualmente muito adotada, no contexto brasileiro, para conceituar os estudos de organização do conhecimento. Quando falamos em CI em nossas visitas e em informação procuramos superar a unilateralidade filosófica a que essas noções conduzem, reduzindo a área a apenas uma via de apreensão do conhecimento. Através, por exemplo, do catálogo e da base de dados, o profissional da informação não precisa conhecer necessariamente as interpretações que levaram a classificação; precisar saber manipular o catálogo. O conhecimento “sediado” na mente dos bibliotecários-filósofos – que se perdia com a morte destes indivíduos -, julgava-se, poderia ser materializado através de técnicas padronizadas e tecnologias – o classificar e o catalogar junto da micro-filmagem e da Internet. No entanto, este profissional da representação – ou seja, o documentalista e o profissional da informação – é um mecânico de simulacros, não pode resolver nada além das técnicas e tecnologias. O outro, o bibliotecário-filósofo, pode reinventar as técnicas, pois está aquém das padronizações e tem a tecnologia apenas como matéria passageira – do catálogo passaremos para o microfilme, deste para a base de dados, deste para a biblioteca digital.

Com a representação, o indivíduo pode sair de cena, pois o foco desta filosofia está no

aperfeiçoamento dos meios de representação. Com a Biblioteconomia humanista, ao contrário, os meios são supérfluos, na medida que são efêmeros; o foco é o homem. Como no fetiche (LATOUR, 2002), no enfeitiçamento (WITTGENSTEIN, 1979), ou simplesmente na representação (DEBORD, 1997), na tradição representacionista, sob a qual a própria formulação do termo “ciência da informação” é constituída, confere-se o papel de vida ao catálogo, ao instrumento – ele é o acesso ao conhecimento. Na tradição pragmática, por sua vez, a vida – das palavras e dos signos, e de suas gramáticas (WITTGENSTEIN, 1979), ou seja, dos modos de conhecer – está nos homens, nas comunidades discursivas (HJORLAND, ALBRECHTSEN, 1995), na cultura (MARTELETO, 1994), em sua comunicabilidade (SHERA, 1973).

É de extrema relevância estudar a sociedade dita da informação, como investigar as circunstâncias de produção e uso das tecnologias da informação, como a informação enquanto categoria de vulto na contemporaneidade, mas isso não é o que faz a CI uma ciência, nem o que faz dela uma ciência mais “contemporânea” - ou ligada ao seu tempo - que as demais, nem mais interdisciplinar que tantas outras. A cientificidade da informação – ou da organização do conhecimento, isto é, vista para além da representação - está na secular sapiência de observação, anotação e discussão sobre como podemos adequar nossos instrumentos de armazenamento e de circulação da memória contemporânea e retrospectiva apreendida, para nos afastarmos da barbárie, da possibilidade de um esquecimento sumário, a grande amnésia coletiva, que impeça o homem de lembrar os caminhos que o levou – e que o levará - a aprender. Como afirma Pinheiro (1998, p. 159), a CI, “gestada sob o signo da guerra e herdeira da tecnologia, parece buscar a reconciliação com o humanismo quase perdido, uma das fontes de seu nascimento”.

No entanto, como mencionamos na Apresentação, se falamos em reencontro ou reconciliação, é preciso anotar a parcialidade de nossa observação, pois se é possível identificar uma linha de manifestações sob uma longa duração – uma resistência que pode ser verificada em discursos e práticas, como também em identidades curriculares, ainda que tênue, como observa o trabalho de Silveira (2007) -, esta linha nos faz perguntar permanentemente, como nos convoca a epistemologia histórica de Bachelard (1968, 1974,

1983): porque reencontro, se há permanências? Esta é a perspectiva que a longa duração nos abre – a sensibilidade que tal historiografia nos provoca -: compreender a história em sua profundidade filosófica e cultural; construir uma ciência interpretativa.

O mesmo olhar crítico precisa ser retomado na caminhada pela historiografia da área quando, dentre a revisão das listas interdisciplinares da CI – prática comum em nossa paisagem social epistemológica -, encontramos a busca por definir as relações entre Biblioteconomia, Documentação e a “nova” ciência chamada Ciência da Informação (ORTEGA, 2004; PINHEIRO, 1995, 1998), entre tantas outras relações desdobradas. Como indicado em nosso capítulo 6, o pragmatismo nos chama atenção para a questão de que todos os fatos são, antes, institucionais (RORTY, 1997), ou seja, são as instituições que conferem significados aos seus conceitos. Uma Ciência da Informação não nasceu como um edifício construído para abrigar uma nova área do conhecimento. Ao contrário, surgiu como uma pontual e incompleta alteração terminológica, seguida de uma corrida por sua legitimação – escolas, institutos e departamentos alteraram seus nomes para incorporar em suas vitrines o conceito de informação. Assim, Bachelard (1968, 1974) nos convidaria a indagar: como falar em relações interdisciplinares entre, por exemplo, uma Biblioteconomia e uma Ciência da Informação, se ambas são, estruturalmente, constituídas, a princípio, pelo mesmo grupo de pesquisadores que propôs uma nova nomenclatura, como demonstram Hjørland (2000) e Barbosa et. al. (2000)? Como falar em relações que aproximam as áreas se elas nunca estiveram senão no mesmo lugar? E, principalmente, como procurar diferenças substanciais quando estas manifestações disciplinares partem da mesma plataforma teórica, do mesmo cenário filosófico, e de tempos em tempos reforçam este ou aquele fundamento?

Sabemos que, em grande parte dos desenvolvimentos institucionais que abrigavam escolas voltadas para organização do conhecimento, esta possibilidade interdisciplinar apresenta-se como um contra-senso: para dar um novo nome à área, define-se a necessidade de explicitação – justificação – das transformações sociais e epistêmicas que criam a demanda para tal realidade, a partir da reavaliação de um desenvolvimento dos núcleos desta área, ainda sob o nome anterior; uma vez alterada a nomenclatura da escola, relaciona-se seu

antigo nome a uma lista de ciências que são parceiras de um suposto campo inédito na árvore do conhecimento. Desta forma, a simples alteração do nome termina por significar uma revolução da epistemologia da área. É neste aspecto, como procuramos demonstrar, que o pensamento de Thomas Kuhn (1975) sobre constituição da ciência, com seus saltos paradigmáticos, integra-se facilmente à historiografia da área, sustentando este contrasenso.

A CI pode ser, segundo uma visão da tradição pragmática, pela sua história, pelos seus traços disciplinares, a primeira escola de pensamento no criticismo contemporâneo a traçar as narrativas esclarecedoras acerca do fetichismo da informação, a primeira a recusar a informação como objeto científico, bem como do fetichismo da interdisciplinaridade, bem como a unilateralidade de uma filosofia da representação; a primeira escola do pensamento hodierno a colocar a informação em um lugar crítico: o jogo descontínuo dos lances de discursos múltiplos, da trama cultural, imersa nas categorias da ideologia, do poder, do público e do privado, da ética e da tolerância. A recusa da informação não é a recusa ao conhecimento – e muito menos à compreensão dos usos que a sociedade faz da informação. O conhecimento não é apenas o que se informa, ou o que informa, ou o que dá forma, ou o que representa, mas o que se fragmenta e se compartilha, o que se reparte – o que se deforma para trocar, o que se comunica, que narra, que sensibiliza.

A recusa da informação jogaria por terra mais da metade das narrativas científicas em CI, caracterizando-a como uma pseudo-ciência, como Thomas Kuhn poderia enxergá-la? Não. Pelo menos para uma tradição pragmática da epistemologia da CI parece-nos que isso não ocorreria, pois esta forma de vida não tende a vislumbrar paradigmas impositivos – que conseguem controlar um grupo de pesquisadores dentro de uma ciência segura e satisfatória, a ciência normal –, mas assite semelhanças de família entre jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1979) que coexistem e se comunicam permanentemente, formal e informalmente, no cotidiano do fazer científico. Para os que acreditam que a recusa da informação dá margens à contestação da possibilidade da CI como ciência, poderemos concluir que realmente a carta de justificação da área, que diz que sua natureza é interdisciplinar, que é uma inter-disciplina pós-moderna, cujo objeto é a informação,

realmente estava sustentada sobre um terreno que já afundava desde sua pré-história na névoa bélica. Significaria dizer: em verdade, a CI nunca foi ciência.

Ao dar vida à informação, a CI – e a sociedade de seu tempo, chamada, em parte, “da informação” – permitiu-a controlá-la. Ao dizer: precisamos manipular – controlar, medir – a informação, os teóricos da área “fetichizarão” a informação, a ponto de fazer com que ela os manipulasse. Ao afirmarem que o objeto da CI é a informação, aproveitando a própria legitimação do termo na nomenclatura da área, os epistemólogos reduziram sua capacidade de imaginar os estudos de organização do conhecimento, relacionando-a apenas a uma tradição, aqui chamada de representacionista, como a conceituação de RORTY (1997). Como afirma Latour (2002, p.34), o homem moderno recorre a fatos objetivos para justificar suas crenças, como ocorreu com a objetificação da informação pelos caminhos da Bibliometria, da Documentação e das manifestações física e cognitiva em nosso campo - assim, as “leis da biologia, da genética, da economia, da sociedade, da linguagem, vão calar o sujeito que se acreditava senhor de seus atos e gestos”. A análise de um olhar pela via da representação dentro da organização do conhecimento demonstra a presença desta objetificação na CI, acompanhada da rápida tecnologização da epistemologia. Para além de tais demarcações, no âmbito da área, este enfeitiçamento terminológico a partir da informação nos fez e/ou nos faz acreditar que a CI é uma nova ciência, quando, sob uma análise filosófica, social e institucional – uma leitura pragmatista -, percebemos que ela é, quando muito, a manifestação coerente e profunda de um ângulo da filosofia representacionista dos estudos de organização dos saberes.

Qual é o objeto de estudo da Ciência da Informação? Robredo (2003, p. 103), diz: “a resposta é, simplesmente, a informação, em todos os seus aspectos e de todos os pontos de vista”. Uma lista de trabalhos tratará da mesma questão: o fenômeno da informação como objeto da CI (BELKIN, ROBERTSON, 1976; BLACK, 2006; BOYCE, KRAFT, 1985; CORNELIUS, 2002; FARRADANE, 1979; INGWERSEN, 1992; KOBASHI, TÁLAMO, 2003; MIKHAILOV, CHERNYI, GILYAREVSKI, 1980; SARACEVIC, 1996). A tradição pragmática não parte do mesmo pressuposto – como visto, a informação é indicativa de apenas uma tradição dentro dos estudos de organização do conhecimento. Tentemos

argumentar a partir dos horizontes do pragmatismo:

1. A informação não é O objeto da CI; 1.2. O homem informado não é O objeto da CI.; 1.3. A informação não é A finalidade (razão de existir) da CI; 1.4. O homem informado não é A finalidade (razão de existir) da CI; 1.5. O dever-ser do cientista da informação não é ser O mediador de sistemas de representação da informação;

2. O objeto da CI é o homem em suas comunidades discursivas; 2.1. A finalidade (razão de existir) da CI é contextualizar e recontextualizar, junto do homem inserido em sua comunidade, os usos que este homem confere aos artefatos culturais, inferindo-lhes significados; 2.2. O dever-ser do “cientista da informação” é contribuir para a construção social crítica das justificativas pelos significados da representação e da transmissão dos saberes e pela sobrevivência do conhecimento que as sociedades formulam - não apenas a sociedade científica -, bem como interpretar as justificativas pelas diferentes linguagens de armazenagem e transmissão da memória que estão por existir; apresentando-se, primeiramente, como intérprete, e não apenas como mero mediador.

Estas declarações acima talvez integrem o complexo da imagem das sensibilidades da tradição pragmática da epistemologia da CI, notadamente sedimentada no contexto de discursos simultâneos, não necessariamente formalmente entrecruzados, ou inter-citados. Como anteriormente dito, Capurro (1991) já anunciou em resumo todo este complexo de sensibilidades que na década de 1990 se encontrariam de forma mais explícita: o principal conceito em CI não é informação; o principal conceito desta área é o homem. A informação não é necessariamente produto de um processo de representação, ou algo que é transportado de uma mente à outra, mas necessariamente é uma dimensão existencial do nosso ser e estar no mundo com os outros, nossa socialidade. Procurar conferir simultaneamente, sob uma epistemologia da imaginação, a leveza, a exatidão e a visibilidade dentro da historiografia da CI é dar vez à análise do fetichismo informacional dos departamentos acadêmicos. No entanto, esta reação epistemológica não visa eliminar a informação como elemento científico. Ao contrário, ela reafirma a relevância da informação, mas não apenas pela sua aura, ou pela sua natureza interdisciplinar, mas por sua atmosfera cultural; afirma que a

informação é também, como a utopia, objeto de imaginários, de uma imaginação política, comunitária, ideológica, e precisa de uma epistemologia sensível e crítica.

Ao voltar-se para o estudo do homem em sua socialidade, o estudo da linguagem cotidiana do homem (WITTGENSTEIN, 1979), a tradição pragmática, aqui e acolá, ao longo da história dos estudos da organização dos saberes, convida o bibliotecário, bibliógrafo e os demais profissionais que atuam no trato da guarda e da transmissão dos saberes registrados em seus diferentes formatos a atentarem mais para as narrativas que para as representações. Em outras palavras, a tradição pragmática possibilita a análise crítica acerca da justificativa de uma CI pela condição do conceito de informação. A informação, por sua vez, aparece na cena epistemológica do campo como, essencialmente, um ponto de justificativa para a tradição representacionista. Há muito - desde Otlet (FREIRE, 2006; PINHEIRO, 2002; ORTEGA, 2007; SHERA, 1980), que buscava um termo para substituir a Bibliografia, chegando até o termo Documentação - se procurava um termo para justificar com mais consistência a idéia da representação do conhecimento e a dispersão do termo informação no século XX apareceu como uma luva para os intentos daqueles que militavam na cena científica sob a égide da filosofia da representação.

A emancipação do conceito de informação foi tão forte que, por vezes, se considerou a representação como única porta de saída para os estudos da organização do conhecimento. Assim como se popularizou rapidamente - nos dizeres de Wittgenstein (1979), se primitivizou, tornando-se bem comum dentro de um jogo de linguagem - na sociedade em geral, também na ciência o termo informação passou a ser explorado de forma intensa, deflagrando, por isso, até certo ponto, o fetiche pelo simulacro conceitual. A presença nos estudos voltados para o acesso e a preservação dos artefatos culturais foi tão profunda que, como mencionado, um imenso número de escolas, institutos e centros de pesquisa passaram a alterar seus nomes, de forma a incluir a “etiqueta” informação na entrada de seus edifícios. É este fetiche que faz com que uma tradição pragmática em permanente construção e reelaboração passe, por vezes, despercebida. Do mesmo modo, é o mesmo fetiche que acaba por identificar, no olhar de alguns pesquisadores, a CI como uma ciência da representação - e somente da representação. É neste aspecto que o trabalho de Novellino

(1996, 1998) em sua revisão das figuras que intervêm na transmissão, e não apenas na representação, tem papel fundamental.

A CI, nos conta a tradição pragmática, precisa, antes de dizer há informação, ou há necessidades de informação, iluminar o debate sobre os riscos de uma aurora informacional do pós-guerra e os desafios da saturação desta aurora. Trata-se de um pensamento sobre os modos do conhecer voltado para a reflexão e atento ao fascínio que conceitos e tecnologias podem nos conduzir (WITTGENSTEIN, 1979). Antes de dizer há ciência para informação ou não há, o pragmatismo informacional, como visto nas manifestações de Shera (1973), nos convida a explorar quais contribuições científicas podem conduzir o estudo da informação para o solo das relações sociais. Estas contribuições, independentes de seu método – lembremos, o pragmatismo é estruturalmente anti-dogmático -, são narrativas encontradas nos discursos dos atores que participam da construção compartilhada do conhecimento. É neste aspecto que a tradição pragmática nos permite contemplar uma CI sem informação – em termos filosóficos, uma CI sem representação. O foco de investigação do pragmatismo é a ação – o deslocamento de linguagens e seus artefatos nas atmosferas culturais.

A informação, para a tradição pragmática - esta que sobrevive, mesmo sob o macro-conceito de Ciência da Informação, em manifestações recentes, como no exemplo da Análise do Domínio –, é apenas uma noção compartilhada por grupos diferentes de investigação teórica. Desta forma, informação não necessariamente é o conceito principal dos estudos de organização do conhecimento – seu objeto por excelência -, como muitos autores, apenas voltados para a filosofia representacionista, afirmaram a partir dos anos 1960. Estes autores produziram uma gama de trabalhos buscando definir, junto de outras áreas, o que é e o que não é informação. Assim, o educador, no âmbito da Pedagogia, procura a otimização do processo de aprendizagem a partir da definição de informação (FRANK, 1970); o historiador afirma que informação é a matéria com a qual a História sobre trabalhou (SANTILLANA, 1970); o biólogo afirmará que o elemento que determina a vida é a informação (LWOFF, 1970). A longa revisão de Hjørland & Capurro (2003) reflete a importância que é dada ao conceito dentro dos estudos da organização do

conhecimento. A análise crítica do conjunto de manifestações em torno da noção de informação percebe como, ao conferir vida às possibilidades de sua representação, o pesquisador tornou-o, paralelamente, seu fetiche.

Em um dado momento, nos anos que se seguiram à década de 1960, as narrativas pareciam acreditar que a informação poderia resolver todos os problemas sociais e psicológicos não solucionados por uma Sociologia e por uma Psicologia já não mais consistentes. Na linha da filosofia representacionista dos estudos de organização do conhecimento, as manifestações que cercam o que Capurro (2003) chama de paradigma físico – aquele influenciado diretamente pela Teoria Matemática da Comunicação, de Shannon & Weaver – e de paradigma cognitivo – marcado pela ontologia e pela epistemologia de Karl Popper – refletem, em parte, esta condição. Do mesmo modo, a Bibliografia estatística e a Documentação, anteriores às cartografias de Capurro (1991, 2003), Rendón Rojas (1996) e Zunde & Gehl (1972), ou seja, ao fetiche informação, também manifestavam a procura da definição dos estudos de organização do conhecimento a partir da representação – e o termo informação, assim como ele se apresentava no século XX, seria um elemento decisivo para a sedimentação da filosofia representacionista na área.

A coerência desta tradição se apresenta, no entanto – e isto nos parece o ponto mais importante a ser discutido neste ângulo -, não pelo aparecimento do termo informação neste campo de estudos em meados do século XX – como vimos, não só na epistemologia desta área, mas os mais diferentes campos do conhecimento vivenciaram a inserção da noção de informação nas paisagens sociais de sua epistemologia. Esta coerência se justifica, sim, pela filosofia que parte de um platonismo – e sua busca por uma identidade universal na representação do conhecimento – e assumirá, com a Biblioteconomia especializada ou tecnicista (SILVEIRA, 2007), nos fins do século XIX, uma justificativa epistemológica que se fará cada vez mais presente e profunda. Com os exaustivos trabalhos de Paul Otlet (ORTEGA, 2007; RIEUSSET-LEMARIÉ, 1998; FERREIRA JR., 2006) e a construção das leis da bibliografia estatística – os desenvolvimentos dos estudos bibliométricos (PINHEIRO, 1997; FONSECA, 1979; VANTI, 2002; MACIAS-CHAPULA, 1998;

ALVARENGA, 1998) – esta tradição representacionista ganha fundamentos teóricos sensíveis, que serão as bases de uma Ciência da Informação fisicalista e cognitivista.

A análise e crítica dos textos da Biblioteconomia humanista e da Bibliografia textual, dão lugar – ainda que não em absoluto - à representação e ao desenvolvimento de técnicas e tecnologias para dinamizar esta representação. Ao se afastar dos conteúdos, das subjetividades, o organizador do conhecimento se afasta do homem. A necessidade de contextualizar e recontextualizar, de analisar o homem em sua cultura, em seus gestos sociais cotidianos, em suas manifestações coletivas, é expressão comum da Biblioteconomia humanista, da Bibliografia textual, da Epistemologia Social, da Análise do Domínio e da Antropologia da Informação. São estas características que aparecem também diferentes discursos ao longo da história dos estudos informacionais (WERSIG, NEVELING, 1975; BELKIN, ROBERTSON, 1976; ROBERTS, 1976; BROOKES, 1980a, 1980b, 1980c, 1981), mas aparecem formalizados de maneira mais clara nestas manifestações aqui visitadas. Em resumo, o organizador do conhecimento é, estruturalmente, um leitor de jogos de linguagem. Ele desce até a atmosfera das relações sociais e procura ali os significados que são socialmente tecidos.

Neste aspecto, a tradição pragmática sobrevive para atentar que uma ciência para a informação estuda, antes, narrativas, e não necessariamente delimita fenômenos, ou busca naturezas - mesmo sua meta-natureza. Para o pragmatismo informacional, a CI não precisa necessariamente afirmar: o homem deve informar-se, se multi-informar-se, se inter-informar-se. Antes, pode refletir com suas comunidades de deliberação contextuais sobre os processos sociais que sedimentam representações. Sob um olhar pragmatista, o homem deve ser crítico à idéia de que a informação é bela, deve ser provocado sobre como a informação é construída, deve ser lembrado de que a informação é apenas a esfera de narrativas múltiplas – demarcadamente um fetiche do século XX - e nunca será a única pedra de toque que soluciona as crises da racionalidade.

Para a Biblioteconomia humanista e a Bibliografia textual, compreender a organização do conhecimento era, antes de mais nada, compreender a organização dos homens em suas

relações sociais, a gramática de seus múltiplos jogos de linguagem – aspecto que nos permite identificar a forte presença de uma Antropologia e de uma Sociologia do Conhecimento na apreensão dos artefatos culturais. No vocabulário da Epistemologia Social, trata-se de viajar até o ambiente onde a rede de comunicação se desenvolve; no vocabulário da Antropologia da Informação, investigar a teia cultural que permite a construção coletiva do conhecimento; no vocabulário da Análise do Domínio, apreender os contextos de cada domínio do conhecimento. Para atingir seus pressupostos teóricos, estas manifestações científicas precisam “descer” até o cotidiano das relações sociais e participar de seus jogos de linguagem, atuando junto da subjetividade que cerca a tecitura do conhecimento (WITTGENSTEIN, 1979). Logo, esta prática de intervenção carece de metodologias qualitativas para concretizar seus intentos. Pois para tecer suas análises intertextuais, para recuperar, reconhecer e classificar os artefatos culturais este organizador precisava contextualizar tais documentos, compreender as sociedades e suas comunidades, viajar até os becos e travessas que revelavam a atmosfera social e política de construção dos discursos.

A tradição pragmática da organização do conhecimento em suas manifestações recentes – Epistemologia Social, Análise do Domínio e Antropologia da Informação – comunga da mesma familiaridade metodológica. Ao identificarmos semelhanças de família entre estas e aquelas manifestações, percebemos a íntima relação entre a organização do conhecimento e os métodos retórico e filológico de leitura do livro do mundo. Entre a Filologia e a Retórica, o objeto da CI é definido como o homem. Qual homem? O “homem em movimento”, o “ser histórico”, aquele que “se conhece e reconhece o presente por meio da Retórica, e investiga o passado (...), por meio da Filologia” (FUKS, 1992, p. 128). A CI pragmática, diria Wittgenstein (1979), reavalia criticamente a equação da representabilidade do mundo – por exemplo, as leis bibliométricas (PINHEIRO, 1997), a Teoria Matemática da Comunicação (SHANNON, WEAVER, 1975), a equação de Brookes (BROOKES, 1980a) -, para assumir a pluralidade dos jogos de linguagem que vivenciam o mundo, indo na direção do humanismo da Biblioteconomia erudita, da intertextualidade da Bibliografia textual, da comunicabilidade da Epistemologia Social.

De acordo com a perspectiva retórica, o estudo do conhecimento passa pela compreensão da formação dos discursos e sua apresentação. Desta forma, o discurso é abordado nos seguintes passos: sua invenção, sua disposição e elocução (ornamentação do texto), sua pronúncia e sua presença enquanto memória. Trata-se de uma leitura que desconstrói os discursos para contextualizá-los – buscando ou imprimindo clareza ao seu conteúdo (SOUZA, 2006). Em resumo, procura-se, nessa abordagem, a interpretação do discurso. No plano dos estudos informacionais, a Retórica contribuiria para a compreensão do modo como se formam e se apresentam, enquanto representação, as linguagens de transmissão da informação. De acordo com a perspectiva filológica, “tudo que antes podia parecer absoluto e atemporal, adquire dimensão temporal, da obra de Aristóteles às Sagradas Escrituras” (FUKS, 1992, p. 128). Assim ocorre com o conceito de informação na tradição pragmática da CI. Ele é relativizado – passa a ser aquilo que um cientista, sob a base de uma Epistemologia Social (SHERA, 1977), ou aquilo que as comunidades discursivas (HJORLAND; ALBRECHTSEN, 1995), ou aquilo que a práxis cultural (MARTELETO, 1994, 1995), ou aquilo que os jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1979), dão vida. Assim, a informação é colocada em seu lugar de tecitura social. “As leis de Aristóteles”, para um olhar filológico, não representam mais as “leis necessárias do pensamento, mas uma forma de verdade produzida historicamente, com a qual o presente, partindo de sua particularidade, pode dialogar”. (FUKS, 1992, p. 128)

As transformações curriculares ocorridas em instituições voltadas para a formação de profissionais para organizar o conhecimento observadas por Silveira (2007) demonstram o afastamento de traços da Retórica e da Filologia no cotidiano da docência ainda que não atestem sua anulação. Este afastamento de um modo de conhecer pragmatista reduz as possibilidades de uma leitura profunda e múltipla da diversidade de temas e suportes que guardam o livro do mundo. Assim, o responsável pela organização deste livro tem cada vez menos, ao longo do século XX, um contato com o homem e seus discursos, prática substituída pelo contato com as normas e técnicas dinâmicas de representação. Desta forma, sob uma tradição pragmática, as seguintes frases poderiam ser proferidas na abertura dos cursos das ciências da informação: a informação tende a não ser algo muito relevante na vida do indivíduo; pense bem se você realmente quer informar-se; as ciências da

informação não oferecem respostas sobre o que é informação; nem permitirão ao senhor organizar tudo o que você deseja; suspeite de alguém pago para classificar informações; suspeite se alguém te dar acesso a uma informação; procure contextualizar-se, e não se informar; pergunte ao construtor de seu software se ele é religioso ou cético; pergunte qual foi o último filme que seu indexador viu. Em outras palavras, como argumentaria Frohmann (1992), a CI deveria alertar ao seu discente, sob este ponto de vista, que ela não é apenas uma Ciência da Informação, das representações; que ela também é uma ciência da compreensão.

Entre as missões da CI em uma epistemologia da imaginação – e, aqui acreditamos, também em um território de manifestação de uma tradição pragmática – é “mais” aumentar a incerteza – as possibilidades diversas de se chegar ao conhecimento, o número incontável de rotas, itinerários – que reduzi-la, que mostrar o caminho que parece *a priori* ideal, que informar é a melhor forma de chegar a resposta a pergunta da referência, através da cartografia ideal; mais dialogar que medir; mais (inter)agir que mostrar; é mais facetar saberes, a dança da recontextualização, que legitimar macro-classificações do conhecimento. A CI, em sua tradição pragmática, não é uma ciência pura da representação. É também uma ciência sem informação: uma ciência da transmissão, das narrativas, dos jogos de linguagem, dos processos sociais.

Propomos um criticismo da imaginação na epistemologia da CI para repensar a importância das duas profundas tradições dentro dos estudos de organização do conhecimento. Principalmente, sob uma história de longa duração da tradição pragmática, identificamos a necessidade de revisitar certas máximas, por vezes “fetichizadas”, da tradição representacionista. O pragmatismo dentro da CI tenderia afirmar, como Mills (1975), que aquilo que precisamos não é informação, mas uma qualidade do espírito, uma educação humanista, preocupada com a aquisição de virtudes e não de técnicas, virtudes que nos ajudem a discutir o saber – e não apenas a informação - e a desenvolver a razão através de uma sensibilidade mais livre, menos informada. Para o pragmatismo, entre Uruk, na Mesopotâmia, e Nova York, na América, há mais semelhanças que se tem imaginado – o que a história de longa duração pode nos revelar. O problema da organização do

conhecimento, que no discurso contemporâneo chamam, muitas das vezes, Ciência da Informação, ontem, hoje e para seus futuros cientistas, não é, nem nunca foi, tecnológico, e muito menos terminológico. O seu problema sempre foi e sempre será humano.

A transformação propiciada pelo positivismo, marcada pela busca da regularidade – das leis – que rege a natureza e as relações sociais, marcará esta “origem” da informação enquanto principal modelo de acesso ao conhecimento. É neste contexto que a Biblioteconomia humanista se especializa, atenta à necessidade de fornecer, antes de conteúdos, os mais amplos - porém padronizados - pontos de acesso aos artefatos culturais tecidos pelas sociedades. Diante da profusão de documentos do oitocentos e do início do novecentos era necessário um conjunto de modelos e ferramentas que viabilizassem a localização do conhecimento. Propostas de representações que contemplassem o conhecimento em sua totalidade, como a classificação de Dewey e a Classificação Decimal Universal são produtos deste contexto. Representar, neste momento, parecia ser mais urgente que transmitir – em outras palavras, a meta-representação propiciada pela Biblioteconomia especializada ou tecnicista era, ali, a urgência, no sentido de que procurava dinamizar a aproximação do leitor do mundo ao documento que guarda a memória deste mundo.

A relação entre transmitir – narrar - e representar – informar -, verbos que caracterizamos como indícios, respectivamente, da tradição pragmática e das abordagens com foco na representação, como as manifestações bibliométrica, documentalista, física e cognitiva, pode clarificar-se na análise de Michel de Certeau (1994) entre percursos e mapas nos relatos de espaço. O historiador identifica dois tipos de relato nas descrições espaciais: no relato de itinerário o narrador procura, através de uma “série discursiva de operações” (CERTEAU, 1994, p. 204), tecer uma rede pontilhada de referências, cruzando citações, menções e indicações, de forma a construir uma trama de significados que permite ao ouvinte chegar até o “conhecimento” procurado. Este é o narrador viajante, aquele que aqui procuramos vivenciar, este é o narrador pragmatista – trata-se das múltiplas vozes obtidas através dos estudos qualitativos e seus métodos, como entrevista, grupo focal, discurso do sujeito coletivo. Trata-se de um relato que busca recuperar e transmitir a atmosfera que cerca o percurso que leva até o conhecimento a partir de autores que o tecem. No que se

refere ao relato-mapa, temos uma “descrição redutora totalizante das observações” (CERTEAU, 1994, p.204) . Aqui, procura-se representar ou informar, de forma econômica e objetiva, a localização – o ponto de acesso – onde o “conhecimento” está sediado. Os catálogos e os números de chamada são exemplos de relatos-mapa na história da organização do conhecimento, bem como a busca por normalizações de descrição de metadados ocorrida ao longo do século XX.

Entre os séculos XV e XVII, com o nascimento do moderno discurso científico, os relatos ligados à lógica de organização do conhecimento que fazem uso da razão cartográfica – relato dos mapas - começam conquistar a cena da descrição científica. Assim, o relato do percurso, dos itinerários, cede lugar à informação – o relato objetivo dos mapas. Há aqui uma cisão clara de duas grandes tradições que marcam a organização do conhecimento: a tradição pragmática e a tradição representacionista. A primeira, ao atentar para as formas de construção dos discursos que classificam e fazem uso dos artefatos culturais, volta-se para o reconhecimento da relação entre os modos de articulação destes discursos – é a presença de uma Linguística, uma Sociologia e uma Antropologia do conhecimento nascitura identificável na Biblioteconomia humanista e na Bibliografia textual, presentificada na Epistemologia Social de Shera, na sociolinguística da Análise do Domínio de Hjørland, e no culturalismo da Antropologia da Informação de Marteleto. Dito de outro modo, é o que Wittgenstein (1979, 1992) chamou de estudo do homem em seu cotidiano, onde nascem Os artefatos culturais e os significados que são inferidos aos mesmos através da comunhão de jogos de linguagens.

Em paralelo, como mencionado ao longo do percurso de nossa viagem, a construção de uma tradição representacionista marca parte considerável do desenvolvimento dos estudos de organização do conhecimento. A primeira grande identificação deste momento é a expansão dos estudos bibliográfico-estatísticos. Registra-se aqui outra cisão importante: a Bibliografia textual – transmissionista – da Bibliografia estatística – representacionista. Esta última pontua a ascensão e solidificação dos estudos positivistas da organização do conhecimento, procurando, através da identificação objetiva da realidade bibliográfica – representação dos conteúdos pela apresentação de simulacros, como resumos e palavras-

chave; a representação-mapa, ou informação – levar o leitor até o conhecimento investigado. A Bibliometria e suas extensões - informetria, cienciometria, webometria -, grandes categorias de identificação da Bibliografia estatística, são fruto da expansão e especialização destes estudos, que marcarão também a construção dos fundamentos teóricos da Documentação, por Paul Otlet e, por fim, a tecitura da Ciência da Informação em sua base fisicalista, ou seja, marcada pela Teoria Matemática da Comunicação, como também em sua base cognitivista – no que se refere ao cognitivismo informacional em seus primórdios -, identificada pela representação objetiva dos estados mentais. Todas as manifestações comungam, do outro lado da argumentação de um pensamento pragmatista da organização do conhecimento, uma familiaridade pontual: a procura por uma representação acurada dos artefatos culturais, a busca por um ideal objetivo e universal de representação do livro do mundo. São descrições-mapa, mais próximas à Matemática e à Geometria que à Sociologia e à Lingüística, por exemplo, são descrições-representação, são informação.

Uma análise de longa duração na epistemologia informacional sustentada pelo conceito de pragmatismo sumariza a relação entre as manifestações da Biblioteconomia humanista e os recentes enfoques da Ciência da Informação. Aquilo que optamos por chamar em nossa viagem de tradição pragmática identifica, através das semelhanças de família reconhecidas, um conjunto de jogos de linguagem que permitem a visualização de uma profunda tradição – uma forma de vida - enraizada nos estudos de organização do conhecimento. A narrativa nos permite, ainda, compreender que, no âmbito do pragmatismo informacional, esteja ele compreendido na Biblioteconomia humanista ou nas manifestações sociológicas e antropológicas recentes da epistemologia da CI, que a análise da informação, sob a filosofia desta tradição, concentra-se no estudo da linguagem ordinária, a qual Wittgenstein (1979) convocava em sua filosofia. A análise da linguagem ordinária diz respeito à primitiva construção dos significados que os indivíduos, em suas comunidades, inferem às palavras e aos artefatos culturais. Conhecer uma comunidade específica, como a comunidade de pesquisadores da CI, é ir até o solo de suas relações sociais, ir até o seu contexto, freqüentar a vivência que anima seus signos (WITTGENSTEIN, 1979), caminhar por seus becos e travessas. É ali que podemos encontrar os fundamentos de sua justificativa, e pontuar com

coerência seus limites enquanto área científica.

A tradição pragmática está preocupada com o homem em ação em seu cotidiano. Esta ação é que revela os significados que as palavras e os artefatos culturais podem ou não conter. A dinâmica dos contextos – ou dos jogos de linguagem – faz com que a análise pragmatista negue, a princípio, a representação – ou a informação – como via do conhecimento. Isto se dá pois só a interpretação de cada domínio, em sua especificidade, pode revelar as condições de construção e compartilhamento dos saberes. Neste ponto, a hermenêutica se torna um fundamento da tradição pragmática: é necessária uma interpretação profunda do homem para compreender suas formas de organizar o conhecimento. Se o conhecimento só se dá através de uma linguagem, esta hermenêutica é, por princípio, uma crítica da linguagem. Esta crítica se realiza pelo estudo comparativo de jogos de linguagem – ou maneiras de usar a linguagem, assim como a Bibliografia textual o fazia. Interpretar, desta forma, é buscar as semelhanças de família de determinados grupos sociais, e desvelar o complexo de significados que parte destes domínios. Neste âmbito, uma linha pragmatista do conhecer pode ser observada ao longo das manifestações discursivas nos estudos de organização do conhecimento, tratando da necessidade de investigação das relações sociais e enfocando, para tal, conforme a característica identitária do discurso, o humanismo, a intertextualidade, a comunicabilidade, a contextualidade, a cultura de cada comunidade.

Dentre as lições que uma história de longa duração aplicada aos estudos de organização do conhecimento nos atenta está a seguinte observação: contar uma história da CI não é narrar a história da informação. Uma história sensível às permanências – ou uma epistemologia da imaginação - nos demonstra isto. Nessa medida, contar a história da Ciência da Informação é também negá-la enquanto uma história da informação. Em outras palavras, é negar o enfeitiçamento que nos pode conduzir o conceito de CI e posicioná-lo criticamente como uma construção social de comunidades discursivas de meados do século XX, marcadas pela ascensão dos discursos da pós-modernidade, pelo fetiche informação e pela ascensão das tecnologias da comunicação. Mais íntima da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia Social, da História e da Lingüística – e, mesmo, dos estudos literários -, mais íntima das Humanidades, a tradição pragmática dos estudos de organização do conhecimento,

posicionada entre a Retórica e a Filologia, se justifica pela análise do homem em ação em seu contexto social e em sua construção solidária de significados. Nela, a linguagem – matéria que tece nossas possibilidades de conhecer – é ação, antes de representação. A tradição pragmática nos convida, pois, a investigar o artesanato coletivo dos saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ADALIA, Rubén C. De la piedra al web: análisis de la evaluación histórica y del estado actual de la actividad bibliológico-informacional. *ACIMED*, Havana, v. 12, n. 1, ene./fev. 2004. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_issues&pid=1024-9435&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 17/06/07.

ALONSO, D. V. Lenguaje e informacion. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v.2, n.4, ago. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago01/F_I_aut.htm>. Acesso em: 19/04/07.

ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault – traços de identidade teórico-metodológica. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 253-261, set./dez. 1998.

ANDRADE, Ana Maria C.; METCHEKO, Dulce M. B.; SOLLA, Sheila R. de C. Algumas considerações acerca da situação epistemológica da Biblioteconomia. *Rev. da Esc. de Biblioteconomia da UFMG*, v. 10, n. 2, p. 153-162, set. 1981.

ARAÚJO, Joseph Ildefonso de. *Filologia românica*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2001.

ARAÚJO, E. A. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v.2, n.5, out. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out01/F_I_aut.htm>. Acesso em: 18/05/07.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. *Ci. Inf.*, v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?>

script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000300003&lng=&nrm=iso&tlng=. Acesso em: 23/06/07.

ARAÚJO, Cícero. Entre o Estado e a Revolução. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200004>. Acesso em: 25/03/07.

ARAÚJO, Guaracy. Ivan Domingues, Epistemologia das Ciências Humanas – Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004. *KRITERION*, Belo Horizonte, n. 110, p. 372-375, dez. 2004. Resenha.

ASSIS, Jesus de Paula. Kuhn e as ciências sociais. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 7, n. 19, dec. 1993. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v7n19/04.pdf>. Acesso em: 23/04/07.

AUROUX, Sylvian. *A filosofia da linguagem*. Tradução José Horta Nunes. Campinas: ed. UNICAMP, 1998. (Coleção Repertórios).

AZEVEDO, Marco Antônio de. Informação e interpretação: uma leitura teórico-metodológica. *Perspect. Ci. Inf.*, v. 9, n. 2, p. 122-133, jul./dez. 2004.

AZEVEDO NETTO, Carlos X. de. Signo, sinal, informação: as relações de construção e transferência de significados. *Informação & Sociedade*, v. 12, n. 2, 2002. In: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br>>. Acesso em 10 ago. 2006.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Uma face da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Leda Vânia R. *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999. p. 133-141.

BAPTISTA, Sofia G.; BRANDT, Mariana B. Do manuscrito ao digital: a longa sobrevivência das bibliotecas e dos profissionais envolvidos. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 4, n. esp., p. 21-40, 2006.

BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. (Biblioteca Tempo Universitário, 12).

BACHELARD, G. *Epistemologia: trechos escolhidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Coleção tópicos).

BACHELARD, G. A filosofia do não. In: *BERGSON, Henri. Cartas, Conferências e outros escritos; BACHELARD, G. A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os pensadores, 38).

BARBOSA, Ricardo R. et. al. Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 5, n. Especial, p. 81-91, jan./jun. 2000.

BARRETO, Aldo de A. Os destinos da Ciência da Informação: entre o cristal e a chama. *Informação & Sociedade*, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: < <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br> >. Acesso em 10 ago. 2006.

BARROS, Manoel. *O livro das ignoranças*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. 108 p.

BATISTA, Gilda H.R. Redes de conceitos. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 12-27, jna./jun. 2004.

BAUER, Martin W.; GASKEL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information science and the phenomenon

of information. *Journal of the American Society for Information Science*, p. 197-204, jul/aug, 1976.

BENJAMIN, Walter. Narrador; considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução Floriano de Souza Fernandes. 25^a ed. São Paulo: Vozes, 1985. (Antropologia, 5).

BLACK, Alistair. Information History. *Annual review of information science and technology* (ARIST), v. 40, p. 441-473, 2006.

BLAIR, David. Information retrieval and the philosophy of language. *Annual review of information science and technology* (ARIST), v. 37, p. 3-50, 2003.

BORDELOIS, Ivonne. *Etimologia das paixões*. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Odisséia, 2007.

BORNHEIM, Gerd A. O conceito de tradição. In: BORNHEIM, Gerd A. et. al. *Cultura Brasileira: tradição contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 13-29.

BOLZANI FILHO, Roberto. Prefácio. In: Platão. *A república*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. I-XLII.

BOYCE, Bert R.; KRAFT, Donald H. Principles and theories in information science.

Annual review of information science and technology (ARIST), v. 20, p. 153-178, 1985.

BORKO, H. Information science: what is it?. *American Documentation*, jan, 1968.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (O homem e a história).

BRIER, Soren. Cybersemiotics: a new interdisciplinary development applied to the problems of knowledge organization and document retrieval in information science. *Journal of Documentation*, v. 52, n. 3, p. 296-344, sep. 1996.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 125-133, 1980a.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Parte II. Quantitative aspects: classes of things and the challenge of human individuality. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 209-221, 1980b.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Parte III. Quantitative aspects: objective maps and subjective landscapes. *Journal of Information Science*, v. 2, p. 269-275, 1980c.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Part IV. Information science: the changing paradigm. *Journal of Information Science*, v. 3, p. 3-12, 1981.

BUCKLAND, Michael K.; LIU, Ziming. History of information science. *Annual review of information science and technology* (ARIST), v. 30, p. 386-416, 1995.

BUDD, John M. Jesse Shera, social epistemology and praxis. *Epistemology social*, v. 16, n. 1, p. 93-98, 2002.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o novo milênio: lições americanas*. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CAMPOS, Luís Fernando de Barros; VENÂNCIO, Ludmila Salomão. O objeto de estudo da ciência da informação: a morte do indivíduo. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: < www2.uel.br/revistas/informacao/include/getdoc.php?id=497&article=147&mode=pdf>. Acesso em: 25/04/07.

CAMPOS, Maria Luiza de A.; GOMES, Hagar E. Organização dos domínios do conhecimento e os princípios rangenhatianos. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003.

CAÑEDO ANDALIA, Rubén. De la piedra al web: análisis de la evolución histórica del estado actual de la actividad bibliológico-informacional. *ACIMED*, Havana, v.12, n.1, ene./feb. 2004. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1024-943520040001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 25 de maio de 2007.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE

CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND. 1991. *Proceedings...* London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p.82-96.

CAPURRO, R. Hermeneutics and the Phenomenon of Information. In: Carl Mitcham (Ed.). *Metaphysics, Epistemology and Technology*. Research in Philosophy and Technology, vol. 19. New York: Elsevier, p. 79-85, 2000. Disponível em: <<http://www.capurro.de/ny86.htm>>. Acesso em: 18/07/07.

CAPURRO, R. Epistemologia y ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. The concept of information. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 37, p. 343-411, 2003.

CARDOSO, Ana Maria P. Pós-modernismo e informação: conceitos complementares. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.

CARDOSO, Ana Maria P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da Informação Social. *R. Esc. Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CARVALHO, Eduardo Costa. A natureza social da Ciência da Informação. In: PINHEIRO, Leda Vânia R. *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999. p. 51-63.

CARVALHO, Edgard de A. Para uma ciência geral da complexidade social. *Perspectivas*, São Paulo, v. 23, p. 11-24, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, 1: artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre a narração e o conhecimento. In: PESAVENTO, S. J. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2001. p. 115-140.

CINTRA, Anna M. M. Subjetividade e interdisciplinaridade na Biblioteconomia. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 32-43, set./dez. 1996.

CONCEITO de informação na ciência contemporânea: colóquios filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. 221 p. (Cahiers de Royaumont, v. 2).

CONDÉ, Mauro Lúcio L. *Wittgenstein: linguagem e mundo*. São Paulo: Annablume, 1998. 144 p;

CONDÉ, Mauro Lúcio L. *As teias da razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna*. 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFMG). Belo Horizonte, 2001.

CORNELLIUS, Ian. Theorizing information for Information science. *Annual Review of Information science and Technology* (ARIST), v. 36, p. 394-425, 2002.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Círculo do Livro, [1985]. (Grandes da Literatura Brasileira, 16).

DAY, Ronald. Poststructuralism and information studies. *Annual review of information science social and technology* (ARIST), v. 39, p. 575-609, 2005.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Eduardo Wense. O específico da ciência da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 87-99.

DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: ed. da UFRGS; EDUSP, 2006.

DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas*. Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.

DUFFY, Bruce. *A guerra de Wittgenstein*. Tradução Domingos Demasi. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

D'ALESSIO FERRARA, Lucrécia. A imprecisão do mundo. *Perspectivas*, São Paulo, v. 17/18, p. 27-36, 1994/95.

EDMONDS, David; EIDINOW, John. *O atirador de Wittgenstein: a história de uma discussão de dez minutos entre dois grandes filósofos*. Tradução Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

EUGÊNIO, Marconi; FRANÇA, Ricardo Orlandi; PEREZ, Rui Campos. A Ciência da Informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 1996.

FALLIS, Don. Introduction: social epistemology and information science. *Social*

Epistemology, v. 16, n. 1, p. 1-4, 2002.

FARRADANE, J. The nature of information. *Journal of information science principles & practice*, v. 1, n. 1, p. 13-17, apr, 1979.

FEITOSA, Maria da Conceição A.; BARBOSA, Maria J. Verdade e multiplicidade de métodos em Bachelard. In: BARRETO, José Anchieta E.; MOREIRA, Rui V. O. (orgs.). *Imaginando erros* (escritos de filosofia da ciência). Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa editorial, 1997. (Coleção Alagadiço Novo). p. 147 – 166.

FERREIRA JR., Helio da S. Otlet realizador ou visionário? O que existe em um nome? *Ci. Inf.*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 9-16, maio/ago. 2006. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a02v35n2.pdf >. Acesso em: 23/08/07.

FLORIDI, Luciano. On defining library and information science as applied philosophy of information. *Social Epistemology*, v. 16, n. 1, p. 37-49, 2002.

FONSECA, Edson Nery da. A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria. *R. Bras. Bibliotec. Doc.*, v. 12, n. 1/2, p. 23-28, jan./jun. 1979.

FOSKETT, D. J. Informática. In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da Informação ou informática?*. Rio de Janeiro: Calunga, 1980a. 112 p. (Série Ciência da Informação) p. 9-51.

FOSKETT, D. J. Ciência da Informação como disciplina emergente: implicações educacionais. In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da Informação ou informática?*. Rio de Janeiro: Calunga, 1980b. 112 p. (Série Ciência da Informação) p. 52-69.

FOSKETT, D. J. Some fundamental aspects of classification as a tool in informatics. In: *FID/RI- International Federation for Documentation. Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. On theoretical problems of Informatics*. Moscow: ALL-

Union for Scientific and Technical Information, 1969. (FID 435) p. 64-79.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2002. (Coleção Trópicos).

FOUCAULT, Michel. *Isto não é um cachimbo*. Tradução Jorge Coli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Oficina de artes; 1).

FRANCELIN, Marivalde M. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 64-68, maio/ago. 2003a.

_____. Uma realidade pós-moderna para a informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 100-107, jan./jun. 2003b.

_____. Abordagens em epistemologia: Bachelard, Morin e a empistemologia da complexidade. *Transinformação*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 101-109, maio/ago. 2005.

FRANK, Helmar. Informação e pedagogia. In: ROYAUNMONT, Cahiers de. *O conceito de informação na sociedade contemporânea*. Tradução Maria Helena Kuhmer. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.

FREIRE, Gustavo H. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 6a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Câmara dos Deputados, Governo do Estado de Pernambuco, 1981. v. 1.

FREIRE, Iza Maria. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da

consciência possível. *DataGramaZero* – Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 1, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/>>. Acesso em: 18/04/07.

_____. Informação; consciência possível; campo. Um exercício com construtos teóricos. *Ci. Inf.*, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <dici.ibict.br/archive/00000152/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-590.pdf>. Acesso em: 22/09/07.

FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse of images: a discourse analysis of cognitive viewpoint. *Journal of Documentation*, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

FROTA, M. Guiomar da C. A delimitação das unidades de análise em Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 262-267, set./dez. 1998.

FUKS, Mário. Considerações a respeito do lugar das Humanidades na História da Ciência Moderna. *Dados* – revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 117-135, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 2^a ed. Tradução Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1998.

GALVÃO, Maria Cristiane B. Os conceitos dos termos Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *Rev. Bras. Bibliotec. e Doc.*, São Paulo, v. 26, n. 1 / 2, p. 100-114, jan./jun. 1993.

_____.; BORGES, Paulo C.R. Ciência da Informação: ciência recursiva no contexto da sociedade da informação. *Ci. Inf.*, v. 29, n. 3, p. 40-49, set./dez. 2000.

GIANNOTI, J. A. *Apresentação do mundo*: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Tradução Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GOFFMAN, William. Information science: discipline or disappearance. *Aslib Proceedings*, v. 22, n. 12, p. 589-596, dec. 1970.

GOFFMAN, William. On the phenomena of interest to an information science. In: THE INTERNATIONAL RESEARCH WORKSHOP ON THE THEORETICAL BASIS OF INFORMATION SCIENCE. 29 July - 2 Aug. London, England: Westfield College, 1975.

GOMES, Henriette F. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* – v.2, n.4, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/ago01>>. Acesso em: 19/06/07.

GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. (Série Ciência da Informação).

GOMES, Maria Yêda F. S. de. Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, na década de 1990: um balanço. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 318-334, set./dez. 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

_____. Comentários ao artigo “Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia”. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996a.

_____. Da organização do conhecimento às políticas de informação. *Informare*: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996b.

_____. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. *DataGramaZero* – Revista de Ciência da Informação, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/>>. Acesso em: 18/04/07

_____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001;

González de Gómez, M. N. Dos Estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação. In: Miriam de Albuquerque Aquino. (Org.). *O Campo da Ciência da Informação: Gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p. 25-47.

GROGAN, Denis Joseph. *A prática do serviço de referência*. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

GUSDORF, Georges. Passado, presente, futuro da pesquisa interdisciplinar. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 121, p. 7-28, abr./jun. 1995.

GUTWIRTH, Jacques. A etnologia, ciência ou literatura? *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 223-239, dez. 2001.

GUZMÁN GOMÉZ, Majela. El fenómeno de la interdisciplinariedad en la ciencia de la información: contexto de aparición y posturas centrales. *ACIMED*, Ciudad de La Habana, v.13, n.3,, Mayo-jun. 2005. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S1024-94352005000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 18/09/06.

HALLER, Rudolf. *Wittgenstein e a filosofia austríaca: questões*. Tradução Norberto de Abreu e Silva Neto. São Paulo: ed. USP, 1990.

HEBECHE, Luiz. “Não pense, veja!”. Sobre a noção de “semelhanças de família” em Wittgenstein. *Veritas*, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 31-58, mar. 2003.

HEBECHE, Luiz. Wittgenstein e os nomes próprios. *Veritas*, Porto Alegre, v. 49, n.1, p. 93-123, mar. 2004.

HEILPRIN, Laurence B. Foundations of information science reexamined. *Annual review of information science and technology* (ARIST), v. 24, p. 344-372, 1989.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Tradução Carlos Nelson Coutinho; Leandro Konder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HINTIKKA, M. B.; HINTIKKA, J. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Tradução Enid Abreu Dobranszky. Campinas: Papirus, 1994. (Papirus Filosofia)

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p. 400-425, jul. 1995;

HJORLAND, B. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. *Journal of Documentation*, v. 54, n. 5, p. 606-621, dez. 1998.

HJORLAND, B. Library and Information Science: practice, theory and philosophical basis. *Information Processing and Management*, v. 36, p. 501-531, 2000.

HJORLAND, B. Epistemology and the sócio-cognitive perspective em Information Science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 53, n. 4, p. 257-270, feb., 2002a.

HJORLAND, B. Domain anlysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, Londres, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002b.

HJORLAND, B. Documents, memory institutions and information science. *Journal of Documentation*, v. 56, n. 1, p. 27-41, jan. 2000.

HJORLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. *Journal of Documentation*, Londres, v. 61, n. 1, p. 130-152, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. Capítulo 8. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. 272 p. 199-232.

HORCH, Rosemarie E. Bibliografia textual. *R. Bras. Bibliotecon. Doc.*, v. 11, n. 3 / 4, p. 147-154, jul./dez. 1978.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HUISMAN, Denis. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

INGWERSEN, Peter. Information and information science in context. *Libri*, v. 42, n. 2, p. 99-135, apr./jun. 1992.

INGWERSEN, Peter. Cognitive perspectives of information retrieval interaction: elements of a cognitive IR theory. *Journal of Documentation*, v. 52, n. 1, p. 3-50, march. 1996.

INGWERSEN, Peter. Cognitive Information Retrieval. *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)*, v. 34, p. 3-52, 1999.

JACOB, E.K.; ALBRECHTSEN, H.. When essence becomes function: Post-structuralist implications for an ecological theory of organisational classification systems. In T.D.

Wilson & D.K. Allen. *Exploring the contexts of information behaviour*: proceedings of the second international conference on research in information needs, seeking and use in different contexts. London: Taylor Graham, 1999. p. 519-534.

JANIK, A.; TOUMIN, S. *A Viena de Wittgenstein*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

JANTSCH, Eric. *Interdisciplinaridade*: os sonhos e a realidade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 121, p. 29-41, abr./jun. 1995

JAPIASSU, H. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981. (Série Logoteca).

_____. *As paixões da ciência*: estudos de história das ciências. São Paulo: Letras e Letras, 1991.

_____. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

_____. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca)

JIMENEZ, Marc. A síndrome pós-moderna. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 118/119, p. 45-58, jul./dez, 1994.

KOBASHI, Nair Y.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*, Campinas, v. 15, ed. Especial, p. 7-21, set./dez., 2003.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KUNZLER, Caroline de M. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 16, p. 126-136, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1986.

LATOUR, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Tradução Sandra Moreira. Bauru: EDUSC, 2002. 106 p. (Coleção Filosofia e Política).

LAUDAN, Larry et. al. Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 19, 1993.

LENZI, Livia Aparecida Ferreira; BRAMBILA, Ednéa Zandonadi. Ciência da Informação, ciência e revolução científica: breve histórico e reflexões. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006.

LE COADIC, Y. *A ciência da informação*. Tradução Maria Y. S. de F. Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEENHARDT, Jacques. A construção cosmográfica de uma paisagem social. In: DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: ed. da UFRGS; EDUSP, 2006. p. 191-200.

LIMA, Gercina A . B. Interfaces entre ciência da informação e ciência cognitiva. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 77-87, jan./abr. 2003.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. Tradução de José Paulo Netto. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1999

LOPES, Luís C. A informação: a mônada do século XX. *Ciberlegenda*, n. 1, 1998. Disponível em <http://www2.ufp.pt/~lmbg/formacao/artigo_info>. Acesso 03 de ago. 2006.

LOUREIRO, José Mauro M. Ciência da informação: nem ciência social nem humana, apenas uma ciência diferente. In: PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999. p. 65-77.

LOUREIRO, Mônica de F.; JANNUZZI, Paulo de Martino. Profissional da informação: um conceito em construção. *Transinformação*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 123-151, maio/ago. 2005.

LWOFF, André. O conceito de informação na biologia molecular. In: ROYAUNMONT, Cahiers de. *O conceito de informação na sociedade contemporânea*. Tradução de Maria Helena Kuhmer. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.

LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 11a. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUCAS, Clarinda R. Biblioteconomia: produção e administração da interpretação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 1997.

MACHADO, Carlos J. S.; TEIXEIRA, Márcia de O. Descoberta, invenção e inovação segundo os estudos sociais anglo-saxões e europeus das ciências. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* – v.8, n.2, abr. 07. Disponível em <http://www.dgz.org.br/abr07/F_I_aut.htm>. Acesso em: 27/06/07.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MAGALHÃES, Thereza Calvet de. Origens do pragmaticismo: o “anti-fundacionalismo” de C. S. Peirce e a sua defesa da filosofia crítica do senso comum. Belo Horizonte, out, 2005. Disponível em:

<<http://www.cspeirce.com/menu/library/aboutcsp/calvet/origins.pdf>>. Acesso em: 23/04/07.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

MARANON, Eduardo I. M. A crise da informação. *Transformação*, Campinas, v. 6, n. 1/2/3, p. 15-21, jan./dez. 1994.

MARCIANO, João Luiz P. Abordagens epistemológicas à Ciência da Informação: fenomenologia e hermenêutica. *Transinformação*, Campinas, v. 18, n. 3, p. 181-190, set./dez. 2006.

MARTELETO, Regina M.; RIBEIRO, Leila B. O que se vê e o que se entende; cultura e sujeito na nova ordem mundializada da informação. Belo Horizonte: 2º Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação – Escola de Biblioteconomia da UFMG – 10 a 15 abril 1994. p. 525-523.

MARTELETO, Regina M. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. *R. Esc. Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 115-137, jul./dez. 1994.

MARTELETO, Regina M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, jan./abr. 1995.

MARTELETO, Regina M. Lugares dos signos e contextos de informação: a biblioteca como metáfora dos conhecimentos. *R. Bibliot. Brasília*, v. 20, n. 2, p. 241-246, jul./dez. 1996.

MARTELETO, Regina M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTELETO, Regina M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da Antropologia da Informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: ed. Universitária, 2002. p. 101 – 115.

MARTELETO, Regina M. Informação, rede e redes sociais – fundamentos e transversalidades. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 12, n. esp. 2007. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoteste/article/view/1314/1062> >. Acesso em: 13/11/07.

MARTELETO, Regina M.; RIBEIRO, Leila B.; GUIMARÃES, Cátia. Informação em movimento: produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, p. 69-80, jun. 2002.

MATHEUS, R. F. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. *Perspec. Cienc. Inf.*, v. 10, n. 2, p. 140-165, jul./dez. 2005.

MARTÍNEZ RIDER, Rosa María; RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Algunas propuestas latinoamericanas de objetos de estudio para la investigación bibliotecológica. *Rev. Interam. Bibliot.*, Medellín, v. 27, n. 1, enero-junio, 2004.

MERTA, A. Informatics as a branch of science. In: *FID/RI- International Federation for Documentation. Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. On theoretical problems of Informatics*. Moscow: ALL-Union for Scientific and Technical Information, 1969. p. 32-40. (FID 435).

MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKI, R. S. Estruturas e principais propriedades da informação científica (a propósito do escopo da informática). In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. 112 p. (Série Ciência da Informação). p. 71-89.

MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKY, R. S. Informatics: its scope and methods. In: *FID/RI- International Federation for Documentation. Study Committee Research on Theoretical Basis of Information. On theoretical problems of Informatics*. Moscow: ALL-Union for Scientific and Technical Information, 1969. P.7-24. (FID 435).

MIKSA, Francis L. Library and Information Science: two paradigms. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (ed.). *Conceptions of Library and Information Science. Proceedings of the international conference of the celebration of 20 th anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland*, p. 26-28, 1991. London; Los Angeles: Taylor Graham, 1992, p. 229-252.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Tradução Waltensir Dura. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOLES, Abraham. *As ciências do impreciso*. Tradução de Glória de C. Lins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MONK, R. *Wittgenstein: o dever do gênio*. Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MORENO, Arley R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem; ensaio introdutório*. São Paulo: Moderna, 2000. (Coleção Logos).

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 10^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

MORIN, Edgar. Os desafios da complexidade. In: JORNADAS TEMÁTICAS (1998: Paris, França: 1998). *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. p. 559-567

MOSTAFA, Solange P. A produção de conhecimentos em Biblioteconomia. *R.*

Biblioteconomia Brasília, v. 11, n. 2, p. 221-229, jul./dez. 1983.

MOSTAFA, Solange P. Ainda sobre metodologia. *R. Esc. Bibliotecon. UFMG*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 171-201, set. 1986.

MOSTAFA, Solange P.; MARANON, Eduardo I. M. Os intelectuais e sua produtividade. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 22-29, jan./abr. 1993.

MOSTAFA, Solange P. Paradigmas da Ciência da Informação. *R. Bibliotec. Brasília*, v. 19, n. 1, p. 91-97, jan./jun; 1995.

MOSTAFA, S. P. Filosofando sobre a área de informação. In: Simpósio Brasil-Sul de Informação; assumindo um novo paradigma acervo versus informação, 1996a, Londrina. Simpósio Brasil-Sul de Informação. Londrina : UEL, 1996a. v. 1. p. 31-45.

MOSTAFA, S. P. Ciência da informação: uma ciência, uma revista. *Ci. Inf.*, v. 25, n. 3, p. 1-5, 1996b.

MOSTAFA, S. P. O artigo de ciência como fato e artefato cultural. *Educação Temática Digital*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 68-80, dez. 2004.

MOSTAFA, Solange P.; MARANON, Eduardo I. M. O segredo, a informação e a cidadania. *R. Esc. Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 203-212, jul./dez. 1992.

MOSTAFA, Solange Puntel; TERRA, Marisa. Das cartas iluministas às listas de discussão. *Datagramazero: Rev. de Ci. Inf.*, v. 1, n. 3, jun. 2000.

MOSTAFA, Solange P.; LIMA, Ademir B. A. de; MARANON, Eduardo I. M. Paradigmas teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 216-222, set./dez. 1992.

MOSTAFA, Solange Puntel; MOREIRA, Walter. *Referenciais Teóricos da Área de Informação: sobre Isa e Vânia para professores da ABEBD*. Campinas: ABEBD, 1999.

MOURA, M. A . Ciência da Informação e semiótica: conexão de saberes. *Enc. Bibli: Rev. Eletr. Bibliotec. Ci. Inf*, Florianópolis, 2o. n. especial, 2o. Sem., 2006.

MURGUIA, Eduardo L. A crise da racionalidade moderna. *Impulso*, Piracicaba (SP), v. 7, n. 14, p. 9-25, 1994.

NASCIMENTO, Denise M.; MARTELETO, Regina M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 12 jun. 2007.

NASCIMENTO, Denise M.; MARTELETLO, Regina M. Social field, domains of knowledge and informatinal practice. *Journal of Documentation*, v. 64, n. 3, p. 397-412, 2008.

NEHMY, Rosa Maria Quadros et. al. A Ciência da Informação como disciplina científica. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

NO DECURSO do tempo. Direção. Win Werders. Berlim: Win Wenders Produktion, 1976. 1 DVD. son., color., legendado.

NOVELLINO, Maria Sallet F. A teoria da ação comunicativa e a representação da informação. *Informare: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 73-79, jul./dez. 1996a.

NOVELLINO, Maria Sallet F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. *Inf. Inf.*, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996b.

NOVELLINO, Maria Sallet F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

ODDONE, N. Revisitando a “Epistemologia Social”: esboço de uma ecologia sociotécnica do trabalho intelectual. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 108-123, jan./abr. 2007.

OLIVEIRA, Tiago de. Alguns comentários sobre o Tractatus. In: WITTGENSTEIN, L. *Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas*. Tradução M. s. Lourenço. 3^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. XI – XXXII.

OLIVEIRA, Marlene de. Os paradigmas da Ciência da Informação. In: Simpósio Brasil-Sul de Informação; assumindo um novo paradigma acervo versus informação, 1996a, Londrina. Simpósio Brasil-Sul de Informação. Londrina : UEL, 1996. p. 143-240.

OLIVEIRA, Marlene de. Origem e evolução da ciência da informação. In: OLIVEIRA, Marlene de (coord.). *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e novos espaços de atuação*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2005. (Didática) p. 9-21.

OROM, Anders. Information science, historical changes e aspects social: a Nordic outlook. *Journal of Documentation*, v. 56, n. 1, p. 12-26, jan. 2000.

ORTEGA, Cristina Dotta. *Informática documentária: estado da arte*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002;

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: < www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 22 fev. 2007;

ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como origem e base fértil para a ciência da informação. 8, 2007. VIII ENACIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador, 2007.

PACHECO, Leila M. S. A informação enquanto artefato. *Informare*: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun., 1995.

PAIM, Isis. Apresentação. *Perspec. Cien. Inf.*, v. 1, n. 1, p. 7-8, jan./jun. 1996.

PAIM, Isis. A Ciência da Informação na UFMG: a trajetória do programa de pós-graduação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 105-110, jan./jun. 2000.

PAQUET, Marcel. *René Magritte*. Lisboa: Taschen, 1992.

PATERNOSTRO, Luiz Carlos. A explosão do filósofo e a obsessão de informação. *DataGramaZero*: Revista de Ciência da Informação; v.4, n.4, ago. 2003. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/ago03/F_I_aut.htm>. Acesso em: 16/05/07.

PEIRCE, C. S. Conferências sobre o pragmatismo. In: *Charles Sanders Peirce; Gottlob Frege*. São Paulo: Abril Cultural, 1974a. (Os pensadores, 36) p. 11-66.

PEIRCE, C. S. Escritos não publicados. In: *Charles Sanders Peirce; Gottlob Frege*. São Paulo: Abril Cultural, 1974b. (Os pensadores, 36) p. 145-154.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A paisagem social como imaginário de sentido. In: DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Reinventar o Brasil*: Gilberto Freyre entre história e ficção. Porto Alegre: ed. da UFRGS; EDUSP, 2006. p. 201-218.

PESSOA, Fernando. *O livro do desassossego*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 61-86.

PINHEIRO, Lena V. R.; LOUREIRO, José M. M. Traçados e limites da ciência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995.

PINHEIRO, Lena Vânia R. *A Ciência da informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. 1997. 278 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, Lena Vânia R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. *Informação e Sociedade*, v. 15, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/51>>. Acesso: 15/05/07.

PINHEIRO, Lena Vânia R. Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. *Investigação Bibliotecológica*, v. 12, n. 25, p. 132-163, dez. 1998.

PINTO, P. R. M. *Iniciação ao silêncio: análise do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1998. (Coleção Filosofia).

POGREBINSCHI, Thamy. Será o neopragmatismo pragmatista? Interpelando Richard Rorty. *Novos Estudos*, n. 74, março, 2006.

POPPER, K. R. A lógica da investigação científica. Trad. Pablo Rubén Mariconda. In: *Schlik, Moritz; Carnap, Rudolf; Popper, Karl R. Coletânea de textos*. São Paulo: ed. Abril, 1975a. (Os pensadores, XLIV) p. 263-384.

POPPER, K. R. Três concepções acerca do conhecimento humano. Trad. Pablo Rubén Mariconda. In: *Schlik, Moritz; Carnap, Rudolf; Popper, Karl R.* Coletânea de textos. São Paulo: ed. Abril, 1975b. (Os pensadores, XLIV) p. 383-409.

POPPER, Karl Raymond. *A lógica das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileira; Brasília: ed. UNB, 1978. (Biblioteca universitária; 50).

QUÉAU, Phillippe. La revolución de la informacion: en la búsqueda de un bien común. *ACIMED*, Havana, v. 9, supl. 4, mayo, 2001. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_issues&pid=1024-9435&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 17/06/07.

QUEIRÓS, Carlos Fernando G. G. de. É a ciência da informação um saber humano ou social? PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999. p. 33-49.

RENDÓN ROJAS, Miguel A. R. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.

RENDÓN ROJAS, Miguel A. R. Cuestiones epistemologicas de la ciencia bibliotecologica y la informacion. *INFORMARE*: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-37, jul./dez. 1999.

RENDÓN ROJAS, Miguel A. R. La pragmática como enfoque para la investigación em Ciencia de la Información. In: Seminário de pesquisa em Ciência da Informação: epistemologia, metodologia e práticas, I, 2007, Rio de Janeiro. [Exposição oral] Rio de Janeiro: IBICT, 2007.

REIS, Alcenir S. dos. Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação? *Pespect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145-160, jul./dez. 1999.

RENAULT, Leonardo V.; MARTINS, Ronaldo. O retrato da Ciência da Informação: uma análise a partir dos seus fundamentos sociais. *Enc. Bibli: Rev. Eletr. Bibliotec. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. 23, 1o. Sem. 2007. Disponível em: < www.encontros-bibli.ufsc.br/Edicao_23/renau.pdf >. Acesso em: 23/11/07.

RIBEIRO, Renato Janine. *A universidade e a vida atual*: Fellini não via filmes. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle. P. Otlet's Mundanenum and International Perspective in the History of Documentation and Information Science. In: HAHN, Trudi B.; BUCKLAND, Michael. *Historical studies in information science*. Medford, NJ: ASIS, 1998 (ASIS Monograph Series) p. 34-42.

RINCÓN FERREIRA, José. Editorial: Os 45 anos do IBICT. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=357&layout=html>>. Acesso em 19 jul. 2007.

ROBERTS, Norman. Social considerations towards a definition of information science. *Journal of Documentation*, v. 32, n. 4, p. 249-257, dec. 1976.

ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

ROBREDO, Jaime. *Documentação de hoje e de amanhã*: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações bibliotecômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4^a rev. E ampl. Brasília: Edição de autor, 2005.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, Daniel S. (org.). *Cultura e subjetividade*: saberes nômades. Campinas: Papirus,

1997. p. 19-24.

RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Tradução Nuno Fonseca. Lisboa: Presença, 1994.

RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. 294 p. (Escritos Filosóficos, 1).

RORTY, Richard. *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. Organizado por Cristina Magro e Antônio Marcos Pereira. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2000. 190 p. (Humanitas Pocket).

ROSA, J. Guimarães. *Grande sertão veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROZADOS, Helen B. F. A ciência da informação em sua aproximação com as ciências cognitivas. *Em questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2003.

ROYAUNMONT, Cahiers de. *O conceito de informação na sociedade contemporânea*. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

RUSSEL, Bertrand. Prefácio. In: WITTGENSTEIN, L. *Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas*. Tradução M. s. Lourenço. 3^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 1-24.

SANTILLANA, Giorgio de. O historiador e a teoria da informação. In: ROYAUNMONT, Cahiers de. *O conceito de informação na sociedade contemporânea*. Tradução de Maria Helena Kuhmer. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.

SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. 9 ed. Porto: edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Magda G. Dos. A complexidade inerente ao olhar dos viajantes. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 22, p. 23-35, 1º . Sem. 2004.

SANTOS, Milton. *Por um outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução, relações. *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARACEVIC, T. Information Science. *Journal of The American Society for Information Science*, v. 50, n.12, p.1051-1063, 1999.

SARAMAGO, José; PIZA, Arthur Luiz. *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAYÃO, Luís Fernando. Modelos teóricos em Ciência da Informação: abstração e método científico. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 82-91, jan./abr. 2001.

SHANNON, Claude E; WEAVER, Warren. *A Teoria Matemática da Comunicação*. Tradução de Orlando Agueda. São Paulo: DIFEL, 1975.

SHERA, Jesse Hauk. Toward a theory of librarianship and information science. *Ci. Inf.*, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of information science. *Annual review of information science and technology (ARIST)*, v. 12, p.249-275, 1977.

SHERA, Jesse H. Epistemologia Social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SHERA, Jesse H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da Informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980; 112 p. (Série Ciência da Informação), p. 91-105. Tradução de Of Librarianship, Documentation and Information Science. UNESCO Bulletin for Libraries. v. 22, n. 2, p. 58-65, march/april 1968.

SILVA, Júnia Guimarães e. Ciência da informação: uma ciência do paradigma emergente. In: PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999a. p. 79-117.

SILVA, Rubens R. G. da . Ciência da Informação: perspectivas e indicativos para a ação. In: Lena Vânia Ribeiro Pinheiro. (Org.). *Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*. Brasília / Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999b. p. 119-129.

SILVA, Sara M. de A. O espaço da informação: dimensões de práticas, interpretações e sentidos. *Informação & Sociedade: estudos*. v. 11, n. 1, 2001. In: < <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br> >. Acesso em 02//08/06.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. *Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil*. 2007. Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

SMIT, Joana W.; TÁLAMO, Maria de F. G. M.; KOBASHI, Nair Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. *Datagramazero – Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 1, fev. 2004. Disponível em: <>. Acesso em: 18/05/07.

SOB o céu de Lisboa. Direção: Win Wenders. Berlim: Road Movies Filmproduktion, 1994. 1 DVD. son., color., legendado.

SOKOLL, Natalia; RIVIERA, Zoia. Ciencia de la información: un saber de relevante presencia matematica. *ACIMED*, Havana, v.14, n.2, mar./abr. 2006. Disponível em: <Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_issues&pid=1024-9435&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 17/06/07.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Iniciação aos estudos literários: objetos, disciplinas, instrumentos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Biblioteca Universal).

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes. Informação e filosofia crítica: implicações éticas. In: Seminário de pesquisa em Ciência da Informação: epistemologia, metodologia e práticas, I, 2007, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBICT, 2007.

TIBURI, Márcia. Nota sobre a hermenêutica: a linguagem entre o sujeito e o objeto. *Veritas*, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 273-288, jun. 2000.

TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução Gentil Avelino Carvalho Tilton. Petrópolis: Vozes, 2006.

TUGENDHAT, Ernest. Wittgenstein I: a impossibilidade de uma linguagem privada. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 32, p. 47-63, mar. 1992^a.

TUGENDHAT, Ernest. Wittgenstein (II): a saída da campânula. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 33, p. 249-266, jul. 1992^b.

VALENTIM, Marta Lígia P. (org.) *Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005. 176 p. (Coleção Palavra-Chave, 16).

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual

dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VENÂNCIO, Ludmila S.; BORGES, Mônica E. N. Cognição situada: fundamentos e relações com a Ciência da Informação. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. 22, 2º sem. 2006.

VERMELHO, Sônia Cristina Soares Dias. Entre a ciência e a filosofia: por onde caminha a humanidade; um debate entre o positivismo e o pragmatismo. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, Curitiba, n. 11, p. 139-150, out. 1999.

WALLNER, Friedrich. *A obra filosófica de Wittgenstein como unidade: reflexões e exercícios em relação a uma nova concepção de filosofia*. Tradução Álvaro Alfredo Bragança Júnior; Idalina Azevedo da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. (Biblioteca Tempo Universitário; 100).

WERSIG, G.; NEVELLING, U. The phenomena of interest to Information Science. *The information scientist*, v. 9, n. 4, p. 127-140, dec. 1975.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information processing and management*, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WITTGENSTEIN. Direção. Derek Jarman. Reino Unido, 1993. 1 DVD. son., color., legendado.

WITTGENSTEIN, L. *Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas*. Tradução M. S. Lourenço. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1968. 152p. (Biblioteca universitaria. Serie 1. filosofia;v.10).

_____. *Culture and value*. Oxford: Blackweall, c1980.

_____. *Investigações Filosóficas*. 2º ed. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

_____. *O livro azul*. Lisboa: Ed.70, 1992a.

_____. *O livro castanho*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992b.

_____. *Observações filosóficas*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Da certeza*. Tradução Maria Elisa Costa. Lisboa: ed. 70, 1990. (Biblioteca de filosofia contemporânea; 13).

YUEXIAO, Zhang. Definitions and sciences of information. *Processing & management*, v. 24, n. 4, p. 479-491, 1988.

ZUNDE, Pranas; GEHL, John. Empirical foundations of Information Science. *Annual review of information science and technology* (ARIST), v. 14, 67-92, 1972.